

Realidades virtualizadas e o contexto brasileiro: problematizações e resistências

Felipe Casteletti Ramiro
Luís Antônio Francisco de Souza
Maria Eduarda de Moraes Torres
(Orgs.)



**Realidades virtualizadas
e o contexto brasileiro:**
problematizações e resistências

Felipe Casteletti Ramiro
Luís Antônio Francisco de Souza
Maria Eduarda de Moraes Torres
(Orgs.)

Realidades virtualizadas
e o contexto brasileiro:
problematizações e resistências

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Felipe Casteletti Ramiro; Luís Antônio Francisco de Souza; Maria Eduarda de Moraes Torres [Orgs.]

Realidades virtualizadas e o contexto brasileiro: problematizações e resistências. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 363p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1660-7 [Impresso]

978-65-265-1661-4 [Digital]

1. Realidades Virtualizadas. 2. Ciborgue. 3. Capitalismo de Vigilância. 4. Contemporaneidade. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão: Zaira Mahmud

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas do Laboratório de Análise de Realidades Virtualizadas (LaReVi) da Unesp de Marília, que contribuíram imensamente para a elaboração deste livro. Além disso, agradecemos à Pró Reitoria de Pós-graduação da Unesp que, por meio do edital PROPG 25/2024, tornou possível esta publicação.

Sumário

Apresentação	9
<i>Felipe Casteletti Ramiro e Maria Eduarda de Moraes Torres</i>	
Parte 1 – Problematizações	
Big-techs, Big-data e Big-brother: notas de pesquisa sobre o estado de exceção digital e sua relação com o capitalismo de vigilância	27
<i>Luís Antônio Francisco de Souza</i>	
(Des)informação e saúde: o papel da comunicação em meio à crise sanitária de Covid-19	53
<i>Karolina Paulino Calhella e Aline Ramos Barbosa</i>	
Sentidos na realidade virtualizada: uma análise da recepção de conteúdos online sobre a temática da violência e mundo do crime no X	85
<i>Eduardo Armando Medina Dyna, Vinicius Pereira de Figueiredo e Maisa Faria Pereira</i>	
Declínio do espaço público, ausência de experiência e discurso de ódio: reflexões a partir de Hannah Arendt	115
<i>Renato de Oliveira Pereira</i>	
Muda-se o cargo mudam-se as redes? Representação de candidatos policiais nas redes sociais virtuais	135
<i>Luis Fernando de Castro Vascon e Felipe Ramos Garcia</i>	
Desnaturalizando o virtual: ontologias e sociabilidade nas realidades virtualizadas	159
<i>Graziele Alves e Lucas de Souza Sartori</i>	

Fortnite e os bens de consumo: o que são, como adquirir e sua classificação valorativa <i>Felipe Casteletti Ramiro</i>	191
<i>Fanfictions</i> e o processo de escrita on-line: um olhar direcionado à plataforma <i>spirit fanfics</i> e histórias. <i>Milena Guerrero Bannwart</i>	221
Parte 2 – Resistências	
Governança algorítmica: normatividade, efeitos e resistências possíveis <i>Gabriel Scudeller de Souza</i>	239
Resistências digitais e nos contextos educativos: os coletivos feministas universitários <i>Maria Inês Godinho e Maria Eduarda de Moraes Torres</i>	265
Feminismos contemporâneos e o Poetry Slam: a experiência da Slam das Minas SP <i>Juliana Adono da Silva e Maria Eduarda de Moraes Torres</i>	289
O filme “adoráveis mulheres” como diálogo crítico sobre a construção social de gênero <i>Gabriel Satoshi Kawata</i>	305
Gordofobia e ativismo gordo no Brasil: Movimento Corpo Livre e redescobertas <i>Afonso de Arruda Falcão Sanches Machado</i>	319
Ativismo digital: uma análise da organização sócio-política de assexuais e arromânticos em comunidade através de rede social <i>Évelyn Bueno Pereira Santos e Thiago Rodrigues da Rocha</i>	345
Sobre os autores e autoras	361

Apresentação

Realidades virtualizadas: algumas reflexões iniciais

Houve tempos, em diferentes espaços, em que as temporalidades pouco importavam em um sentido unidirecional; tempos em que a história poderia se repetir, onde passado e presente se confundiam. Houve, entretanto, outro espaço, onde o tempo tomou o sentido do progresso, direcionando-se ao futuro. Este espaço fez questão de expandir-se, de modo a reformar, ou melhor, erradicar, os tempos de outros espaços. O cíclico é rejeitado, o mundo é desencantado, o tempo e os povos são dominados, colonizados, explorados e estuprados; estes foram, numa palavra, conhecidos.

Poderíamos resumir a modernidade ocidental na busca por conhecimento, no sentido de conhecimento como dominação, como violação, como poder (Foucault, 2002). Buscou-se conhecer "novos" espaços e, com isso, o conhecimento do "velho" ao "novo" mundo foi imposto. O desconhecido fora conhecido para, então, ser destruído, ser dominado. O progresso levou-nos aos campos de concentração, construídos a partir de uma economia da morte. Uma perspectiva de conhecimento nos levou a Hiroshima e Nagasaki. A história que aqui contamos não é nova. Afinal, se adotarmos uma perspectiva cíclica, o novo sequer existe e, nesse sentido, o presente repete o passado: Israel repete a Alemanha que, por sua vez, repete inúmeros outros massacres, passados e futuros.

Esse mesmo progresso técnico, que tanto horroriza o anjo da história (Benjamin, 1987) nos trouxe ao paradigma contemporâneo: as realidades virtualizadas. Lançamo-nos, mais uma vez, à busca do conhecimento, à descoberta de um novo mundo, de um novo modo de vida. Cientistas de todas as áreas se reúnem para compreender a criação da civilização contemporânea. Esse fenômeno foi nomeado inúmeras vezes: ciberespaço (Lévy, 2004),

cibercultura (Lévy, 2010), rede (Castells, 2020; Latour, 2004; Kastrup, 2004), teleinformática (Weissberg, 2004) etc.

Uma questão, contudo, que é comum a muitos destes conhecimentos, é o entendimento desse universo como um espaço outro, oposto ao real físico. Podemos ver essa lógica operar claramente a partir da noção de ciberespaço que, ao precisar que espaço é este, separa-o do “espaço comum”. É posto o espaço e o ciberespaço. Sendo este um não-espaço e, sobretudo, não-real, este é submetido ao verdadeiro, ao mundo do progresso. O conhecimento sobre o não-real é posto sob a ótica de uma realidade alternativa. Não à toa que outro nome atribuído é o de “mundo virtual”, colocando esta realidade como potência e, portanto, não como ação ou realidade.

Aqui queremos aproximar o virtual e o real. Assim, podemos pensar o real como o não-real. Não devemos centralizar o descentralizado, não se trata de o virtual dominar e substituir o físico. Desejamos, sobretudo, borrar as fronteiras entre margem e centro. Nesse sentido, não pretendemos "realizar" o virtual, mas sim, virtualizar o real. Assim propomos a noção de realidades virtualizadas. A precisão do termo “realidades virtualizadas” também se constitui na medida em que o sufixo empregado demonstra ação, sendo, necessariamente, uma subversão à própria ideia de virtual.

Nas realidades virtualizadas o tempo não é tão linear quanto o é no “mundo físico”, assim como os espaços unificam-se. Tudo acontece em todo lugar e ao mesmo tempo, o que significa dizer, por exemplo, que o massacre palestino não se limite às fronteiras de Gaza. Tudo está no virtual, tudo é o virtual. Desde lutas sindicais à militarização, passando pelo mundo dos *games* e *fanfics*; todo este mundo diverso encontra-se no ponto comum do virtual.

Se tratamos de virtualizar o real, o sujeito de carne e osso torna-se perfil, avatar, *skin*, *nickname*. Suas relações nas redes constituem-no enquanto sujeito, ou melhor, enquanto perfil. Assim sendo, a constituição de um saber sobre tais sujeitos virtuais, objetivo das *big-techs*, talvez não obedeça ao modelo disciplinar das

instituições clássicas. A técnica da ficha criminal atualizou-se, a vigilância expandiu-se. É preciso compreender quais são as novas táticas e tecnologias que compõem a realidade virtualizada no contexto do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2018).

Podemos pensar também em como a realidade virtualizada modifica o biopoder e a biopolítica (Foucault, 2012). Isto é, como se regulamentam as populações nesse novo cenário que se impôs? Que população é esta? Se o poder disciplinar se liga ao sujeito como corpo e a biopolítica ao sujeito-espécie, qual a gestão que se aplica a uma espécie virtualizada? Quais são as tecnologias aplicadas a essa população? Em suma, é urgente explorar como o poder disciplinar e o biopoder se articulam como estratégia em meio à virtualização da vida.

É em meio a este debate que os trabalhos aqui apresentados articulam a ideia de que a barreira entre o virtual e o real é tensionada. Assim, as realidades virtualizadas estabelecem-se enquanto campo de pesquisa válido. Na verdade, parte-se da perspectiva de que é relevante para a pesquisa social contemporânea envolver, em alguma instância, a virtualidade. Será que é possível discutir sobre juventude; gênero; raça; classe; movimentos sociais; políticas públicas etc. sem considerar o virtual? O virtual se impôs de tal forma que rearticulou os meios de sociabilidade, as organizações sociais e a constituição dos sujeitos. Por mais distante que o indivíduo se coloque perante às redes, este outro mundo, supostamente menos real, afeta a “concreticidade” de sua realidade. Desta forma, reafirmamos nossa posição: o real virtualizou-se.

O mito político do ciborgue elaborado por Donna Haraway pode ser significativo para pensarmos criticamente sobre as realidades virtualizadas. O ciborgue é, ao mesmo tempo, natureza e cultura, animal e máquina. É um mito que vive na fronteira, permitindo composições infinitas entre humanos e próteses. Talvez, tenhamos sempre sido ciborgues. Contudo, as transformações tecnológicas atuais escancaram as múltiplas combinações entre sujeitos e tecnologias (Haraway, 2019). Como

um mito político, o ciborgue rompe com ideias basilares que constituem outras mitologias ocidentais, como teorizações que representam a passagem da natureza para a cultura como o fundamento da sociedade e do conhecimento.

A potencialidade do ciborgue é ter, em si mesmo, a sua característica mitológica e fabricada explícita. Isso propõe uma mudança de perspectiva epistemológica e política. Essa transformação permite encarar as identidades como sempre fragmentadas, em construção. Essas fraturas possibilitam criar coalizões e parentescos políticos, encontrando maneiras de manter juntas coisas diferentes e contraditórias. Em um contexto de realidades virtualizadas, é necessário instigar ideias e práticas que permitam a visibilização de experiências sociais distintas de gênero, raça, classe, deficiência, entre outras possibilidades, mas que ainda coexistem e são afetadas pela "informática da dominação" (Haraway, 2019).

Desse modo, nessa coletânea, visa-se colocar em evidência trabalhos que destacam resistências situadas nas fronteiras entre o real e o virtual. Haraway (2019) apresenta a tomada da escrita por mulheres negras e chicanas, por exemplo, como uma maneira de subversão-ciborgue que "tem a ver com o poder de sobreviver, não com base em uma inocência original, mas com base na tomada de posse dos mesmos instrumentos para marcar o mundo que as marcou como outras." (Haraway, 2019, p. 86). Nesse sentido, tendo isso como inspiração teórico-metodológica, entendemos que os trabalhos selecionados para essa coletânea apresentam reflexões relevantes sobre ativismos, produções artísticas e outras formas de resistências em meio às realidades virtualizadas.

A presente coletânea é dividida em duas partes, de forma a interligar reflexões, discussões e possibilidades de agência em meio a aspectos das realidades virtualizadas. Na primeira parte do livro, estão trabalhos que problematizam esse contexto, buscando situar os campos de pesquisa, as abordagens e apresentar delimitações conceituais possíveis dos fenômenos que aqui observamos. Em seguida, encontram-se os trabalhos que buscam e demonstram as

possibilidades de resistência que se verificam na contemporaneidade virtualizada. A divisão da obra em partes justifica-se na medida em que é necessário demonstrar como o capital e a vigilância se rearticulam e impactam a constituição dos sujeitos; em contrapartida, é relevante vislumbrar alternativas de resistência e demonstrar diferentes agências de sujeitos nesse cenário.

No capítulo "Big-Techs, Big-Data e Big-Brother: notas de pesquisa sobre estado de exceção digital e sua relação com o capitalismo de vigilância", Luís Antônio Francisco de Souza discorre sobre como a presença das redes virtuais se tornou normalizada nas vidas das pessoas no contexto imediatamente posterior à pandemia de Covid-19.

Vários conceitos foram manufaturados para tentar dar conta do capitalismo avançado em sua conexão com a sociedade globalizada. Capitalismo de vigilância, capitalismo de rede, economia de plataformas, vigilância eletrônica, vigilância algorítmica são alguns destes que imediatamente vêm à mente. No texto, adota-se o conceito de capitalismo da vigilância porque parece permitir uma análise em que se articulam o complexo industrial de vigilância e de segurança, com o estado de vigilância e com o complexo industrial militar. O que representa, em teoria, a dissolução das esferas autônomas da modernidade e, na prática, um conluio entre governo, agências de vigilância, empresas de segurança e empresas de tecnologia. Em regra, os governos contratam ou subcontratam empresas privadas de tecnologia, compartilham informações ou solicitam informações privilegiadas destas empresas, criando, assim, uma rede de vigilância dos cidadãos sem precedente na história.

Para avançar a compreensão dessa nova configuração, o texto pretende se iniciar com uma discussão sobre o conceito de estado de exceção (porque estamos numa fronteira ainda pouco protegida legalmente) e de necropolítica (decisões algorítmicas têm impacto sobre as vidas das pessoas, sobretudo as mais vulneráveis).

No trabalho "(Des)informação e saúde: o papel da comunicação em meio à crise sanitária de Covid-19", de Karolina Paulino Calhella e Aline Ramos Barbosa, apresenta-se a importância da relação entre a comunicação e a saúde, elemento fundamental no campo da Saúde Coletiva ou Pública, com enfoque no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Com a emergência de uma doença e um vírus que atingiram as sociedades em escala global, para além das problemáticas que envolvem uma emergência sanitária desse porte, foi possível identificar uma grave crise de desinformação no que diz respeito à propagação de informações falsas – desde pronunciamentos oficiais por parte do ex-presidente até a avalanche de *fake news* em redes sociais. A partir de métodos qualitativos de pesquisa, que incluem a análise e a revisão bibliográficas de livros e de artigos associados à importância da comunicação na área da saúde e à criação de uma consciência coletiva sobre as questões que envolvem doenças, corpo e saúde, bem como de reportagens e de documentos que evidenciam a propagação de informações falsas e demais fenômenos da comunicação presentes nesse período, torna-se possível reunir elementos que evidenciem a importância do papel da comunicação na área da saúde, especialmente em um momento de crise sanitária. É por meio de uma comunicação assertiva, dirigida aos diferentes lugares e às diferentes formações socioculturais, que se faz possível a promoção da saúde e a resolução de possíveis crises que venham a surgir nesse âmbito através da disseminação de informações seguras e embasadas cientificamente.

No trabalho "Sentidos na realidade virtualizada: uma análise da recepção de conteúdos online sobre a temática da violência e mundo do crime no X " de Eduardo Armando Medina Dyna, Vinicius Pereira de Figueiredo e Maisa Faria Pereira, aponta-se que as plataformas de internet e as mídias digitais são ferramentas cada vez mais utilizadas pela vida cotidiana, seja pelo trabalho, estudos, pesquisas, entretenimento, comunicação, dentre outros. Nesse universo, há uma questão importante de quem produz e quem

recebe esses conteúdos virtualizados. Em relação a segurança pública e o mundo do crime, os conteúdos virtualizados também são importantes e têm um papel fundamental para angariar as estratégias de poder e disseminar os acontecimentos, punições e alertas sobre determinadas realidades, estando cada vez mais presente em perfis/páginas nas plataformas de internet, alcançando públicos que não conhecem as dinâmicas do mundo do crime e segurança pública. Dessa maneira, há uma pergunta de pesquisa: Quais são as intenções da disseminação de conteúdos do mundo do crime? O objetivo geral deste capítulo é investigar, a partir de uma pesquisa exploratória, a recepção de conteúdos on-line do mundo do crime para mapear as intenções, estratégias e as finalidades dessa produção virtualizada. A metodologia empregada é de cunho qualitativo, através da revisão bibliográfica sobre plataformas de internet/mídias digitais e mundo do crime. Além disso, haverá a análise de conteúdos on-lines através da mídia digital X (ex-Twitter). Neste caso, serão escolhidas duas páginas/perfis para fazer um mapeamento dos vídeos e comentários, através de um recorte temporal e temático, cujo foco é compreender a recepção desses conteúdos on-lines e os impactos nos universos *on-line* e real.

No capítulo "Declínio do espaço público, ausência de experiência e discurso de ódio: reflexões a partir de Hannah Arendt", Renato de Oliveira Pereira discute como a ausência de experiência está presente nos discursos de ódio que visam construir a figura do Outro como um inimigo a ser combatido. Com base na análise arendtiana acerca do totalitarismo, o autor enfatiza que a ausência de experiência da realidade não é uma exclusividade dos regimes totalitários, como o nazismo, mas que está ligada diretamente ao declínio do espaço público que ocorre na modernidade. Com a ascensão da sociedade de massas no contexto pós-Revolução industrial, os seres humanos são reduzidos a trabalhadores-consumidores, o que tolhe as relações sociais e os contatos tanto no espaço público quanto no espaço privado, de modo a gerar a experiência da solidão ou desamparo (*loneliness*).

Solitário, o homem de massa tem prejudicada a sua capacidade de agir e pensar de forma livre, o que o torna suscetível à ideologia enquanto “a lógica de uma ideia” difundida pela propaganda totalitária. Baseado no terror e na ideologia, o totalitarismo se apresenta como uma solução para o problema da solidão ao eleger determinados grupos como inimigos a serem exterminados em prol do todo social. Ao fazê-lo, porém, apenas se aprofunda a experiência da solidão e a ausência de experiência do real dela decorrente, já que elas são necessárias para o projeto de dominação total. Por fim, o autor tece algumas considerações sobre como a questão da ausência de experiência se torna ainda mais complexa no mundo contemporâneo, em que a internet e as redes sociais, longe de representarem uma nova esfera pública, acabam por criar bolhas virtuais que facilitam a propagação de discursos de ódio e impulsionam projetos de poder autoritários e extremistas.

Em "Muda-se o cargo mudam-se as redes? Representação de candidatos policiais nas redes sociais virtuais", Luís Fernando de Castro Vascon e Felipe Ramos Garcia relatam que o Brasil tem testemunhado um aumento expressivo no número de candidatos, oriundos das forças de segurança, evidenciando a crescente inserção desses atores no cenário político nacional. Este artigo busca examinar a autorrepresentação de dois deputados federais, candidatos à reeleição e com vínculos com a polícia, nas redes sociais digitais, com o intuito de verificar se o conteúdo compartilhado por eles nas plataformas virtuais alinha-se com suas pautas e comportamentos legislativos na Câmara dos Deputados. A pesquisa foca na análise da congruência entre a narrativa construída pelos candidatos nas redes sociais e suas ações efetivas no parlamento, com o objetivo de determinar se a imagem projetada on-line reflete fielmente suas práticas políticas ou se serve principalmente como uma estratégia eleitoral para angariar votos. Para tanto, adota-se uma metodologia de análise qualitativa de discurso, que possibilita uma avaliação detalhada das mensagens disseminadas pelos candidatos em comparação com suas posturas e decisões políticas, oferecendo uma perspectiva

crítica sobre a coerência entre a presença digital e a atuação legislativa desses representantes das forças de segurança.

No texto intitulado “Desnaturalizando o virtual: ontologias e sociabilidade nas realidades virtualizadas”, Grazielle Alves e Lucas de Souza Sartori abordam como a pandemia de Covid-19 e o consequente isolamento social provocaram uma profunda transformação no modo como as pessoas interagem com o ambiente digital. Ao impossibilitar as formas tradicionais de sociabilidade física, as restrições desencadearam uma imersão intensificada nas realidades virtualizadas. Com o fim da pandemia, percebe-se que essas novas formas de sociabilidade, moldadas pelas práticas digitais e impulsionadas pelos avanços tecnológicos, não apenas persistem, mas também continuam a se expandir, redefinindo os contornos das interações sociais. Desse modo, este capítulo propõe a discussão sobre a realidade virtual e suas implicações na construção das identidades e alteridades no ambiente digital. Baseando-se na discussão de Tori, Hounsell e Kirner, que veem as realidades virtualizadas também como parte do real, devido a sua capacidade de envolver nossos sentidos e emoções de maneira similar ao mundo físico, este estudo também incorpora as teorias de Bruno Latour e Evald Ilyenkov para enriquecer a análise. Latour, com sua teoria ator-rede, conceitua as realidades sociais como redes de interações entre atores humanos e não humanos, oferecendo uma abordagem para explorar como essas redes se formam e operam no ambiente digital. Partindo das ideias de Ilyenkov, pensador da Escola Soviética, explora-se a dialética do pensamento e sua relação com a realidade virtualizada. Portanto, busca-se com este capítulo, discutir sobre como as expressões culturais on-line criam representações e perfis que podem distorcer a realidade, questionando se essas plataformas realmente proporcionam um conhecimento autêntico sobre outras culturas e realidades e se o exercício do pensamento crítico e a capacidade de questionar a realidade são possíveis dentro de uma realidade virtualizada. Essas ideias se interligam na discussão sobre a capacidade que as plataformas digitais têm de promover

uma realidade idealizada ao invés do pensamento crítico da realidade virtualizada.

No próximo capítulo, "Fortnite e os bens de consumo: o que são, como adquirir e sua classificação valorativa", o autor Felipe Casteletti Ramiro coloca no centro de seu trabalho os itens de consumo do *game*, tais como "Skins", "Danças", "Picaretas" entre outros. Compreende-se que esses elementos exercem importante papel na construção de sentido do *game*, realizando a mediação do jogador para com o jogo e expandindo essa relação. Os esforços aqui empregados são direcionados ao entendimento de como os itens proporcionam essa mediação, de como são categorizados e qual o valor simbólico deles. A pergunta norteadora é: qual o sentido da ação do agente ao jogar o *game* e ao consumir os itens especiais, isto é, o que o motiva para tal? Conclui-se que os itens possuem um papel comunicativo dentro do jogo e que em torno dele há um complexo sistema de comunicação, gerador e organizador de *status*.

Finalmente, no trabalho "Fanfictions e o processo de escrita on-line: um olhar direcionado à plataforma *spirit fanfics* e histórias", de Milena Guerrero Bannwart, debate-se sobre como o processo da escrita se encontra aplicado ao cenário das redes sociais, utilizando as *fanfictions*, ficções criadas por fãs, como base para tal exame. Com as *fanfictions* em mente, busca-se apresentar como as mesmas evoluíram desde seu surgimento até o presente momento em que vivemos, pontuando suas mudanças e principais características. A averiguação bibliográfica passa a refletir sobre como tais obras alcançaram o espaço virtual, propiciado pelo desenvolvimento tecnológico contemporâneo, passando a decifrar como tal tipo de escrita se comporta em *sites* criados especificamente para a publicação de fãs que escrevem e leem histórias, utilizando como principal fonte o *site Spirit Fanfics e Histórias*, possibilitando assim uma investigação direcionada aos tipos de estruturas que compõem a página e o próprio universo de jovens autores e leitores no espaço *on-line*.

Na segunda parte do livro, estão capítulos que, ainda partindo de problematizações, ressaltam possibilidades de resistências que permeiam as realidades virtualizadas. O trabalho "Governança algorítmica: normatividade, efeitos e resistências possíveis" de Gabriel Scudeller de Souza, procura analisar a racionalidade normativa que se estabelece a partir do desenvolvimento da governamentalidade algorítmica, conceito desenvolvido por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2018). Nesse sentido, apresenta-se a estrutura de funcionamento desse novo modo de governança atual, com origens neoliberais e características próprias de controle e de governo de condutas. Por se encontrar disseminado na ordem social atual, é preciso pensar em suas contradições internas e perspectivas de resistência, com o intuito de possibilitar a formação de novas subjetividades e evitar, por fim, a dominação do indivíduo pela (nova) realidade dataficada.

O capítulo "Resistências digitais e nos contextos educativos: os coletivos feministas universitários" de Maria Inês Almeida Godinho e Maria Eduarda de Moraes Torres discorre sobre os coletivos políticos, que são associados às práticas feministas contemporâneas e ao que algumas autoras nomeiam como uma "quarta onda feminista". Presentes nas ruas e nas redes sociais, os grupos se organizam a partir de noções como a horizontalidade e a autonomia em relação a formas "tradicionais" de fazer política de algumas instituições. Nesse capítulo, pretende-se refletir sobre coletivos feministas que se situam em universidades. Discute-se sobre a identidade dos grupos nas redes sociais e a sua emergência nesses contextos educativos. Aqui, os coletivos são compreendidos como uma possibilidade de resistência nesses espaços, atuando quando as instituições não atendem a suas demandas e necessidades. Além de uma análise teórica, serão apresentadas reflexões que partem de uma etnografia com um grupo universitário, situado em uma universidade particular do Centro de São Paulo.

O capítulo seguinte de Juliana Adono Silva e Maria Eduarda de Moraes Torres "Feminismos contemporâneos e o Poetry Slam: a experiência da Slam das Minas SP" discorre sobre as Batalhas de

Poesia, protagonizadas por mulheres da periferia paulistana. Essas práticas têm se configurado como legítimos espaços de reivindicação por direitos e contestação à ordem social. O Slam das Minas SP, oriundo do Poetry Slam, é um desses espaços em que mulheres têm se organizado e protestado a partir de suas narrativas. Diante disso, o capítulo pretende demonstrar o giro feminista presente neste movimento. Para tanto, pretende-se demonstrar como a coletiva, mais que uma expressão poética, também se configura como uma prática de resistência feminista na contemporaneidade.

No trabalho "O filme *Adoráveis Mulheres* como diálogo crítico sobre a construção social de gênero", de Gabriel Satoshi Kawata, reflexões são feitas sobre o filme *Adoráveis Mulheres* (Gerwig, 2019), que apresenta a vida das irmãs March no ambiente inglês e estadunidense do século XIX, e como o patriarcado age na vida cotidiana dessas mulheres. Utilizando o filme como ponto norteador de reflexão, o presente capítulo tem como intuito traçar análises de mecanismos patriarcais, além de ligar essa forma de dominação com teorias contemporâneas a respeito da construção social de gênero, discussão que permeia, de certa maneira, a trama do filme. Assim, a abordagem qualitativa desta pesquisa visa estabelecer relações entre essa produção cinematográfica e reflexões que envolvem as questões de gênero, estabelecendo um diálogo da análise do discurso fílmico com produções acadêmicas e teóricas. O autor pretende, portanto, demonstrar a capacidade do cinema pelo filme de Gerwing como mediador de discussão de gênero.

O capítulo "Gordofobia e ativismo gordo no Brasil: movimento corpo livre e redescobertas", de Afonso de Arruda Falcão Sanches Machado, discorre criticamente sobre o padrão de beleza contemporâneo e uma forma específica de opressão: a gordofobia. De acordo com o autor, tal fenômeno produz uma hierarquização de corpos, baseada em suas aparências e morfologias corporais, colocando os corpos gordos e robustos em uma posição de subalternidade. Há uma ênfase dos efeitos da gordofobia na vivência de mulheres sob vigorosa pressão estética, com destaque

às mulheres brasileiras – já que o Brasil, por exemplo, é um dos países com maiores registros de cirurgias plásticas. Neste contexto, tem-se, como extensão do feminismo decolonial, a emergência do feminismo gordo, o qual se propõe a denunciar e discutir as violências reproduzidas pelo estigma da gordura sobre os corpos de mulheres, aflorando assim um ativismo gordo. Este capítulo explora o ativismo gordo no Brasil através das redes, analisando a criação do Movimento Corpo Livre e da *trend* “tour pelo meu corpo”, presentes tanto na rede social *Instagram* quanto na plataforma de vídeos *YouTube*.

E, por fim, o capítulo "Ativismo digital: uma análise da organização sócio-política de assexuais e arromânticos em comunidade através de rede social" de Évelyn Bueno Pereira Santos e Thiago Rodrigues da Rocha, discorre sobre como as redes sociais têm sido grandes instrumentos para criar espaços sociais e políticos, na medida em que diminuem as barreiras geográficas e permitem diferentes sujeitos performarem suas respectivas sexualidades, das mais diversas dentro da comunidade LGBTQIA+. Nesse sentido, o capítulo objetiva traçar um estudo inicial das formas em que comunidades identitárias dissidentes, em específico, sujeitos/as assexuais e arromânticas estão nesses espaços, e como elas, então, se organizam social e politicamente não apenas na reivindicação de direitos no espaço digital, mas também na distribuição de informação e acolhimento entre usuários. Para isso, os autores analisam as formas pelas quais a comunidade assexual e arromântica se utiliza de meios virtuais enquanto forma de ativismo, através da utilização de símbolos, linguagem e interações sociais particulares deste espaço e dessa comunidade.

Felipe Casteletti Ramiro
Maria Eduarda de Moraes Torres

Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. – 21ª edição, revista e ampliada. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KASTRUP, Virgínia. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. *In*: PARENTE, André. **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 80-90.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: PARENTE, André. **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 39-63.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, Pierre. O ciberespaço e a economia da atenção. *In*: PARENTE, André. **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 174-188.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas, Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como

condição de individuação pela relação? **Revista eco pós** | issn 2175-8689 | tecnopolíticas e vigilância | v. 18 | n. 2 | dossiê, 2015.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir**: usos políticos dos massacres e dos genocídios. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

WEISSBERG, Jean-Louis. Paradoxos da teleinformática. *In*: PARENTE, André. **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 113-141.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Trad.: George Schlesinger. 1ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Parte 1

Problematizações

**Big-techs, Big-data e Big-brother:
notas de pesquisa sobre o estado de exceção digital e sua
relação com o capitalismo de vigilância**

Luís Antônio Francisco de Souza

Introdução

Não me conheço. Não me lembro. Fecho os olhos
e não consigo recordar do meu rosto.
Solaris (1972) de Andrei Tarkovski.

O presente texto é um ensaio inicial que pretende colocar questões para uma agenda de pesquisa futura. A dependência atual dos cidadãos globais das ferramentas virtuais permitiu o surgimento de uma nova normalidade. O uso das redes virtuais e dos serviços on-line se ampliou muito no contexto imediatamente posterior à pandemia de Covid-19, radicalizando as experiências sociais ligadas ao mundo virtual, que se tornaram realidade desde os primeiros anos do século XXI. De fato, nos últimos 20 anos, os serviços virtuais e a sociabilidade virtualizada facilitaram a vida cotidiana e, em alguma medida, até diminuíram os riscos corriqueiros e as incertezas dos contatos sociais e dos deslocamentos urbanos. De uma certa forma, o mundo global se tornou mais próximo e, cada vez mais, quase todos os aspectos da vida social, econômica, política e cultural passaram a ser experimentados com um único clique de nossos aparelhos eletrônicos.

Diante dessa nova realidade virtualizada, os analistas fizeram uso de diferentes conceitos para tentar dar conta do capitalismo avançado em sua conexão com a sociedade globalizada. O termo capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), dentre outros como capitalismo de rede, economia de plataformas, vigilância eletrônica, vigilância algorítmica, parece capturar o essencial da

experiência contemporânea em termos da extrema dependência da sociedade em relação aos dispositivos eletrônicos e aos serviços de rede¹. Isso porque, nessa nova fase do capitalismo em que os dados se tornaram a mercadoria por excelência, o *Big-Data* (dados da economia ultra globalizada, capturados, armazenados e comercializados pelas *Big-Tech*) conecta-se com a ampliação da capacidade do Estado em ultrapassar os limites estritos da lei para vigiar os cidadãos, numa forma vigilância tecnológica sem precedentes.

Nesse sentido, as grandes empresas de tecnologia do Vale do Silício, começando com as mais famosas e influentes, ao oferecer serviços de informação, extraem e armazenam os dados dos usuários. Esses dados, evidentemente, são colocados à venda no mercado acionário e orientam uma grande máquina de propaganda direcionada. E essas empresas, em conluio com os estados, com o uso de sofisticadas ferramentas analíticas, criam armas cibernéticas contra a concorrência, sejam pessoas consideradas suspeitas, políticos da oposição, empresas competidoras, mídias independentes e mesmo governos considerados inimigos. Pode-se assim dizer que o capitalismo de vigilância inaugura o domínio total da tecnologia de informação

¹A definição de capitalismo de vigilância é instrutiva: “1. Uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas; 2. Uma lógica econômica parasítica na qual a produção de bens e serviços é subordinada a uma nova arquitetura global de modificação de comportamentos; 3. Uma funesta mutação do capitalismo marcada por concentrações de riqueza, conhecimento e poder sem precedentes na história da humanidade; 4. A estrutura que serve de base para a economia de vigilância; 5. Uma ameaça tão significativa para a natureza humana no século XXI quanto foi o capitalismo industrial para o mundo natural nos séculos XIX e XX; 6. A origem de um novo poder instrumentário que reivindica domínio sobre a sociedade e apresenta desafios surpreendentes para a democracia de mercados; 7. Um movimento que visa impor uma nova ordem coletiva baseada em certeza total; 8. Uma expropriação de direitos humanos críticos que pode ser mais bem compreendida como um golpe vindo de cima: uma destituição da soberania dos indivíduos” (Zuboff, 2020).

por parte de grandes corporações que, mesmo dentro de suas áreas específicas de atuação, como as empresas de vigilância, de segurança, de investimentos e de armamentos, passam a praticar a coleta massiva de dados para usos estratégicos, fomentando riscos e alimentando negócios bilionários.

O texto argumenta, de forma preliminar, que a atual fase do capitalismo de vigilância representa a dissolução das esferas autônomas da modernidade e um conluio entre governo, agências de vigilância, empresas de segurança e empresas de tecnologia. Trata-se não apenas de uma vigilância em sentido estrito, mas de uma nova configuração das relações sociais em que a dimensão do controle virtual e da dependência tecnológica se torna determinante. As crises econômicas, ambientais, políticas e as guerras dos últimos 20 anos aceleraram o poder das *big-tech* e pouco espaço existe para a busca de alternativas². As regras do direito e os espaços de exercício dos direitos de cidadania estão ameaçados. Os consensos em torno do direito de privacidade e dos direitos humanos estão sendo desfeitos. Como serão as lutas por liberdade, igualdade e justiça num mundo mediado por uma rede virtual sobre a qual não há instância de controle?

²As *big-tech* compreendem originalmente cinco grandes empresas de tecnologia de informação, situadas no Vale do Silício, na Califórnia, berço da miniaturização dos processadores de computador: *Google, Apple, Facebook, Amazon* e *Microsoft*. Estas corporações e outras empresas da área de comunicação ofereceram seus serviços originais, usando as plataformas digitais em conexão com os equipamentos portáteis. Mas, desde cedo, os seus CEOs perceberam que o negócio era muito maior do que haviam previsto. Assim, eles passaram a investir em soluções de informática de amplo espectro para atender demandas cada vez maiores de quase todos os setores econômicos e da vida social. São soluções logísticas, de armazenamento de dados, de predição comportamental, de análise de dados, de vigilância, de venda de produtos *smart*, de planejamento estratégico e de um amplo leque de serviços digitais. Seus clientes são governos, militares, universidades, bancos, seguradoras, montadoras de veículos, fábricas de aparelhos eletrônicos, companhias de engenharia de construção, de navegação, de aviação e de engenharia de transportes. (Zuboff, 2020, p. 202-206).

Para refletir sobre essa configuração do capitalismo e da cultura globais, o texto pretende fazer a) uma retomada do debate sobre vigilância eletrônica antes do advento das *big-tech*; b) uma caracterização geral do capitalismo de vigilância, dando ênfase às *start cities*; e c) uma discussão sobre os conceitos de estado de exceção (Agamben, 2004) e de necropolítica (Mbembe, 2019), traçando conexões possíveis entre esses conceitos e a emergência de um estado de exceção digital (Zuboff, 2020, p. 128).

A vigilância localizada na sociedade globalizada

Nesta parte do texto, pretendo apresentar um breve histórico da discussão sobre as novas tecnologias de controle no período imediatamente anterior às redes e à disseminação das empresas de tecnologia de informação do Vale do Silício. Trata-se do período da virada do século XX para o XXI, no contexto do que alguns autores chamam de globalização e modernidade tardia (Bauman, 1999; Kumar, 2006; Garland, 2008). Os temas da violência e da justiça criminal podem representar um bom ponto de partida para a discussão. David Garland (2008) fez um balanço dos dilemas da sociedade capitalista contemporânea que, segundo ele, trata-se de uma nova cultura do controle do crime. Nos 30 anos anteriores aos anos 2000, ocorreu uma crise sem precedentes do sistema penal do Estado social: declínio do ideal de reabilitação, endurecimento das punições, reinvenção da prisão de segurança máxima, expansão da infraestrutura de prevenção e repressão do crime, comercialização do controle do crime e disseminação de técnicas eletrônicas de vigilância. As estratégias neoliberais de privatização do controle do crime por meio do aumento da prevenção e da severidade da punição andaram de par com uma lógica de securitização do crime e da punição (Garland, 2008; Chamayou, 2020)³.

³ Uma das características marcantes deste período é o que chamou de inflação carcerária: ou aumento exponencial das taxas de encarceramento, a expansão das prisões de segurança máxima e o uso extensivo de dispositivos eletrônicos de

Garland define essas mudanças como a nova cultura do controle. O crime passa a ser gerido por uma rede que articula família, comunidade, instituições policiais e agências privadas por meio da informação. A educação continuada e à distância domina o mercado da formação. O trabalho fabril libera os trabalhadores do ponto e do controle do tempo em prol da produtividade e do trabalho realizado em outros locais. Essa nova configuração do mundo contemporâneo produz o que foi denominado de sociedade de controle, a partir do momento em que se deu a generalização da rede mundial de computadores. Nesta, o controle do tempo, dos acessos, das atividades humanas e dos comportamentos passaram a ser dispostos em redes eletrônicas, cujo alcance se estendeu para além dos chamados controles sociais localizados no modelo da disciplina fabril e punitiva (Deleuze, 1999; Jones, 2000).

Os efeitos da globalização em termos da mundialização do mercado de trabalho, o aumento das desigualdades, as disparidades de desenvolvimento dos países e regiões, as pressões da imigração global, a lógica militarizada de combate ao terror e a destruição ambiental compuseram o quadro geral de problemas cuja solução foi mediada pelas grandes corporações privadas na forma de uma vigilância sistemática (Garland, 2008; Wacquant, 1999). As megacidades foram vistas, nesse período, como foco de conflitos, violência e criminalidade. Rasgadas por vias expressas, marcadas pelas construções em escala gigantesca e divididas em espaços segregados e privatizados, as cidades se converteram em espaço de risco e de incertezas:

Os indivíduos talvez sejam obrigados a se submeter a revistas ou a ser monitorados e filmados, assim como talvez sejam sujeitos à exclusão sem qualquer motivo aparente. Há uma justiça bruta de

vigilância marcaram fortemente o modelo de gestão criminal por empresas privadas (Alexander, 2017). No tema do controle privado, a segunda temporada da série *Black Mirror* (2013) tem dois episódios que merecem ser analisados, pois apontam para uma distopia da investigação criminal e da punição, como radicalizações dessas tendências: *White Bear* e *White Christmas*.

exclusão e de vigilância integral que se tornou gradualmente habitual na nossa experiência e que é cada vez mais vista como condição necessária para salvaguardar a segurança e o lazer de consumidores e cidadãos decentes (Garland, 2008, p. 341).

O desenvolvimento de tecnologias de identificação biométrica, o uso de *microchips* que armazenam todas as informações biográficas das pessoas num único *card*, o uso de videoconferências e de audiências à distância pelos tribunais, assim como a disseminação de técnicas mais abrangentes de rastreamento de veículos, de pessoas e de objetos tornaram-se parte corriqueira das sociedades ocidentais nesse período (Berthoud, 2002). Um amplo mercado de segurança privada foi criado, fazendo com que o efetivo de seguranças privados se tornasse três vezes maior que o efetivo de policiais pagos pelo estado. As indústrias de armas e de dispositivos de segurança tornaram-se altamente lucrativas no *home-front*. Os espaços abertos e fechados incorporaram as câmeras e os detectores de metais. Portanto, na virada do milênio, os controles eletrônicos como o cartão eletrônico, as câmeras de vigilância e as senhas de acesso estavam se tornando norma. O acesso aos escritórios, bancos e órgãos de governo estavam sendo controlados por empresas de segurança. Eram os chamados espaços públicos-privados, que apontavam para novas formas de controle da visibilidade numa sociedade entendida então como pós-panóptica (Mathiesen, 1997; Bauman, 1999; Kwet, 2020).

No universo da justiça criminal, em torno dos anos 2000, nos EUA, já se encontram disseminadas práticas de controle eletrônico que articulavam os bancos de dados de delinquentes, de delinquentes sexuais, de reincidentes, de jovens negros deserdados e de imigrantes. Eles compunham uma massa desprivilegiada, considerada de alto risco, submetidas ao encarceramento em massa ou ao então chamado panoptismo penal. (Wacquant, 2001; De Gournay, 2002; Alexander, 2017). Os primeiros anos da revolução da informação estavam acompanhados de retóricas otimistas (novas e-topias cosmopolitas) ou pessimistas (o *Big-Brother* de

George Orwell ou o *Farhenheit 451* de François Truffaut). Olhando em retrospectiva, seria fácil questionar as visões maniqueístas relativas aos efeitos da tecnologia da informação. Mas, àquela época, o cardápio tecnológico da chamada modernidade tardia parecia ser bem indigesto (Hand; Sandywell; Geatherstone, 2002)⁴.

Perguntava-se se a comunicação, através das novas tecnologias, tornava-se uma nova forma de controle social ou se o usuário das redes virtuais estava mais vulnerável aos controles do estado. Certamente, as preocupações eram concretas e apontavam para os benefícios da comunicação, mas também para a emergência de novos riscos (Beck, 2010; Deleuze, 1999; Weidmann, 2001). Quais eram os limites e os perigos do uso das tecnologias digitais, sobretudo via internet, como *webcam*, *chats*, *e-mail*, redes de relacionamentos, redes de troca de informações pessoais? Quais eram os limites que deveriam ser impostos ao uso dessas tecnologias, sobretudo para crianças e jovens? Não se tratava de uma nova forma de controle digital? A proliferação das novas tecnologias de informação e de comunicação não teriam como efeito uma invasão da vida privada?

Essas tecnologias abriram espaço para *voyeurismo*, *bullying*, *stalking* e, sobretudo, a expansão das redes de exploração sexual de mulheres e de crianças. Também houve alertas sobre os riscos dos negócios ilegais facilitados pelas redes virtuais. Havia os riscos ainda mais graves como espionagem, violação de segredos médicos, psiquiátricos, estatais ou empresariais (Davies, 2001). No contexto da chamada guerra ao terror, as tecnologias de vigilância eletrônica ganharam uma dimensão muito maior: as câmeras de vigilância, dispostas nos pontos mais altos dos edifícios de grandes cidades

⁴O cardápio indigesto da modernidade tardia não é novidade. No período entre guerras, na Europa, centro do capitalismo industrial e da emergência dos movimentos de massa, sobretudo de trabalhadores, as ambivalências entre avanços tecnológicos e ameaças existenciais já estavam colocadas. A despeito das tonalidades moralistas, fáusticas e apocalípticas, *Metrópolis* (1927) de Fritz Lang é um excelente exemplo: a máquina que substitui pessoas é símbolo de avanço científico e de decadência moral.

americanas, passaram a operar em rede, via satélite. As câmeras foram conectadas a poderosos computadores que acessavam os principais bancos de dados governamentais e corporativos. Essas técnicas de controle foram baseadas numa legislação de exceção, tanto que Zuboff (2020, p. 135) denominou isso de “excepcionalismo da vigilância”⁵. As técnicas de reconhecimento facial começaram a ser desenvolvidas nesse contexto, sendo inicialmente aplicadas em aeroportos, estações e grandes áreas de concentração de pessoas (Uhl; Akoun; Ansart, 2002).

Os textos deste período falam de uma distopia panóptica. Não hesito em fazer a ponte entre essa discussão de virada de século e a produção cinematográfica da trilogia *Matrix* (1999-2003). Creio que na época, os filmes ainda pareciam alucinados na medida em que os limites entre realidade e virtualidade se esboroavam.

O período imediatamente anterior ao surgimento das *big-tech* pode ser considerado um laboratório de experiência de controle digital. Os dispositivos de vigilância e controle começaram a ser usados em razão dos riscos da modernidade tardia e de avanços da tecnologia de informação. Ou eles representaram um primeiro ensaio de controle total ou foram os últimos movimentos de uma técnica de vigilância generalizada da sociedade disciplinar dos séculos XIX-XX (Foucault, 1987; Deleuze, 1999).

⁵ O legado do 11 de setembro de 2001 é profundo e trágico. Os EUA e seus aliados invadiram países da Ásia Ocidental e do norte da África, provocaram guerras destrutivas, massacres de inocentes e uma vasta lista de sanções econômicas contra países que supostamente suportavam o terrorismo. Essas guerras provocaram o colapso econômico desses países, crise social profunda e a morte de mais de 4 milhões de pessoas. As coberturas midiáticas ressaltavam que as guerras modernas seriam guerras tecnológicas, de informação e de redução de fatalidades. Mas, na verdade, esse período inaugurou o mais nocivo, abrangente, durável e violento estado de exceção da história.

A vigilância globalizada na era do capitalismo digital

O governo digital e a vida virtualizada começaram a se tornar realidade no contexto imediatamente posterior à virada do milênio. Esse modelo teve um início restrito aos espaços privados, aos shoppings-centers, aos condomínios fechados, aos bancos, às agências governamentais e às telecomunicações. Aos poucos se estendeu para as áreas centrais das cidades. A partir dos anos 2000, se estendeu para todas as atividades, sobretudo com a articulação entre câmeras privadas e públicas, numa rede unificada. Hoje, estamos vendo os efeitos deste processo em vários âmbitos de nossas vidas, sobretudo com as oportunidades de virtualização surgidas no contexto da pandemia de Covid.

No contexto atual, seria importante pensarmos o que está acontecendo nas cidades globais a partir da gestão *high-tech*. Houve certamente a universalização da portabilidade, promovida pelo acesso às tecnologias 4G e 5G. O uso de computadores portáteis, de *smartphones*, da chamada internet das coisas e do processamento e armazenamento de dados via *cloud computing* definem as características mais marcantes desse período. A informação que circula em velocidades astronômicas na rede, usando toda a capacidade de computação instalada, atingiu seu ápice com o uso de armazenamento de dados em poderosos *data-centers*. A comunicação via cabos óticos e por satélite permitiram um fluxo de dados com grande capacidade de processamento. O chamado *big-data* e os processadores rápidos criaram novas oportunidades de mercantilização, de análise e de controle de dados⁶. Em razão disso, essas estruturas, hoje, são consideradas como críticas a serem protegidas em situações de crise e de guerra tanto quanto as instalações nucleares. E a disseminação dos chamados aplicativos

⁶ Zuboff calcula que em 1986, apenas 1% da informação do mundo estava digitalizada. A partir de 2013, 98% da informação mundial está em bases digitais, sendo que apenas a empresa *Google*, em 2016, possuía um total de 2,5 milhões de *data-centers* em todo o planeta (2020, p. 220).

está abrindo as portas da coleta de dados em escala global. Todas as empresas que usam aplicativos estão se tornando empresas de capitalismo de vigilância, pois para prestar serviços, em geral gratuitos, colhem os dados dos usuários (Zanata, 2018; Gomes, 2019; Zuboff, 2020)⁷.

Como pela primeira vez na história, os equipamentos estão conectados 24 horas, isso permite a coleta e análise permanente de dados, sobretudo dados privados. A capacidade de fiscalização e de vigilância aumenta muito tanto em razão das câmeras de vigilância de última geração, do uso de *drones* para coleta de dados, monitoramento, transporte, entregas e como ferramenta de guerra tecnológica (Chamayou, 2015). No cerne da indústria, a automação fabril e a logística informacional já fazem uma revolução sem precedentes da capacidade produtiva e da liberação do trabalho repetitivo (Bruna *et al.*, 2018). A miniaturização dos processadores computacionais, sobretudo aqueles voltados para as telecomunicações, permitiram o surgimento em velocidade extraordinária de todo tipo de equipamentos *smart*: automóveis autônomos, *drones* teleguiados, robôs alimentados por inteligência artificial, centros cirúrgicos, controle de tráfego e aéreo conectados às redes, alimentando a capacidade preditiva de empresas e de governos⁸. Já ficamos acostumados com os dados “lidos” por

⁷ Essas empresas também estão investindo em aprendizado de máquina e em inteligência artificial, em robotização de processos produtivos, na indústria do entretenimento, na área médica, na área farmacêutica, nas residências inteligentes, nos tradutores portáteis, nas cidades inteligentes, no policiamento preditivo, no reconhecimento facial, nas tecnologias biométricas, na biotecnologia, na nanotecnologia, nos programas espaciais e nos enxames de satélites de comunicação. As aplicações dessa teia cibernética são virtualmente infinitas (Zuboff, 2020, p. 202-206).

⁸ Nossa casa está na mira do capitalismo de vigilância. Prova disso é a disputa, entre empresas concorrentes, em 2017, por um mercado de US\$ 14,7 bilhões para eletrodomésticos conectados – contra US\$ 6,8 bilhões do ano anterior. Nesse ritmo, o montante chegará a US\$ 101 bilhões em 2021. Comercializados há alguns anos, objetos absurdos espreitam nossos interiores: escova de dentes inteligente, lâmpada inteligente, xícara de café inteligente, forno inteligente, extrator de suco

máquinas, como textos, imagens, sons, lista de pagamentos, informações bancárias, governamentais e todo o repertório de atividades informacionais que se processam pelas redes (Branco, 2019; Canto, 2019). A tecnologia *smart* coloca à disposição das empresas de tecnologia, de bancos, agências de segurança, empresas de seguros e dos governos uma importante quantidade de dados: dados de conexão comunicacional, de deslocamento, de transferência de informações, de conexões máquina-máquina, de localização, de tempo de acesso etc⁹.

Estamos diante de uma realidade em que empresas, governos e pessoas vivem conectados às redes quer pelo sinal telefônico quer pelo acesso aos cabos de alta velocidade¹⁰. Os sinais de rádio e as conexões ópticas determinam a configuração do espaço cibernético, numa verdadeira poluição eletromagnética. Grandes negócios e oportunidades surgiram com essa ubiquidade da comunicação de rede.

Outra firma de marketing em dispositivos móveis recomenda “marketing de padrão de vida”, baseado em técnicas oriundas da inteligência militar conhecida como “padrões de análise de vida”. Estes envolvem reunir dados de localização e outros relativos a telefones, satélites, veículos e sensores para juntar inteligência sobre

inteligente, sem esquecer os talheres inteligentes que prometem melhorar sua digestão. Outros parecem mais preocupantes: câmera de vigilância doméstica com reconhecimento facial, sistema de alarme que monitora as vibrações incomuns que precedem uma invasão domiciliar, GPS interno, sensores que se adaptam a todos os objetos para analisar movimento e temperatura, isso sem falar das baratas ciborgues que detectam sons. Até o quarto do bebê foi redesenhado para se tornar uma fonte de excedente comportamental (Zuboff, 2019, p. 07).

⁹ HAL 9000, o computador de bordo da espaçonave de 2001: *Uma Odisseia no Espaço* (1969) de Stanley Kubrick antecipa em décadas os prodígios da inteligência artificial somente possíveis hoje.

¹⁰ Zuboff cita um CEO de uma empresa de tecnologia digital que teria dito que seu objetivo era conectar todas as coisas existentes no mundo (2020, p. 259). Ou, nas palavras de outro CEO: temos que renderizar tudo o que existe (2020, p. 271). Lendo este tipo de afirmação dá para imaginar que as renderizações radicais da trilogia *Matrix* (1999-2003) e da série *Altered Carbon* (2018) não são tão delirantes.

padrões de comportamento diários de uma *person of interest* com o objetivo de prever comportamento futuro. Marqueteiros são exortados a ‘mapear padrões cotidianos’ de um “público-alvo” a fim de “interceptar pessoas em suas rotinas cotidianas com mensagens de marcas e promoções” (Zuboff, 2020, p. 279)¹¹.

A mais notória das transformações da era da comunicação informacional é a *smart city*. Ou seja, a implantação de uma plataforma digital, privada e pública, que conecta serviços públicos, empresas privadas, comércio, transportes e cidadãos. A *smart city* abriu novas perspectivas de mercado, pois todo o planejamento urbano e toda a gestão urbana podem ser colocadas em um novo patamar. Não se trata apenas de acesso livre à internet no espaço urbano, mas um novo conceito de urbanismo *smart* (Aragão e Benevides, 2019; Mendes, 2020).

No urbanismo tradicional, a questão fundamental diz respeito ao direito do cidadão ou do consumidor a ter acesso aos serviços públicos e privados. Isto vale para a saúde, educação, transporte e qualidade de vida de uma forma geral. A cidade como espaço público em que a cidadania se realiza na forma do acesso do cidadão aos serviços envolve também a redução das desigualdades sociais. Na *smart city* não apenas o cidadão acessa os serviços. Ele é também acessado na medida em que seus dados são capturados para efeito de controle e de conhecimento. Estacionamentos, pedágios, câmeras de vigilância, controles de tráfego, controle de acesso a estações e ao transporte, mapas virtuais, dados sobre problemas de trânsito, fornecimento de água e energia, informações sobre meteorologia, alertas de emergência, solicitação de serviços de urgência, indicação dos endereços de serviços mais usados e localização de pessoas são alguns dos serviços disponíveis nos *smartphones* conectados às redes públicas e privadas. Essas informações podem ser acessadas e

¹¹ Dispensados os comentários sobre o uso destas tecnologias no assassinato de lideranças políticas, de chefes militares e de guerreiros na fase genocida da guerra ilegal de Israel contra a faixa de Gaza, Líbano e Irã?

analisadas para efeito de planejamento e controle (Graham, 2016; Branco, 2019; Mendes, 2020).

Trata-se, portanto, da emergência de uma cidade neoliberal, movida pela gestão por aplicativos e por redes de acesso a dados, que permite um grau alto de mobilidade. Não é apenas uma gestão em tempo real, mas também o aumento da capacidade preditiva. Então, as *smart cities* aos poucos vão implantando uma concepção de cidade que está cada vez mais atrelada à ideia da gestão via aplicativos e eficiência da gestão de serviços, ao mesmo tempo em que se processa a captura de dados em escala. Quais são as implicações? A gestão urbana deixa de ser realizada no fórum político e público, condicionado pela discussão e pelo debate em torno das diferenças e da pluralidade? Nesse momento, a cidade, em todos os seus aspectos, é gerida por interesses econômicos privados. Seria interessante refletir não apenas sobre as vantagens de uma gestão urbana *high-tech*. A questão da eficiência e da sustentabilidade energética tem que fazer parte do debate público sobre as vastas possibilidades e perigos da gestão urbana *smart* (Mendes, 2020).

Estado de exceção digital?

Como a coleta e o uso de dados privados compõem o *backbone* do sistema *smart*, não seria caso de pensar num estado de exceção digital? Em linhas gerais, estado de exceção é uma formulação mais ampla dos vários aspectos contidos em expressões como “estado de sítio”, “estado de emergência”, “estado de urgência”, “lei marcial” e até “estado de necessidade”. Em geral, aponta para uma situação em que direitos básicos, previstos e inscritos na lei, são suspensos ou relativizados pelos mecanismos e agentes responsáveis pela sua aplicação e proteção.

Os instrumentos de exceção são temporários, parciais ou localizados, mas o estado de exceção se torna permanente, geral e universal. O estado de exceção pode ser efeito da abundância de normas a tal ponto que elas se tornam abusivas, confusas e sujeitas

a diversas interpretações em suas aplicações. Ou pode ser decorrência da ausência de normas específicas sobre situações novas. A pandemia de Covid-19 representou uma experiência duplamente traumática. A doença era altamente contagiosa e letal. E as exigências sanitárias de controle eram severas: isolamento social, quarentena, trabalho e educação remotos, distanciamento social, verificação em tempo real dos processos de contágio e das pessoas contagiadas, limitação de mobilidade, universalização das atividades on-line, como compras, pagamentos, documentação, audiências, aulas, trabalho, lazer etc. Sendo assim, o caráter excepcional da pandemia decorreu tanto de uma situação não prevista, mas também da abundância de medidas divergentes e até contraditórias. Ou seja, o cerne do estado de exceção diz respeito à tensão permanente entre direito e fato, entre proteção e intervenção, entre liberdade individual e segurança coletiva. A *decisão* soberana nesse sentido é crucial, pois na *liminaridade* entre segurança e proteção, entre quem tem que viver e quem precisa morrer, a prerrogativa arbitral é do soberano. E sabemos que o estado de exceção não é um caso de discussão apenas teórica, basta lembrar que, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, relativos a setembro de 2024, foram mais de 7 milhões de mortes no mundo por Covid, desde janeiro de 2020.

Importante ressaltar que a decisão soberana é necessariamente arbitrária, já que a lei é aplicada com a condição mesma de sua *desaplicação*. As decisões sanitárias implicaram num duplo jogo de proteção e desproteção, por exemplo, quando se tratava de decidir sobre os grupos de risco e sua prioridade em termos de vacinação. Houve hesitações sobre a necessidade e urgência das medidas de proteção contra o contágio. Em vários países, campanhas de desinformação ganharam grande apelo nas redes sociais e certos governantes se posicionaram contra as medidas sanitárias e até mesmo divulgaram mentiras sobre a doença e seus efeitos. Quantas mortes podem ser imputadas a essas decisões “soberanas”? O fato é que a realidade, e um certo bom senso, se impôs e direitos foram restritos ou limitados em prol da saúde coletiva. Mas a fatura

biopolítica da pandemia ainda não se fechou e, hoje, estamos vivendo seus efeitos em termos da generalização de um modo de vida quase totalmente digital, que virou regra.

Pensando na formulação teórica de Giorgio Agamben, o estado de exceção é o poder instituído pelas leis que, ao serem aplicadas, são violadas: “para aplicar uma norma é necessário, em última instância, suspender sua aplicação, produzir uma exceção” (Agamben, 2004, p. 63). Ou seja, ainda em seus termos, “a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (Agamben, 2004, p. 13). A experiência da pandemia e seu efeito de normalização do estado de exceção digital parecem corresponder a essa formulação teórica.

Considerando a realidade brasileira, como compreender o estado de exceção? Botelho (2020, p. 69) aponta cinco características do estado de exceção. Vou resumi-las aqui. Primeira: o estado de exceção se caracteriza por uma perda de legitimidade do poder político. Como exemplo, o autor cita a tendência à direita populista no cenário político. Segunda: o estado de exceção se desenvolve por meio da crise da sociedade do trabalho. Em termos mais precisos, a perda de direitos trabalhistas, a expansão da economia por aplicativos, a precarização do trabalho etc. Terceira característica: a chamada crise do monopólio de violência estatal. Isto é, a ampliação repressiva do estado, com uso sistemático de força, gradativamente aliada a estrutura privatizada e miliciana de segurança. Quarta: indistinção entre os poderes estatais instituídos. Quinta: aumenta o caráter seletivo e desigual da atuação estatal, reforçando desigualdade de classe, de gênero e de raça. Resumindo todas essas características, podemos dizer que o estado de exceção estimula a militarização da sociedade e ajuda a expandir a linguagem do inimigo nas relações civis, inclusive, na comunicação. Dito isso, não seria possível acrescentar uma sexta característica? As tecnologias de informação, tornadas normais no

contexto posterior à pandemia, não seria um novo componente do estado de exceção? Um estado de exceção digital?

Uma nova escravidão digital?

A discussão sobre necropolítica é informada pela sua conexão com os conceitos de biopoder e estado de exceção. Achille Mbembe (2019) diz isso literalmente: o poder soberano se define pelo exercício sobre a decisão sobre a morte e a vida. Essa noção dá conta das formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, faz da morte do inimigo seu objetivo supremo. Mas o autor diz que a necropolítica não deve ser entendida como a política em sua função tradicional ou em sua disfunção. O componente de guerra contra o inimigo é essencial, mas a questão é a capacidade de dispor integralmente dos corpos desses inimigos. Ou seja, a necropolítica tem uma dimensão de instrumentalização radical da vida. O limite extremo disso é a capacidade de destruição de corpos humanos e de populações submetidas ao poder, quer na forma de poder político, quer na forma de governo econômico.

Trata-se, então, de uma normalização da morte como paradigma da política e não apenas como excesso ou disfunção do poder de estado. O necropoder é constitutivo da modernidade ocidental e o seu apagamento da história é significativo. Em outros termos, a exceção violenta é parte da formação mesma do direito e da norma jurídica. O autor concorda com Michel Foucault (1999), quando este diz que a função assassina do estado só é possível de ser realizada pela via do racismo, ou seja, pela inserção do biológico no político. Mas Mbembe diz que é possível entender esta função pela relação entre racismo, mortalidade e modernidade. Ou seja, a modernidade ocidental e o capitalismo só foram possíveis por causa do projeto colonial, da escravidão, do racismo e do extermínio.

Sendo assim, a experiência da escravidão é uma das primeiras manifestações da biopolítica (Mbembe, 2019, p. 27). Mais do que isso, o sistema de *plantation* é uma manifestação do estado de

exceção, pois se baseia na desumanização do escravo. O escravo, nesse sistema, perde o lar, perde o direito sobre seu corpo e é destituído de seu estatuto político. O necropoder pressupõe um poder e uma dominação absoluta. O objetivo último desse poder é transcender a vida, por meio do uso da violência sistemática, do recurso a mecanismos cruéis de controle dos corpos, da aplicação de um sistema complexo de instilação do terror como forma de submissão e pela invenção política do *apartheid* e do genocídio. Nesse sentido, a experiência da colônia e do tráfico atlântico provoca a primeira síntese entre o massacre e o desenvolvimento da racionalidade burocrática. Apesar do uso sistêmico da violência e da crueldade, o objetivo do necropoder é dispor dos corpos de forma econômica e politicamente eficaz. O senhor de escravos, assim como os traficantes e comerciantes, detém poder soberano, tendo prerrogativas do direito de vida e de morte. Não se trata apenas de suspensão do direito e da lei, mas, na verdade, trata-se de um poder extraterritorial e extrajurídico.

O uso da força é componente fundamental e é considerado necessário para o projeto de dominação. Como um direito de guerra, a morte do inimigo não implica em violação da lei penal, não sendo, portanto, passível de punição. Os crimes necropolíticos não são, sua essência, crimes diante da lei. No contexto, então, do necropoder, não há distinção entre guerra e paz. A colônia é um sistema de guerra permanente. “As guerras coloniais são concebidas como a expressão de uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador face a um inimigo absoluto” (Mbembe, 2019, p. 37).

Se o conceito de necropolítica permite compreender o quadro de violência da experiência colonial e da escravidão, ele também pode ser essencial para pensar os contextos em que os limites entre guerra e paz, entre uso da violência e da lei, tornaram-se porosos. A chamada guerra total, proporcionada pelo uso da tecnologia informacional e praticada por meios automáticos, é o exemplo mais atual dessa face assassina do poder. O *apartheid* na África do Sul e a colonização da Palestina por Israel são outros exemplos em que a gestão burocrática, alimentada pela tecnologia e pelo poder de fogo

das armas modernas tendem a suprimir direitos, eliminar oponentes e virtualmente eliminar pessoas, sem responsabilização jurídica e mesmo sem condenação moral. A necropolítica é essencialmente um poder imoral, no sentido que funda uma moralidade que separa de forma radical o “nós” dos “outros”¹².

Como resistir? Essa é a pergunta que deve ser tomada seriamente (Gros, 2018). A história da resistência está intimamente ligada à história da resistência escrava. A despeito de séculos de opressão, as lutas anti escravistas foram relativamente bem-sucedidas. A luta nunca termina e os escravos do passado ainda se defrontam com os efeitos da colonialidade do poder e do saber. Toda forma de resistência é política. O necropoder não impediu o surgimento de lutas de descolonização, não impediu várias formas de resistência, mesmo aquelas consideradas passivas. O corpo escravo é, necessariamente, um corpo rebelde, insurgente. A luta contra a distopia de dominação digital, como um novo colonialismo, deve ser baseada na busca por tecnologias alternativas, quer em termos de uso comunitário ou de tecnologias compartilhadas. O grande irmão digital está em todos os lugares e detém controle sobre os sistemas críticos de nossa sociedade, a resistência deve estar imbuída, portanto, pela luta contra todas as formas de dominação, desde as tradicionais lutas de classe, raça e gênero, como as atuais lutas pela democracia digital (Mohanty, 2008).

¹² A quarta temporada de *Black Mirror* (2017) tem um episódio chamado *Metalhead*, que figura um cachorro mecatrônico cujo papel específico é matar tudo o que se move em sua frente. Na terceira temporada (2016), há um episódio, chamado *Men Against Fire*, que trata do dispositivo digital, usado nos óculos dos soldados para os desvincular moralmente das pessoas que eles assassinaram de forma implacável. Não tem como não fazer as aproximações com a fase atual das guerras tecnológicas e, mais especificamente, com as ações criminosas de Israel contra o povo Palestino.

Aliás, as lutas já estão ocorrendo dentro dos espaços virtuais. Mídias alternativas, postagens críticas, *sites* de denúncia e todas as formas de ativismo digital têm encontrado nas redes um solo fértil para se desenvolverem. O feminismo negro, os movimentos que lutam pela igualdade racial ou de gênero, os coletivos de jovens e todas as formas alternativas de vida sustentável estão presentes nas redes. Falta, talvez, uma maior organização destes grupos, mas sabemos de seu impacto na organização de insurgências contra o racismo e a violência policial nos EUA, a luta contra o assédio sexual, a resistência palestina ao genocídio promovido por Israel e mesmo movimentos como o *Occupy Wall Street*, o *Black Lives Matter* e *Me Too* tiveram as redes como plataforma de organização. Por mais diversos que sejam, esses grupos apresentam alternativas à institucionalidade digital.

O que resta fazer? Aqui apenas introduzi algumas sugestões. Em termos mais específicos, a luta precisa ser pautada pelo controle social sobre os dados disponibilizados e sobre o uso permitido destes mesmos dados. A transparência por parte das empresas e governos em relação a sua política de dados é condição necessária para a ativação de uma política digital. O direito à privacidade e aos dados pessoais precisa ser integrado ao repertório dos direitos humanos. Uma cidadania digital ativa precisa ser iniciada, com a educação digital sendo oferecida nas escolas e universidades. Os agentes sociais e políticos precisam se conscientizar dos limites e ameaças presentes na disseminação dos instrumentos digitais. A cidadania digital deve compreender ainda o direito ao apagamento dos dados pessoais e o direito de ter acesso aos dados armazenados, tanto por empresas como pelos governos. Por fim, a luta contra a escravidão digital está apenas em suas fases iniciais, pois as tecnologias de informação também são parte da luta em termos do aumento de acessos e direitos mais amplos como divulgação e campanhas contra o mau uso das redes. Mas, talvez, a ação mais crítica deva residir na consciência dos usuários: lutar para garantir o direito a uma vida desconectada, bem como trabalhar para construir coletivos e entidades que façam ativismo

contra a extração, análise e uso de dados sem consentimento. Zuboff chama isso de direito a um tempo futuro e direito a um santuário (2002, p. 71).

Conclusão: somos ciborgues¹³

Bom dia, Alexa!
Quais são os meus compromissos de hoje?
Qual é a previsão do tempo?
Qual roupa devo vestir?
Como eu estou me sentindo hoje?
Afinal, Alexa, quem sou eu?

Quem ainda não está acostumado com cenas corriqueiras como essa? Esses cenários não pertencem mais ao universo da ficção científica. A série *Black Mirror* (2011-2023) explora sistematicamente os limites entre a realidade e a ficção *high-tech*. Em vários episódios, no futuro próximo, as tecnologias virtuais fazem parte da vida cotidiana. A dependência extrema das máquinas já não parece tão estranha para nós telespectadores.

A teoria social do século XIX, para interpretar o presente, retirou sua imaginação dos fatos passados e os projetou para o futuro. Desde então, foi sendo criada uma tradição de pensamento social que se inscreve na história e que tem no processo histórico sua fonte de inspiração. Duas tradições de pensamento distintas, mas não separadas, surgiram a partir desse período: uma utópica e uma distópica. Sabemos mais ou menos o destino trágico da tradição utópica. A atual fase da sociedade ocidental parece dialogar mais diretamente com a tradição da distopia. No presente domínio das máquinas sobre a vida, a ciência empurra a sociedade à frente, enquanto a ficção alerta para os perigos dessa tendência. Como o *Angelus Novus* (1920) de Paul Klee, interpretado magistralmente por

¹³ Devo esta ideia à Donna Haraway (2009). Agradeço à Maria Eduarda de Moraes Torres por esta indicação bibliográfica.

Walter Benjamin (1986), estamos sendo projetados de costas para o futuro com os olhos pregados no passado.

Na ficção científica, os limites entre seres humanos e máquinas são questionados e colocados à prova. Em geral, as máquinas tentam se humanizar, quer mimetizando comportamentos e atitudes dos humanos, quer produzindo memória e identidade. Em *Blade Runner* (1982), os *replicantes* desejam ter o direito de não saber a data de sua morte. Em *Solaris* (1972), a *visitante* preenche o vazio deixado por uma pessoa amada e se torna humana. Mas, parece que estamos mais próximos de um corpo-máquina: híbridos. Seja como for, em quase todas as fotos publicadas nas redes sociais, as pessoas estão com seus aparelhos de celular nas mãos, às vezes se equilibrando entre uma atividade ou outra; às vezes, decidindo o que fazer primeiro no celular e depois na vida real, às vezes, vendo sua vida retratada nas *selfies*, achando estas representações muito melhores do que o real.

A vida na modernidade digital está condicionada de forma inexorável pelas tecnologias de informação. E dependemos cada vez mais das artificialidades de uma vida administrada em todos os seus níveis: medicações e dietas miraculosas; implantes e cirurgias operadas por computadores; relacionamentos e atividades culturais virtuais; treinamentos, processos educativos e de trabalho intensivos, mediados pelas indefectíveis máquinas. Nossos corpos, nossos dados e nossas vidas estão ficando tão integrados às redes virtuais e tão dependentes dos aparatos tecnológicos que o futuro nunca esteve tão próximo. E caso não haja uma catástrofe ambiental ou uma terceira guerra mundial (e talvez até mesmo a despeito disso), já somos e vivemos como ciborgues. Estamos mirando a vida biológica e a humanidade do ser humano serem tragadas pelas promessas vindouras de um mundo em que humanos, máquinas e inteligência artificial não serão mais discerníveis.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ARAGÃO, Alana Araújo e BENEVIDES, Pablo Severiano. Governamentalidade algorítmica e Big data: o uso da correlação de dados como critério de tomada de decisão. **Comunicação apresentada no VI Simpósio Internacional LAVITS**, Salvador, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BENJAMIN, Walter. "Teses sobre o conceito de história" *in*: **Obras Escolhidas**, volume I. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERTHOUD, Gerald. L'horizon d'une surveillance omniprésente? **Revue Européenne des sciences sociales**, Paris, v. 40, n. 123, p. 155-168, 2002.

BOTELHO, Maurilio Lima. Estado de exceção e militarização do espaço urbano. *In*: ROCHA, André Santos da. (org) **Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re)descobertas histórico-geográficas**. Duque de Caxias: ASAMIH. 2020, pg. 62-74.

BRANCO, Priscilla Alves. Smart Cities como dispositivos biopolíticos. **Comunicação apresentada no VI Simpósio Internacional LAVITS**, Salvador, 2019.

BRUNA, Fernanda *et al.* **Tecnopolíticas da Vigilância**. Perspectivas da Margem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CANTO, Mariana. Made in Surveillance: A regulação da importação e do uso de tecnologias de vigilância estrangeiras e a relativização dos direitos fundamentais e da soberania estatal.

Comunicação apresentada no VI Simpósio Internacional LAVITS, Salvador, 2019.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável.** Uma genealogia do liberalismo autoritário, 2020.

CHAMAYOU, Grégoire. **Teoria do drone.** São Paulo, Cosac & Naify, 2015.

DAVIES, Simon *et al.* **Cybertraque, vidéosurveillance. Halte a big brother!** Le Courier de l'Unesco, Paris, v. 54, n. 3, p. 16-37, mar. 2001.

DE GOURNAY, Chantal. Le bunker communicationnel: vers un apartheid des cercles de sociabilité? **Reseaux Issy-les-Moulineaux**, Lavoisier, n. 112-3, p. 347-373, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sur les sociétés de contrôle. Pourparlers: 1972-1990.** Paris: Minuit, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOMES, Letícia Simões. Policiamento preditivo, controle social e desigualdades raciais. Caxambu, **43º Encontro Anual da ANPOCS**, 2019.

GRAHAM, Stephen. **Cidade sitiadas: o novo urbanismo militar.** São Paulo: Boitempo, 2016, p. 375.

GROS, Frédéric. **Desobedecer.** São Paulo: Ubu Editorial, 2018.

HAND, Martin; SANDYWELL, Barry; FEATHERSTONE, Mike. **E-topia as cosmopolis or citadel: on the democratizing and de-democratizing logics of the internet, or, toward a critique of the new technological fetishism.** Theory, Culture and Society; London, v. 19, n. 1-2, p. 197-225, 2002.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Organização e tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

JONES, Richard. **Digital rule**: punishment, control and technology. *Punishment and Society*, London, v. 2, n. 1, p. 5-22, jan. 2000.

KUMAR, Krishan. **Modernidade e Pós-Modernidade**: a ideia do moderno. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KWET, Michael. A ascensão das redes de câmeras inteligentes – e por que deveríamos proibi-las, Intercept Brasil. 21/02/2020. <https://www.intercept.com.br/2020/02/21/redes-cameras-inteligentes-perigo/> Acesso em: 24 set. 2024.

MATHIESEN, Thomas. **The viewer society**: Michel Foucault's panopticon revisited. *Theoretical Criminology*, London, v. 1, n. 2, p. 215-234, may 1997.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MENDES, Teresa Cristina. **Smart cities**: iniciativas em oposição à visão neoliberal. Observatório da Metrópole, São Paulo, 2020.

MOHANTY, Chandra Talpade. De vuelta a Bajo los ojos de Occidente: La solidaridad feminista a través de las luchas anticapitalistas in: NAVAZ, Liliana Suárez y CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (editoras). **Descolonizando el Feminismo**: Teorías y Prácticas desde los Márgenes. México: Ediciones Cátedra, 2008.

UHL, Magali; AKOUN, Andre; ANSART, Pierre. **Intimité panoptique**. *Internet où la communication absente*. Cahiers internationaux de sociologie, Paris, v. 112, p. 151-168, 2002.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WEIDMANN, Francis. Nouvelles technologies de communication, nouvelles formes de controle social? Nouvelles technologies: quelle humanite pour demain? **Revue des Sciences Sociales**, Strasbourg, v. 28, p. 34-38, 2001.

ZANATA, Rafael A. F. **A biopolitização das plataformas: capitalismo de vigilância e resistências**. São Paulo/Florianópolis, USP/IDEC, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. Um capitalismo de vigilância. Tua escova te espiona. *Le Monde Diplomatique*. Edição 138. Mundo. 3 jan. 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/um-capitalismo-de-vigilancia/> Acesso em: 24 set. 2024.

**(Des)informação e saúde:
o papel da comunicação em meio à crise sanitária de Covid-19**

Aline Ramos Barbosa
Karolina Paulino Calhelha

Introdução

É a primeira vez que temos uma mulher como ministra da saúde no nosso país. Quero dizer, ministra, que não é a primeira vez que um ministro da saúde vem à abertura do nosso congresso. Quem estava durante a cerimônia de abertura do vigésimo quinto CBCENF, lá na cidade de João Pessoa, o ano passado, devem lembrar a forma como foi recebido o ministro Queiroga, que participou da cerimônia de abertura do vigésimo quinto CBCENF, recebido pelos congressistas com uma calorosa vaia. Mostrando que a Enfermagem diz não ao negacionismo, para aqueles que são contra a ciência. Porque a nossa profissão aposta na ciência para desenvolvimento da saúde e da sociedade. É uma honra para nós recebermos a ministra Nísia Trindade, que foi recebida com muito carinho por todos os congressistas aqui em Pernambuco (Manoel Lyra, presidente do Conselho Federal de Enfermagem, fala de abertura da 26ª edição do Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem (CBCENF), em Recife-PE, setembro de 2024).

Essa fala, feita recentemente no Congresso Brasileiro de Conselhos de Enfermagem (CBCENF), nos elucida sobre pontos importantíssimos do Sistema Único de Saúde (SUS): a enfermagem como alicerce do SUS, haja vista que é um sistema idealizado para prevenção e promoção da saúde (e não apenas para o tratamento da doença); o descontentamento dos setores da saúde com a forma

como o governo Bolsonaro gerenciou a crise ligada à pandemia de Covid-19; o apoio desta categoria à ciência como forma de desenvolvimento da saúde e da sociedade; a valorização da ciência, ainda, expressa pela forma como a ministra de Estado da saúde, Nísia Trindade – pesquisadora renomada da área da saúde e ligada à Fiocruz – foi recebida no evento. O outro ministro citado, Marcelo Queiroga, foi desprestigiado no evento citado, pois teve ações referenciadas pelo negacionismo científico durante sua estada à frente do Ministério da Saúde, notadamente em relação ao combate da pandemia de Covid-19.

É a partir desse cenário, mencionado na fala de abertura do CBCENF, que buscamos elencar alguns dos fatores cruciais responsáveis por influenciar o desenvolvimento da pandemia de Covid-19 no Brasil. Com a emergência de um vírus que atingiu as sociedades em escala global – evento que por si só traz uma série de problemáticas inerentes a uma emergência sanitária desse porte –, foi possível identificar uma grave crise de desinformação no que diz respeito à propagação de informações falsas, notadas em pronunciamentos oficiais por parte do Governo Federal, e, especialmente, do Chefe do Poder Executivo na época, Jair Messias Bolsonaro.

Nesse sentido, o intuito da análise é denotar a importância da conexão entre a comunicação e o desenvolvimento da saúde, a partir de um breve resgate histórico dos meios de informação, utilizados ao longo dos anos nas questões que se referem à área da saúde. Ainda, contextualizar a importância dessa relação durante o período pandêmico – que teve seu auge nos anos de 2020 e 2021 – e, mais especificamente, denotar a gravidade das consequências, geradas por conta de um processo de desinformação na área da saúde nesse cenário.

Ao tratar de saúde pública, é fundamental visar a importância do SUS no Brasil como um sistema de saúde advindo da conquista popular e democrática, criado em 1988 pela Constituição Federal, que elenca a saúde como um direito de todos/as e um dever do

Estado. Em seus preceitos, está presente a ideia de atendimento integral com prioridade preventiva e a participação comunitária.

A partir de 1980, as Conferências Nacionais de Saúde começam a trazer a necessidade de ampliar os canais de comunicação relativos à saúde, momento em que se iniciam as discussões a respeito da importância da comunicação e da informação em saúde como meios de garantia da democratização do Estado, inerentes ao direito à saúde.

O direito à saúde é garantido pela Constituição Federal ao lado de outros direitos sociais fundamentais, e dentro de suas prestações exigidas está presente o dever do Estado em promover condições indispensáveis para uma vida saudável à população, o que implica ao Poder Público a obrigação de efetivar tal direito. Considerando a definição de saúde admitida pela Organização Mundial da Saúde como o completo bem-estar físico, psíquico e mental, incluindo questões econômicas, ambientais e sociais, é obrigatoriedade do Poder Público agir diretamente no que diz respeito à promoção da saúde, considerada em todos os seus âmbitos.

É a partir deste contexto que buscamos analisar a progressão da crise causada pelo vírus da Covid-19 em meio ao período pandêmico no Brasil. No que diz respeito aos deveres do Poder Público em garantir o direito à vida, à saúde e à informação, o período da pandemia de Covid-19 é caracterizado por uma grande problemática em torno da divulgação de pronunciamentos oficiais por parte do Governo Federal (GF) e entrevistas dadas pelo Presidente da República. Através da declaração de informações falsas a respeito da gravidade da pandemia, da promoção de medicamentos milagrosos para o tratamento da doença e da divergência do posicionamento do presidente Bolsonaro em relação às evidências científicas, o GF falha em diversos aspectos relativos à promoção de serviços necessários para a garantia da saúde e, acima de tudo, à importância de não colocar os bens da vida, da saúde e da informação em risco.

A fim de elucidar os pontos que envolvem a importância da comunicação no âmbito da saúde e as principais questões

comunicativas e informativas que atravessaram o período da pandemia nos anos de 2020 e 2021, propomos um breve resgate histórico a respeito do Sistema Único de Saúde no Brasil, perpassando as políticas de saúde, os movimentos sanitários, a integração entre saúde, educação e comunidade e, enfim, trazendo essas questões para o cenário no qual se consolidou a pandemia de Covid-19 no Brasil, a partir das falas do Chefe do Executivo e dos conflitos e das consequências que se colocaram frente a uma emergência sanitária de tamanho porte.

Reforma Sanitária e o Sistema Único de Saúde

O processo de Reforma Sanitária no Brasil tem suas raízes na década de 1970, em meio à ditadura militar e, portanto, em período de exceção democrática. Sendo assim, é um movimento da saúde, pela busca da democratização da saúde, que se junta a demais anseios de outros tantos movimentos, que visavam à democratização em outros setores sociais.

A Reforma Sanitária Brasileira (RSB) pode ser entendida como um conjunto de ideias que propunham mudanças na saúde, sem, contudo, se restringir a esta. Desta forma, pode ser considerada também como uma reforma social, porque pensa as questões de vida, dos condicionantes sociais, culturais e econômicos que influenciam na qualidade de vida da população.

Contexto histórico

Como dito acima, as origens da RSB remontam aos anos de ditadura militar no Brasil. Caracterizado pelo bipartidarismo e pela forte centralização do poder Executivo, os poderes Legislativo e Judiciário tiveram seu campo de atuação limitado. Como o lema do governo era “Segurança e Desenvolvimento”, os investimentos nos ministérios dos Transportes e da Indústria e do Comércio eram privilegiados em detrimento dos investimentos no Ministério da Saúde (MS).

Segundo Bertolli Filho (2006), embora houvesse um discurso retórico acerca da saúde, como fator de produtividade, o Ministério da Saúde privilegiava a saúde como elemento individual e não coletivo. Parte do reduzido orçamento era destinado para pagamento de hospitais privados. Alguma verba era destinada para campanhas de vacina. E quase nada sobrava para coleta de esgoto e distribuição de água tratada. A saúde pública estava em completo abandono, o que resultou em epidemias de doenças como dengue, meningite e malária.

No que concerne à previdência social, neste período foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificava todos os órgãos previdenciários que funcionavam desde 1930 e era subordinado ao Ministério do Trabalho. Estabeleceu-se, como já era a tendência de anos anteriores, um sistema dual de saúde: o INPS deveria tratar individualmente os pacientes, enquanto o MS deveria elaborar e executar programas de saúde pública.

O INPS atuava por meio de convênios com o setor privado para atender os trabalhadores. Tal esquema se mostrou frágil. Havia desvio de recursos de verbas da previdência para outros setores por parte do governo. Por sua vez, os prestadores de serviço em saúde fraudavam o sistema. Eles eram pagos por unidades de saúde (US) e muitas vezes declaravam mais serviços de saúde prestados do que o correspondente à realidade.

Tal situação incentivou a rearticulação paulatina de movimentos sociais, organizados em prol da denúncia da situação caótica da saúde pública e, também, em torno de um movimento para transformação na saúde, que agregava médicos, acadêmicos e cientistas (movimento sanitário). Considerando o momento de exceção democrática, o movimento sanitário, além das melhorias em saúde (direitos sociais), se alinhava à luta pelos direitos civis e políticos, suprimidos pela ditadura militar.

Políticas de saúde anteriores

Nos anos anteriores a 1930, não se pode dizer que havia políticas públicas de saúde, ou, dito de outra forma, a saúde não era reconhecida como direito social. Desta forma, as ações em saúde eram realizadas de maneira desarticulada e dependiam, em grande medida, da caridade e da benevolência. A medicina formal (exercida por médicos formados nas universidades) era acessível apenas à pequena parcela da população que conseguisse pagar por estes serviços. A grande maioria da população, que era pobre, se tratava por meio da medicina tradicional (curandeiros de origem negra ou indígena) ou dependiam das Santas Casas de Misericórdia, que como o próprio nome já diz, ligavam o atendimento em saúde à caridade, muitas vezes em um sistema falho e irregular.

Nos anos 1930, os direitos sociais passam a ser reconhecidos no Brasil. A saúde passa a ser um direito, todavia acessível apenas aos trabalhadores formais urbanos (aqueles com carteira assinada). Essa situação era tão importante em relação à cidadania, que Santos (1994) denominou a cidadania do período como “cidadania regulada” (Santos, 1994), haja vista apenas os trabalhadores formais urbanos tinha o “passaporte” que dava acesso aos direitos de cidadania. Desta forma, se instituiu uma dualidade nas políticas de saúde: a saúde previdenciária (individual e curativa) e a saúde pública (coletiva e preventiva).

Institucionalmente, no que concerne à cobertura previdenciária, há uma evolução das CAPS (Caixa de Aposentadoria e Pensões) para o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) e depois para o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social). Todavia, esta dualidade nas políticas de saúde e a desarticulação entre prevenção e cura vai marcar as políticas de saúde no Brasil até a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). É uma característica histórica que reflete uma sociedade com ideais meritocráticos (apenas quem contribui com a previdência tem acesso à cobertura de saúde) e com

profunda desigualdade social (os não-contribuintes ficavam excluídos da cobertura de saúde).

O movimento sanitário e os momentos da Reforma Sanitária Brasileira

Segundo Escorel (1999), o movimento da RSB pode ser assim denominado porque: 1) tem uma base institucional que foi ampliada dos DMP (Departamentos de Medicina Preventiva) para as residências e pós-graduações, posteriormente extrapolando para o mundo acadêmico e penetrando no INAMPS; 2) um órgão de representação e difusão, representado pelo Cebes, com a revista Saúde em debate, os documentos e manifestos desta entidade e, posteriormente, com a Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) ; 3) mecanismos de produção de seus agentes, “intelectuais orgânicos”, através de núcleos acadêmicos, espalhados pelo país formando pessoas com a mesma abordagem no campo da saúde; 4) um marco teórico referencial permanentemente construído e colocado em prática e 5) um modelo alternativo de organização dos serviços de saúde e de institucionalização do Sistema Nacional de Saúde.

O movimento sanitário configura-se em sua singularidade por ter construído sua organicidade através da identidade do discurso e da criação de modelos alternativos; ter ampliado seu campo de ação, superando os limites do mundo acadêmico e penetrando na prática dos serviços; ter se originado nos aparelhos ideológicos de Estado (universidades), mas ter-se radicado na sociedade civil como movimento opositor ao regime; ter incorporado explicitamente a prática política rejeitando a neutralidade técnica; ter conscientemente construído uma força contra hegemônica nas instituições setoriais, utilizando a estratégia de ‘ocupação de espaços’; ter tido um pensamento estratégico, procurando sua ampliação nos espaços de poder para viabilizar suas propostas de transformação (Escorel, 1999, p. 187-186).

As propostas de transformação do movimento sanitário constituem o processo de Reforma Sanitária que, segundo Paim (2008), deve ser pensada em 5 momentos: 1) ideia – tese defendida por Arouca (1975) sobre o dilema previdenciário; 2) proposta – “A questão democrática na área da Saúde” (Cebes, 1980); 3) projeto – 8ª Conferência Nacional de Saúde; 4) movimento – o movimento sanitário; 5) processo – processo permanente, ainda em construção, depois da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Sendo assim, houve uma ideia inicial com a tese de Arouca, que teve repercussões no campo da Saúde Coletiva e influenciou a criação de entidades como o Cebes (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) e a Abrasco. Posteriormente, esta ideia inicial se articula em proposta e projeto, que antecipam (ou pressionam/colaboram) para a parte da Constituição Federal de 1988 que define a saúde como um direito universal e dever do Estado. A RSB, portanto, está ligada ao movimento sanitário e em permanente processo de construção.

O SUS pode ser considerado um avanço da Reforma Sanitária. Sua área de atuação é institucional (o sistema de saúde) e ele não avança nos objetivos de reformas sociais mais amplas da RSB, mas busca colocar em prática a ideia de democratização da saúde. Sendo assim, tem como princípios a universalidade, a integralidade e a equidade. Universalidade porque deve ser acessível para todos, independentemente de contribuição prévia para previdência social. Integralidade porque é extinta a descontinuidade entre prevenção e cura, a saúde passa a ser entendida integralmente, sendo que a população tem direito à acesso aos variados níveis de tratamento, inclusive os mais complexos. Equidade devido ao tratamento igual de todos, mas considerando as necessidades específicas de cada um e, portanto, recorrendo à discriminação positiva, que possibilite o acesso de todos ao SUS.

Segundo Arretche (2005), podemos falar em uma “coalizão de sustentação do SUS”, que envolve ganhos para diversos atores presentes no processo. O setor privado manteve seu papel, sem garantir exclusividade ao SUS. Os médicos mantiveram a possibilidade de autonomia para o exercício liberal da medicina.

Prefeitos e governadores puderam agradar seu eleitorado com o aumento da cobertura gratuita de serviços de saúde. A população ganhou devido à promessa da integralidade dos serviços de saúde de modo universal e gratuito. Se tal coalizão possibilitou que o SUS se concretizasse, ela também foi fator limitante a alguns dos princípios iniciais ligados à RSB.

De acordo com Paim (2005), o movimento sanitário conseguiu diante de diversos contextos, via articulações de bastidores e outras ações políticas, gerar ganhos significativos para a RSB. Todavia, a partir dos anos 1990, os movimentos sociais sofreram um recuo, ao passo que os gestores alcançaram um protagonismo maior no processo político da saúde, que deu maior ênfase à dimensão institucional da RSB, ou seja, a implantação do SUS, secundarizando outros componentes do “projeto”.

É necessário destacar que, embora em contexto democrático, os anos 1990 foram anos de Liberalismo no Brasil e, portanto, se constituíram em momento desfavorável para as políticas sociais. Especificamente no campo da saúde, depois da Constituição de 1988, aprovou-se a Lei Orgânica de Saúde, que sofreu vetos do governo Collor, particularmente em relação à extinção do Inamps. Todavia, foi possível aprovar a obrigatoriedade de o ministro da saúde fazer transferências automáticas e regulares aos municípios, além de colocar uma data limite para a extinção do Inamps (Arretche, 2005).

Em relação à abrangência e ao financiamento do SUS, estima-se que cerca de um terço a mais da população passou a ter acesso à saúde, ao passo que cerca de 50% a menos de verbas passou a ser investida na saúde. De acordo com Paim (2005), se o movimento sanitário foi capaz de neutralizar certas iniciativas contrárias ao SUS, não teve força para impedir a implosão da Seguridade Social e o uso abusivo da saúde nas barganhas político-partidárias.

Como houve este momento de recuo dos movimentos sociais e uma parte da RSB mais institucionalizada via gestores de saúde, ocorreu uma espécie de acomodação das demandas para continuação da RSB. Internamente ao Estado, os gestores não

estavam em posição de fazer grandes críticas, da mesma forma que a participação popular, em alguma medida, foi substituída pelo controle social, ou seja, uma participação mais engessada pelas regras institucionais.

Um marco para a retomada do “processo” da RSB foi o documento Carta de Brasília (2005) que estabeleceu uma agenda conhecida como “SUS para valer: universal, humanizado e de qualidade”. Se num primeiro momento os esforços da RSB foram canalizados para implantar o SUS, no começo dos anos 2000 haveria um novo momento que possibilitaria tematizar mais uma vez a “totalidade de mudanças” concebidas no “projeto” inicial da Reforma Sanitária (Paim, 2005).

A importância da comunicação como meio de efetivação e de consolidação do SUS

Como uma conquista popular e democrática, o SUS implica um sistema de saúde em estado de construção permanente, no qual se faz inevitável a importância da participação popular para a concretização das políticas de saúde e dos demais serviços ofertados na rede articulada que compõem o sistema de saúde no Brasil.

A respeito do histórico da comunicação em saúde no Brasil, é possível resgatar alguns aspectos: em 1920, é criado o Departamento Nacional de Saúde Pública, que se utiliza de propagandas de educação sanitária para a adoção de medidas higiênicas frente às epidemias; em 1940, Getúlio Vargas desenvolve o Serviço Nacional de Educação Sanitária, que tem como função conscientizar a população a respeito das doenças, suas formas de contágio e meios de prevenção e, até a década de 1980, as instituições governamentais se posicionavam como emissoras e produtoras de informação na área da saúde, partindo de uma premissa em que a comunicação deve estar articulada à educação. Tais elementos denotam um histórico de comunicação em saúde no Brasil, baseado no modelo informativo e publicitário, voltado para uma conscientização “universal”/homogênea a respeito das

medidas de prevenção às doenças, controle de hábitos da população e ensinamento de regras de higiene básica.

Esse modelo exclui e/ou desconsidera, em grande medida, as diferenças sociais, econômicas, ambientais e culturais que envolvem o conceito de saúde. Partindo do fato de que o SUS é um sistema que funciona a partir de uma rede interligada de atores sociais, que vão desde os gestores e profissionais da saúde até os usuários e beneficiários do sistema e seus familiares, a comunicação é um fator imprescindível para a consolidação do SUS como um sistema que atende, coletivamente, à população, mas que considera, individualmente, as necessidades e as especificidades de cada indivíduo, garantindo, assim, a saúde como um direito fundamental de todos. Nesse sentido, é preciso pensar que:

(...) as políticas públicas só se constituem efetivamente como tal quando saem do papel, circulam (adquirem visibilidade, portanto, existência) e são apropriadas (convertidas em saberes e práticas) pela população a que se destinam, temos que considerar que a comunicação é inseparável desse processo. Por este aspecto, podemos dizer que a natureza e a qualidade da comunicação são determinantes da possibilidade de sucesso da política em questão (Araújo; Cardoso, 2007, p. 22).

A comunicação, assim, se coloca como um elemento fundamental para a construção de políticas públicas na área da saúde, que só se efetivam ao considerar a multiplicidade de interesses da sociedade, levando em conta, especificamente, as diferentes realidades sociais, econômicas, ambientais e culturais que fazem parte das diversas localidades que compõem o país. Portanto, a consolidação do SUS como um sistema que preconiza o direito à saúde como uma garantia de todos os cidadãos depende do diálogo regular com a população a partir de uma gestão comunicativa, que, de fato, ouça as diferentes necessidades dos indivíduos que se beneficiam desse sistema.

Integração Ensino, Saúde e Comunidade

A saúde em si já é uma área interdisciplinar e integral, porque, em primeiro lugar, ela necessita pensar as demandas das sociedades; em segundo, sua visão integral está relacionada com os condicionantes sociais da saúde.

Para o primeiro elemento, é fundamental pensar como se dá o diálogo com a sociedade, o que torna imprescindível a abordagem próxima à Antropologia, ou seja, “levar a sério” o “nativo” (Viveiros de Castro, 2002). Aplicada à área de saúde é, além da produção de escuta qualificada, entender o ponto de vista dos usuários sobre a sua interpretação a respeito do binômio saúde/doença e, a partir deste entendimento, produzir sentido de forma conjunta, integrada e inteligível a todos envolvidos no processo.

Para a segunda característica, é importante uma abordagem sobre economia, relações de trabalho, garantia de direitos sociais e aspectos constituintes da comunidade onde se realiza a interação social entre profissionais de saúde e usuários. Daí a relação intrínseca entre as reflexões em Saúde e a área das Ciências Sociais, relação profícua que é basilar para a Saúde Coletiva.

Pensando, então, nestes dois eixos, é possível compreender a forma como o ensino, os serviços e a comunidade estão intimamente ligados no que concerne à visão ampla de saúde e à necessidade de acolhimento integral em saúde. Saúde, aqui, entendida em seu aspecto amplo, pois, como dito anteriormente, para a Organização Mundial de Saúde: “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”.

Um acolhimento integral em Saúde requer uma “clínica ampliada e compartilhada” (Campos, 2000), que pressupõe: 1) tomar como objeto de trabalho não somente a doença, mas o sujeito em sua existência; 2) tomar como objetivos do trabalho, além da cura, reabilitação e prevenção, o desenvolvimento da autonomia; 3) compor o diagnóstico, considerando não só o saber clínico e epidemiológico, mas a história e os saberes do sujeito; 4) definir a

terapêutica, considerando a complexidade biopsicossocial; 5) construir relações baseadas no diálogo, na negociação, no compartilhamento do saber e do poder, no vínculo e na responsabilização; 6) trabalhar em equipe e em rede. Desta maneira, “a visão de mundo, os valores, a postura ético-política e os afetos do profissional compõem em suas intervenções” e devem ser levados em consideração conjuntamente aos aspectos técnico-científicos no processo de formação do profissional de Saúde. Daí a sugestão do “Método Paideia”, que proporciona, no contexto institucional, uma interferência, visando a efetivar a gestão democrática (cogestão) e ampliar a capacidade dos sujeitos para analisar, tomar decisões e agir sobre a realidade (Figueiredo; Campos, 2014).

Sendo assim, o “quadrilátero de formação” é importante diante do ponto de vista de integralidade não apenas no acolhimento ao usuário de saúde, mas também na integralidade e continuidade entre formação, serviços e comunidade:

Cabe ao SUS e às instituições formadoras coletar, sistematizar, analisar e interpretar permanentemente informações da realidade, problematizar o trabalho e as organizações de saúde e de ensino, e construir significados e práticas com orientação social, mediante participação ativa dos gestores setoriais, formadores, usuários e estudantes (Ceccim; Feuerwerker, 2004, p. 46).

Desta maneira, a imagem do quadrilátero de formação para área de saúde (ensino/gestão setorial/práticas de atenção/control social) visa a construir uma educação que seja responsável por processos interativos, que sirvam de instrumento para operar mudanças na realidade e construir caminhos e pactuar processos, levando em consideração os diversos protagonismos. “No quadrilátero estão aspectos éticos, estéticos, tecnológicos e organizacionais, operando em correspondência, agenciando atos permanentemente reavaliados e contextualizados” (Ceccim; Feuerwerker, 2004, p. 59). Fundamental, então, a integração com a

comunidade e o controle social para a construção conjunta de uma realidade democrática para a área de Saúde, em sua prática e em sua formação.

Em contexto mais amplo, podemos adicionar à discussão os quatro pilares da Educação (UNESCO): aprender a conhecer (adquirir instrumentos da compreensão), aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente), aprender a viver juntos (cooperação com os outros em todas as atividades humanas), e, finalmente, aprender a ser (conceito principal que integra todos os anteriores).

Sendo assim, é necessário que educandos tenham acesso aos instrumentos para compreensão e assim possam conhecer. Conhecendo, possam interagir com o meio em que vivem e pratiquem (façam) ações ligadas aos seus aprendizados. Diante disso, necessariamente, precisam aprender a viver juntos, de maneira respeitosa com as diferenças e abertos a opiniões e perspectivas diferentes das suas. Finalmente, aprender a ser, momento que integra todos os demais, já que este processo de ensino-aprendizagem é também um processo de mudança pessoal, que proporciona o engajamento na construção de uma sociedade melhor e igualitária.

A formação em área de Saúde está afinada com estes princípios da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, visto que é necessário disponibilizar os instrumentos para construção de conhecimento teóricos, para a prática em saúde, para o diálogo entre pares e com a comunidade e, ainda, para a constante construção e reconstrução de não apenas profissionais em Saúde, mas de seres humanos empáticos e sensíveis às diversas realidades que compõem a nossa sociedade.

No tocante à Saúde, segundo Paim (2009), podemos considerar que ela possui três dimensões importantes: estado vital, setor produtivo e área de saber. Estado vital como modo de levar a vida, propriamente. Setor produtivo porque envolve a produção de bens (medicamentos, vacinas, equipamentos etc.) e serviços (hospitais, laboratórios, consultórios, centros etc.). Área de saber, que envolve

desde os saberes populares sobre a saúde, os modos de vida e concepções de saúde e doença, como também saberes formais de universidades, escolas e instituições de pesquisa. Portanto, refletir sobre a Saúde é também sobre a relação da Saúde e a relação com a formação dos profissionais de Saúde.

O SUS tem como referência legislativa a Lei 8.080/1990 e a Constituição Federal de 1988, mas também já encontra seus princípios debatidos na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986 e no movimento sanitarista de anos anteriores. Mais do que a ideia meramente operacional que a palavra “sistema” pode nos remeter, o SUS traz consigo uma nova visão ampla de saúde e de concepção democrática de sociedade, que visa a garantir acesso à saúde para todos, de maneira indiscriminada. Sendo assim, “o SUS é o conjunto de ações e serviços públicos de saúde, compondo uma rede regionalizada e hierarquizada, organizada a partir de diretrizes da descentralização, integralidade e participação da comunidade” (Paim, 2009, p. 51).

Dessa forma, além da consonância com os quatro pilares da Educação, a formação em Saúde também deve estar em sintonia com os princípios do SUS. A descentralização, integralidade e participação da comunidade compõem a “pedra de toque” do Sistema Único de Saúde. Isso porque a descentralização pode ser pensada do ponto de vista da gestão, que estrutura uma rede de atendimento, mas esta rede também é formada por pessoas e por conhecimentos múltiplos, de modo que a descentralização também possa ser pensada com relação à desconcentração de razões únicas e a uma rede de ideias coletivas. Também é possível pensar na integralidade não apenas no atendimento integral, mas na formação humanizada em Saúde, com valorização de aspectos das Ciências Humanas e Sociais, bem como de ética profissional e empatia social. E, finalmente, pensar a participação da comunidade no processo completo de construção das demandas e de *feedback* para formação dos profissionais em Saúde.

Este processo todo pode ainda ser pensado a partir da concepção de “ecologia de saberes” (Santos, 2018). E, assim,

compreender as disputas de poder no processo de produção de conhecimentos, e que, apenas com tentativas de diálogos próximos aos igualitários – ou seja, quando o conhecimento de pessoas simples pautadas no cotidiano tem o mesmo valor no debate que os conhecimentos formais – é que é possível construir saberes coletivamente, que saiam da colonização das universidades e, efetivamente, relacionem pesquisa, ensino e extensão.

Por fim, ainda é necessário destacar – como já mencionado acima – que a Reforma Sanitária, assim como o Sistema Único de Saúde, é um processo permanente de construção. E, por conseguinte, a integração ensino-prática-comunidade nunca se esgotará em si mesma. Sempre será um processo permanente de reflexão-ação-reflexão. Pois é necessário sempre pensar, praticar, refletir e pensar novamente sobre ensino e prática de/em Saúde, sempre tendo como elemento fundamental a comunidade, como usuária, mas também como agente de construção da Saúde. Somente assim o direito mais fundamental de todos – a vida – será acessível à toda população brasileira, de forma ampla, democrática e sem restrições.

O cenário pandêmico no Brasil e a prática da (des)informação

Dentre as principais manifestações realizadas por parte do então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, durante o auge do período pandêmico (entre os anos de 2020 e 2021), entram em destaque as que mencionam: o incentivo ao uso de medicamentos como a hidroxicloroquina e a cloroquina – mesmo sem eficácia científica comprovada – para o tratamento da doença, causada pelo vírus da Covid-19, as críticas direcionadas às principais medidas de contenção para a propagação do vírus, preconizadas por órgãos internacionais de saúde (*lockdown* e isolamento social), e, conseqüentemente, a minimização da gravidade da pandemia, além dos gestos de desrespeito a essas mesmas medidas através da participação de atos de aglomeração.

Através de um resgate das diversas afirmações e declarações, realizadas pelo Presidente da República, é possível destacar a quantidade de falas consideradas falsas ou imprecisas, além de sua participação pessoal em um ato de aglomeração, contrariando as medidas de contenção do vírus, orientadas por órgãos internacionais de saúde, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), e do próprio Ministério da Saúde de seu governo.

No dia 15 de março de 2020, apesar das orientações recomendadas pelo Ministério da Saúde no que diz respeito a evitar aglomerações durante a pandemia de coronavírus, Bolsonaro esteve presente em uma manifestação pró-governo, localizada em parte do Eixo Monumental, em Brasília-DF. Nesse dia, o presidente deixou o Palácio da Alvorada e se direcionou até a aglomeração de manifestantes, utilizando o carro oficial. Ainda, cumprimentou diversos de seus apoiadores, através de apertos de mão, e teve contato com ao menos 272 pessoas durante o ato, contrariando a recomendação de isolamento social em meio ao período pandêmico.

Em 20 de março de 2020, o presidente, referindo-se ao ato realizado por seus apoiadores no dia 15 de março em Brasília, menciona durante entrevista com Ratinho: “(...) eu não convoquei nada para o dia 15. Era um movimento espontâneo”, declaração que se mostra insustentável, visto que as manifestações foram apoiadas publicamente por Bolsonaro em diferentes momentos, desde um discurso realizado em Boa Vista - RR, até a divulgação em apoio desse ato nas suas próprias redes sociais.

No que diz respeito às informações falsas a respeito de remédios que seriam eficazes para o tratamento da doença causada pela Covid-19 – cloroquina e hidroxicloroquina –, Bolsonaro realiza uma série de declarações, em diferentes momentos. Uma delas, em 26 de março de 2020, quando diz: “Aplica logo! (...) Sabe quando esse remédio começou a ser produzido no Brasil? Ele começou a ser usado quando eu nasci, em 1955. Medicado corretamente, não tem efeito colateral” (Ribeiro, 2020), tratando-se de uma afirmação mentirosa que contraria a própria bula do medicamento. No dia 8

de abril de 2020, Bolsonaro, novamente, menciona o uso do medicamento, quando afirma: “Há 40 dias venho falando do uso da hidroxicloroquina no tratamento do Covid-19. Sempre busquei tratar da vida das pessoas em primeiro lugar, mas também se preocupando em preservar empregos” (Rossi, 2020).

Em 19 de maio de 2020, o presidente atribui a escolha de aderir aos medicamentos à posição política dos indivíduos, quando afirma: “O que é a democracia? Você não quer? Você não faz. Você não é obrigado a tomar cloroquina. Quem é de direita toma cloroquina. Quem é de esquerda toma Tubaina” (Bolsonaro, 2020c). Em 23 de maio, reduz o tratamento de Covid-19 à única possibilidade através da cloroquina: “Até porque não tem outro remédio. É o que tem. Ou você toma a cloroquina ou não tem nada” (Bolsonaro, 2020d). Esta afirmação também se faz mentirosa. Em primeiro lugar, pois não há comprovação científica de que a cloroquina se faz eficaz no tratamento da infecção causada pelo vírus, e, em segundo lugar, porque existiam outras medidas de tratamento de suporte clínico para os sintomas causados pela doença e outros medicamentos que estavam sendo testados para a efetivação de um tratamento eficaz.

Em contrapartida, é necessário ressaltar as declarações feitas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI), que vão na contramão das afirmações feitas pelo presidente. Em 16 de abril de 2020, em emissão do Parecer 4º/2020, embasado em literatura científica, o Conselho Federal de Medicina afirma: “Não existem até o momento estudos clínicos de boa qualidade que comprovem sua eficácia em pacientes com Covid-19” (CFM, 2020). Em 18 de maio de 2020, a SBI também coloca: “a escolha desta terapia (...) vem na contramão de toda a experiência mundial e científica com esta pandemia. Este posicionamento não apenas carece de evidência científica, além de ser perigoso, pois tomou um aspecto político inesperado” (SBI, 2020a), e complementou alertando os riscos de efeitos colaterais graves causados pelo uso incorreto do medicamento.

No dia 25 de maio de 2020, a OMS anuncia a interrupção dos testes clínicos que estavam sendo realizados com os medicamentos hidroxicloroquina e cloroquina a respeito do tratamento contra a Covid-19 (OMS, 2020). No dia seguinte, em 26 de maio de 2020, é reportada a notícia de que a procura pela cloroquina havia aumentado de maneira disparada, o que causou a falta desse medicamento nas farmácias e prejudicou o tratamento de pessoas que já faziam uso do remédio para doenças crônicas (Andrade; Lemos, 2020). A situação é extremamente delicada, na medida em que a automedicação implica a possibilidade de uso indevido e indiscriminado do medicamento, sem maiores preocupações com os possíveis efeitos adversos graves (apresentados na bula) associados à sua toxicidade.

A FDA, que vinha realizando testes clínicos com a hidroxicloroquina e a cloroquina, revogou, em 16 de junho de 2020, essa permissão de emergência que havia sido postulada (Agência, 2020). A SBI, novamente, no dia 17 de julho, após publicação de novos estudos a respeito da doença, causada pela Covid-19, reporta um informe afirmando que era “urgente e necessário” interromper o uso desses mesmos medicamentos nos indivíduos acometidos pela Covid-19 (SBI, 2020b).

A respeito das declarações que minimizam a gravidade da pandemia e desconsideram as medidas de contenção postuladas para a prevenção da doença, Bolsonaro continuou trazendo informações falsas ao público.

Em 23 de março de 2020, o presidente declara em uma entrevista com o Ratinho, apresentador de SBT, noticiada pelo *Youtube*: “Nós não temos como evitar os efeitos do coronavírus”, afirmação que se prova falsa, na medida em que diversas medidas de contenção estavam sendo propostas a fim de evitar a propagação e a proliferação do vírus entre a população, medidas essas que foram brutalmente ignoradas e/ou minimizadas pelo presidente em diversas ocasiões. Dentre as medidas de prevenção, estavam a indicação de isolamento social, quarentena e *lockdown*,

além da higienização regular das mãos e uso de máscaras quando em público.

Em 24 de março de 2020, em um Pronunciamento Oficial do Presidente da República, divulgado pelo *Youtube* no canal oficial do governo brasileiro, Bolsonaro minimiza a gravidade dos possíveis riscos causados pelo novo coronavírus, quando afirma: “(...) caso eu fosse contaminado pelo coronavírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho (...)”, em uma postura individualista, desconsiderando os riscos de agravamento e de letalidade nas demais pessoas da população que se situavam em grupos de risco – a exemplo de indivíduos portadores de doenças crônicas e idosos.

Nesse mesmo pronunciamento, Bolsonaro ainda questiona o fechamento das escolas, afirmando que o grupo de risco se limita aos idosos, e não inclui as crianças. Embora seja correta a declaração de que os idosos estejam presentes em grupo de risco e não as crianças, o fechamento de escolas se justifica na medida em que crianças podem ser portadoras do vírus e espalhá-lo para familiares que se encontrem em situação vulnerável.

Em 26 de março de 2020, a partir de uma fala dada em entrevista à *Jovem Pan*, Bolsonaro afirma que: “Um país só estará imune ao vírus, já que não tem vacina, quando uma parte da sua população for infectada e adquirir anticorpos”. Esta fala se prova insustentável na medida em que a população infectada pelo vírus não se torna necessariamente imune a ele, podendo haver reinfecção (Brasil, 2024). Além disso, trata-se de uma fala que busca justificar a morte de parte da população a fim de adquirir a “imunidade de rebanho”, com total descaso e despreocupação com os indivíduos e seus familiares em meio a uma tragédia sanitária. O presidente volta a repetir essa frase em 2 de abril de 2020, em nova entrevista exclusiva à *Jovem Pan*, e em 3 de abril de 2020, em um vídeo no Palácio da Alvorada, publicado em seu canal no *Youtube*.

Em 27 de março de 2020, em uma entrevista exclusiva garantida ao programa *Brasil Urgente*, perpetuando a contínua

saga de declarações imprecisas e/ou falsas, Bolsonaro se refere à situação na Itália, afirmando que a maioria das mortes nesse país não estavam relacionadas ao novo coronavírus. O presidente não apresentou nenhuma prova a respeito da sua declaração, e não existem evidências de que os números estavam sendo distorcidos e/ou enganosos. Em 27 de março, a Itália chegou a registrar 919 mortes em um único dia, todas relacionadas ao agravamento da doença causada pelo vírus da Covid-19 (CNN, 2020).

Em nova entrevista ao Brasil Urgente, no dia 8 de abril de 2020, o presidente Bolsonaro afirma na conversa com Datena: “De qualquer maneira, [com ou sem medidas de isolamento], o número de infectados vai ser o mesmo”. Na contramão dessa afirmação, um estudo elaborado pelo *Imperial College*, em Londres, a partir de uma avaliação da situação pandêmica em 202 países, concluiu que as medidas de isolamento social e testagem em massa poderiam salvar mais de 36 milhões de pessoas ao redor do mundo. São elencados três diferentes cenários no Brasil, onde no primeiro, sem nenhuma medida restritiva, existiriam 187 milhões de pessoas infectadas; no segundo, no qual as medidas de contenção se restringem aos grupos de risco, seriam 120 milhões de infectados, e no último, com as medidas restritivas aplicadas a toda a população, o número reduziria para 11 milhões de indivíduos infectados pelo vírus.

O resultado é que, atualmente, em 2024, o Brasil registra um número de 38.915.370 casos de Covid-19 acumulados desde o início da pandemia e mais de 700 mil casos de óbitos acumulados, com uma taxa de letalidade equivalente a 339 a cada 100 mil habitantes.

Analisando o cenário geral da pandemia em território brasileiro, com destaque às falas pronunciadas pelo Presidente que, em grande medida, foram provadas falsas, é possível concluir que a falta de informação, ou, ainda, a desinformação foi responsável por grande influência sobre a população brasileira, principalmente entre os apoiadores do presidente. O Presidente da República, como representante do Poder Executivo, é integralmente responsável pelo seu posicionamento durante uma emergência

sanitária de porte mundial, e pelas consequências geradas a partir das suas declarações.

Ao pensar a Constituição Federal de 1988, o dever de promoção da saúde pública está presente em diversos dispositivos. No artigo 6º, está o direito fundamental à saúde, que envolve o direito de defesa contra ingerências ou ameaças por parte do Estado ou de terceiros, e a saúde como um direito de natureza social, que exige atuações estatais para a garantia das condições indispensáveis ao seu usufruto pela população, provendo o acesso a uma vida saudável (Sarlet; Mariana, 2018, p. 2014). Ainda, no artigo 196 da Constituição, é colocada a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, com a determinação de políticas que “visem à redução do risco de doença e outros agravos” (Brasil, 1988), implicando uma atitude preventiva por parte do Poder Público.

O artigo 76 da Constituição afirma, ainda, que o Poder Executivo da União é “exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado”, determinando o exercício da direção superior da administração federal ao Presidente da República, auxiliado pelos seus Ministros. Dentre os encargos da administração federal, está presente o dever de cuidar (da) e gerir a saúde pública, o que implica não apenas a criação de políticas públicas, voltadas para a prevenção e para a promoção da saúde, mas também denuncia total responsabilidade na realização de pronunciamentos oficiais que dizem respeito a essa temática e afetam diretamente o desenvolvimento da saúde pública em território brasileiro.

Para além disso:

A saúde consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo XXV, que define que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis (FIOCRUZ, s.d.).

No cenário brasileiro, é preciso pensar que o direito à saúde é uma conquista da Reforma Sanitária, estritamente relacionado à criação e ao desenvolvimento do SUS, o que implica não apenas o tratamento de doenças, atendimento em hospitais e unidades básicas, mas, como um direito humano fundamental, o dever do Estado em promover a saúde impõe a necessidade de qualidade de vida garantida e associada aos demais direitos básicos fundamentais assegurados pela constituição. Assim, a criação do SUS está diretamente relacionada à tomada de responsabilidade por parte do Estado.

Nesse sentido, é preciso denotar um outro dever fundamental que diz respeito à atuação do Presidente da República; trata-se do dever de fidelidade à Constituição:

Nos termos do 78, caput, do Texto Maior, os candidatos eleitos para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, ao tomarem posse em sessão solene do Congresso Nacional, assumem perante a nação um compromisso de: manter, defender e cumprir a Constituição; resguardar a união e a integridade nacional; observar as leis; e promover o bem geral do povo brasileiro (Júnior; Coelho, 2023, p. 164).

Ainda, estreitamente relacionado ao dever de cuidar da saúde pública, é preciso atentar-se a outro dispositivo presente na Constituição Federal. A Constituição Republicana, no artigo 5º, afirma a necessidade de assegurar o direito de “acesso à informação” a todos os cidadãos, além do direito de “receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral (...)” (Brasil, 1988). Somada a essa informação, é preciso ressaltar, ainda, que a Constituição, em seu artigo 37º, impõe à atuação administrativa os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988). Dessa maneira, a postura do chefe do Executivo Nacional foi contrária ao que preconiza o seu cargo. O presidente Bolsonaro, mediante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da

Covid-19, “foi acusado formalmente de ter cometido nove crimes: prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade” (Agência Senado). Ou seja, Jair Messias Bolsonaro além de ter sido um gestor com atitudes questionáveis na administração pública, ainda impetrou consequências desastrosas à população do Brasil, devido à tomada de decisão pautada no negacionismo científico e no avesso dever que a Reforma Sanitária preconiza de comunicação em saúde para participação popular no processo de construção permanente do Sistema Único de Saúde.

Considerações Finais

Conforme destacado no início desse capítulo, a recepção da nova ministra da Saúde no congresso dos conselhos de enfermagem – ovacionada e recebida com carinho pelos participantes –, denota uma grande admiração dessa classe da saúde em relação à forma como as atividades do Ministério da Saúde estão sendo dirigidas desde a posse do terceiro governo Luís Inácio Lula da Silva. Nísia Trindade, a atual ministra, foi presidente da Fiocruz. Com formação inicial em Ciências Sociais, mestrado em Ciência Política e doutorado em Sociologia, essa importante pesquisadora da área da saúde representa a valorização da ciência e a consolidação da Saúde Coletiva como uma área das Ciências Sociais Aplicadas, ou seja, cujo conhecimento teórico da área da sociologia, antropologia e ciência política auxiliam nas interpretações e decisões das políticas públicas na área da saúde.

O Sistema Único de Saúde é uma importante conquista do movimento social ligado às comunidades *eclesiais* de base, que demandavam maior acesso à saúde por parte de todos os cidadãos. Vindo de uma época de garantia de saúde apenas para trabalhadores formais, ligados sobretudo ao sistema previdenciário, a população era dividida em cidadãos de primeira

e de segunda classe, sendo garantido o direito à vida e à saúde apenas aos primeiros.

Com o advento do SUS, a lógica de estruturação das políticas públicas de saúde se inverte e não se trata mais a doença. O enfoque é maior na prevenção e promoção de saúde, com destaque para acolhimento e atendimentos de níveis de complexidade simples, que demandam amplo acesso de cidadania dos usuários. Para que a construção permanente do Sistema Único de Saúde – e constante mutação da Reforma Sanitária – é necessário que os usuários participem efetivamente do processo e isso só se torna possível com acesso à educação em saúde e comunicação em saúde. A comunicação em saúde é importante, como demonstrado acima, porque permite que a população tenha acesso às informações – premissa básica do controle social de quaisquer políticas públicas – e, também, a escuta ativa dos usuários do sistema, considerando cultura e classe social como elementos importantes para a constituição de saberes populares sobre saúde e doença.

De acordo com o que foi demonstrado acima, o Chefe do Poder Executivo falha, a partir de suas atitudes e seus pronunciamentos, em cumprir com seu dever em e responsabilidade de administrar o país. Primeiramente, ao atentar contra as medidas de contenção do vírus preconizadas pela OMS e pelo próprio Ministério da Saúde, falta com o dever de cuidar da saúde pública em duas instâncias: 1) incentivando atos de aglomeração em período pandêmico e aumentando o risco de contágio do vírus em meio aos grandes grupos, além de sua participação pessoal como exemplo negativo e contrário às recomendações; 2) posicionando-se, mais de uma vez, contra as medidas de contenção que incluem a adoção do distanciamento social e a declaração de *lockdown* a nível nacional. Por se eximir com o dever do Estado no cumprimento do dever à saúde a todos os cidadãos – que envolve a promoção de uma vida saudável e a prevenção de doenças e possíveis agravos – falha, conseqüentemente, com o seu dever de fidelidade à Constituição. E, por último, ao divulgar informações falsas e totalmente contrárias às evidências científicas, especialmente no que diz

respeito à divulgação da cloroquina e da hidroxicloroquina como medicamentos efetivos para o tratamento de Covid-19, não cumpre o seu terceiro dever constitucional: o de prover informações públicas, de interesse individual e coletivo, a partir das instâncias de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Referências

AGÊNCIA SENADO. **Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>>. Acesso em: 01 out. 2024.

ANDRADE, Amanda; LEMOS, Raphael. Levantamento do G1 aponta falta de hidroxicloroquina em farmácias da Zona da Mata e Vertentes. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/07/20/levantamento-do-g1-aponta-falta-de-hidroxicloroquina-em-farmacias-da-zona-da-mata-e-vertentes.gh.html>. Acesso em: 01 out. 2024.

ARAÚJO, Inesita Soares de. **Comunicação e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARRETCHE, Marta. A Política da Política de Saúde no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade *et al.* (orgs.). *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS.* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da Saúde Pública no Brasil.** São Paulo: Ática, 2006.

BOLSONARO insiste na defesa da cloroquina e diz que já ouviu testemunhos de cura. **ISTO É**, 23 maio 2020d. Disponível em: <<https://istoe.com.br/bolsonaro-insiste-na-defesa-da-cloroquina-e-diz-que-ja-ouviu-testemunhos-de-cura/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BOLSONARO, Jair. Dois dedos de prosa com Ratinho (SBT). **Youtube**, 21 mar. 2020a. 50min28s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xlFTXa6fjxE>>. Acesso em: 01 out. 2024.

BOLSONARO, Jair. Presidente Bolsonaro em nova entrevista com Datena. 08/04/2020. **Youtube**, 8 abr. 2020b. 28min4s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R_Mq3XFlbKU>. Acesso em: 01 out. 2024.

BOLSONARO, Jair. BOLSONARO: ‘Quem é de direita toma cloroquina, quem é esquerda, tubaína’. **VEJA**, 19 maio 2020c. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-quem-e-de-direita-toma-cloroquina-quem-e-esquerda-tubaina/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid-19 no Brasil**. Ministério da Saúde, 2024a. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Fake news detectada: imunidade natural adquirida após infecção é mais eficaz contra Covid-19 do que as vacinas?** Ministério da Saúde, 2024b. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2024/janeiro/fake-news-detectada-imunidade-natural-adquirida-apos-infeccao-e-mais-eficaz-contracovid-19-do-que-as-vacinas#:~:text=As%20evid%C3%AAncias%20mostram%20que%20pessoas,ser%20baixa%2C%20m%C3%A9dia%20ou%20alta.>> Acesso em: 01 out. 2024.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. **Um método para análise e cogestão de coletivos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR, Francisco Elnatan; PLA COELHO, Rosa Julia. A liberdade de expressão do Presidente da

República na pandemia da Covid-19 e seu confronto com a promoção da saúde pública. 13. ed. Florianópolis: **Revista de Direito Brasileira**, 2023. 151-178 p. v. 35.

CECCIM; FEUERWERKER. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(1):41- 65, 2004.

CFM. Conselho Federal de Medicina. **Processo-Consulta CFM no 8/2020 – Parecer no 4/2020**. Assunto: Tratamento de pacientes portadores de COVID-19 com cloroquina e hidroxicloroquina. Cons. Rel. Mauro Luiz de Britto Ribeiro. Portal do Conselho Federal de Medicina, 16 abr. 2020. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2020/4>>.

Acesso em: 20 abr. 2021.

CNN. Itália tem mais 919 mortes causadas pela COVID-19 em um só dia: Total de vítimas fatais chegou a 9.134. **CNN**, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/italia-tem-mais-919-mortes-causadas-pela-covid-19-em-um-so-dia/>.

Acesso em: 01 out. 2024.

DF, G1. Manifestantes fazem ato pró-governo na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/15/protesto-bloqueia-transito-na-esplanada-dos-ministerios-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2024.

SCOREL, Sarah. **Reviravolta na saúde**: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FIGUEIREDO; CAMPOS. **O apoio Paideia como metodologia para processos de formação em saúde**. *Interface (Botucatu)*. 2014; 18 Supl 1:931-43.

FREITAS, Ana; NALON, Tai; MOURA, Bernardo; DOS SANTOS, Luis Felipe. Em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas. **Aos Fatos**, 2022. Disponível em:

<https://www.aosfatos.org/todas-as-declaracoes-de-bolsonaro/>.
Acesso em: 01 out. 2024.

GOV, CANAL. Pronunciamento Oficial do Presidente da República, Jair Bolsonaro. **Youtube**, 24 mar. 2020. 5min12s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw>>. Acesso em: 01 out. 2024.

OMS suspende testes de hidroxicloroquina em pacientes com Covid-19 por precauções de segurança. **Forbes**, 25 maio 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/colunas/2020/05/oms-suspende-testes-de-hidroxicloroquina-em-pacientes-com-covid-19-por-preocupacoes-de-seguranca/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

OS PINGOS NOS IS. Presidente Jair Bolsonaro fala com exclusividade à Jovem Pan. **Youtube**, 2 de abril de 2020. 56min44s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C_uReKe9ARU>. Acesso em: 01 out. 2024.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para compreensão e crítica. Salvador; Rio de Janeiro: Edufba; Ed. Fiocruz, 2008.

PAIM, Jairnilson. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

REUTERS. **Agência reguladora dos EUA revoga uso emergencial da cloroquina para Covid-19** (15 jun. 2020). Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-cloroquina-fda-idLTAKBN23M2E5>>. Acesso em: 15 maio 2021.

RIBEIRO, Daniela Menegoti; ROQUE, Gabriel Antônio. A efetividade do direito à liberdade de expressão pelo controle de convencionalidade: a (des)criminalização do desacato no Brasil e os impactos no direito da personalidade. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis-SC, v. 25, nº 10, p. 221-249, jan./abr. 2020.

ROSSI, Marina. Hidroxicloroquina, tratamento experimental e arma na “guerra cultural” de Bolsonaro e Trump. **EL PAÍS**, São Paulo, 08 abr. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais>

.com/politica/2020-04-09/hidroxiclороquina-o-tratamento-experimental-contrо-a-covid-19-que-virou-a-muleta-politica-de-bolsona-ro-e-de-trump-na-crise.html>. Acesso em: 15 mai 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Construindo as epistemologias do sul. Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARIANA, Filchtiner Figueiredo. Seção II, Da saúde. *In*: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lênio Luiz (coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**, 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 2014.

SBI. SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNOLOGIA. Parecer Científico da Sociedade Brasileira de Imunologia sobre a utilização da Cloroquina/Hidroxiclороquina para o tratamento da COVID-19. Comitê Científico e Diretoria. Presidente: João Viola. **Portal da Sociedade Brasileira de Imunologia**, 18 maio 2020a. Disponível em: <<https://sbi.org.br/2020/05/18/parecer-da-sociedade-brasileira-de-imunologia-sobre-a-utilizacaodacloroquina-hidroxiclороquina-para-o-tratamento-da-covid-19/>>. Acesso em: 01 out. 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA. Informe no 16 da Sociedade Brasileira de Infectologia sobre: atualização sobre a hidroxiclороquina no tratamento precoce da COVID-19. Presidente: Clóvis Arns da Cunha. **Portal da Sociedade Brasileira de Infectologia**, São Paulo, 17 jul. 2020b. Disponível em: <<https://infectologia.org.br/wpcontent/uploads/2020/07/atualizaca-o-sobre-a-hidroxiclороquina-no-tratamento-precoce-da-covid-19.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2024.

SUS, Pense. **Direito à saúde**. Fiocruz, s.d. Disponível em: <<https://pensesus.fiocruz.br/direito-a-saude#:~:text=A%20sa%C3%BAde%2>

0consta%20na%20Declara%C3%A7%C3%A3o,e%20os%20servi%C3%A7os%20sociais%20indispens%C3%A1veis.>. Acesso em: 01 out. 2024.

URGENTE, Brasil. O Presidente Jair Bolsonaro falou com exclusividade com o Datena. **Youtube**, 27 mar. 2020. 1h17min55s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q8DaRmkkkq8>>. Acesso em: 01 out. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “**O nativo relativo**”. *Mana*, Rio de Janeiro, 8(1):113-148, Abr. 2002.

**Sentidos na realidade virtualizada:
uma análise da recepção de conteúdos online sobre a temática
da violência e mundo do crime no X**

Eduardo Armando Medina Dyna
Vinicius Pereira de Figueiredo
Maisa Faria Pereira

Introdução

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos, relacionados aos campos da informação e comunicação, favoreceram um maior florescimento em relação a integração e velocidade nas trocas de informações nos mais diversos aspectos. Se no período colonial brasileiro, as informações demoravam meses, ou até anos, para chegar entre o produtor e receptor, nos dias atuais, chegam instantaneamente, o que demonstra que as barreiras geográficas foram se afunilando com a expansão dessas tecnologias e sua utilização pela sociedade.

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) foi sendo praticada de maneira intensa, independentemente das gerações, classes sociais e territorialidades. Assim, ter um celular, um computador, perfis em redes sociais ou qualquer outro meio de interação com o mundo *on-line* tornou-se algo cotidiano, geral e, de certa forma, coercitivo, estando presente para o uso de questões relacionadas ao acesso aos serviços, nas necessidades de questões básicas e comunicação. Dessa maneira, o mundo virtualizado, a internet e as TICs já são presentes no contexto contemporâneo e na sociabilidade do ser humano na segunda década do século XXI, podendo ser investigada em diferentes facetas da realidade, como na educação, saúde, sociabilidade, afetividade, cultura e segurança. Em relação a esta última, a segurança e seus desdobramentos mais gerais – violência, crime e segurança pública – também estão

alocados ao mundo on-line, sendo que as dinâmicas criminais, os tipos de violência e os atores que impactam a segurança pública são representados e reinterpretados nas plataformas de internet, não havendo um controle desse tipo de conteúdo on-line.

Nessa lógica, há uma relação binária entre a produção e recepção dos tipos de conteúdo on-line. Pensando sobre a questão da segurança, violência e crime, há os fatos em si (episódios de violências, criminalidades, policiamentos, dentre outras), as gravações desses tipos de conteúdos e as estratégias para disseminação em diferentes plataformas de internet (produção) e o acesso e consumo desse tipo de conteúdo por parte dos usuários (recepção).

Por meio disso, as dinâmicas das interações são diferentes em relação ao fato em si. Quem produz esses materiais e os disponibiliza na internet tem suas intenções, visões, metodologias, enfim, tem um conjunto de estratégias de poder que são subjetivas aos seus motivos. Quem recebe esse tipo de informação também tem suas intenções, objetivos, percepções e os motivos de consumir determinados conteúdos. Essa relação binária de produção e recepção é relevante para uma compreensão maior sobre as realidades virtualizadas e os desdobramentos dos fatos em si, havendo pontos de fricção entre as sociabilidades, saberes, poderes e moralidades no mundo on-line e os acontecimentos e dinâmicas de violência e mundo do crime no universo “real”.

A relevância de compreender essas dinâmicas binárias entre a produção e recepção é de suma importância, pois conseguiremos medir quais são os impactos do consumo de violência e crime nas plataformas on-line, entendendo se esse tipo de uso desses dados on-line serve para determinados propósitos, verificando as escolhas dos receptores. Ademais, em âmbito um acadêmico, a originalidade de entender o tópico da recepção desses conteúdos, traz novas contribuições para as literaturas especializadas, entendendo o olhar e gosto de sujeitos que interagem com problemas longínquos em âmbito real, mas que estão conectados no sentido on-line, distanciando os limites e aproximando os dilemas sobre violência e crime.

Para realização desta pesquisa, será realizada neste artigo, a investigação da recepção, sendo que num futuro próximo, será efetuada a indagação da produção. Isto posto, essa premissa constrói uma pergunta de pesquisa: Quais são os públicos-alvo e suas discussões na recepção de conteúdos sobre violência e mundo do crime? Desta maneira, o objetivo deste artigo é investigar a recepção de conteúdos on-line, que se caracterizam pela inserção das temáticas no mundo do crime e da violência, com o intuito de mapear quais são os conteúdos com maior impacto dessa recepção virtualizada. A metodologia empregada é de caráter qualitativo, através da revisão bibliográfica, coleta de dados, codificação, análise dos dados e técnicas empregadas do campo da netnografia. Dessa forma, isso será discutido na revisão bibliográfica através da literatura especializada sobre violência, crime, mídia, além das discussões sobre plataformas on-line, redes sociais, sociologia digital e pesquisas na internet.

Em seguida, a metodologia utilizada para a análise da recepção dos dados on-line passará por algumas etapas. Inicialmente, é importante destacar as dificuldades de realizar esse tipo de técnica de pesquisa, visto que cada plataforma tem suas particularidades, regras e interações com o poder público e usuários, havendo para cada escolha de rede social, estratégias diferentes. Por isso, foi escolhida a rede social X (ex-twitter) considerando o fácil acesso de produtores e receptores nos diversos conteúdos, inclusive sobre violência e mundo do crime; em razão das políticas internas que disponibilizam uma maior “liberdade” e que cria poucos critérios para a censura; e pela facilidade de auto arquivamento e publicação dos conteúdos, em razão dos algoritmos internos da plataforma. Assim, a partir de disputas e problemas envolvendo a cúpula do X no Brasil, representado pelo dono do aplicativo, o sul africano Elon Musk, que desrespeitou as deliberações judiciais e os componentes jurídicos das leis em território nacional, no dia 31 de agosto de 2024, o Supremo Tribunal Federal suspendeu o X, que até o final da escrita desse artigo, ainda não voltou a atividade no Brasil.

Com esse empecilho inesperado, houve o desenvolvimento de alternativas para contornar este problema e conseguir acessar os dados na rede X, sem desrespeitar as ordens judiciais e manter o planejamento da pesquisa. Assim sendo, foi utilizado o *site* [nitter.poast](https://nitter.poast.org/) (<https://nitter.poast.org/>) para acessar os conteúdos on-line e seguir com o procedimento de pesquisa, visto que esse *site* arquiva os conteúdos de dados públicos (denominado de tweets) e qualquer usuário consegue acessar para verificar as informações.

Após essa breve explicação dos dilemas de pesquisa, primeiramente, foi escolhida uma página/perfil no X que está dentro da lógica da violência e do mundo do crime. A página escolhida é denominada submundo criminal. Foi realizado um mapeamento dos conteúdos publicados nos últimos 3 meses antes da suspensão do X, portanto, maio, junho e julho de 2024. Dessa forma, houve um levantamento de 303 conteúdos. É importante destacar que os conteúdos na rede social X é representado por imagens e vídeos, sendo possível traçar, a partir das métricas da própria plataforma, algumas informações importantes, como o impacto de visualizações, comentários, curtidas e compartilhamentos.

Foi utilizado o conceito metodológico de elite de pesquisa em Price (1976), oriundo dos saberes da ciência da informação e ciência de dados, para auxiliar no recorte deste artigo. A elite de pesquisa é uma métrica que determina um cálculo baseado no número total de informações e dados escolhidos (que neste caso são os levantamentos nos últimos 3 meses de 2024 dos conteúdos do X nessa página), havendo a raiz quadrada desse número final para recortar a “elite” dentre esse levantamento. Desta maneira, foi inserido o conceito de elite de pesquisa, estendendo-o para o *corpus* referente ao número total de conteúdos da página submundo criminal, considerando-se que em um conjunto de tamanho “N”, a “elite” é equivalente a raiz quadrada de N. Portanto, a raiz quadrada de $303 \approx 17,40$, assim, por conveniência, arredondou-se 17,40 para 17, que é o número final de conteúdo on-line, que foi de maior visibilidade entre os dados, como ele define: “O número de

produtores prolíficos aproxima-se à raiz quadrada do número total de autores” (Price, 1976, p. 30).

Todos os dados foram analisados e codificados, separando em uma planilha com os seguintes critérios: datas de publicação; curtidas; comentários; compartilhamentos, natureza e descrição dos dados. Em razão do problema judicial envolvendo o X e a utilização do Twitter, não foi possível identificar as visualizações de cada conteúdo. Após essa etapa, houve a descrição de cada vídeo, utilizando técnicas de netnografia com a ferramenta de diário de campo (Kozinets, 2014), informando qual tipo de vídeo, quais são os atores, territórios, vestimentas, discursos, moralidades, sujeitos, entre outras características para explicar ao leitor quais conteúdos foram analisados.

Por fim, houve a análise dos dados coletados. Buscou-se compreender a questão da recepção dos vídeos e os direcionamentos do impacto de maior visibilidade, interação e os enfoques que estavam nos conteúdos das mídias. Assim, as múltiplas técnicas de pesquisa foram importantes para compreender um tema tão emergente que relaciona os enfoques sobre violência e mundo do crime com as conexões do universo on-line.

A estrutura do artigo será dividida em três partes, além dos subtópicos. Após essa introdução, que discorre sobre os objetivos, metodologias e escolhas de pesquisa, haverá o desenvolvimento e considerações finais. No desenvolvimento, o artigo foi dividido em algumas partes: a primeira, com uma discussão a partir da revisão bibliográfica sobre mundo do crime, mídia no Brasil, plataformas de internet e pesquisas on-line; na segunda, foi apresentado as descrições dos vídeos selecionados e as codificações dos dados; por fim, foi realizado a análise dos conteúdos on-line, respondendo os objetivos propostos. Nas considerações finais foi colocado os resultados de pesquisa, apresentando novas dinâmicas e conclusões parciais para serem aprofundados com o desenvolvimento dessa proposta de trabalho.

O mundo do crime e a mídia no Brasil

Dentro da área da segurança pública, um dos temas centrais e de maior interesse é o da criminalidade, que se desenvolveu em diversos estudos como o do crime organizado (facções e cartéis), violência policial, segurança privada e políticas públicas com seus próprios ramos e especificidades. Do mesmo modo, a criminalidade se constituiu como interesse da opinião pública, de forma que ao longo do tempo através do rádio, do jornal, da televisão e agora da internet ainda atrai este interesse.

O texto presente propõe neste momento a apresentação de uma breve revisão bibliográfica sobre o mundo do crime no Brasil, focado nos temas que se destacam nas informações analisadas e sua divulgação, e apresentando alguns dos trabalhos que influenciaram e discutiram os estudos mencionados. É evidente que não se propõe neste trabalho contemplar toda a trajetória das Ciências Sociais nos estudos da segurança pública, mas sim o de destacar obras centrais para a compreensão do campo e dos contextos analisados através dos dados coletados.

A respeito dos estudos do crime organizado se destacam, dentre muitos trabalhos, as contribuições de Feltran (2018), que aborda a história do PCC destacando sua estrutura e influência no crime organizado em São Paulo. Dias (2013; 2018) explora a hegemonia do PCC nas prisões e seu monopólio da violência, além de sua ascensão e poder para o mercado internacional e Mingardi (1998), por sua vez, foca na relação entre o Estado e o crime organizado, analisando a resposta estatal ao avanço dessas organizações criminosas, contribuindo para análise de organizações criminosas para além das facções. No que diz respeito à violência policial, Adorno (1996) analisa a gestão da violência urbana em São Paulo, fornecendo uma visão crítica sobre o papel das instituições policiais no controle da violência, sendo o autor uma das referências principais na área de segurança pública. Caldeira (2000) investigou o impacto do crime e da segregação na cidadania paulistana, discutindo como a violência molda a organização espacial da cidade

e Souza e Augusto (1992) examinam o papel da Polícia Civil durante a Primeira República, oferecendo uma perspectiva histórica sobre a manutenção da ordem social no período e a influência dessa instituição no controle da violência.

Na área de segurança privada, Zanetic (2005; 2010) discute o marco regulatório dos serviços particulares de segurança e a relação entre as polícias e essas empresas privadas, com ênfase nas implicações para a segurança pública e no impacto sobre o policiamento contemporâneo. Além disso, explora as transformações no policiamento e no controle do crime. Machado da Silva (2003) investiga a relação entre segurança privada e cidadania, destacando a influência desses serviços na construção da segurança no Brasil. Em relação às políticas públicas, Soares (2000) narra suas experiências no setor da segurança pública no Rio de Janeiro, oferecendo um relato pessoal sobre os desafios enfrentados no combate à violência e a complexidade da gestão pública. Silva e Menezes (2019) analisam as discontinuidades na vivência em áreas de conflito e na sociabilidade violenta, refletindo sobre como as dinâmicas de violência impactam as comunidades locais. Souza (2015) discute as tendências recentes e problemas relacionados ao dispositivo militarizado da segurança pública no Brasil, enquanto Alvarez, Salla e Souza (2004) oferecem uma perspectiva histórica das políticas de segurança pública no estado de São Paulo, enfatizando suas continuidades e mudanças ao longo do tempo.

Como introduzido, a criminalidade sempre foi assunto central dos veículos de mídia, apresenta-se esse cenário com a intenção de compreender os dados coletados sobre a relação entre a mídia no Brasil e a criminalidade. A relação entre mídia e criminalidade no Brasil é amplamente discutida em diversas esferas acadêmicas. Naves (2003) examina como a imprensa investigativa muitas vezes transita entre o sensacionalismo e a criminalidade, destacando a importância de uma cobertura equilibrada e não estigmatizante, e trabalhos como o de Costa (2012) e Aderaldo (2008) analisa o caso do Primeiro Comando da Capital (PCC), mostrando como a mídia desempenhou um papel fundamental ao mediar a percepção do

terror em eventos ligados ao grupo criminoso e a representação da violência na mídia eletrônica, analisando a forma como a violência nas ruas é retratada nas telas, moldando percepções e políticas públicas de segurança, entendendo como a dimensão da representação impacta na compreensão e apreensão da materialidade da criminalidade. Outro exemplo está na análise de Palermo (2018) que foca na cobertura da mídia impressa e como as favelas cariocas são frequentemente enquadradas sob a ótica da violência urbana. Ele evidencia como a mídia contribui para uma representação estigmatizada desses territórios. Leite (2014) complementa essa discussão ao explorar a gestão de territórios de favela no Rio de Janeiro, particularmente no contexto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), e como a mídia trata essa "pacificação" em uma narrativa de "guerra" e "paz". Leite (2014) argumenta que, apesar de as UPPs representarem uma mudança nas políticas de segurança pública, a lógica de "guerra" permanece, justificando ações de controle sobre as favelas e seus moradores. A autora também introduz o conceito de "favelismo", que busca disciplinar as favelas e integrá-las ao espaço urbano de maneira controlada e limitada.

Esses textos apresentam uma análise crítica do papel da mídia na construção da percepção sobre a criminalidade e o espaço urbano e os autores também discutem a relação simbiótica entre a mídia e o governo. Leite (2014) argumenta que o governo se beneficia da cobertura midiática que reforça a imagem das favelas como focos de violência, o que legitima suas políticas repressivas de segurança pública. Palermo acrescenta que, em sua busca por "isenção" e "objetividade", os jornais analisados acabam reproduzindo o discurso oficial sem crítica, privilegiando as vozes governamentais e negligenciando as perspectivas de quem sofre com a violência. No caso da internet, a compreensão da relação entre quem produz a notícia e quem a recebe, e o que isso pode influenciar deve ser vista a luz dos outros veículos anteriores, como o da televisão e dos jornais, ao mesmo tempo que apresenta características novas como a permissividade com conteúdos

violentos e uma liberdade para – o dono da página – opinar diretamente sobre o fato que narra enquanto – a partir dos comentários – pode debater e ver as opiniões de quem recebe sua notícia, como melhor discutiremos nas considerações finais.

Apontamentos iniciais sobre as plataformas on-line e pesquisa na internet

As pesquisas no mundo on-line vêm ganhando espaço cada vez mais nas últimas décadas, sobretudo nas pesquisas em ciências sociais, e especialmente nas investigações sociológicas sobre essa temática. Diversas pesquisas no universo da internet foram realizadas e utilizadas nos últimos anos, principalmente durante e após a pandemia de Covid-19, nas mais diversas áreas do conhecimento e da realidade, com literaturas nas áreas de saúde, educação, políticas públicas e, na nossa proposta, com a temática da violência e mundo do crime.

Contudo, há algumas questões importantes para refletir sobre esse dilema de pesquisas virtualizadas, comunidades on-line e as ciências sociais. Rhukuzage (2020) apresenta algumas considerações sobre os impactos da virtualização da vida social. Segundo ele, há novas percepções sobre o espaço e o tempo, em que estar presente no mundo on-line tem diferenças significativas do que estar presente na “vida real”. Qualquer usuário pode acessar as plataformas de internet em locais distintos, como em uma universidade, uma praça pública ou um meio de transporte, mudando as interações reais, pelas conversas textuais e simbólicas (vídeos, imagens, músicas).

Assim, há possibilidades de compreender que a presença social virtual é distinta da presença social pessoal, pois pessoas com menos agilidade em sociabilidade pessoal (introspectivas) podem ser mais ativas nas sociabilidades virtuais (Rhukuzage, 2020), havendo novos enfoques e dilemas nessa transformação dos sujeitos virtualizados, ou que estão em processos de virtualização de suas subjetividades. Esse processo também se enquadra na

questão dos algoritmos no comportamento dos usuários on-line, na medida que os discursos, práticas, gramáticas, humor, pautas políticas no limbo on-line são direcionados nas relações sociais off-line, pautando a mudança da subjetividade dos usuários e diminuindo as fronteiras do universo virtual e real.

Ademais, as inovações das TICs e o seu uso constante pela população traz a dificuldade da separação do on-line e off-line, tornando as relações sociais presenciais e na internet cada vez mais, em determinados nichos sociais, condições de pertencimento indissociáveis. Isso significa, a partir da hipótese do autor, que num futuro próximo, a relação *on-line* e *off-line* se tornará uno, gerando novamente, indagações importantes para a subjetividade e a percepção sobre a realidade dos usuários. Kozinets, que organizou o livro sobre metodologias com técnicas na internet, fala que: "O que o argumento sugere é que comunidade on-line e mediação tecnológica não são mais uma nova forma de comunicação e de comunidade, mas passaram – ou em breve passarão – para a esfera do *status quo*, o modo como nossa sociedade simplesmente é." (Kozinets, 2014, p. 68).

Isto posto, o que Rhukuzage (2020) traz como raciocínio em seu artigo, são as diferenciações dos campos da sociologia digital e sociologia do digital. A mudança não é sobre a preposição "do", que abre margem para formas de investigação na sociologia com campo epistemológico e métodos e técnicas de pesquisa. Destarte, a sociologia digital faz parte de elementos epistemológicos e metodológicos, analisando os saberes da sociologia como técnicas e teorias do conhecimento utilizando a internet. Todavia, a sociologia do digital é entendida pelo autor como uma subárea dentro dos campos de discussões do saber sociológico, estabelecendo como objeto para ser investigado pelos pesquisadores (Rhukuzage, 2020).

Para a proposta dessa pesquisa, estamos no ponto de fricção entre a sociologia do digital e a sociologia da violência e das dinâmicas criminais, utilizando técnicas e recursos da sociologia digital. É nessas nuances entre as margens desses saberes

sociológicos e dos objetos em si que estão as novas abordagens de se fazer pesquisa em realidades singulares com o consumo dos conteúdos on-line.

O uso cotidiano das plataformas digitais pela população, transforma algumas TICs em facilidades para trabalhar, viver, socializar, se comunicar, enfim, as TICs e a internet proporcionaram que grupos sociais usufruam das plataformas digitais e tragam novos enfoques. Uma dessas problemáticas, que envolvem questões metodológicas, é a diferenciação das pesquisas em comunidade on-line e investigações on-line em comunidade, que necessitam de explicações para delimitar essa pesquisa.

O livro sobre métodos de pesquisa com foco em técnicas on-line, organizado por Kozinets (2014), traz essa distinção de grupos que frequentam os fóruns e redes sociais on-line, e o aporte da internet para averiguar as condutas, moralidades, discursos, hierarquias, interesses e políticas de determinados agrupamentos. Assim, nas palavras do autor, podemos entender que: “A pesquisa em ‘comunidades on-line’ estuda alguns fenômenos diretamente relacionados às comunidades eletrônicas e a cultura on-line em si, uma determinada manifestação delas, ou um de seus elementos” (Kozinets, 2014, p. 65). Isso pode ser exemplificado em comunidades de *gamers*, que se encontram em fóruns digitais para conversarem, socializarem e interagirem entre si enquanto jogam partidas on-line. Essa lógica pode ser aplicada para outros nichos, como esporte, música e até em âmbito acadêmico, havendo uma proliferação desses ambientes para diversas gerações, gostos culturais e intuítos em suas vidas. Diferentemente das pesquisas em comunidades on-line, a investigação on-line em comunidades ou grupos sociais é compreendido como:

Estudos on-line de comunidades tomam um determinado fenômeno social ou comunal como sua área focal de interesse e depois estendem isso, argumentando ou presumindo que, por meio do estudo da comunidade on-line, algo significativo pode ser aprendido

sobre a comunidade ou cultura focal mais ampla, e depois generalizado para o todo (Kozinets, 2014, p. 65).

Por meio disso, optou-se em utilizar a pesquisa em comunidades on-line como forma de compreender a recepção do universo da internet atrelado às configurações do real pelos usuários. Assim, as escolhas dos usuários em consumir dados sobre acontecimentos do mundo do crime e violência, gravados e disseminados nas redes sociais, é o nosso principal interesse de pesquisa, não sendo nesse caso o inverso, ou seja, não vamos priorizar os estudos on-line em comunidades, pois nesse caso, o foco é a produção. Essa diferença é importante para entendermos sobre quais são nossas questões de pesquisa e metodologia, pois utilizamos o levantamento, coleta e observações de conteúdos on-line como procedimento metodológico, e não a netnografia (Kozinets, 2014).

Outros fatores importantes sobre metodologia em pesquisa on-line são quatro aspectos que são inerentes às condições de existência na investigação na internet. A alteração, anonimato, acessibilidade e arquivamento são pontos importantes que aparecem na discussão de Kozinets (2014) sobre o contexto do pesquisador que utiliza o campo de trabalho mediado pelo computador e internet.

Ele começa a discorrer sobre esse primeiro aspecto, a alteração, que representa um conjunto de elementos que estão em plena mudança, como as gramáticas, símbolos, signos, arquitetura da informação, gírias, memes¹ dentre outros significados textuais e simbólicos, estando em constante variações pelas gerações, nacionalidades e regionalidades. Dessa maneira, a internet é caracterizada pela alta mudança com múltiplas relações sociais e formas de se dirigir com o Outro virtualizado (Kozinets, 2014).

¹ O meme é um fenômeno nas redes sociais, construído de maneira pelo humor e/ou satírica, em que uma imagem, vídeo, trecho de música, vídeo ou outra linguagem verbal, escrita ou simbólica, é disseminado pelos usuários se tratando de qualquer assunto.

Talvez, o principal traço das plataformas digitais seja a opção de anonimato. A qualidade do anonimato oferece que as pessoas não se identifiquem em sua vida no âmbito *off-line*, podendo assumir novas possibilidades de identidade, sendo uma outra (e nova) pessoa na internet. Nesse sentido, há usuários que se tornam figuras públicas, não se apresentando com seus nomes de fato, constituindo novas personalidades nos mais diversos nichos sociais (Kozinets, 2014).

O terceiro fator é a acessibilidade. Como falado anteriormente, o usuário poderá acessar em qualquer lugar as plataformas de internet e usufruir da conexão on-line, seja pela tela do celular ou pelos computadores, facilitando as condições de vida por parte das TICs (Kozinets, 2014). Por fim, o arquivamento é uma das principais ferramentas na internet, pois o arquivamento poderá “salvar” os mais variados dados, vídeos, imagens, mensagens, músicas, dentre outros, podendo ser acessados em temporalidades e espacialidades distintas, se tornando, em muitos casos, os dados “permanentes” (Kozinets, 2014).

Os quatro aspectos que Kozinets (2014) trabalha podem ser relacionados pela própria natureza das páginas do X, em que a todo momento há diversos conteúdos diferentes, demarcado pela questão da alteração. Isso será identificado na seção sobre os dados coletados e sua codificação. Em segundo, o anonimato é presente, seja na página que será feita a pesquisa, nos conteúdos que são produzidos e na recepção dos usuários, não sabendo ao certo quem são as pessoas que estão no processo de pesquisa. A acessibilidade, terceiro aspecto, é pela facilidade de conseguir acessar independentemente do espaço em que o usuário estará. E por último, o autoarquivamento, o que caracteriza a internet em si, pela prática de conseguir resgatar qualquer dado, independente do tempo que ele foi produzido e/ou publicado nas redes on-line, exemplificado pelo uso do *site* nitter.

Sentidos na realidade virtualizada: Codificação, descrição e análise

Após toda discussão em relação à revisão bibliográfica, será apresentado o processo do desenvolvimento da discussão sobre o recorte da página 'submundo criminal'. Assim sendo, foi utilizado o conceito de elite de pesquisa de Price (1976), com a seleção de 17 conteúdos on-line, sendo 4 vídeos e 13 imagens, acompanhados com um texto informativo que será apresentado na tabela abaixo. A tabela tem a descrição dos conteúdos on-line, explicando quais foram as temáticas de cada dado selecionado, além do número de usuários que curtiu os determinados posts, o número de comentários, os compartilhamentos em suas redes sociais privadas e a natureza, se ela foi vídeo ou imagem.

Título: Elite de pesquisa da página "submundo criminal" na rede social

XFonte: Elaborado pelos autores

Descrição	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Natureza
Vigilante, investigado por homicídios, é executado na frente do filho em Santa Cecília, Paraíba.	15.422	1.135	568	Vídeo
Post informativo sobre Necati Arabaci, líder do moto clube Hells Angels na Turquia.	5.100	219	125	Imagem
Demandas da tropa do BOPE no Rio de Janeiro para melhorar seu armamento e instrumentos de combate.	5.170	131	161	Imagem
Execução de homem pela facção Guardiões do Estado (GDE) - Fortaleza.	4.492	124	171	Vídeo

Registro de soltura de Ovídio Guzman após prisão de Mayo no México.	3.516	87	118	Imagem
Sicários das Fuerzas Especiales Mini 10 faziam parte da F.E.R, responsável pela segurança de Ovídio Guzmán, filho de Chapo.	2.037	15	107	Imagem
Membro do PCC acusado de matar policial militar da tropa de elite de São Paulo, foi morto na Bahia.	1.838	54	46	Imagem
Morte do sicário Werko Kilo no México.	1.710	27	61	Imagem
Teorias sobre a prisão do mexicano Mayo.	1.466	33	71	Imagem
Informação que o mexicano Guzmán se entregou.	1.410	38	31	Imagem
O mexicano Mayo Zambada se entrega.	1.335	50	68	Imagem
Vídeo sobre a tropa de segurança (crime e polícia) de um líder de cartel no México.	1.325	28	55	Vídeo
Notícia sobre um corpo decapitado com a cabeça e penis separados no México feito pelos carteis. O motivo foi uma vingança pelo atentado do homem morto.	1.296	76	28	Imagem

Morte de ex-pistoleiro no interior do Pernambuco.	1.242	47	19	Imagem
Uso de drones explosivos em confronto entre as facções CV e TCP.	1.200	24	67	Imagem
Homem de 23 anos é morto com fuzil na Filadélfia nos Estados Unidos.	1.200	19	24	Vídeo
'Escova' é preso em Copacabana. Suspeito de coordenar o tráfico entre Paraguai e Rio de Janeiro.	1.124	38	37	Imagem

Esses conteúdos são diversos e se referem a variadas dinâmicas criminais e de violência, apresentando situações distintas que foram descritas. Dessa forma, será apresentado um resumo dos conteúdos recortados e analisados, utilizando as técnicas de pesquisa na internet, como discutido na outra seção, para o processo de análise e reflexão de investigação, conforme as referências de Kozinets (2014) e Rhukuzage (2020).

Situação 1: Em um curto vídeo, aparece um cenário de uma rua pouco movimentada. Um homem branco, que aparenta ter 50 anos, está em uma motocicleta com uma criança, que possivelmente é seu filho ou parente próximo. O rapaz está com uma camisa branca e bermuda clara. Não foi possível identificar as roupas da criança. Antes de iniciar a viagem com a moto, aparece um carro com 4 portas de cor preta. O carro para e dois homens, que aparentam ser adultos, estão utilizando bonés da cor preta, blusas de frio e máscaras, como forma de tentar esconder sua identidade. Eles saem do carro apontando a arma para o homem e dispara algumas vezes, assassinando-o com a criança ao seu lado na moto. O homem cai em cima da criança e os algozes fogem no

carro. A vizinhança foi socorrer a vítima e encerrou o vídeo. A postagem, teve mais de 15 mil favoritos, e mais de mil comentários, em sua maioria: 1) Se solidarizando com a situação da criança; 2) Lamentando o fato como tragédia, preocupando-se com o psicológico do menino; 3) Indignando-se com a crueldade do ato.

Situação 2: A postagem traz um breve texto sobre a figura do turco-alemão Necati Arabaci (Neco) e o aponta como líder do moto clube Hells Angels na Turquia e supostamente em toda a Europa. A postagem ainda destaca a relação de Neco com o submundo criminal na Turquia e sua condenação, da qual foi solto. Como elementos de mídia, a postagem tem quatro fotos de Neco e se destaca uma com o famoso chef de cozinha turco Nusret Gökçe, conhecido como Salt Bae, famoso pelas suas interações com celebridades do mundo todo e uma foto onde Neco aparenta estar sendo preso. Os comentários acerca da postagem são: 1) Referindo-se à fisionomia do turco-alemão; 2) Alguns comparando-o com sujeitos famosos ou alegando que sua expressão facial gera sentimentos, como intimidação, medo ou, de certa forma, respeito, tal qual vilões da cinematografia.

Situação 3: A postagem apresenta um texto detalhado sobre reforços solicitados pelo comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais, para combater os grupos criminosos do Rio de Janeiro que estariam usando táticas de guerrilha, barricadas e veículos blindados. Nessas demandas foi pedido cerca de 150 fuzis de calibre 7,62x51mm, 20 rifles de calibre .338 Lapua Magnum, 50 submetralhadoras de calibre 9mm, 40 rifles de calibre .308, drones, capacetes balísticos, além de veículos e fardas novas. Os comentários estão relacionados a dois discursos distintos: 1) Falas para que as forças policiais utilizem armamento pesado para matar os bandidos, inflando o discurso bélico contra a figura do crime; 2) Críticas ao armamento pesado que os policiais querem receber, por causa da corrupção dentro das forças policiais e pelo combate contra as facções criminais.

Situação 4: Na publicação há um vídeo de um homem que está sendo arrastado por outros dois homens em plena luz do dia, no

centro de Fortaleza, no Ceará. O vídeo mostra o homem lutando para não ser levado para um carro prata estacionado, em certo momento sua camiseta verde até sai de seu corpo. Pessoas ao redor veem a cena e apenas reagem quando o homem continua sendo arrastado para o veículo, com a ajuda de um terceiro homem. A vítima deu um prejuízo de 40 mil reais em drogas há 4 anos para a facção Guardiões do Estado (GDE), que tentaram o sequestrar se passando por policiais, mas ele reconheceu um dos homens como sendo seu ex-patrão. Os homens desistiram do sequestro após a movimentação da população no local. Os comentários podem ser classificados em dois tipos: 1) Críticas sobre os problemas de segurança pública no Ceará e em Fortaleza, reclamando do poder de facções criminais no Nordeste e no Brasil; 2) Opiniões sobre a conduta da vítima, que não deveria ter conexão com o GDE e deveria ter fugido para outro local, visto a suspeita desta vítima em ter uma dívida com essa facção.

Situação 5: Na publicação há 2 fotos. Uma delas é Ovídio Guzman, um dos filhos de Chapo, um homem, que aparenta ser, alto, magro, com cabelos escuros, barba rala e óculos, sentado, provavelmente, em um avião. A outra foto é o número do registro de prisões federais, a qual mostra a idade de Ovídio, 34; a raça, branca e o sexo, masculino; além do número do registro e a data que foi realizado. O texto introduz um breve texto comentando as prisões de Mayo (Ismael Zambada Garcia) e Joaquin (Joaquin Guzman Lopez, filho de Joaquin Guzman, El Chapo) para falar sobre a possível soltura, a partir do sistema de consultas de presos de Ovídio Guzman, também filho de El Chapo. Há três tipos de comentários: 1) Afirmações que a prisão de Ovídio foi obra da *Central Intelligence Agency*; 2) Comentários sobre os desdobramentos das disputas de Chapo e sua família com autoridades mexicanas e estadunidenses; 3) Estratégias para um acordo entre narcos e autoridades como forma de cessar os conflitos.

Situação 6: A postagem da situação 6 se relaciona com a da situação 5. Traz informação de que sicários mexicanos das Fuerzas Especiales Mini 10 faziam parte da estrutura de segurança de um

dos filhos de El Chapo, Ovídio Guzman (Don Raton). A postagem traz duas fotos de soldados/sicários fortemente armados, uma foto de um arsenal e uma camisa de futebol com o nome “El Mini 10” e outra com uma pessoa vestindo essa camisa, de fuzil, olhando para uma foto de El Chapo. Há vários tipos de comentários: 1) Falantes em espanhol que “desmentem” as informações do post, dizendo que não são sicários; 2) Comentários em espanhol e português falando do armamento dos sicários que são superiores do que as forças armadas; 3) Provocação que a imagem é representado por uma aliança de facções do Brasil por causa de um símbolo que o homem faz (fazendo o número 3 com os dedos); 4) Comentários jocosos e irônico falando que mesmo bem armado e equipado os guardas de Ovídio não foram capazes de assegurar a liberdade de seu patrão.

Situação 7: Imagem do “Arrepiado”, vulgo de Jefferson Veríssimo, traficante do PCC, suspeito de matar PM da Rota na Zona Leste de SP em 2020. Ele foi morto durante troca de tiros com policiais em Feira de Santana, na Bahia. Apresentando-se com o nome falso de Laércio Júnior, vivia em hotel de luxo, ostentando carros e fornecendo armas e drogas para os estados do Nordeste. O traficante, durante o cumprimento de um mandado de prisão, teria atirado nas equipes. Ele foi socorrido, mas não resistiu. Há duas imagens de Arrepiado, uma delas apresenta o homem, que possui barba e cabelo, arrepiados com gel, escuros e a outra fotografia, com baixíssima qualidade, é Arrepiado armado, o que parece, sendo atingido. Os comentários discorrem que: 1) Na celebração do óbito de Jefferson, colocando como merecida sua morte e parabenizando a ação policial; 2) Enaltecer especificamente a polícia da Bahia, a colocando como mais “séria” por ser mais violenta que a de São Paulo.

Situação 8: A postagem trata sobre a possível morte de Werko Kiloz, sicário dos R5 dos Carteles, no México. O post não tem informações concretas sobre a morte ou sua causa, mas indica que foi em confronto. Traz quatro fotos do rapaz, em todas com ele armado e em três com “farda” e rosto tampado. Não há informação

da causa nem veracidade da morte, já que muitos sicários forjam suas mortes quando estão em extrema visibilidade. Foi deduzido que a morte ocorreu nas serras de Michoacán. Os comentários falam sobre: 1) Suposições de como ele morreu; 2) Relatos sobre esse indivíduo dentro da guerra entre os sicários e forças armadas, demonstrando que os usuários conheciam essas dinâmicas. 3) Crítica sobre jovens que se envolvem nas dinâmicas do crime e sofrem consequências negativas, enquanto seus patrões têm muitos lucros e poder; 4) Comentários zombando esse sicário.

Situação 9: A postagem se relaciona com a situação 5. Traz informações sobre as teorias para a prisão de Mayo Zambada. A primeira afirma que ele foi enganado por um dos filhos de Chapo para embarcar no avião com destino ao México, mas o avião foi para El Paso, Texas, onde os dois foram rendidos. Essa teoria ganha força por Ovídio ter sido solto. A outra teoria é de que Mayo teria se entregado após uma operação tê-lo capturado junto com o filho. Dessa forma, ele se entregou para que o filho fosse liberado e se comprometeu a entregar uma certa quantia de dinheiro e informações sobre o mundo do crime mexicano. As imagens nas postagens são de Mayo, o que aparenta, em várias idades, mas é visível que é um homem branco, com cabelo e um grande bigode escuro. Os comentários se concentram em dois tipos: 1) Discussão sobre as teorias apresentadas; 2) Elogios pela reflexão da página e críticas ao "viralatismo" mexicano e colombiano de extraditarem seus nacionais aos EUA.

Situação 10: Imagens com uma pequena frase explicativa que se relacionam com as situações 5, 6 e 9. Na imagem, aparecem dois homens narcotraficantes do México. Joaquin Guzman Lopez e Mayo Zambada. O primeiro é um homem, que aparenta ter mais de 50 anos, com bigode, mestiço, vestindo um boné e camisa polo de cor preta. O segundo é um homem branco, que aparenta ter na faixa de 30 anos, com uma camisa azul. A legenda traz informações que Lopez e Zambada se entregaram nos EUA. Os usuários nos comentários parecem estar chocados com a situação com comentários curtos sobre as prisões e as possíveis razões das prisões.

Situação 11: A publicação apresenta Mayo Zambada, um dos líderes do Cartel de Sinaloa, um homem branco, possivelmente meia-idade, com cabelo coberto por um boné preto tendo a mesma cor escura que seu bigode grosso, que se entregou para as autoridades dos EUA após mais de 40 anos foragido, em um aeroporto privado em El Paso, no Texas. Os comentários se concentram: 1) Uma surpresa com sua entrega, com teorias sobre estar “abrindo espaço” para seus filhos; 2) Descrença com especulações sobre sua prisão.

Situação 12: Na publicação há um vídeo de uma câmera de segurança, em Mexicali, na fronteira com os EUA, que retrata um carro branco do narcotraficante El Pitufu, um dos principais operadores de El Ruso – comandante dos Rusos do Cartel de Sinaloa – que avisa o guarda para deixar a cancela aberta, já que todos os veículos atrás são do seu comboio. Na sequência, 15 carros, sendo 2 deles da polícia, o seguem. Os comentários informam: 1) El Ruso é subordinado da parte de Mayo; 2) Comparação com a situação com o Rio de Janeiro; 3) Outros comentam sobre a quantidade de carros e a facilidade da passagem.

Situação 13: A publicação alerta, inicialmente, que terá imagens fortes, já que as fotografias são de uma caixa de isopor ao lado de uma cartolina. Dentro da caixa, há uma cabeça humana masculina junto com as mãos e um pênis esquarterado, no Zócalo de Acapulco, conhecido como Parque Juan Álvarez, em Acapulco, no México. A informação é de que esse homem teria sido responsável por uma explosão no local onde 9 pessoas foram feridas. Assim, algum cartel o matou como cobrança, esquarterando-o e colocando os motivos na cartolina encontrada ao lado da caixa. Os comentários falam sobre: 1) Ironizam a situação com os usuários questionando se o homem de fato morreu; 2) Alguns comentários também enaltecem a ação do cartel e destacam o “estilo” dos mexicanos.

Situação 14: A publicação apresenta 4 imagens. A primeira é de um homem branco, com barba grisalha, usando óculos escuros, boné e uma camiseta azul, deitado em uma rede, aparentemente, o

homem é César Leite, um ex-pistoleiro de aluguel que foi morto a tiros em Serra Talhada, no interior de Pernambuco, como afirma a legenda da postagem. César, de 54 anos, um conhecido empresário na localidade, já havia sido alvo de outras tentativas de homicídio. As outras três imagens são retratos das balas que atingiram o carro da vítima, nota-se cerca de 20 furos de bala. Os comentários em sua maioria se concentraram no fato de César ser um ex-pistoleiro, e foram no sentido de que “a vida cobrou” ou de que “viveu demais”, no sentido de um 'karma', em que ele morreu da mesma forma que ele agia, matando outros.

Situação 15: A postagem é um fio sobre o uso de drones por grupos criminosos, destacando o seu uso pelas facções cariocas do Comando Vermelho e Terceiro Comando Puro. Seguindo a postagem, a página anexou outros posts que já havia feito sobre o assunto e usos de drone por grupos na Ucrânia, México e Colômbia. A postagem apresenta uma imagem ilustrativa de um drone com uma granada e segue com os posts anexados. Os comentários seguem 2 lógicas: 1) Surpresa com leve entusiasmo do armamento de facções do Rio de Janeiro, utilizando novas tecnologias bélicas que são modernas e usadas em guerras; 2) Preocupação com o Estado e suas forças de segurança que vão ter que superar esse tipo de armamento para combater o crime.

Situação 16: A postagem trata sobre a filmagem de uma câmera de segurança onde um homem de 23 anos é executado com tiros de fuzil, o evento ocorreu na Filadélfia, nos EUA. Há um vídeo que retrata um jovem, mexendo em seu celular, na frente de um estabelecimento, no oeste da Filadélfia, quando observa-se um carro prata chegando, mas perde-se a visão da câmera de segurança. Logo depois ouve-se barulhos de tiros e, no momento seguinte, pessoas correndo. O rapaz é atingido com 15 tiros de fuzil por um homem encapuzado e vestido completamente de preto. Aparentemente, o rapaz continua vivo, já que é visível sua pequena movimentação, mas está extremamente debilitado. Após a situação, pessoas saem do estabelecimento e vão embora correndo, ninguém socorre o rapaz, que está no chão. Não foi informado o

motivo da morte, policiais estavam investigando. Os comentários falam sobre: 1) Os Estados Unidos ser um país violento, falando que está em decadência; 2) Alguns apresentam um tom de comédia sobre a situação, por causa do passado deste país.

Situação 17: A publicação possui imagens que mostram Thauser Mitidieri, de 44 anos, um homem branco, com cabelos loiros, sem barba e olhos claros. Conhecido como “Escova”, foi preso em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Escova foi identificado pelo sistema de identificação facial de foragidos. Os comentários acerca da postagem referem-se: 1) Sobre a fisionomia de Thauser, afirmando sobre sua aparência de “playboy”; 2) Possível não abordagem dos policiais perante a ele; 3) Além de enaltecer o uso da tecnologia para a segurança pública.

Após a apresentação do quadro com os dados coletados e selecionados, a descrição e os comentários iniciais dos pesquisadores, serão apresentados os resultados da pesquisa, respondendo os objetivos e as perguntas de pesquisa. A interação que esses usuários fazem com esse tipo de conteúdo, só poderia ocorrer com a ferramenta da internet (Rhukuzage, 2020), possibilitando uma conexão de realidades e conhecimento em espaços sociais distintos, construindo suas moralidades, posições políticas e pensamentos sobre as dinâmicas criminais no Brasil e em outros países, criando subjetividades alinhadas por esses enfoques específicos. A facilidade do anonimato, do fácil acesso as notícias que, por muitas vezes, aparecem em tempo real, além dos arquivamentos desses dados, são facilitadores para que esses públicos-alvo que consomem os conteúdos da página em questão possa ser informar, debater e repassar informações sobre as situações pesquisadas e outros tipos de dados (Kozinets, 2014).

Primeiramente, foi percebido as diferenças das dinâmicas criminais dos conteúdos, a territorialidade/origens com países diversos e a relação de algozes e vítimas. Desse modo, foram localizados os conteúdos no Brasil (7 vezes), México (7 vezes), Turquia (1 vez), EUA (1 vez), fronteira do México e EUA (1 vez). Destaca-se, principalmente, os conteúdos no país Mexicano, por

causa da particularidade das condições daquele país, em razão de notícias sobre a prisão de um importante cartel, além do Brasil, pela natureza da página submundo criminal ser brasileira e os usuários em sua grande maioria serem dessa nacionalidade.

As dinâmicas criminais são outro fator importante para explicar o conteúdo e a recepção de cada conteúdo, seja ele imagem ou vídeo. O principal fator da elite de pesquisa foi a temática relacionada com os problemas dos sicários e cartéis mexicanos (8 vezes), seguidos pela prisão de um traficante internacional de drogas (1 vez), caso de crime de pistolagem (1 vez), um assassinato (1 vez), as disputas e armamento bélico entre as facções no Rio de Janeiro (1 vez), notícia sobre as demandas da polícia militar e sua tropa de elite no Rio de Janeiro (1 vez), notícia sobre a morte de integrante da facção PCC (1 vez), relato sobre a prisão de um gangster turco-alemão (1 vez), morte de uma pessoa nos Estados Unidos (1 vez) e tentativa de sequestro de um homem pela facção Guardiões do Estado no Ceará (1 vez).

Nessa relação de algozes e vítimas, foram identificados algozes com diferentes características: que eram sequestradores membros de facção brasileira, de assassinos encapuzados, integrante de facção e sicários mortos, pistoleiros que foram mortos, gangster que foi preso. No final das contas, há algozes que são oriundos de organizações criminais em diferentes países. As vítimas foram pessoas que também são integrantes do mundo do crime, seja organizado (sicários e facções) ou avulsos (pistolagem e tráfico de drogas), além de pessoas que não fazem parte das dinâmicas criminais, como por exemplo, na situação 1 da morte de um adulto ao lado de uma criança inocente aos perigos da violência.

Em segundo lugar, os comentários dos usuários são díspares e constituídos a partir de cada particularidade dos conteúdos online. Destarte, quando houve conteúdos relacionados a morte e violência, os usuários percebiam seus sentidos de maneira diferente, isto é, na situação 1, houve uma repulsa e solidariedade em relação a criança que sofreu uma tentativa de assassinato e a perda de seu pai. Já na situação 14, os usuários discorreram sobre

o caso do ex-pistoleiro, apontando que seu óbito foi uma consequência de suas ações de pistolagem em seu passado, e que sua morte foi uma “cobrança” do destino. Ademais, a situação 13 demonstra o extremo, com a decapitação e desmembramento de um homem, acusado de cometer crimes graves no México e que foi punido pelas organizações criminais daquele país. Assim, os usuários justificaram e comemoraram a punição e morte desse homem, por conta da acusação feita pela página.

É possível identificar que os usuários recebem com mais entusiasmo crimes que são injustificáveis, colocando a morte e formas de punições como sendo merecidas, como o exemplo da situação 14. A morte em si é discutida a partir das condições, motivos e consequências, sendo o recebimento da situação 4 comemorado, por ser a morte de um integrante do PCC, que teve problemas e acusações de homicídio contra um policial militar de São Paulo, em que esse membro de facção foi morto por confrontos contra as forças policiais na Bahia. Desse modo, isso se diferencia em relação à situação 1, pois o homem foi morto com seu filho em uma moto, não havendo condições de defesa e o perigo de atingirem a criança.

Os usuários têm posições de moralidades, um conjunto de elementos de ética e racionalidade, para averiguar qual indivíduo, dessas situações, pode ter sua violência e morte justificada, não havendo, nesse sentido, uma mesma posição, mas um debate e conhecimento prévio de que os usuários tratam as dinâmicas criminais, seja no Brasil, Estados Unidos ou México. Isso pode ser exemplificado nos debates e na percepção dos usuários sobre a questão dos sicários e cartéis mexicanos, na medida em que ocorreram a entrega e prisão da família de Joaquin Guzman Lopez e Mayo Zambada entre os meses de julho e agosto, e houve uma busca por mais informações, com curiosidades e debate sobre as dinâmicas criminais no México, a resposta do Estado em relação aos cartéis, políticas de segurança pública e o poderio dessas organizações criminais.

A partir do todo exposto, é possível explicar que os públicos-alvo quem consome esse tipo de conteúdo, a partir do recorte de pesquisa, são usuários que conhecem as dinâmicas criminais, seja por um gosto pessoal de acompanhar os enfoques sobre, ou ainda, de vivenciarem em suas realidades problemáticas semelhantes à violência e mundo do crime, não havendo um desconhecimento total sobre as causas e os sujeitos indicados nos conteúdos on-line da página “submundo criminal”. Investigar em comunidades on-line (Kozinets, 2014), proporcionou resultados que serão aprofundados e problematizados em futuras pesquisas, continuando nesse percurso na relação de produção e recepção dos conteúdos on-line sobre violência e mundo do crime, através do aporte do grupo de pesquisa Laboratório de Análise das Realidades Virtualizadas e do Observatório de Segurança Pública da Unesp de Marília.

Considerações finais

Como ressaltado na introdução deste trabalho, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estão amplamente difundidas e cada vez mais normalizadas entre os brasileiros, que acessam a internet por diferentes dispositivos. A ampliação do acesso permite que novos produtores de conteúdo surjam, como é o caso da página analisada, que não se vincula a um conglomerado de mídia já consolidado. Da mesma forma, isso permite que os usuários da plataforma optem por acessar seus conteúdos e a segui-la. A internet modifica essa relação entre produção e recepção, e não se limita aos seus usuários, pois cada plataforma de rede social, através de seu algoritmo, direciona o acesso a novos seguidores. Dentro desse acesso, ainda se restringe o conteúdo que faz sucesso e atinge o maior número de pessoas. A pesquisa evidencia que há um interesse por um tema geral, a violência, se manifestando principalmente pelos crimes que envolvam armas de fogo e pelos atores envolvidos nesses atos.

A pesquisa também verificou um interesse pelos cartéis mexicanos, manifestado nos comentários tanto pela sua particularidade quanto por tentativas de comparação e discussão com o mundo do crime no Brasil, outro tema central nos acessos da página. A esse interesse, pode-se atribuir a relação produção e recepção, pois os usuários através da possibilidade de escolha do que ver na internet têm contato com notícias ou eventos diferentes dos que teriam nos noticiários brasileiros.

Em suma, a pesquisa compreende que a internet introduz características novas na relação entre produção e recepção de informações, de modo que dentro do mundo do crime, temas que envolvem a violência geram mais engajamento na comunidade de brasileiros na plataforma X. Cabe ainda dizer que o trabalho não consegue contemplar toda a dimensão da produção sobre criminalidade na internet, ou mesmo no X, tendo sido analisadas 303 postagens, apresenta-se então um recorte que pode servir como uma pista para investigações futuras.

Referências

ADERALDO, Guilherme André. **Das ruas a tela: a representação da violência na mídia eletrônica**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas.

ADORNO, Sérgio. **Gestão da violência urbana e práticas de controle exercidas pela polícia em São Paulo**. 1996.

ALVAREZ, José; SALA, Fernando; SOUZA, Tânia. **Políticas de segurança pública em São Paulo: uma perspectiva histórica**. 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Segregação urbana e cidadania em São Paulo: a violência como elemento estruturante da cidade**. Editora 34. 2000.

COSTA, Renata Almeida. **“Midiando” o terror: o caso do PCC no Brasil**. Sistema Penal & Violência, v. 4, n. 1, 2012.

DIAS, Luís. **A hegemonia do PCC nas prisões: monopólio da violência e ascensão no Brasil.** 2013.

DIAS, Luís. **O PCC: a força do crime organizado em São Paulo.** 2018.

FELTRAN, Gabriel. **A história do PCC: estrutura e influência no crime organizado em São Paulo.** 2018.

KOZINETTS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online.** Penso Editora, 2014.

LEITE, Márcia Pereira. Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 625-642, 2014.

MACHADO DA SILVA, Luiz. **Segurança privada e cidadania: o papel dos serviços de segurança no Brasil.** 2003.

MINGARDI, José. **Estado e crime organizado: resposta estatal e dinâmicas criminais.** 1998.

NAVES, Nilson. **Imprensa investigativa: sensacionalismo e criminalidade.** R. cej, Brasília, v. 20, p. 6-8, 2003.

PALERMO, Luis Claudio. A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, p. 212-236, 2018.

PRICE, Derek John de Solla. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica.** Livros técnicos e científicos, 1976.

RHUKUZAGE, Sérgio Katembera. Sociologia digital ou sociologia do digital? 2020. **Revista Abordagens.** UFPB.

SILVA, Luis Antonio Machado; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de "vida sob cerco" e na "sociabilidade violenta". **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 529-551, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general**: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 207-223, 2015

SOUZA, Tânia; AUGUSTO, Jorge. **A atuação da Polícia Civil na Primeira República e sua influência na ordem social**. 1992.

ZANETIC, André. **Marco regulatório dos serviços de segurança privada e relação com as polícias no controle do crime**. 2005.

ZANETIC, André. **Segurança privada**: impactos sobre a segurança pública. 2010.

Declínio do espaço público, ausência de experiência e discurso de ódio: reflexões a partir de Hannah Arendt

Renato de Oliveira Pereira

As possibilidades de que a verdade factual sobreviva ao assédio do poder são de fato por demais escassas; aquela está sempre sob o perigo de ser arditamente eliminada do mundo, não por um período apenas, mas, potencialmente, para sempre.
Hannah Arendt (2011, p. 287)

Aparentemente, uma economia controlada por anúncios virtuais produziu sua própria teoria da verdade: verdade é qualquer coisa que atraia muitos olhares. Evgeny Morozov (2018, p. 185-6)

Introdução

Na notação química, *HCN* representa uma molécula composta por átomos de hidrogênio, cloro e nitrogênio. É a fórmula do ácido cianídrico, cujo cheiro de amêndoas-amargas disfarça o seu caráter altamente tóxico. Utilizado como veneno, o ácido cianídrico atua sobre as hemoglobinas, um tipo de proteína encontrada nos glóbulos vermelhos do sangue e que é responsável por transportar o oxigênio pelo corpo. Ao fazê-lo, bloqueia-se a oxigenação e, conseqüentemente, a respiração interna, levando o organismo à morte. Originalmente, o ácido cianídrico foi utilizado para exterminar ratos e baratas nos porões dos navios. Depois, foi utilizado para assassinar pessoas que, numa analogia macabra, também eram comparadas a ratos e baratas, vistas como criaturas desprezíveis, indesejáveis, indignas de viver. Trata-se de judeus e outras vítimas que os nazistas assassinaram nas câmaras de gás de lugares como Auschwitz-Birkenau, por meio da aplicação de ácido

cianídrico, também conhecido como gás *Zyklon B* (Levi; De Benedetti, 2015). Em alemão, a palavra *Zyklon* significa ciclone, o que ressalta o seu efeito altamente tóxico e devastador da substância.

Mas o extermínio de milhões de seres humanos inocentes exige uma preparação. É necessário outro tipo de “veneno” cujo locus de ação não é o organismo biológico, mas sim a própria mente. Como defende Jacques Sémelin, o massacre provém “[...] antes de tudo, de uma operação do espírito: uma maneira de ver o ‘Outro’, de estigmatizá-lo, de rebaixá-lo e anulá-lo, antes mesmo de matá-lo, de fato” (Sémelin, 2009, p. 29). A figura do Outro como inimigo, como o alvo a ser combatido não é fortuita, mas sim construída, fabricada por meio da propaganda que reverbera discursos de ódio e visões de mundo em que o Outro é definido como um ser enganador, desprezível, inferior, indigno de viver. Desta maneira, procura-se envenenar as massas, radicalizá-las, engajá-las em um projeto de poder e dominação pautado na exclusão do Outro e, no limite, no seu extermínio – como é evidente no caso do nazismo e de outros processos de massacre e genocídio.

Mas como opera esse veneno? Como ele pode ser tão eficiente a ponto de intoxicar uma quantidade gigantesca de pessoas comuns, isto é, pais de família, mães zelosas, avós carinhosas, avôs prestativos, vizinhos simpáticos etc.? O presente capítulo não visa colocar o discurso de ódio “no microscópio” e analisar todos os seus componentes e mecanismos de ação, tampouco as diferentes formas em que foram mobilizados em inúmeros eventos históricos. O que pretendemos é destacar um dos seus aspectos que consideramos essencial, a saber, a questão da ausência de experiência.

Theodor Adorno, um dos principais teóricos da chamada Escola de Frankfurt, aponta que a propaganda fascista “[...] ataca fantasmas [*bogies*], e não oponentes reais, ou seja, ela constrói um *imaginário* do judeu ou do comunista, separa-o em pedaços sem prestar muita atenção a como este imaginário se relaciona com a realidade” (Adorno, 2015, p. 143). É importante notar que as análises de Adorno sobre tendências fascistas são feitas também no contexto de regimes considerados democráticos. Com efeito, em *A*

personalidade autoritária, pesquisa realizada nos Estados Unidos no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em conjunto com outros autores, Adorno tenta compreender o porquê algumas pessoas – justamente as que têm a chamada síndrome da personalidade autoritária, medida pela escala F – tendem a ser mais vulneráveis às propagandas antidemocráticas (Adorno, 2019). Tais propagandas baseiam-se em ideias distorcidas, preconceitos, estereótipos e até mentiras sobre determinados grupos sociais, visto como bodes expiatórios para todos os males sociais, o que mostra que a questão da ausência de experiência também está presente nas democracias ocidentais, e não apenas nos regimes fascistas ou no totalitarismo.

No Brasil, podemos observar que processo semelhante ocorre, por exemplo, nas narrativas sobre o crime e a criminalidade. Teresa Pires do Rio Caldeira (2011) chama atenção para o modo como as pessoas, no contexto da cidade de São Paulo dos anos 1980 e 1990, narravam histórias de assalto ou outro tipo de crime dos quais foram vítimas. Em vez de ajudar a elaborar o trauma e lidar com a violência sofrida, essas narrativas acabavam contribuindo para aumentar a sensação de insegurança e o medo, ao mesmo tempo em que reproduziam estereótipos negativos sobre grupos que são considerados como diferentes: negros, nordestinos e jovens de bairros periféricos, por exemplo. Caldeira (2011) denomina essas narrativas de “fala do crime”, as quais são utilizadas para legitimar as práticas de violência e de segregação contra tais grupos na tentativa de garantir uma suposta segurança em detrimento dos direitos humanos e dos valores democráticos.

A “fala do crime” é capaz de fazer isso na medida em que cria uma série de estereótipos e preconceitos contra grupos já marginalizados, de modo a reorganizar simbolicamente o mundo numa polarização entre o bem e mal que reforça as desigualdades sociais. Ao fazê-lo, como conclui Caldeira, “a falta do crime é produtiva, mas o que ela ajuda a produzir é a segregação (social e espacial), abusos por parte das instituições da ordem, contestação dos direitos da cidadania e, especialmente, a própria violência”

(Caldeira, 2011, p. 43-4). A imposição de barreiras, como ocorre no processo de construção de condomínios fechados em várias cidades do mundo (os “enclaves fortificados”), prejudica a convivência democrática e reproduz uma ordem social desigual e intolerante, na qual o Outro, cujas experiências de vida são silenciadas e distorcidas por meio de uma imagem atravessada por estigmas e estereótipos, é visto como o inimigo social do qual devemos nos proteger. E tal proteção deve ser feita a todo custo, justificando, inclusive, o uso de estratégias flagrantemente ilegais, como a violência policial, assassinatos e chacinas.

Neste capítulo, procuraremos oferecer uma singela contribuição ao debate a partir do pensamento de Hannah Arendt, enfatizando a hipótese de que a questão da ausência de experiência, um dos aspectos presentes nos discursos de ódio que criam a figura do Outro como inimigo, está relacionada ao declínio do espaço público que ocorre na modernidade. Para tanto, partiremos da análise de Arendt sobre o fenômeno totalitário enquanto uma nova forma de governo presente no texto “Ideologia e Terror”, último capítulo de *Origens do totalitarismo*. Pretendemos mostrar como, segundo Arendt, o totalitarismo se aproveita da experiência da solidão ou desamparo (*loneliness*), típica das sociedades de massa pós-Revolução Industrial, para dominar a partir do terror e da ideologia enquanto “a lógica de uma ideia”, que distancia ainda mais os seres humanos da experiência da realidade. Por fim, teceremos algumas considerações sobre como a questão da ausência de experiência se torna ainda mais complexa no mundo contemporâneo, em que as redes sociais e seus algoritmos, com suas bolhas virtuais, são utilizados para impulsionar discursos de ódio e alavancar projetos de poder autoritários e extremistas.

O totalitarismo como uma nova forma de governo

Em “Ideologia e Terror: uma nova forma de governo”, publicado pela primeira vez em 1953 e acrescentado como capítulo final da segunda edição de *Origens do totalitarismo*, de 1958, Hannah

Arendt procura mostrar porque o totalitarismo é um regime sociopolítico inédito na história. Para a pensadora, tradição do pensamento político ocidental e, com ela, a teoria das formas de governo, nasce com um evento decisivo: a condenação e morte de Sócrates. Esse evento foi crucial na medida em que mostrou que a *pólis* (a cidade-Estado) não era um lugar seguro para o filósofo. Platão teria, então, tentado lidar com essa tensão entre filosofia e política, buscando uma forma de governo na qual o destino do filósofo não fosse tão incerto (Arendt, 2009).

Nessa tradição, portanto, a política é pensada a partir da categoria de governo, e não da categoria da ação, isto é, da possibilidade de os seres humanos agirem juntos e gerarem poder. Por consequência, o único movimento possível dentro dessa tradição é o movimento de corrupção: uma forma de governo boa se degenera quando não se respeita as leis e o bem comum. Além disso, as leis são valorizadas por seu caráter negativo: elas estabelecem o que os súditos não podem fazer, mas não dizem o que eles devem fazer (Arendt, 2009). Mas se as leis não apontam aquilo que os indivíduos devem fazer, o que faz com que eles se movimentem no interior de cada regime político? O que leva as pessoas a agir dentro de uma forma de governo? Para Arendt (2009), quem levanta essa questão é Montesquieu. Ao fazer esse questionamento, o filósofo francês promove uma revisão na tradição do pensamento político, valorizando a categoria da ação.

Segundo Montesquieu (2023), há três regimes políticos: monarquia, república e tirania. Na monarquia e na república as leis são respeitadas, sendo que na primeira há apenas um governante e, na segunda, quem governa é a maioria dos cidadãos (no caso de uma república democrática) ou uma elite (se for uma república aristocrática). Já na tirania, o déspota ou tirano governa segundo seus caprichos, e não pelas leis. É a partir da oposição entre governo legal e ilegal (governo que segue ou não as leis) que é feita, portanto, a distinção entre poder legítimo e ilegítimo, o que Arendt (2009, 2012) entende como a alternativa pela qual se definem as formas de governo tradicionais.

Mas, como a natureza de cada governo não explica o que leva os seres humanos a agirem dentro de um regime, Montesquieu, em *O espírito das leis*, introduziu a noção de princípio de ação. Se a natureza diz respeito à própria essência do governo, o princípio de ação corresponde a uma paixão que inspira e orienta os atos tanto dos governantes quanto dos governados na vida pública. Para Montesquieu (2011), o princípio de ação da monarquia é a honra (a busca pela distinção); o princípio da república é a virtude (não a virtude moral, mas sim a virtude política, isto é, o amor à pátria e à igualdade); e o princípio da tirania é o medo (que seria uma espécie de desespero diante da falta de poder, da impotência).

Na interpretação de Arendt (2009), além da natureza e do princípio de ação, a teoria de Montesquieu também expressa a ideia de experiência fundamental que subjaz cada forma de governo. Desta maneira, monarquia e república teriam por base a experiência da pluralidade. Enquanto a monarquia valoriza a distinção, a república enfatiza a igualdade, sendo que igualdade e distinção são as duas faces da condição humana da pluralidade. Por outro lado, a tirania, ao impedir o contato entre os seres humanos na esfera pública, gera a experiência do isolamento, visando impedir a ação política.

Ao inspirar-se na teoria das formas de governo de Montesquieu, se Arendt pretende demonstrar o totalitarismo como uma forma de governo inaudita, ela precisa apontar qual a natureza, qual o princípio de ação e qual a experiência fundamental que subjaz os regimes totalitários. É justamente esse o desafio teórico do ensaio “Ideologia e terror”.

O terror como essência do totalitarismo: acelerando a História

Em relação à natureza dos regimes totalitários, Arendt (2012) defende que tais regimes rompem com a oposição entre legalidade e ilegalidade. Os nazistas, por exemplo, não cumpriam e nem se preocuparam em revogar a Constituição da República de Weimar. Por não seguir as leis estabelecidas, o totalitarismo tende a ser visto

como um governo ilegal e arbitrário. Mas Arendt percebe que os regimes totalitários, na verdade, lançam um desafio às leis positivas: eles afirmam basear-se em uma forma superior de legitimidade que lhes permitem dispensar “legalidades menores”.

Essa legitimidade decorre da obediência não ao direito positivo estabelecido por um povo, mas sim àquilo que se acredita ser a fonte mesma das leis positivas, a saber, as leis da Natureza (no caso do nazismo) ou as leis da História (no caso do stalinismo). No nazismo, o ser humano é visto como apenas mais uma espécie animal dentro do movimento da natureza e, por isso, não estaria no estágio último do processo evolutivo. E é nesta ideia darwiniana que, segundo Arendt, se alicerça “[...] a crença nazista em leis raciais como expressão da lei da natureza” (Arendt, 2012, p. 616).

Os governos totalitários buscam liberar as forças sobre-humanas da Natureza ou da História para alcançar seu objetivo final, a saber, a fabricação da humanidade: o estágio em que o Homem alcançará a plenitude de seu desenvolvimento natural ou histórico. Em vista desse fim, o papel que nos regimes legais cabe às leis positivas é substituído nos regimes totalitários pelo terror. Como escreve Arendt, “o terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História” (Arendt, 2012, p. 618). Assim, a função do terror é acelerar o movimento das forças da Natureza ou da História para engendrar o ser humano ideal. O terror faz isso executando as sentenças de morte supostamente expedidas pela própria lei da Natureza ou da História aos seres humanos considerados como inferiores, como estorvos à fabricação da humanidade ideal (caso dos judeus e de outros grupos no nazismo).

Ao contrário das outras formas de governo, o domínio totalitário perfeito não necessita de um princípio de ação. É o próprio terror que orienta o comportamento humano, cumprindo o papel de princípio não de ação, mas sim de princípio de movimento – já que no totalitarismo os seres humanos não agem, e sim operam aquilo que foi definido de antemão pelas leis de movimento da Natureza ou da História. Porém, enquanto o

totalitarismo não submete o mundo todo ao seu domínio, o terror não exerce sua dupla função de essência e de princípio. O que faria, então, os indivíduos se engajarem em um regime totalitário? Qual seria o princípio de movimento do totalitarismo?

Ideologia como “a lógica de uma ideia” e ausência de experiência

O totalitarismo exige um princípio de movimento que exerça duas funções: (1) destituir os indivíduos do desejo e da vontade de agir e (2) fazê-los intuir a lei do movimento que rege o corpo social para capturá-los em sua lógica. Assim, o princípio de movimento deve ser capaz de preparar os indivíduos para exercer o papel que lhes cabe: o de vítima ou de carrasco, únicos papéis possíveis em um regime baseado no extermínio daqueles considerados como empecilho ao desenvolvimento natural ou histórico.

Arendt entende que esse preparo bilateral, que define as vítimas e os carrascos, é realizado pela ideologia. O conceito arendtiano de ideologia não se restringe ao seu conteúdo ideológico – isto é, à sua ideia –, mas enfatiza a lógica que se aplica a tal ideia. As ideologias não visam revelar algo acerca da natureza do ser, dizer o que uma coisa é. O objeto da ideologia é o movimento, o fluxo dos acontecimentos, isto é, a própria História. Tal perspectiva reflete às mudanças teóricas do século XIX que passam a utilizar a noção de processo para se pensar o mundo, sempre vendo as coisas não como elas são, mas dentro de um movimento maior que as abarca e as constituem. Nesse sentido, o objetivo do racismo, por exemplo, não é estudar cientificamente a ideia de raça, mas sim utilizar a ideia de raça para realizar uma leitura unívoca e coerente da História.

Essa leitura só pode ser feita porque se pressupõe uma correspondência entre o desenvolvimento histórico e o movimento lógico a partir de uma ideia. São movimentos distintos! Mas, quando a lógica de uma ideia é aplicada à História, obtém-se uma explicação total que falseia o fluxo dos acontecimentos e distancia os seres humanos da experiência da realidade. Em outras palavras,

a realidade não é vista em si mesma, mas com a lente da ideologia, que arruma os fatos de modo a evitar contradições e a forjar uma coerência fictícia, mas com poder de convencimento e mobilização.

O único ponto em que a realidade é evocada é no estabelecimento de uma ideia enquanto premissa inicial. Após a aceitação da ideia como premissa, a realidade não é mais consultada: pensamento e experiência se separam – a experiência deixa de interferir no pensamento ideológico e este não pode aprender com a realidade (Arendt, 2012, p. 628). Escreve Arendt: “o argumento mais persuasivo – argumento muito a gosto de Hitler e Stalin – é: não se pode dizer A sem dizer B e C, e assim por diante, até o fim do mortífero alfabeto” (Arendt, 2012, p. 630).

E é justamente aqui que surge o perigo, pois, quando se troca a liberdade da capacidade de pensar pela “camisa de força da lógica”, não se consegue vislumbrar nada diferente do que é imposto como verdadeiro pela ideologia (Arendt, 2012, p. 626). O que se tem é quase como que um movimento mecânico, automático que, para Arendt, tem o poder de subjugar os seres humanos internamente de modo quase tão violento quanto uma força externa, uma vez que os indivíduos acabam atuando como se a realidade fosse a imagem falseada que lhes é oferecida.

A ideia da ideologia, embora seja utilizada pelos líderes para mobilizar as massas no momento inicial dos governos totalitários, não é o aspecto que movimenta o corpo político. Arendt enfatiza que o conteúdo da ideologia é devorado pela lógica com a qual a ideia é posta em prática. Com efeito, o súdito ideal no totalitarismo não é aquele que tem plena convicção na ideia em que se baseia a ideologia do governo totalitário, mas sim aquele que, completamente imerso no movimento da lógica de uma ideia, já não tenha condições de aprender com a experiência e de pensar por si próprio, como escreve Arendt (2012, p. 632), de distinguir o verdadeiro do falso, o fato da ficção.

A ideologia é veiculada por meio da propaganda que, aliás, não foi inventada pelos nazistas, mas sim por publicitários que visavam aumentar as vendas. Arendt escreve que “[...] os nazistas,

sem o confessarem, aprenderam tanto com as organizações dos gângsteres americanos quanto a sua propaganda, confessadamente, aprendeu com a publicidade comercial americana” (Arendt, 2012, p. 477). Mas a relação entre propaganda e política já era percebida muito antes, por pessoas como Edward L. Bernays (2010), para quem, no entanto, a propaganda nos meios de comunicação de massa poderia contribuir para a democracia na medida em que esclareceria as pessoas sobre temas de interesses políticos. Sobrinho de Freud, Bernays aplicava técnicas psicológicas na propaganda e acreditava que seria possível produzir consenso por meio de uma engenharia do consentimento (Bernays, 2010).

A massa, tratada como um público, não só acredita nas mentiras difundidas pela propaganda como também atribui a tais mentiras “a reputação de ‘realismo’ superior, porque se referem a supostas condições reais, cuja existência vinha sendo ocultada” (Arendt, 2012, p. 488). O líder, assim, é visto como um portador e intérprete de uma verdade maior, a saber, a própria lei da Natureza ou da História, a qual não só revela a todos como também procura executá-la, ainda que na forma de sentenças de morte de inúmeros grupos que devem fenecer para a fabricação de uma humanidade supostamente superior.

A experiência da solidão na modernidade e a perda da capacidade de sentir e pensar

O sociólogo Zygmunt Bauman (1998) enfatiza que o holocausto não é um acontecimento que surge do nada ou um acidente da história, mas sim um produto da própria modernidade que serve como teste para o projeto moderno. De forma análoga, Hannah Arendt defende que totalitarismo é uma forma de governo que se apresenta como uma solução para problemas e necessidades que brotam da vida comum dos seres humanos. Para a autora, a experiência fundamental em que o totalitarismo se baseia expressa uma ampla ruptura das relações dos seres humanos entre si: todos

os contatos dos homens entre si são rompidos, o que implica na destruição não só da esfera da vida pública, minando a capacidade de ação (como ocorre nas tiranias), mas também da vida privada, de modo a prejudicar, pelo terror e pela lógica de uma ideia, a capacidade humana de sentir, pensar e criar. Esta espécie de isolamento hiperbolizado que o regime totalitário produz é a experiência que Arendt denomina de solidão.

Por impossibilitar a pluralidade humana, a experiência da solidão é duplamente insuportável. De um lado, ela leva à perda do eu, pois a ausência de companhia impossibilita que a identidade do indivíduo seja reconhecida e confirmada. De outro, ela leva a uma perda do mundo, já não é possível confiar nas experiências sensoriais trazidas pelo mundo, posto que o senso comum não pode ser criado sem a companhia de outros homens. Para Arendt, a capacidade de pensar e de sentir dependem do senso comum, isto é, de uma garantia dada pelos outros, pela intersubjetividade. Sem os outros, todo pensamento e sensação cairia numa forma de solipsismo, sem nenhuma garantia de ser real. Dessa maneira, pensamentos e sensações dadas pelos cinco sentidos não teriam lastro no real. Com efeito, há uma dupla perda que torna insuportável a experiência da solidão: “o eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo” (Arendt, 2012, p. 637).

O que se pode esperar de seres humanos solitários, ou seja, de seres cujas capacidades de pensar e de sentir encontram-se prejudicadas? Arendt acredita que, diferentemente da experiência do mundo (o sentir) e do pensamento, a capacidade de raciocínio lógico é capaz de funcionar sem errar mesmo na solidão absoluta, de modo a constituir “[...] a única ‘verdade’ segura em que os seres humanos podem apoiar-se quando perdem a garantia mútua, que é o senso comum, de que necessitam para sentir, viver e encontrar o seu caminho num mundo comum” (Arendt, 2012, p. 637). O problema, contudo, é que a verdade que provém da capacidade de raciocínio lógico é vazia, uma vez que ela não releva nada de novo, mas apenas extrai, por um processo de dedução, aquilo que estava

contida numa premissa tida como evidente por si mesma. Com efeito, na solidão, a capacidade de raciocínio lógico passa a ser produtiva, de modo a desenvolver suas próprias linhas de pensamento, ao invés de servir como um parâmetro de controle do intelecto. Assim, escreve Arendt, “[...] o famoso extremismo dos movimentos totalitários, longe de se relacionar com o verdadeiro radicalismo, consiste, na verdade, em ‘pensar o pior’, nesse processo dedutivo que leva às piores conclusões possíveis” (Arendt, 2012, p. 638).

O totalitarismo pode operar com a ideologia enquanto “lógica de uma ideia” porque os seres humanos mantêm a capacidade de raciocínio lógico funcional mesmo quando se encontram solitários. E é justamente em uma sociedade de seres humanos cujos laços entre si e com o mundo estão rompidos que os regimes totalitários encontram as condições para empreender seu projeto de dominação total. Por este motivo, Arendt considera que:

O que prepara os homens para o domínio totalitário no mundo não totalitário é o fato de que a solidão, que já foi uma experiência fronteiriça, sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores. O impiedoso processo no qual o totalitarismo engolfa e organiza as massas parece uma *fuga suicida dessa realidade*. O “raciocínio frio como o gelo” e o “poderoso tentáculo” da dialética que nos “segura como um torno” parecem ser o último apoio num mundo onde ninguém merece confiança e onde não se pode contar com coisa alguma. É a coerção interna, cujo conteúdo único é a rigorosa evitação de contradições, que parece confirmar a identidade de um homem independentemente de todo o relacionamento com os outros (Arendt, 2012, p. 638. Grifo nosso).

O regime totalitário tem como solo as sociedades de massa que surgem com a Revolução Industrial, as quais produzem cotidianamente a experiência da solidão. Trata-se de uma sociedade de seres humanos que apenas trabalham e consomem, incapazes de acrescentar algo de novo ao mundo ou de agir

politicamente junto com os seus iguais. Arendt analisa as atividades da chamada vida ativa (*vita activa*), ou seja, o trabalho (*labor*), a obra/fabricação (*work*) e a ação (*action*) em *A condição humana* (2010). Para a autora, na era moderna todas as atividades da *vita activa* foram reduzidas à atividade do trabalho, o que ela denomina de “a vitória do *animal laborans*”, isto é, do ser humano que apenas trabalha e consome, visando suprir suas necessidades vitais. A condição humana do trabalho é a própria vida, de modo que, para Arendt (2010), o espaço público é esvaziado justamente porque a política deixa de ser o exercício da liberdade dos seres humanos, agindo em concerto para se tornar uma mera função da economia, ou seja, uma gestão do social, da vida.

As massas, portanto, vivem uma vida solitária e em total desamparo, já que não há intercâmbio com ninguém, pois tanto o espaço público quanto o privado estão tolhidos. Além disso, todos são considerados supérfluos, já que um indivíduo da massa pode ser facilmente substituído por outro em suas funções sem o risco de que isso represente uma perda essencial para o todo social. Assim, com o intuito de fugir dessa condição solitária no interior da qual não é possível confiar em nada e em ninguém, é que os seres humanos aderem a um regime que se apresenta como uma referência sólida de ordem. Para que tal ordem possa funcionar, é preciso que a primeira premissa seja aceita, a partir da qual todo o resto é deduzido sem nenhuma contradição. Diante desse contexto, os seres humanos tendem a não questionar a primeira premissa que dá origem a todo o processo dedutivo, pois sabem que estarão sozinhos se não estiverem inseridos nesse movimento lógico. O homem solitário, isolado de seus semelhantes e do mundo, incapaz de sentir e de pensar, tem a sua própria identidade e o sentido de sua existência, atribuída por sua inserção dentro do movimento lógico do regime totalitário.

A adesão ao sistema totalitário como uma fuga da solidão é, no entanto, contraproducente ou, nos termos de Arendt, suicida, uma vez que o totalitarismo não só não resolve o problema da solidão, como o aprofunda, posto que é justamente a experiência

da solidão que o permite levar a cabo seu projeto de dominação total, o qual se realiza de forma absoluta no campo de concentração. Com este intuito, os regimes totalitários eliminam todo o espaço entre os homens e as suas relações. Pressionados uns contra os outros, os seres humanos se encontram solitários. Neste deserto de homens mudos e incapazes de agir, a única confiança possível parece encontrar-se no próprio regime totalitário, no qual os indivíduos se apoiam ao assumirem sua posição dentro do movimento lógico. Por esse motivo, o totalitarismo pode ser definido, em última análise, como a organização das massas de seres humanos solitários.

Algumas considerações (ou breve excursão sobre as redes sociais)

Como vimos, para Arendt, o movimento desencadeado pelo processo dedutivo da “lógica de uma ideia” destrói o contato com a realidade e o contato que os indivíduos têm com os seus semelhantes. Tais contatos, no entanto, já estavam prejudicados desde o surgimento da sociedade de massa criada com a Revolução Industrial, uma vez que, em tal contexto, as pessoas estão solitárias, desamparadas, isto é, isoladas tanto no espaço público quanto no privado. A solidão ou desamparo (*loneliness*) que os indivíduos experimentam quando tanto o espaço público quanto o privado estão tolhidos é a experiência fundamental sobre a qual os regimes totalitários repousam e exploram. Desamparados, incapazes de dialogar uns com os outros no espaço público, sem poder confrontar opiniões e ideias divergentes ou buscar o lastro do real, os seres humanos tornam-se receptivos a um discurso lógico pautado na eliminação do Outro e que explica toda a realidade de forma unívoca, assim como passado, presente e futuro.

A propaganda totalitária exerce o papel de inculcar um discurso lógico nos indivíduos. Mas, longe de ser um desafio apenas nos contextos totalitários, a solidão também está presente nas democracias ocidentais, o que faz a propaganda de massas,

aplicada à política, um grande perigo e um desafio ao pensamento. Odílio Alves de Aguiar afirma que:

[...] estamos diante de um grande desafio para a reflexão, pois, embora a propaganda não consiga o controle que almeja, a presença aplastante dela na comunicação política, inserida na lógica da comunicação de massa a que estamos submetidos, está produzindo problemas que desafiam não apenas o conhecimento das ciências da informação, das ciências jurídicas e das políticas hodiernas, mas, principalmente, da filosofia e da ética contemporâneas (Aguiar, 2007, p. 16).

Se na primeira década do século XXI, a propaganda política inserida na lógica da comunicação de massa era um desafio, hoje estamos diante de um problema ainda maior. Com a ascensão das redes sociais e das chamadas *Big Techs*, as propagandas podem ser elaboradas e direcionadas de forma personalizada para cada indivíduo. Com base na análise do *Big data*, os algoritmos e a inteligência artificial ampliam imensamente o poder de propaganda ao mirar indivíduos/consumidores específicos, já suscetíveis a determinados tipos de mensagem e discursos virais que escapam de qualquer forma de controle e checagem. Nesse sentido, as redes sociais e o uso do *Big data* revolucionam as possibilidades de manipulação da opinião pública de modo jamais sonhado por Joseph Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler. Em *Engenheiros do Caos*, Empoli explica como esse mecanismo funciona com o exemplo da campanha a favor do *Brexit* (a saída do Reino Unido da União Europeia), feita em 2020:

[...] cada categoria de eleitores recebeu uma mensagem sobre medida: para os animalistas, uma mensagem sobre as regulamentações europeias que ameçam os direitos dos animais; para os caçadores, uma mensagem sobre as regulamentações europeias que, ao contrário, protegem os animais; para os libertaristas, uma mensagem sobre o peso da burocracia de Bruxelas; e para os estatistas, uma mensagem sobre os recursos desviados do

estado de bem-estar para a União. Graças a todas as versões possíveis dessas mensagens, os físicos de dados puderam identificar as mais eficazes, da formulação do texto ao aspecto gráfico. Puderam também otimizar continuamente, em função dos cliques registrados em tempo real (Empoli, 2021, p. 151).

As redes permitem que não haja nem mesmo a necessidade de se evitar as contradições, já que cada grupo de usuários/consumidores recebem um tipo de mensagem personalizada, com conteúdos elaborados sob medida de acordo com o seu perfil, sem terem contato com mensagens enviadas a outros grupos. Dessa forma, “[...] cada um marcha dentro da sua própria bolha, no interior da qual certas vozes se fazem ouvir mais do que outras e alguns fatos existem mais do que outros” (Empoli, 2021, p. 175). A experiência da realidade passa a ser algo construído virtualmente, com várias realidades que não se comunicam, mas que podem se unificar em torno de um projeto político ou de uma candidatura autoritária.

Esse tipo de estratégia foi utilizado nas campanhas presidenciais de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018, bem como de vários líderes ligados à extrema-direita ao redor do mundo. Isso mostra que a internet não representa uma revitalização do espaço público, como se chegou a imaginar no início da década de 1990. Pelo contrário, a internet e as redes sociais constituem espaços virtuais em que indivíduos de uma sociedade de massas, ao buscar contato com os outros, têm seus dados extraídos e utilizados em prol de terceiros, sejam as próprias plataformas, que exploram comercialmente tais dados ao vender espaço para propagandas direcionadas, ou grupos políticos que utilizam esse potencial para impulsionar discursos de ódio e levar a cabo seus projetos de poder. Mesmo mentiras ou notícias falsas (as chamadas *fake news*) são toleradas em detrimento da verdade factual, já que “o capitalismo digital de hoje faz com que seja altamente rentável – veja o *Google* e o *Facebook* – produzir

e compartilhar narrativas falsas que atraíam cliques” (Morozov, 2018, p. 184).

O fato de o algoritmo das redes sociais tender a mostrar aquilo que aumenta o engajamento o usuário, isto é, o tempo que as pessoas ficam conectadas nas redes, contribui para a criação das bolhas virtuais. Em tais espaços, o dissenso e a diferença são invisibilizados e desvalorizados, de modo que as redes acabam por funcionar como verdadeiras “câmaras de eco” nas quais os indivíduos ouvem apenas a sua própria voz e veem apenas aquilo que já acreditam, sem referência a qualquer outro tipo de experiência e visão de mundo. Além disso, de modo análogo aos programas de televisão policiais e sensacionalistas, sentimentos como raiva, ódio, frustração e ressentimento são fortemente mobilizados para atrair a atenção e aumentar o engajamento, o que facilita a atração dos movimentos extremistas. Ou seja, há uma tendência não só para a difusão de informações enviesadas, como também para “limitar a diversidade de opiniões ao reforçar ideias extremas” (Taha; Garcia, 2024, p. 626).

Nesse contexto, tudo o que é diferente passa a ser evitado. Por conseguinte, a própria figura do Outro parece ainda mais execrável e odiável, o que torna as redes sociais um solo fértil para a proliferação de discursos de ódio contra imigrantes, negros, mulheres, LGBTQUIA+, pobres, árabes, deficientes, entre outros. Não por acaso o mundo assiste, desde a última década, a ascensão de partidos de extrema-direita e de regimes autocratas de viés fascista, para usar a expressão de André Singer (2022). Esta é a tragédia a ser enfrentada em nossos tempos. “Infelizmente”, como já notara Hannah Arendt, “parece ser muito mais fácil condicionar o comportamento humano e fazer as pessoas se portarem da maneira mais inesperada e abominável possível do que convencer alguém a aprender com a experiência [...]” (Arendt, 2004, p. 100).

Mas, embora a situação atual cause perplexidade, sobretudo em razão dos prognósticos negativos, devemos nos lembrar que os controles não são absolutos e que até hoje nenhum império ou tirania durou para sempre. Portanto, engana-se quem possa pensar

que essa estrutura de dominação seja totalmente estável e duradoura. A manipulação do ódio e de emoções dessa espécie pode gerar semelhantes emoções contra quem os mobiliza, o que tende a desestabilizar essas relações de poder. Em tais condições, nossa tarefa é, para além da regulamentação das plataformas digitais, reinventar o espaço público para que possamos exercer a nossa liberdade e garantir a sobrevivência da verdade factual, da memória e da própria democracia, além de buscarmos novas possibilidades de vida que valorizem a pluralidade e a diversidade humana. Do contrário, o único caminho é a guerra, o massacre e o genocídio. O mundo precisa ser transformado, mas de outra forma.

Referências

ADORNO, Theodor W. Antissemitismo e propaganda fascista. *In*: ADORNO, Theodor. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015 (p. 137-152).

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Org. Virginia Helena Ferreira da Costa. Trad. Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Unesp, 2019.

AGUIAR, Odilio Alves. Veracidade e propaganda em Hannah Arendt. **Cadernos de Ética e Filosofia Política** (USP), São Paulo, v. 10, p. 7-18, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/164025>>. Acesso em: 04 out. 2024.

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. A crítica arendtiana à democracia liberal e o sentido político da liberdade. **Cadernos de Ética e Filosofia Política** (USP), São Paulo, v. 23, p. 52-63, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/74735/80004>>. Acesso em: 04 out. 2024.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rev. Adriano Correia. 11. e. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDDT, Hannah. **A promessa da Política**. Org. de Jerome Kohn. Trad. de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento**. Ed. Jerome Kohn. Trad. Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BERNAYS, Edward L. A engenharia do consentimento [1947]. Trad. Daniel Ávila. **Revista Transformações** (IP-USP), São Paulo, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://www.ip.usp.br/site/v3n1a09-a-engenharia-do-consentimento/>>. Acesso em: 4 out. 2024.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Trad. Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2021.

LEVI, Primo; DE BENEDETTI, Leonardo. **Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986**. Org. Fabio Levi e Domenico Scarpa. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Trad. Thiago Vargas, Ciro Lourenço. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Trad. Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Trad. Jorge Bastos. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

SINGER, André. Regime autocrático e viés fascista: um roteiro exploratório. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** (USP), São Paulo, n. 116, 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ln/a/Zc3fR5TmzYFq8DSrZ4YdjBR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 out. 2024.

SINGER, André. Regime autocrático e viés fascista: um roteiro exploratório. **Lua Nova**: [recurso eletrônico]: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.116, 2022. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/47656>. Acesso em: 07 mar. 2023.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Foucault para um analítica da modernidade. *In*: SOUZA, Luís Antônio Francisco; SABATINE, Thiago Teixeira; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (org.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília-SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011 (p. 193-216)

TAHA, Juliana Silva Pereira; GARCIA, Marcos Roberto. O impacto das bolhas digitais no comportamento humano. **Revista Psicologia Argumento**, Paraná, v. 42, n. 117, p. 616-629, 2024. Disponível em:<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/30567/26696>. Acesso em: 4 out. 2024.

Muda-se o cargo mudam-se as redes? Representação de candidatos policiais nas redes sociais virtuais

Luis Fernando de Castro Vascon
Felipe Ramos Garcia

Introdução

Desde o fim da Ditadura Militar, em 1989, candidatos e candidatas, oriundas das forças de segurança do Estado – policiais civis e militares, membros das Forças Armadas, policiais federais e bombeiros militares – disputam eleições nas diferentes esferas da administração. Ao analisar os pleitos entre 1998 e 2014, Berlatto, Codato e Bolognesi (2016) demonstram que esse número cresce a cada disputa eleitoral. Desde 1987, membros das forças de segurança e outros deputados eleitos para a Câmara dos Deputados se aglutinam em torno da que já foi chamada de “bancada da segurança” e, mais recentemente, de “bancada da bala” (Novello *et al.*, 2022). No ano passado, um grupo suprapartidário, formado por integrantes das forças de segurança e por outros parlamentares institucionalizou a pauta no congresso, com a formação da Frente Parlamentar da Segurança Pública¹. Há uma vasta literatura nas ciências sociais sobre o comportamento de atores políticos no congresso nacional, sobretudo àqueles que se aglutinam em grupos temáticos ou em bancadas. Além da “bancada da bala”, diferentes grupos e atores suprapartidários se

¹ Com 248 deputados e deputadas signatárias e coordenada pelo deputado e ex-policial Alberto Fraga, do Partido Liberal de Sergipe, a frente foi lançada em março de 2023. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/957948-deputados-lancam-frente-parlamentar-da-seguranca-publica/>. Acesso: 11/11/2023.

organizam eleitoralmente em blocos políticos, como a “bancada evangélica”, por exemplo².

Embora a presença de nomes ligados às forças de segurança não seja uma exclusividade da atual legislatura (2022-2026), no último pleito foram 53 deputadas e deputados, oriundos das forças de segurança do Estado eleitos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral³ – o maior número desde a redemocratização. Ademais, a presença de nomes ligados às forças de segurança em cargos executivos também são significativas: se levarmos em conta o período que compreende o fim da ditadura civil-militar e a criação do Ministério da Defesa, em 1999, esse número ainda é expressivo (Soares, 2006; Pion-Berlin e Martínez, 2017). Mais recentemente, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁴ apontou um número recorde de militares das Forças Armadas em cargos comissionados no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). Esse é um panorama que é descrito por Souza e Serra (2020, p. 206) como os militares “assumindo o poder máximo da nação através do voto direto”⁵.

² Prandi, R., & Santos, R. W. dos (2017). Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, 29(2), 187–214. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>.

³ Dados de candidaturas eleitas em 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022>. Acesso: 12/11/2023.

⁴ Schmidt, Flávia. Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal. Nota técnica, 2022.

⁵ A participação dos militares de militares na política brasileira ocorre de diversas formas e em diferentes graus desde o final do século XIX. Em muitas ocasiões, essa participação esteve descolada de partidos políticos ou mesmo de lideranças civis organizadas e esteve associada a intervenções mais agudas na política institucional, sobretudo no que tange à segurança pública e defesa interna (Zaverucha, 2005; Saint-Pierre, 1999; Rouquié, 1984). Esse fato explica o porquê de a atuação política dos militares das Forças Armadas ser confundida com a política institucional brasileira, historicamente. (Carvalho, 2003). Sobre essas intervenções, podemos citar alguns exemplos emblemáticos, como a Proclamação da República, em 1889, o movimento Tenentista de 1922, a Revolução de 1930, a deposição de

Esse cenário sugere um recrudescimento da militarização no país, que se justifica no apelo da população por um recrudescimento penal, e se expressa em uma militarização não só da política, mas também da vida, através da militarização da segurança pública no país (Souza, 2015; 2010; Souza e Serra 2020; Nóbrega Junior, 2015).

Nesse sentido, este ensaio tem como objetivo analisar as representações de candidatos, provenientes das Forças Armadas nas redes sociais digitais, buscando identificar se o perfil construído pelos candidatos nas redes se manteve coerente após a eleição e se a narrativa construída foi sustentada por suas votações na Câmara dos Deputados. O ensaio foca em candidatos que possuem experiência política prévia e que sejam oficiais das Forças Armadas, selecionando, para tanto, o General Eduardo Pazuello e o Tenente Coronel Zucco como objetos de análise. O ensaio abrangeu a rede social Facebook, e as publicações dos parlamentares foram analisadas em um recorte temporal de um ano, compreendendo seis meses antes e seis meses após as eleições do dia 02 de outubro de 2022. A escolha desse período visa capturar tanto a fase de campanha quanto o início do mandato, permitindo uma avaliação detalhada da continuidade ou mudança na autorrepresentação dos candidatos e de sua coerência com as ações parlamentares subsequentes.

A formação do campo militar

Os militares das Forças Armadas possuem um conjunto de práticas específicas e inerentes à posição que ocupam e que se desenvolve dentro de um espaço específico, o campo. Segundo Pierre Bourdieu (2003; 2006), o campo é todo e qualquer espaço social (religioso, político, escolar, acadêmico, artístico etc.), ocupado por agentes que compartilham as mesmas práticas, gostos e interesses. De forma geral, podemos dizer que o campo constitui

Getúlio Vargas, em 1945, a campanha pela legalidade em 1961 e o Golpe civil-militar de 1964.

um “mundo social” que se configura como um espaço estruturado de posições. A autonomia de um campo pode variar não apenas conforme o tempo e o espaço social, mas, também, segundo as próprias forças relativas que se constituem em seu interior e o peso relativo dos papéis atribuídos aos agentes.

O campo é um espaço estruturado de posições ocupadas por diferentes agentes. As práticas e comportamentos dos agentes só são compreensíveis se forem relacionadas às suas posições dentro do campo. Por exemplo, uma continência militar, gesto comum de saudação e reconhecimento hierárquico dentro da caserna, é perfeitamente compreensível pelos agentes do campo militar (e até de indivíduos que não pertencem ao campo). Feito dentro do ambiente militar, por indivíduos uniformizados ou em um contexto de demonstração (a exemplo dos desfiles e paradas), o gesto tem significado para os agentes do campo. Porém, feito fora do ambiente da caserna, por indivíduos não uniformizados e em um contexto diferente dos comuns aos militares, o gesto soa estranho e é visto com estranhamento.

Não obstante existam características de funcionamento gerais inerentes a todos os campos, as características de funcionamento específicas é que delimitam e configuram o campo específico. Os agentes de um campo se posicionam de acordo com o capital acumulado, especialmente o capital econômico (conjunto de bens materiais, dinheiro), o capital social (rede de relações interpessoais) e o capital cultural (conhecimento, livros e diplomas). Na medida em que esses capitais alcançam reconhecimento, tendem a funcionar como o capital simbólico, o qual é caracterizado pela honra, prestígio, autoridade e domínio dentro do campo (Bourdieu, 2003). Segundo Bourdieu, o campo:

[...] pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre as posições. Essas posições são definidas objetivamente e sua existência e pelas determinações que elas impõem a seus ocupantes agentes ou instituições, devido à sua situação atual ou potencial na estrutura da distribuição das

diferentes espécies de poder (ou de capital), em que posse comanda o acesso aos interesses específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (Bourdieu, Wacquant, apud Bonnewitz, 2003, p. 60).

O conceito de capital em Bourdieu refere-se aos recursos que os agentes possuem, os quais podem assumir diferentes formas: capital econômico (como dinheiro e propriedades), capital social (referente às conexões e redes de relacionamento) e capital cultural (como diplomas e objetos culturais). De modo geral, o capital acumulado pelos agentes impacta em sua posição dentro do campo. No caso do campo militar, podemos destacar a importância de determinados capitais e de que forma eles contribuem para a reprodução do próprio campo. O capital econômico, de modo geral, possui pouco impacto entre os agentes do campo militar. Isso se explica pelo processo histórico de admissão à carreira militar no Brasil que, desde a segunda metade do século XIX se configura com um meio de ascensão social (Castro, 2018). No caso do Exército Brasileiro, a carreira do oficial se inicia após a admissão na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)⁶. Para o processo de admissão à carreira de oficial do Exército, não há requisitos que apontem para a sobressalência de capital econômico.

Embora os capitais estejam, de certa forma, interligados, ou seja, não é possível dissociar uma modalidade de recursos das outras, é fato que os recursos econômicos são pouco mobilizados dentro do campo militar, o que faz parte da filosofia de constituição da instituição. Dessa forma, o capital cultural é mobilizado durante o processo de admissão e durante toda progressão de carreira do oficial, bem como o capital social. O capital cultural se expressa no volume de cursos que o militar realiza ao longo da sua formação, a começar pelo da Escola Preparatória de Cadetes do Exército

⁶ A Academia Militar das Agulhas Negras é a única escola de formação de oficiais do Exército Brasileiro.

(EsPCEEx)⁷, formação obrigatória para o ingresso na formação do oficialato. Os requisitos para admissão na escola preparatória são: ser brasileiro nato, ambos os sexos; possuir idade de, no mínimo, 17 (dezessete) e, no máximo, 22 (vinte e dois) anos, completados até 31 de dezembro do ano da matrícula; ter concluído ou estar cursando (no ano da inscrição) o 3º ano do Ensino Médio⁸. A partir daí, o oficial inicia sua formação na AMAN e, ao final de quatro anos, escolhe sua arma (infantaria, artilharia ou cavalaria) e recebe o diploma de bacharel em Ciências Militares.

A manifestação e impacto do capital cultural fica mais evidente durante a progressão de carreira⁹. Para alcançar as patentes superiores do oficialato, o militar precisa se manter em constante formação continuada, realizando cursos de aperfeiçoamento em instituições de ensino vinculadas (ou não) às Forças Armadas, como a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) ou a Escola Superior de Guerra (ESG), destinada aos oficiais generais. As promoções militares ocorrem segundo o que o próprio campo denomina de “mérito” (Coelho, 1978; Castro, 2018). O mérito diz respeito, em linhas gerais, ao acúmulo de capital cultural que o oficial consegue durante sua formação.

Até a patente de coronel, a progressão de carreira ocorre exclusivamente a partir do mérito. Para a progressão ao generalato a mobilização do capital social torna-se necessária. Isso porque a passagem de oficial superior para oficial general depende de uma

⁷ A Escola Preparatória de Cadetes do Exército é uma instituição de ensino militar localizada em Campinas - São Paulo, que tem como principal objetivo preparar jovens para ingressarem na Academia Militar das Agulhas Negras.

⁸ Dados do Exército Brasileiro. Disponíveis em: <http://www.espcex.eb.mil.br/>. Acesso: 13 nov. 2023.

⁹ De forma simplificada, a hierarquia dos postos e graduações do Exército Brasileiro atual é expressa da seguinte forma, em ordem decrescente: Oficiais-generais: General de exército; General de divisão; General de brigada. Oficiais superiores: Coronel; Tenente-coronel; Major. Oficiais intermediários: Capitão. Oficiais subalternos: Primeiro-tenente; Segundo-tenente; Aspirante a oficial. Praças ou graduados: Subtenente; Primeiro-sargento; Segundo-sargento; Terceiro-sargento; Cabo; Soldado.

aprovação nominal da presidência da república a partir de lista de nomes elaborada pelos 17 generais que compõem o Alto Comando. Dessa forma, a mobilização de conexões é fundamental para que o oficial consiga sua progressão ao generalato, visto que o mérito, ou seja, o capital cultural acumulado, não é suficiente para conquistar a posição. Tudo isso ainda levando em conta as posições verticais dentro do campo. Se levarmos em conta as posições horizontais, a mobilização de capital social é ainda mais importante¹⁰.

De acordo com Bourdieu (2004), para um campo se estruturar em seu processo de autonomização, ou seja, para que ele exista enquanto campo específico e seja legitimado pelos seus agentes e por agentes de outros campos, ele precisa construir os seus próprios agentes, o que, no caso do campo militar, significa investir em uma formação que seja específica, de modo que o pertencimento ao campo seja legitimado por um capital cultural exclusivo. Dessa forma, a construção e legitimação do campo militar passa por um investimento consistente na educação e formação dos oficiais. Isso porque para que o campo se reproduza, os agentes precisam internalizar algumas práticas específicas do campo. Assim, a consolidação do *habitus* militar é fundamental para pensarmos e compreendermos o “ser militar” (Sepulveda, 2013).

O *habitus* militar e suas representações nas redes sociais

Se por sua vez o campo é um espaço ocupado por agentes que possuem as mesmas disposições, um mesmo padrão de comportamento, essas disposições constituem o *habitus*. O *habitus* seriam as disposições pré-conscientes, padrões de comportamento que são internalizados pelos agentes do campo e que funcionam como mecanismo de reprodução dos agentes dentro do campo

¹⁰ Me refiro aqui as posições de comando de brigadas, comandos ou regimentos. Como parte da profissão militar, os deslocamentos são fundamentais. Deslocamentos e postos em locais específicos, como Sul e Sudeste, demandam conexões suficientes para garantir a mobilidade para locais mais prestigiados.

(Bourdieu, 2006; 1983). O *habitus* está diretamente associado à acumulação ou ausência de capital (econômico, cultural, social) por parte do agente. Segundo Bourdieu:

[...] quer saiba ou não, quer queira ou não, [cada agente] é produtor e reproduzidor de sentido objetivo, porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente; as ações encerram, pois, uma “intenção objetiva” como diria a escolástica, que ultrapassa sempre as intenções conscientes (Bourdieu, 1983, p. 72).

Nessa perspectiva, o *habitus* constitui uma prática internalizada, socialmente construída para agir e pensar de modo específico, que age sob o nível de esquemas mentais e corporais. Vindas do meio social, essas disposições são partilhadas pelos agentes que estão submetidos a condicionamentos similares, o que possibilita certa homogeneidade em relação aos agentes que se inserem em um mesmo grupo/espço. O *habitus* compreende um conjunto de relações (sociais, históricas, culturais) em determinado tempo e lugar (Bourdieu, op. cit.).

Enquanto aptidão social, o *habitus* está associado ao comportamento dos agentes e aos condicionamentos sociais, adquiridos nas relações estabelecidas em sociedade. Por exemplo, o *habitus* explica a predileção do agente por determinada música, alimentação, esporte, além das suas próprias escolhas matrimoniais e políticas. Segundo Bourdieu (idem, ibidem), o *habitus* concede relativa homogeneidade aos grupos que possuem uma trajetória social semelhante. No caso dos militares, embora as trajetórias sociais não sejam exatamente homogêneas, o fato de ingressarem ainda jovens na carreira militar, nas escolas de preparação e nas academias de formação de oficiais, horizontaliza as trajetórias e assegura o terreno para construção de uma personalidade militar.

Do ponto de vista institucional, segundo sinaliza Celso Castro (2002), os jovens aspirantes a oficiais, ao ingressarem na carreira

militar tornam-se herdeiros de um conjunto simbólico identificador deste campo, composto por práticas e discursos expressos em cerimônias, rituais e no cotidiano institucional. As instituições preservam, assim, mecanismos que possibilitam o processo de assimilação e introjeção da herança construída. Esse conjunto de práticas que é sistematicamente difundida e rapidamente internalizada pelos jovens aspirantes configura um poderoso elemento de reprodução social. Isso é o que Bourdieu chamaria de *habitus*.

Para além das dinâmicas e das expressões concretas de sociabilidade, de sua estrutura física e produções materiais, as instituições militares materializam-se no campo da subjetividade, como força de perpetuação de determinadas práticas. Este mecanismo é assegurado por um processo de socialização imposto a todos que fazem parte dos seus quadros, cuja construção social advinda deste artifício forma a identidade militar. Tal construção denominada por Castro (2005) de “espírito militar” consiste no processo experimentado pelos jovens aspirantes no ofício das armas de socialização profissional, durante o qual devem apreender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Esta socialização é efetivada quando os sujeitos adquirem disposições percebidas como evidentes e naturais agindo de maneira determinada pelo contexto, pela tradição e pelas regras, sem que seja um processo consciente, quando há a incorporação do *habitus* militar (Castro, op. cit.).

A inserção e ingresso na caserna impõe, àqueles que buscam a carreira como oficial, abraçar valores e princípios de visão e divisão de mundo (mundo civil e mundo militar), que resultarão na apreensão do *habitus* militar e na produção da filiação dos indivíduos a esta classe. O “nome de batismo” é muitas vezes substituído pelo “nome de guerra”, a “família de origem” na maioria das vezes é substituída pela “família militar”, o local de moradia é ampliado para os locais das transferências e os indivíduos singulares são formatados pela identificação genérica como “soldados”.

Entretanto, as características da personalidade do indivíduo estão ligadas ao grupo por padrões de origem social. Essas características pessoais, que o indivíduo preserva e que o identifica dentro do grupo, são denominadas pelo autor como identidade-eu. O *habitus* estaria enraizado entre essas duas categorias: “nós” e “eu”. Desse modo, como o militar transita em duas configurações sociais distintas, a sociedade civil e o mundo militar, o cruzamento entre a identidade nós (militar) e a identidade nós (sociedade civil) atuamos de forma distinta na identidade-eu do militar (Moreira *et. al.*, 2020).

O *habitus* é, segundo Bourdieu (2004), elemento fundamental para a estruturação do campo. Para que o processo de reprodução seja autonomizado pelos agentes do campo, ele precisa construir seus próprios agentes o quê, nesse caso, significa investir na formação. No caso da instituição militar, como assinala Sepulveda (2013), a consolidação do campo militar no Brasil ocorre quando os elementos estruturantes de formação são formados. Nesse sentido, as escolas e academias de formação de oficiais cumprem papel decisivo no processo de internalização de padrões de comportamento e reprodução do “ser militar”.

A educação cumpre, portanto, um papel decisivo no processo de consolidação do campo militar e na internalização do *habitus*. Não obstante, o cuidado que os militares, principalmente, do Exército têm com os currículos de formação das escolas de preparação e academias de formação de oficiais refletem o apreço e a noção que possuem em relação à importância do processo de formação na autonomização do *ethos* militar. Jovens que ingressam ainda antes de completarem a maioria na carreira militar passam a assimilar uma série de elementos que compõem o “espírito militar” e passam, rapidamente, a reproduzir os comportamentos que enxergam nos veteranos e nos instrutores oficiais.

Deputados oficiais e campo militar

Para exemplificar as representações construídas nas redes sociais virtuais, este ensaio adota como objeto de análise os

deputados federais General Eduardo Pazuello (PL-RJ) e Tenente Coronel Zucco (PL-RS).

Eduardo Pazuello formou-se como Oficial de Intendência na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1984. Ao longo de sua carreira militar, cursou o Comando e Estado-Maior no Exército Brasileiro e o curso de Política e Estratégia Aeroespaciais na Força Aérea Brasileira (FAB). Entre suas funções no Exército, Pazuello comandou o 20º Batalhão Logístico Paraquedista e o Depósito Central de Munição, ambos localizados no Rio de Janeiro.

O general também desempenhou um papel de destaque na coordenação das tropas do Exército durante os Jogos Olímpicos de 2016 e, a partir de fevereiro de 2018, foi responsável pela Operação Acolhida, que gerencia o acolhimento de refugiados venezuelanos em Roraima. Durante a intervenção federal no estado, atuou como Secretário da Fazenda no Governo de Roraima, deixando o cargo em 15 de fevereiro de 2019. Em 8 de janeiro de 2020, Pazuello foi nomeado comandante da 12ª Região Militar em Manaus, sucedendo Carlos Alberto Maciel Teixeira, com a missão de reforçar a defesa da Amazônia.

No âmbito federal, Pazuello foi nomeado secretário-executivo do Ministério da Saúde pelo então ministro Nelson Teich, assumindo a segunda posição na hierarquia da pasta, com destaque para sua experiência em logística, conforme mencionado no momento de sua nomeação, em 22 de abril de 2020. Sua projeção no cenário nacional cresceu em maio de 2020, quando assumiu interinamente o cargo de ministro da saúde após a saída de Nelson Teich. Posteriormente, em 14 de setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro confirmou sua nomeação oficial como ministro da Saúde, cargo que ocupou até ser substituído pelo médico Marcelo Queiroga, em 15 de março de 2021.

Já o Tenente Coronel Luciano Zucco atuou no Comando Militar do Sul, localizado em Porto Alegre. Na eleição de outubro de 2018, candidatou-se ao cargo de deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, sendo eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) como o deputado estadual mais votado do estado, com um total de

166.747 votos. Posteriormente, na eleição de outubro de 2022, concorreu ao cargo de deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul, sendo eleito pelo partido Republicanos como o candidato a deputado federal mais votado, com 259.023 votos.

Os dois deputados apresentam trajetórias com pontos de convergência. Tanto Pazuello quanto Zucco possuem carreiras consolidadas no Exército Brasileiro, além de experiência prévia na esfera política antes das eleições para o cargo de deputado federal em 2022, que são o foco desta análise. No caso de Pazuello, essa experiência inclui sua atuação como Ministro da Saúde, enquanto Zucco exerceu previamente o mandato de deputado estadual no Rio Grande do Sul.

Deputados oficiais e o campo político

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social (Bourdieu, 2011, p. 194).

Ao discorrer sobre o campo político, Bourdieu chama atenção para o fato de que o, assim como outros campos, ele se configura como um microcosmo autônomo de macrocosmo social. Nesse sentido, os atores e agentes possuem suas variabilidades e relativa autonomia em relação às suas posições no campo. Contudo, ao pensarmos a dinâmica sobre oficiais do Exército ocupando espaços no campo político, a questão que se coloca é como esses atores agem uma vez que passam a compor o campo político. Suas posições de origem, seus *habitus* de classe enquanto oficiais militares são suprimidos ou existe uma movimentação ambígua?

Quais são as relações e comportamentos que se colocam nessa nova ocupação?

No que se refere às proposições legislativas dos deputados analisados, os dados da Câmara dos Deputados indicam que o General Pazuello em 2023, foi autor de 8 Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e 7 Projetos de Lei (PL). Em 2024, até o mês de outubro, Pazuello apresentou 5 PECs e 15 PLs. No total, até o momento da pesquisa deste ensaio, o deputado foi responsável por 12 PECs e 22 PLs. Em relação aos PLs, apenas 5 possuem coautoria, ao passo que, nas PECs, Pazuello figura como coautor em todas as apresentadas.

De modo geral, as propostas legislativas concentram-se em temas relacionados à segurança pública e ao sistema penal, incluindo iniciativas que visam endurecer penas e aprimorar a legislação penal, como o aumento das sanções para crimes específicos e a regulamentação de procedimentos no Código Penal e no Código de Processo Penal. Além disso, destacam-se projetos, voltados para a estruturação e composição das forças de segurança pública, com foco na melhoria da infraestrutura e na eficácia das operações de segurança. Outros projetos abordam questões sociais, como o combate à violência em escolas públicas, a regulamentação de políticas para o sistema prisional e a criação de serviços de apoio psicossocial para policiais militares, civis e bombeiros.

No campo moral, destaca-se que o General Pazuello coautorizou o PL 2499/2024, que trata da obrigatoriedade de notificação às autoridades policiais por hospitais, clínicas e unidades básicas de saúde nos casos de interrupção de gestação decorrente de estupro, entre outras medidas. Esse projeto busca monitorar e controlar os casos de aborto legal no Brasil, envolvendo as forças de segurança. Esse enfoque converge com outra proposta em que Pazuello é coautor, a PEC 29/2024, que visa alterar a Constituição Federal para explicitar a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. O texto define que a vida humana se inicia na junção dos gametas masculino e feminino durante a fecundação,

inserindo-se no debate sobre a proteção da gestação e o marco temporal do início da vida.

Em relação ao Tenente Coronel Zucco, os dados da Câmara dos Deputados indicam que o parlamentar apresentou 6 Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e 18 Projetos de Lei (PLs) no ano de 2023, não havendo registro de novas PECs ou PLs até outubro de 2024. Quanto aos Projetos de Lei, Zucco figura como autor único em 14 propostas e como coautor em 4 delas, enquanto, no caso das PECs, o deputado aparece como coautor em todas as apresentadas.

Em relação aos Projetos de Lei, os principais temas dos projetos apresentados pelo deputado Tenente Coronel Zucco incluem segurança pública e proteção de agentes públicos, com propostas que visam aumentar a segurança de servidores e agentes atuantes no combate ao crime organizado, tipificando homicídios contra essas autoridades como crime qualificado. Além disso, há um foco significativo em educação e escolas cívico-militares, incluindo a criação da Política Nacional das Escolas Cívico-Militares e a implementação de sistemas de alarme de emergência nas escolas para melhorar a segurança. No campo da justiça e sistema penal, Zucco apresenta iniciativas para endurecer punições no Código Penal e regulamentar temas como corrupção e crimes em ambientes escolares. Outro tema relevante é o uso de tecnologia e monitoramento, com propostas para o emprego de reconhecimento facial na localização de crianças e adolescentes desaparecidos e sistemas de alerta com participação de prestadoras de serviços de telecomunicação. Por fim, o deputado também propõe ações voltadas à saúde e ao apoio social, como a gratuidade de justiça para portadores de doenças graves e a criação de bancos de pesquisa para tratamentos experimentais contra o câncer.

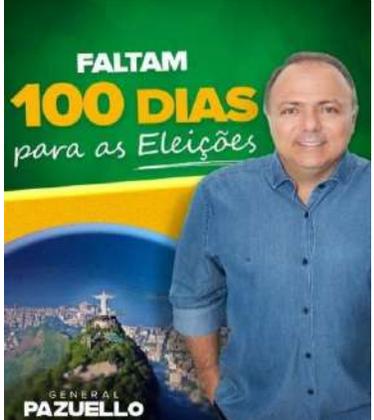
No que tange às Propostas de Emenda à Constituição, os principais temas dos projetos apresentados pelo deputado Tenente Coronel Zucco incluem questões relacionadas à economia, governança e justiça. Um exemplo é a PEC 6/2023, que exige autorização prévia do Congresso Nacional para operações de crédito envolvendo outros países ou suas sociedades estatais.

Outro foco está em propostas que tratam da imunidade tributária, como a PEC 5/2023. Zucco também apoia a regulação do indulto presidencial, conforme a PEC 7/2023.

Deputados oficiais e o campo virtual

No campo virtual, General Pazuello conta com 273 mil seguidores no *Instagram* e 7,1 mil seguidores em sua página verificada no *Facebook*. No Facebook, até a metade de junho de 2022, as publicações em sua maioria, se concentraram em exposições de reuniões e encontros, e algumas postagens sobre o âmbito das forças armadas. A partir de 24 de junho, as publicações parecem apresentar um caráter de eleitoral:

Tabela 1 – Publicação no Facebook do General Pazuello no dia 24 de junho de 2022.

Imagem	Legenda
	<p>Faltam 100 dias para definirmos o futuro do nosso Rio de Janeiro. A pergunta que eu te faço é: qual caminho você quer seguir?</p> <p>#TamoJunto General Pazuello #GeneralPazuello #FocoNaMissão #RioDeJaneiro #RJ #Brasil</p>

Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=133826459326539&set=a.122193277156524>>. Acesso em: 01/10/2024.

Nos meses seguintes, a estratégia de campanha de Pazuello nas redes sociais foca em destacar realizações do governo de Jair Bolsonaro. Em junho e julho, ele se afasta do enfoque militar, alinhando suas postagens ao governo federal. Em agosto, há um

aumento de publicações com apoio de figuras como Michele Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, e de outros apoiadores. Nesse mesmo mês, ele intensifica críticas ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva e oficializa sua candidatura a deputado federal, destacando a aliança com Jair Bolsonaro como sua principal bandeira.

Tabela 2 – Publicação no *Facebook* do General Pazuello no dia 16 de agosto de 2022.

Imagem	Legenda
	<p>Agora é #FocoNaMissão, pelo RJ! Para Deputado Federal, vote General Pazuello, vote 2212. #TamoJunto, galera! #GeneralPazuello #RioDeJaneiro #RJ #DeputadoFederal #PL22 #Brasil</p>

Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=150268147682370&set=a.111871471522038>>. Acesso em: 01/10/2024.

Em setembro, a poucos dias das eleições, Pazuello realiza algumas postagens pontuais sobre temas relacionados à saúde. Nesse mesmo período, seu discurso de pânico ganha força, com publicações que mencionam, por exemplo, uma suposta manchete da revista *Veja*, afirmando que o MST retomaria as invasões de terras caso Lula vencesse. Em outra suposta publicação do portal *Terra*, é mencionado que Lula teria afirmado querer "compartilhar" a Amazônia com outros países, defendendo uma "governança global" da região. Já em outubro, após ser eleito, quase que a totalidade das publicações são voltadas para o segundo turno entre Jair Bolsonaro e Lula, com ênfase em um teor mais agressivo em comparação as publicações dos meses anteriores. Em novembro, já com a derrota de Bolsonaro no segundo turno, as publicações de Pazuello se concentram em descredibilizar a votação:

Tabela 3 – Publicações no *Facebook* do General Pazuello nos dias 7 de novembro e 23 de novembro de 2022.



Fonte: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=173386472037204>> e <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=177832464925938>>. Acesso em: 01/10/2024.

Nos meses seguintes, as postagens de Pazuello deixam de focar na campanha e passam a abordar temas de segurança pública. Entre dezembro e fevereiro, houve uma diminuição significativa nas publicações, com retomada em março. Nesse mês, destacam-se duas postagens: no dia 24, sobre a Lei 14.531/23, que trata de ações de saúde mental para profissionais de segurança pública, e no dia 28, sobre violência contra professores. Em abril e maio, a maioria das postagens é voltada a projetos aprovados na Câmara. É relevante mencionar que, em 2023, as referências a Jair Bolsonaro nas publicações de Pazuello são quase inexistentes.

Zucco apresenta um perfil mais engajado do que Pazuello, com 188 mil seguidores no Facebook e 347 mil seguidores no Instagram. O perfil oficial de Zucco no *Facebook* é mais abrangente, desde postagens com artes mais elaboradas, as mais simplórias. No geral, o Tenente-Coronel Zucco apela por publicações populistas e com grande apelo pela moral conservadora.

Tabela 4 – Publicações no *Facebook* do Tenente Coronel Zucco nos dias 18 e 19 de maio de 2022.

Imagem	Legenda
	<p>Juntos na mesma trincheira! #Bolsonaro</p>
	<p>Parece piada Mas não é!!! Respeitem a Democracia, não rasguem a nossa Constituição 🇧🇷</p>

Fonte: < <https://www.facebook.com/photo/?fbid=300706508928646> > e < <https://www.facebook.com/photo/?fbid=301406925525271> >. Acesso em 01/10/2024.

Em junho de 2022, as publicações sobre escolas cívico-militares são frequentes na página de Zucco, destacando-se como uma de suas principais pautas. Ele também intensifica críticas à esquerda, afirmando que esta pretende "acabar com a educação das nossas crianças", referindo-se à lei de Porto Alegre sancionada por Sebastião Melo, que proíbe linguagem neutra nas escolas. Em julho, ao oficializar sua candidatura ao parlamento federal, suas postagens com Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão se intensificam. Em agosto, as publicações alternam entre apoio aos dois candidatos e registros de eventos de campanha, como carreatas. Em setembro, figuras como Damara Alves, Onyx Lorenzoni e General Heleno

aparecem em vídeos manifestando apoio a Zucco. A pauta das escolas cívico-militares, apesar de ser central em seu discurso, aparece raramente em suas postagens no *Facebook* neste mês.

Em outubro, Zucco mantém um padrão de postagens que enaltecem Jair Bolsonaro e criticam Luiz Inácio Lula da Silva, comparando-o a um presidiário. Após as eleições, ele reafirma seu apoio a Bolsonaro, fazendo uma publicação que supostamente acusa a Rede Globo de comemorar a vitória de Lula, a qual classifica como uma manifestação do que chama de “o sistema se revelando”. Em novembro, as publicações de Zucco concentram-se predominantemente em críticas ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. É notável que Zucco se refere ao novo governo como se este já tivesse assumido, mesmo que a posse oficial ocorra apenas em 2023. Um exemplo desse tipo de publicação ocorre quando o tenente-coronel alega que um “novo imposto de Lula pode tirar 4 bilhões do bolso do trabalhador”, antecipando ações governamentais. O mesmo padrão de publicações segue em dezembro. As publicações de janeiro a maio de 2023 indicam que Zucco adota uma postura clara de oposição ao governo federal, frequentemente defendendo a administração de Jair Bolsonaro. Ele utiliza postagens sensacionalistas ou descontextualizadas, como a alegação de que militantes de extrema-esquerda estariam infiltrados no episódio de 8 de janeiro, para criticar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Vale destacar que temas como segurança pública e escolas cívico-militares, apesar de serem pautas centrais em sua representação virtual, quase não são abordados nesse período.

Considerações finais

No caso dos deputados federais General Eduardo Pazuello e Zucco, a ideia de campo político ajuda a entender como esses militares, ao entrarem na arena política, negociam e transformam seu capital militar (autoridade, disciplina, experiência estratégica) em formas de capital político. A análise de suas representações nas redes sociais, por exemplo, pode ser vista como uma estratégia

dentro desse campo, onde suas ações e discursos buscam construir uma imagem pública que reforce sua legitimidade e os posicione de maneira vantajosa frente aos eleitores e demais agentes políticos. O campo político, portanto, não é estático; é um espaço de competição e conflito, no qual cada ator tenta definir as regras e as condições do jogo para maximizar seu poder e influência. A coerência (ou falta dela) entre o discurso nas redes e as ações legislativas de Pazuello e Zucco pode ser interpretada como parte de suas estratégias de posicionamento e atuação nesse campo.

Observa-se que, antes das eleições, as propostas de campanha de Pazuello não eram discutidas nas redes sociais. As publicações concentravam-se em reuniões, demonstrações de apoio e poucas referências ao Exército, mas com grande ênfase na proximidade com Jair Bolsonaro. Embora tenha se projetado como ex-ministro da Saúde, tanto suas postagens quanto sua atuação política não apresentavam vínculos significativos com a área da saúde. Em vez disso, destacou-se por defender pautas relacionadas à inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Esse comportamento é observado no caso de Zucco, que, após ser eleito, quase não faz mais referência ao seu histórico militar em suas redes sociais. Zucco adota uma postura que se aproxima da de um político profissional, posicionando-se como uma figura central e estratégica na oposição ao governo Lula. Ele direciona suas ações e discursos para temas políticos amplos, enfatizando sua atuação parlamentar e distanciando-se da imagem exclusivamente associada ao militarismo.

A análise de Pazuello e Zucco à luz do conceito de capital político de Bourdieu evidencia como ambos convertem seus capitais acumulados no campo militar em ativos estratégicos no campo político, sobretudo nas eleições. Pazuello, ao destacar sua experiência como general e ex-ministro da Saúde, utiliza esse capital simbólico para reforçar sua posição no campo político e se associar ao bolsonarismo, um movimento que valoriza figuras militares como ícones de ordem e patriotismo. Essa aliança com Jair Bolsonaro amplifica seu capital político, pois permite a Pazuello

converter seu prestígio militar em apoio popular e político, consolidando sua identidade como defensor das pautas do governo Bolsonaro. Zucco, por sua vez, também explora o capital simbólico derivado de sua posição como tenente-coronel e deputado estadual. Ele construiu sua imagem pública com base em pautas relacionadas à segurança pública e à defesa de valores conservadores, temas que se alinham ao bolsonarismo. Esse uso de seu capital militar como legitimador de suas propostas e ações políticas é essencial para se estabelecer no campo político federal, onde ele converte sua trajetória militar em uma fonte de autoridade moral e política, atraindo o apoio de eleitores e aliados que compartilham dos mesmos valores e discursos conservadores. O uso do capital político de Pazuello e Zucco, baseado em suas carreiras militares, foi intensamente mobilizado durante as campanhas eleitorais e na busca por apoio para votações na Câmara. Essa estratégia, centrada no simbolismo e na autoridade associados ao militarismo, serviu para legitimar suas candidaturas e atrair eleitores que valorizam pautas conservadoras e de segurança pública.

Entretanto, após as eleições, ambos os perfis demonstraram uma mudança de abordagem. Embora continuem a utilizar a imagem de figuras públicas associadas ao bolsonarismo, há uma evidente diminuição na ênfase sobre o militarismo como elemento central de suas postagens e discursos. Essa mudança pode ser interpretada como um esforço para expandir sua base de apoio e legitimar suas ações parlamentares por meio de temas que ressoem com um público mais amplo, afastando-se da narrativa explicitamente militarista que caracterizou suas campanhas.

Referências

BERLATTO, Fábيا; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das Forças

Repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (21), 77–120, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista brasileira de ciência política**, p. 193-216, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e a política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2005.

CASTRO, Celso (org.). **A família militar no Brasil**: transformações e permanências. Rio de Janeiro: FGV editora, 2018.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. **A socialização profissional dos militares brasileiros**: notas sobre uma investigação antropológica na Caserna. *Revista Etnográfica*, v.8, n.1, p 79-90, 2004.

CASTRO, Celso. **Exército e Nação**: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o Exército e a Polícia na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.

MOREIRA, Nádia; SILVA, Rita; CELESTINO, Sabrina. *Habitus militar: reflexões sobre os sujeitos da caserna*. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 35, n. 74, p. 33-50, maio/set. 2020.

NOBREGA JUNIOR, José Maria Pereira da. *A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira*. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119-130, Feb. 2010.

NOVELLO, Roberta; ALVAREZ, Marcos César. *Da 'bancada da segurança' à 'bancada da bala': Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Volume 15, nº 1. Rio de Janeiro, 2022.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. *Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica*. **Tempo social**, v. 29, n. 2, p. 187-214, 2017.

SCHMIDT, Flávia. **Presença de militares em cargos e funções comissionados do executivo federal**. IPEA. Nota técnica, 2022.

SEPULVEDA, José. *A formação do campo militar e educacional a partir dos conceitos de campo e *habitus**. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 8, n. 16, agosto/dezembro de 2013.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e Autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil*. **Soc. estado.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 207-223, Apr. 2015.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil*. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 205-227, Aug. 2020.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

Desnaturalizando o virtual: ontologias e sociabilidade nas realidades virtualizadas

Graziele Alves
Lucas de Souza Sartori

Introdução à pandemia e seus impactos sociais e políticos

A pandemia de Covid-19 trouxe uma ruptura única, quase abrupta, na maneira como vivemos e percebemos o mundo ao nosso redor. Não foi apenas um evento sanitário — foi uma crise global que expôs nossas fragilidades sociais, políticas e econômicas, forçando-nos a questionar como lidamos, enquanto sociedades, com problemas de escala transnacional (Kickbusch *et al.*, 2020). É inevitável lembrar de outras pandemias na história, como a Gripe Espanhola de 1918, que deixou marcas profundas na memória coletiva, tanto pela destruição social quanto econômica (Taubenberger & Morens, 2006). No entanto, a Covid-19 trouxe o "caos pandêmico" para o presente, alterando de forma inesperada a rotina cotidiana e impactando nossas vidas como nunca antes.

O surgimento rápido e a disseminação do SARS-CoV-2, primeiramente identificado em Wuhan, na China, demonstrou a interconexão do nosso mundo moderno e revelou algo que talvez preferíssemos ignorar: a fragilidade dos sistemas de saúde e governança global. A necessidade de uma resposta coordenada e urgente foi tão palpável que a OMS declarou a Covid-19 como a sexta Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (OMS, 2020). Essa experiência pandêmica não apenas evidenciou nossa vulnerabilidade como sociedade, mas também intensificou as dúvidas sobre a forma como respondemos a crises coletivas e globais.

A pandemia de Covid-19 não veio apenas para nos apresentar um novo vírus. Ela trouxe à tona fragilidades pré-existentes nas estruturas sociais e políticas. Paul Farmer (1999) argumenta que

pandemias não devem ser vistas apenas como crises biológicas, mas sim como eventos que refletem e intensificam desigualdades já presentes na sociedade. E essa leitura faz todo o sentido se analisarmos as diferentes respostas dos países à pandemia: países desenvolvidos, como Alemanha e Nova Zelândia, conseguiram coordenar respostas eficazes e minimizar os impactos, enquanto nações em desenvolvimento, como o Brasil, enfrentaram desafios mais complexos e desestruturantes (Nunes, 2021; Lancet Commission, 2021).

O caso brasileiro é emblemático. A pandemia não só expôs como aprofundou desigualdades históricas, fragilidades institucionais e uma fragmentação política que dificultou a adoção de estratégias eficazes contra a crise sanitária. Sob a liderança de Jair Bolsonaro, o governo federal adotou uma postura negacionista, ignorando evidências científicas e promovendo tratamentos sem eficácia comprovada, como a hidroxicloroquina (Fonseca *et al.*, 2021; Malinverni e Brigagão, 2020). Esse comportamento teve consequências severas: gerou confusão na população, minou a confiança nas instituições e comprometeu a implementação de medidas preventivas, como o isolamento social e o uso de máscaras. E talvez o mais grave de tudo, essa abordagem evidenciou uma tendência global de rejeição ao consenso científico e uma crescente polarização social (Reis e Lopez, 2023). Não foi apenas uma crise de saúde; foi uma crise de governança e de percepção, onde o debate científico se tornou palco de disputas políticas desastrosas.

E isso nos leva a uma reflexão essencial: como políticas públicas, ou a ausência delas, podem refletir e até mesmo ampliar desigualdades estruturais (Piketty, 2014)? No Brasil, a pandemia serviu como um amplificador dessas desigualdades, com a ausência de liderança comprometida com a ciência e a falta de unidade política resultando em índices alarmantes de infecção e mortalidade (Ortega & Orsini, 2020; Nunes, 2021). A crise sanitária rapidamente se tornou uma crise social e política, mostrando as

limitações da gestão pública ao responder, de maneira eficaz, às necessidades de uma população em risco.

Vale destacar também o papel da virtualidade neste cenário. Em um contexto de isolamento e distanciamento social, o ambiente digital tornou-se o principal espaço de interação, e também o meio pelo qual a pandemia foi compreendida e discutida. Quando a convivência física ficou restrita, a esfera pública se transferiu para o virtual, moldando percepções e comportamentos de maneira sem precedentes. Isso trouxe consigo novos desafios, como a chamada "influxação" — a sobrecarga de informações — e a fragmentação informacional (Sunstein, 2001). O digital foi inundado por dados, análises, notícias e desinformação, criando uma cacofonia de vozes que intensificou a confusão e a ansiedade social. Surge assim o fenômeno da "infodemia": a disseminação de informações corretas e incorretas nas redes sociais, tornando difícil discernir o que é confiável e aprofundando ainda mais a crise de confiança nas instituições e no conhecimento científico.

Por isso, a pandemia de Covid-19 é muito mais do que um evento biológico. Ela espelha as complexidades sociais, políticas e econômicas do nosso tempo, destacando nossas fragilidades como sociedade globalizada. Ela é uma crise de saúde pública, mas também uma crise de governança e de percepção — afetando não só corpos, mas também mentes, identidades e a forma como entendemos nossa posição no mundo. Evidencia nossas interdependências e, ao mesmo tempo, nos mostra que, se não forem reconhecidas e enfrentadas criticamente, essas interdependências podem acentuar desigualdades, intensificar conflitos e limitar nossa capacidade de responder a crises globais de maneira eficaz.

A Covid-19 foi — e ainda é — um desafio que vai muito além da medicina ou da saúde pública. Ela exige uma reflexão profunda sobre nossas estruturas sociais, políticas e digitais. Para compreendê-la plenamente, é necessário entender como lidamos com informações, desinformações e a construção de realidades, especialmente em um mundo onde o virtual e o real estão cada vez

mais entrelaçados e a reflexão crítica se torna, mais do que nunca, uma habilidade essencial.

Redes sociais e a dispersão de desinformação: a ampliação do fenômeno de "infoxicação"

A transição para o ambiente virtual já estava em curso, mas foi acelerada de maneira abrupta com a chegada da pandemia de Covid-19. Isso trouxe transformações profundas nas dinâmicas de comunicação, interação social e na forma como o público forma suas percepções. De um dia para o outro, plataformas como *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp* e *Telegram* deixaram de ser apenas espaços para socialização e entretenimento; tornaram-se as principais fontes de informação sobre a pandemia, ampliando o acesso ao conhecimento, mas também intensificando a circulação de informações muitas vezes conflitantes. Essas plataformas se consolidaram como verdadeiras arenas digitais, onde verdades e mentiras, ciência e teorias da conspiração, coexistem num cenário de "infodemia" global (Cinelli *et al.*, 2020).

Durante a pandemia, ficou evidente a força dos algoritmos na curadoria de conteúdo on-line. Plataformas de mídia social foram projetadas para maximizar o engajamento dos usuários, e seus algoritmos priorizam conteúdos que geram reações emocionais — especialmente aqueles que são provocativos ou sensacionalistas, independentemente de serem precisos ou não (Pariser, 2011). O resultado disso é a criação de bolhas informacionais, onde os usuários se veem cercados por conteúdos que reforçam suas crenças prévias, limitando sua exposição a perspectivas diferentes (Vraga & Bode, 2021). Isso é especialmente problemático em tempos de crise, como o da pandemia, pois alimenta ainda mais a polarização social e política.

O fenômeno da "infoxicação" — o excesso de informação — se tornou um desafio central durante esse período. Nunca antes houve tanta informação disponível, e a velocidade com que ela circula, somada à multiplicidade de fontes, torna difícil para a

pessoa comum distinguir o que é confiável do que não é (Sunstein, 2001). Estudos mostram que informações falsas, especialmente aquelas que evocam medo, choque ou raiva, têm maior potencial de viralizar do que conteúdos verificáveis, alimentando a propagação de *fake news*, teorias conspiratórias e desinformações sobre tratamentos e medidas preventivas, chegando até a questionar a própria existência da Covid-19 (Pennycook & Rand, 2020; Vossoughi *et al.*, 2018). Esse tipo de lógica na disseminação de informações não é neutra: ela afeta diretamente a percepção de risco, a confiança em autoridades e a adesão a medidas de saúde pública.

O Brasil se tornou um caso notável dessa dinâmica de desinformação em tempos de crise. O *WhatsApp*, que é a rede social mais popular no país e é utilizado por mais de 120 milhões de pessoas, se tornou um dos principais canais de comunicação política. Durante a pandemia, informações sobre a Covid-19 circularam amplamente nesses espaços, porém nem sempre de forma confiável ou verificável (Newman *et al.*, 2020). O design criptografado de grupos privados no *WhatsApp* e *Telegram* dificultou a moderação de conteúdo, criando um ambiente fértil para a disseminação de desinformação sobre tratamentos sem comprovação, teorias conspiratórias e narrativas que muitas vezes reforçam incertezas. Dentro desses grupos fechados, a confiança não se baseava necessariamente na credibilidade da fonte, mas na proximidade e autoridade percebidas entre os membros da comunidade (Soares *et al.*, 2021).

Essa dinâmica teve um impacto direto na gestão da crise sanitária. Muitas pessoas passaram a adotar comportamentos de risco ou rejeitaram medidas preventivas — como o uso de máscaras ou o distanciamento social —, influenciadas por informações falsas amplamente compartilhadas em redes sociais (Guess *et al.*, 2020). Além disso, a divisão ideológica política no país reforçou esse cenário, com grupos ideológicos, utilizando canais de interação online como campos de batalha para promover suas narrativas sobre a pandemia, reforçando divisões partidárias. Isso não criou apenas

uma crise de saúde, mas também uma crise de confiança, onde as orientações científicas passaram a ser vistas como "partidárias" ou "ideológicas", dificultando a adesão da população às recomendações de saúde pública.

Vale destacar que as plataformas sociais são parte do que Shoshana Zuboff (2019) denomina "capitalismo de vigilância". Neste modelo econômico, a coleta massiva de dados dos usuários é o que direciona a promoção de conteúdos capazes de gerar engajamento, e o sucesso dessas plataformas está em manter os usuários conectados e ativos pelo maior tempo possível. Isso significa que, para essas plataformas, a qualidade ou veracidade do conteúdo é secundária frente à capacidade de gerar cliques, reações e compartilhamentos. Como consequência, a desinformação e a polarização não são apenas efeitos colaterais, mas parte do próprio mecanismo de funcionamento dessas redes.

Uma camada extra de complexidade surge com o uso de plataformas de mensagens privadas, como *WhatsApp* e *Telegram*, que durante a pandemia atuaram como veículos centrais de disseminação de desinformação. Diferentemente de plataformas abertas, essas redes de mensagens são orientadas por princípios de privacidade e intimidade, formando micro comunidades fechadas onde informações são compartilhadas em círculos de confiança. Embora isso ofereça uma sensação de proximidade, também dificulta a verificação de fatos e a moderação de conteúdo, permitindo que informações falsas sejam aceitas e difundidas como verdadeiras, sem questionamentos (Soares *et al.*, 2021).

A circulação de mensagens falsas nesses espaços fechados impacta diretamente comportamentos e atitudes frente à pandemia. Ao construir narrativas que reforçam desconfianças pré-existentes em relação às autoridades de saúde e ao consenso científico, essas mensagens incentivam práticas que vão contra recomendações de saúde pública. Ou seja, a lógica de engajamento dessas redes não apenas molda percepções, mas também influencia ações coletivas — seja na adoção de comportamentos de risco ou na rejeição de medidas que poderiam salvar vidas (Guess *et al.*, 2020).

No Brasil, essas dinâmicas foram especialmente preocupantes devido ao contexto social e político do país. A narrativa em torno da pandemia se tornou um campo de disputa central, onde, em um cenário de extrema polarização, a luta pela "verdade" sobre a Covid-19 ocorreu principalmente na esfera virtual. Lideranças políticas, ativistas e cidadãos comuns usaram as redes sociais para afirmar, contestar e divulgar diferentes versões dos acontecimentos. Isso resultou em uma população dividida não apenas em opiniões, mas em realidades paralelas, onde diferentes grupos interpretavam os mesmos fatos de formas radicalmente distintas, aumentando a fragmentação e a polarização social.

Teoria Ator-Rede e a mediação das relações digitais: a agência das tecnologias

Diante das dinâmicas digitais discutidas anteriormente, torna-se relevante entender como a circulação de informações e a formação de percepções são mediadas por atores tecnológicos, principalmente no contexto da pandemia de Covid-19. A Teoria Ator-Rede (TAR), proposta por Bruno Latour (2005), oferece uma lente para analisar essa complexa interação. Diferentemente de abordagens tradicionais, a TAR considera que não apenas humanos, mas também elementos não humanos, como algoritmos e plataformas digitais, têm papel ativo na configuração das relações sociais. Isso implica que as tecnologias não são meras ferramentas, mas influenciam diretamente como interagimos, nos informamos e percebemos a realidade.

A Teoria Ator-Rede postula que a agência — a capacidade de agir e influenciar eventos — é uma característica distribuída entre humanos e tecnologias. Isso significa que as redes sociais, algoritmos e plataformas digitais desempenham um papel ativo na configuração de discursos, influências e comportamentos sociais. Durante a pandemia de Covid-19, essa dinâmica tornou-se especialmente visível, uma vez que plataformas como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* agiram como mediadoras de conteúdo,

moldando o que seria destacado ou suprimido na esfera pública (Gillespie, 2018). No contexto brasileiro, isso é particularmente significativo, pois a forma como os conteúdos são priorizados ou filtrados influencia diretamente a percepção pública sobre temas controversos, como a pandemia.

As redes sociais brasileiras atuam como curadores de informações, amplificando conteúdos emocionais e controversos que geram maior engajamento, frequentemente à custa de informações mais equilibradas ou complexas (Vossoughi *et al.*, 2018). Essa seleção algorítmica acaba por criar um ambiente onde a “influxação” — a sobrecarga de informações que dificulta a avaliação crítica e reflexão sobre os fatos — se intensifica (Sunstein, 2001). No Brasil, essa dinâmica teve um impacto significativo, uma vez que 62% dos brasileiros não conseguem reconhecer uma notícia falsa, de acordo com uma pesquisa realizada pela Kaspersky (2020). Tal dificuldade em discernir a veracidade das informações revela como as redes sociais contribuem para a formação de crenças e atitudes com base em conteúdos não verificados ou enganosos.

A pesquisa da Kaspersky intitulada *Iceberg Digital* (2020) aponta que, embora os brasileiros sejam o grupo mais familiarizado com o termo “fake news” na América Latina, ainda assim, uma parcela significativa enfrenta desafios na identificação e avaliação de notícias falsas. Enquanto países vizinhos apresentam uma porcentagem maior de pessoas que desconhecem o termo, o Brasil lidera em conscientização, com apenas 2% desconhecendo a expressão. No entanto, essa conscientização não necessariamente se traduz em habilidades críticas para identificar a desinformação. O estudo também revela que apenas 33% dos brasileiros se informam por fontes tradicionais de mídia, enquanto a maioria se volta para redes sociais, onde o conteúdo nem sempre é verificado ou de qualidade.

Outro ponto relevante é a confiança no conteúdo on-line, que varia entre gêneros e países. No Brasil, 45% das mulheres confiam nas informações que encontram na internet, uma taxa relativamente alta em comparação com outros países da região. A

mesma pesquisa mostra que os jovens entre 25 e 34 anos são mais propensos a compartilhar notícias falsas ou a comentar sobre conteúdos alarmantes sem verificar sua veracidade, em contraste com os jovens de 18 a 24 anos, que são mais críticos ao compartilhar informações on-line.

No contexto da TAR, os algoritmos desempenham um papel ativo na mediação de informações, reconfigurando e reinterpretando dados que aparecem nas telas dos usuários. Essa influência se tornou ainda mais significativa durante a pandemia, quando as redes sociais registraram um aumento de 21% no tempo médio de uso global (We Are Social & Hootsuite, 2021). Ao priorizar conteúdos emocionalmente envolventes ou polarizadores, os algoritmos criam câmaras de eco e bolhas informacionais (Pariser, 2011), onde usuários se veem expostos a informações alinhadas com suas crenças preexistentes. Isso facilita a viralização de notícias sensacionalistas, teorias conspiratórias e informações sem embasamento científico.

No Brasil, o impacto desse fenômeno foi evidente. Um estudo da Avaaz (2020) revelou que 64% das informações enganosas sobre a Covid-19 no *Facebook* não foram sinalizadas ou removidas, contribuindo para a propagação de desinformação e influenciando a forma como a população responde às políticas de saúde.

A lógica dos algoritmos reflete, em grande parte, interesses comerciais: conteúdos que evocam emoções fortes como medo ou raiva tendem a gerar mais atividades nas redes, o que aumenta a visibilidade dessas plataformas e, conseqüentemente, sua receita publicitária. Por exemplo, durante a pandemia, enquanto algumas redes sociais, como o *Facebook*, tentaram promover informações oficiais, outras, como o *YouTube*, tiveram dificuldades em controlar a disseminação de teorias conspiratórias (The Washington Post, 2020).

A TAR também possibilita analisar o papel das plataformas de mensagens privadas, como *WhatsApp* e *Telegram*, que se tornaram importantes canais de comunicação durante a pandemia. Diferentemente de redes abertas, essas plataformas são caracterizadas por uma "proximidade digital", pois as mensagens

são trocadas em grupos privados e criptografados. Essa configuração cria micro comunidades onde as informações são compartilhadas de forma íntima e confiável, mas sem verificação crítica ou moderação de conteúdo.

No Brasil, o *WhatsApp* foi amplamente usado para disseminar informações falsas sobre tratamentos alternativos, questionar a eficácia das vacinas e propagar teorias conspiratórias sobre a origem do vírus. Uma pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) revelou que 73% dos brasileiros entrevistados receberam informações falsas sobre a Covid-19 através do *WhatsApp* (Fiocruz, 2020). Essa dinâmica cria um ciclo de reforço de crenças, no qual informações incorretas são validadas e amplificadas dentro dessas comunidades fechadas, enquanto fontes oficiais de saúde são frequentemente ignoradas.

Os algoritmos também alteram a forma como percebemos a autoridade e o conhecimento. A partir de uma análise de associação relacional, é possível também chegar a uma compreensão na qual a mediação digital entre os actantes permite elevar figuras sem credenciais científicas ao *status* de "especialistas" em determinados grupos, devido à sua capacidade de engajar o público. Durante a pandemia, influenciadores sem formação médica tornaram-se fontes de informação sobre tratamentos, prevenção e teorias da Covid-19, frequentemente contestando as recomendações oficiais. Isso gera o que se chama de desigualdade algorítmica, onde conteúdos sensacionalistas são promovidos em detrimento de informações baseadas em evidências científicas (Pennycook & Rand, 2020).

Um exemplo disso no Brasil foi a ampla divulgação de medicamentos como cloroquina e ivermectina em redes sociais, mesmo sem comprovação de eficácia, o que contribuiu para a rejeição de práticas preventivas eficazes, como o uso de máscaras e a vacinação.

É possível também que a partir da compreensão das associações há compreensão de como a agência dos algoritmos e das plataformas digitais é orientada por interesses econômicos e

políticos, e como isso tem efeitos sociais significativos, como a polarização, a desinformação e a fragmentação do debate público. Durante a pandemia, essas consequências ficaram ainda mais claras, com a disseminação de informações falsas impactando diretamente o comportamento coletivo e a adesão a medidas de saúde pública.

No entanto, apesar dos esforços para combater a desinformação, como políticas de *fact-checking* e regulamentações mais rígidas, essas ações foram insuficientes. Dados de 2020 mostram que 56% dos usuários de redes sociais foram expostos a informações incorretas sobre a Covid-19, mesmo após tentativas de checagem de fatos (Avaaz, 2020). Isso destaca a necessidade de regulamentações mais robustas e eficazes, focadas não apenas na identificação de informações falsas, mas também na transparência algorítmica e na responsabilização das plataformas digitais.

Dialética do pensamento crítico e desafios no ambiente digital: reflexão em tempos de saturação informacional

Diante da complexidade do ambiente digital contemporâneo, a forma como exercemos o pensamento crítico torna-se cada vez mais relevante, especialmente em tempos de crise. Evald Ilyenkov (1977) oferece uma abordagem que pode nos ajudar a compreender esses desafios: ele entende o pensamento crítico como uma prática dialética, que se desenvolve na relação entre sujeito e objeto, ou seja, na interação com a realidade social concreta. Para ele, a criticidade é um movimento de análise, questionamento e transformação, sempre contextualizado em uma dimensão social e cultural. Porém, o contexto atual, marcado pelo excesso de informações e pela lógica algorítmica das redes, cria barreiras significativas para essa reflexão crítica mais profunda.

Essa discussão se relaciona diretamente com TAR, que, conforme explorado anteriormente, evidencia como as tecnologias digitais e seus algoritmos não são apenas canais passivos de comunicação, mas também constituem agenciamentos e mediações

em processos ativamente nas práticas sociais e nas percepções. A visão de Ilyenkov dialoga com essa perspectiva, mostrando que a mediação algorítmica e a saturação de informações impactam profundamente a capacidade dos indivíduos de se engajarem em processos reflexivos e dialéticos.

A saturação informacional, ou "infoxicação" (Sunstein, 2001), é um dos principais desafios impostos pelo ambiente digital. Esse excesso de informações, longe de ampliar o conhecimento, pode dificultar a capacidade de distinguir o que é confiável e relevante. A experiência de absorver conhecimento passa a ser fragmentada e superficial. Nicholas Carr (2010) aponta que a lógica do ecossistema virtual tende a priorizar a distribuição rápida de informações curtas, gerando respostas emocionais imediatas, em vez de promover análises críticas mais aprofundadas. Essa dinâmica gera uma fragmentação cognitiva, onde habilidades essenciais, como conectar ideias, contextualizar dados e realizar análises mais profundas, se perdem no meio de uma avalanche de estímulos.

Dentro desse cenário, as redes sociais têm um papel importante. Elas incentivam o consumo constante de conteúdos fragmentados, que raramente são contextualizados ou analisados criticamente. A lógica dos algoritmos, que priorizam conteúdos "virais" e emocionalmente provocativos, reforça essa fragmentação, pois favorece *posts*, vídeos e imagens que geram reações rápidas, independentemente de sua qualidade ou precisão. Durante a pandemia, isso facilitou a propagação de conteúdos sensacionalistas, teorias conspiratórias e informações sem embasamento científico, criando um ambiente onde a distinção entre fatos e opiniões tornou-se mais difícil.

O caso da pandemia é especialmente significativo nesse contexto. A circulação massiva de informações sobre saúde, ciência e políticas públicas demandou uma análise crítica integrada de questões complexas, mas a saturação informacional dificultou essa compreensão mais aprofundada. Segundo Bawden e Robinson (2009), a abundância de informações disponíveis não necessariamente aumenta a compreensão ou o conhecimento

crítico; pelo contrário, pode levar a uma dispersão cognitiva que impede a reflexão mais profunda sobre temas essenciais.

Para Ilyenkov, o pensamento crítico não se desenvolve de maneira isolada; ele é fruto de uma prática dialética que envolve a análise contextualizada e a síntese de diferentes perspectivas. Paulo Freire (2005) também enfatiza essa abordagem ao ressaltar a importância do diálogo e da interação para a formação de uma consciência crítica, que se constrói a partir da troca de ideias e questionamentos. Portanto, o pensamento crítico depende da capacidade de dialogar, confrontar diferentes pontos de vista e avaliar de forma criteriosa o que se consome e produz.

Entretanto, o meio virtual coloca sérias barreiras a esse processo. A lógica das redes sociais cria um cenário de comunicação superficial, em que a exposição a ideias divergentes é limitada pelos algoritmos que priorizam conteúdos já alinhados às crenças dos usuários. Isso molda a experiência do usuário para reforçar visões de mundo preexistentes, tornando raro o contato com ideias opostas ou desafiadoras (Pariser, 2011). O resultado é a criação de espaços virtuais encapsulados de troca, onde o diálogo crítico é substituído pelo reforço de opiniões, o que prejudica o desenvolvimento de uma análise dialética e contextualizada.

O pensamento crítico requer tempo e espaço para reflexão, para contextualizar ideias e considerar perspectivas divergentes. No entanto, as redes sociais operam sob um processo que promove rapidez e superficialidade. A constante necessidade de consumir novos conteúdos, reagir e compartilhar de forma imediata impede que as informações sejam processadas de maneira crítica e analítica. Durante a pandemia, a circulação rápida e massiva de informações, tanto verdadeiras quanto falsas, criou um ambiente de confusão e incerteza, onde a capacidade de diferenciar dados confiáveis de desinformação foi prejudicada. A polarização digital, reforçada pelo engajamento algorítmico, contribuiu para que muitas pessoas adotassem posturas rígidas e acríticas em relação às medidas de saúde pública, intensificando divisões sociais e políticas.

Apesar das barreiras impostas pelo ambiente digital, a necessidade de fortalecer o pensamento crítico dialético permanece urgente. Para superar a dispersão cognitiva e a superficialidade informacional, é crucial desenvolver práticas educacionais que promovam a alfabetização midiática, a análise crítica e a conscientização sobre as dinâmicas digitais.

A conscientização proposta por Paulo Freire, que implica a capacidade de compreender e agir criticamente sobre a realidade, deve ser aplicada ao contexto digital. Isso significa capacitar as pessoas a questionar suas fontes de informação, identificar padrões de manipulação e entender como algoritmos influenciam suas percepções. Práticas dialógicas, como debates críticos, discussões reflexivas e confrontações de ideias opostas, tornam-se essenciais para resistir à lógica emocional e fragmentada dos meios virtuais.

Construção de identidades no contexto virtual: desafios e implicações para a alteridade

No contexto digital, a identidade é um processo contínuo de construção, permeado por dinâmicas que diferem significativamente da vida off-line. Redes sociais e algoritmos transformam o modo como os indivíduos se percebem e são percebidos, moldando identidades fluidas e adaptáveis a diferentes expectativas de plataformas (Goffman, 1959; Turkle, 2011). Essa identidade digital não é apenas uma extensão da identidade off-line, mas se configura em um "self" em constante curadoria e reconfiguração, respondendo a incentivos de engajamento, validação e visibilidade.

A lógica das redes sociais está centrada na atenção e no engajamento, o que leva à fragmentação da identidade. A presença em múltiplas plataformas exige que os indivíduos adaptem suas apresentações a diferentes públicos, resultando em múltiplas versões da persona virtual que atendem a normas e expectativas específicas. Essa fragmentação gera uma performance do sujeito virtual constante, onde o reconhecimento e a validação são

buscados para atender padrões de engajamento, e não necessariamente autenticidade.

Pariser (2011) identifica que esse ambiente on-line é propício à formação de "câmaras de eco", espaços onde visões preexistentes são reforçadas e perspectivas divergentes são marginalizadas. Isso gera uma identidade digital volátil, contingente ao momento e ao contexto da plataforma, criando uma tensão com a identidade off-line, que tende a ser mais estável e coesa.

A hiper-realidade do "self" e suas consequências

A identidade on-line é construída por meio de uma curadoria seletiva, na qual aspectos de opiniões, experiências e estilo de vida são deliberadamente escolhidos para atender padrões de validação. Baudrillard (1994) denomina essa versão do "self" como hiper-real, pois ultrapassa a mera reprodução da identidade off-line, tornando-se uma simulação idealizada. A busca por construir uma "identidade perfeita" no ambiente digital não só afeta a percepção que os outros têm do indivíduo, mas também distorce a auto-percepção. A pressão para manter um "self" idealizado pode criar dissonâncias entre a identidade on-line e a off-line, gerando sentimentos de alienação e desconexão.

Essa hiper-realidade afeta também a alteridade. Ao projetar uma versão editada e superficial de si mesmo, os indivíduos têm menos oportunidade de reconhecer a complexidade do "outro". Como resultado, a interação social no ambiente digital frequentemente se reduz ao confronto de imagens moldadas por expectativas externas, limitando a possibilidade de empatia e diálogo crítico.

O papel dos algoritmos é central na maneira como identidades são construídas e visibilizadas. Eles atuam como "curadores invisíveis" (Gillespie, 2018), promovendo conteúdos que têm maior potencial de engajamento e privilegiando padrões que são emocionalmente intensos ou polarizadores. A lógica algorítmica não só amplifica determinadas formas de expressão e identidade,

mas também direciona a interação para espaços onde crenças e valores são reforçados, que limitam a exposição a experiências e perspectivas diferentes.

Esse processo de curadoria algorítmica leva à validação social em torno de padrões específicos, e neste processo denota uma influência pelas relações entre as múltiplas agências dos “sujeitos” ali se relacionando, e isto permite a construção do “self” de modo a se encaixar em expectativas predefinidas. Isso pode acabar levando a restringir a capacidade de reconhecimento da alteridade, uma vez que a identidade é construída dentro de uma zona de conforto que evita a complexidade e a pluralidade de pontos de vista (Appiah, 2007).

Engajamento e ansiedade na performatividade digital

As plataformas digitais são projetadas para maximizar o engajamento, onde priorizam conteúdos sensacionalistas e emocionalmente carregados (Vaidhyanathan, 2018). Redes sociais como *Instagram* e *Facebook* recompensam comportamentos que geram reações imediatas, estimulando a performance identitária voltada para o “agora”, baseada em métricas de popularidade e validação superficial. Isso gera uma pressão para se alinhar a um “Eu”, persona virtual idealizada, levando à ansiedade e à alienação por parte dos usuários, que tentam manter uma imagem que nem sempre corresponde à realidade off-line.

A busca incessante por validação e reconhecimento no espaço digital tem efeitos profundos sobre a maneira como as subjetividades se constituem e se relacionam. Na dinâmica on-line, o desejo por validação se traduz em práticas e performances públicas de si, em que a própria identidade se torna objeto de exibição e avaliação. Ao se basear na lógica das redes sociais, onde interações são quantificadas por métricas como “curtidas”, “compartilhamentos” e “seguidores”, essa validação se torna uma espécie de moeda social. Essa lógica leva a uma diminuição da tolerância à vulnerabilidade, pois ser vulnerável implica um risco

de exposição negativa e de desvalorização pública, o que ameaça o capital simbólico acumulado na esfera digital (Bourdieu, 2011).

De uma perspectiva filosófica, isso pode ser compreendido como uma "reificação identitária". A identidade, que deveria ser um processo dialógico e relacional, se cristaliza em categorias estáticas, transformando-se em "coisas" que podem ser comparadas, medidas e consumidas (Honneth, 2011). Tal reificação implica que a identidade se transforma em um objeto de avaliação e, como consequência, perde sua fluidez e abertura à alteridade. Heidegger (2015) falava do "ser-em-relação", da ideia de que o "eu" se define a partir do outro, numa relação dinâmica e aberta ao "mundo". Na lógica digital, entretanto, esse "ser-em-relação" é substituído por um "ser-para-o-outro", onde a relação com o outro se torna uma relação de reconhecimento constante, na qual o "ser" deve se afirmar e performar para ser visto. A identidade não se desenvolve de forma autêntica, mas é moldada para corresponder a um "outro" coletivo, a uma audiência que, no fim, se torna determinante para a percepção de quem somos.

Nesse processo de reificação, a alienação surge não só como distanciamento do outro, mas como distanciamento de si mesmo. Ao calibrar as apresentações do "eu" para se adequar às expectativas e normas de visibilidade, o indivíduo se vê forçado a construir múltiplas versões de si que atendam a diferentes públicos. Isso leva a uma alienação de suas próprias possibilidades de experiência e subjetividade, uma vez que a identidade digital é continuamente negociada em relação aos padrões de sucesso, visibilidade e aprovação. A vulnerabilidade, que seria a possibilidade de revelar o "eu" em sua complexidade e contradição, é anulada em nome de uma identidade calculada para maximizar reações positivas.

Essa alienação identitária gera uma tendência à formação de sujeitos "blindados", incapazes de se abrir para a experiência do outro em sua alteridade. Na filosofia, a alteridade é a ideia de que o "outro" não pode ser reduzido a uma mera extensão do "eu", mas é uma presença que nos desafia e exige reconhecimento em sua

diferença (Lévinas, 2008). Contudo, ao buscar constantemente validação e reconhecimento em bolhas de informação homogêneas, a identidade se torna autocentrada e reativa. Essa tendência cria o que se pode chamar de uma "polarização ontológica", onde o indivíduo passa a se ver apenas como uma entidade em oposição ao "outro" — o diferente é visto como ameaça, não como possibilidade de diálogo ou de expansão da própria subjetividade.

Ao reduzir a tolerância à vulnerabilidade, essa lógica de performance identitária impede a abertura ao que é diverso, multifacetado e contraditório. Para Lévinas (1969), a verdadeira ética começa na aceitação do outro em sua alteridade radical, algo que só pode ocorrer quando o "eu" está disposto a se deixar afetar pelo que é diferente. No entanto, no ambiente digital, a identidade se transforma numa "máscara defensiva", onde cada interação é guiada pelo desejo de se afirmar, e não de se encontrar. Esse estado reativo leva ao fortalecimento de dicotomias rígidas e divisões sociais, na medida em que a identidade é performada de forma a se proteger do que é incerto ou dissonante, consolidando uma visão binária do mundo.

O resultado é um sujeito digital que vive em constante estado de defesa e autoafirmação. A identidade se torna uma prática de exclusão, uma tentativa de definir fronteiras claras entre "nós" e "eles", "certo" e "errado", que cria obstáculos à empatia e ao diálogo reflexivo. Essa lógica não apenas reforça divisões já existentes, mas também radicaliza crenças e posições, à medida que a interação com o outro não é vista como uma oportunidade de aprender ou crescer, mas como uma ocasião para reforçar o próprio "eu" e rejeitar o que é diferente.

A identidade digital e sua ontologia no contexto off-line

A relação entre a construção de identidades e as realidades virtuais levanta questões ontológicas essenciais sobre a natureza do "self" digital em relação ao "self" off-line. As redes digitais oferecem um ambiente único onde a experiência do ser é mediada

e constantemente remodelada por tecnologias. Essas tecnologias não são apenas canais de comunicação, mas agentes que influenciam e transformam a maneira como as pessoas percebem o mundo, se comportam e se relacionam. Nesse sentido, a identidade digital é um processo fluido, em constante reconstrução, moldado por normas, incentivos e expectativas das plataformas digitais.

A virtualização do "self" não se limita a representar a identidade off-line; ela dissolve as fronteiras entre o real e o virtual, produzindo um espaço onde interações on-line se tornam processos ativos de redefinição e reinvenção da identidade. Cada postagem, comentário ou compartilhamento é uma peça dessa construção, onde a identidade digital se molda e é moldada pela lógica das redes sociais e pelo engajamento com outros usuários. O "self" digital não é apenas uma extensão do indivíduo, mas um reflexo dinâmico e frequentemente transformado pelo contexto das interações digitais.

Essa reconfiguração não é apenas simbólica, mas afeta profundamente a autopercepção e a forma como o indivíduo compreende sua identidade no mundo. O ambiente on-line transcende a mera reprodução da identidade off-line, permitindo a experimentação, fragmentação e multiplicidade de "eus" que coexistem em diferentes espaços digitais. A identidade digital torna-se, assim, um processo de construção ativo, uma prática contínua de apresentação e performance que redefine como nos vemos e interagimos, tanto no mundo virtual quanto no físico.

Baudrillard (1994) descreve essa relação como uma "hiper-realidade", onde as simulações digitais se tornam mais "reais" do que as experiências off-line, e a identidade performada on-line pode eclipsar a identidade off-line. Isso tem implicações profundas sobre como as redes digitais criam e perpetuam identidades e como essas identidades se relacionam com a alteridade.

Desafios e possibilidades do pensamento crítico na era digital: educação, reflexão e resistência

O avanço digital transformou profundamente as interações humanas, moldando o acesso à informação e as práticas de comunicação. Em meio a esse cenário, caracterizado por redes sociais, comunicação instantânea e consumo acelerado de informações, emergem desafios significativos ao desenvolvimento do pensamento crítico. Esse tipo de pensamento, que exige uma análise contextualizada, reflexão aprofundada e habilidades dialéticas, contrasta diretamente com a lógica da cultura digital, que favorece interações rápidas e consumo superficial (Carr, 2010). O fenômeno de excesso informacional, limita a capacidade de discernimento e crítica, especialmente em situações de crise, como a pandemia.

No Brasil, os desafios para a formação de um pensamento crítico digital são agravados pelo analfabetismo digital e pelas desigualdades educacionais. Segundo dados da pesquisa TIC Domicílios (2020), apenas 21% dos brasileiros são capazes de identificar fontes confiáveis de informação on-line. Além disso, mais da metade da população (52%) possui habilidades digitais básicas ou inexistentes, evidenciando dificuldades em reconhecer *fake news*, acessar fontes confiáveis e utilizar ferramentas digitais de maneira segura e eficiente. Apesar de 74% dos domicílios brasileiros terem acesso à internet, essa conectividade não se traduz necessariamente em uma navegação crítica ou em habilidades para análise de informações on-line.

Essa lacuna no desenvolvimento do pensamento crítico digital cria um ambiente propício para a disseminação de *fake news*, conspiracionismos e discursos descontextualizados, conforme demonstrado pela Covid-19. A propagação destas “anti-narrativas” foi exacerbada pelo uso massivo de plataformas de comunicação. A falta de uma educação midiática eficiente expôs a população a campanhas de desinformação que impactaram

diretamente comportamentos de saúde pública, como o uso de máscaras, o distanciamento social e a adesão à vacinação.

Diante desses desafios, promover a educação midiática e desenvolver habilidades de literacia digital no Brasil são imperativos para formar cidadãos capazes de navegar criticamente na esfera virtual. A educação midiática compreende práticas pedagógicas, voltadas para o desenvolvimento de habilidades de análise, interpretação e produção de conteúdo digital, fomentando a capacidade de avaliar a credibilidade de informações e reconhecer vieses em processos de produção e divulgação de conteúdo (Mihailidis & Viotty, 2017). Essa abordagem permite a capacitação dos sujeitos para serem não apenas consumidores, mas também produtores conscientes e críticos de informações.

No contexto brasileiro, apenas 26% da população diz ter conhecimento suficiente para verificar a veracidade de notícias, de acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). A literacia digital, portanto, torna-se essencial para a participação cidadã. A habilidade de analisar criticamente notícias, identificar fontes confiáveis e compreender como as informações são produzidas e circulam digitalmente está diretamente ligada ao fortalecimento da reflexão crítica e do processo de produção do democrático. A ausência dessas habilidades é exacerbada pelas desigualdades educacionais e socioeconômicas do país, onde o acesso à educação de qualidade é desigual, influenciando diretamente como diferentes grupos sociais consomem e interpretam informações digitais.

Essas disparidades impactam significativamente a capacidade de identificar e combater a desinformação. Enquanto populações com maior escolaridade e acesso a recursos têm ferramentas para verificar informações e buscar diversas fontes, grupos com menor escolaridade e renda enfrentam barreiras consideráveis para interpretar criticamente os conteúdos que recebem. Isso favorece a amplificação da desinformação e a intensificação da fragmentação de opiniões, especialmente em momentos de ampla circulação de notícias, como durante a crise pandêmica.

Plataformas descentralizadas e tecnologias de código aberto: alternativas para uma resistência crítica

Como resposta à lógica comercial das redes sociais dominantes, que privilegia o engajamento acima da qualidade informacional, as plataformas descentralizadas e tecnologias de código aberto surgem como alternativas que podem incentivar práticas críticas e deliberativas. Plataformas descentralizadas, ao operar com base em princípios de transparência, autonomia comunitária e privacidade, oferecem espaços para a troca de informações menos influenciados pelos incentivos comerciais de empresas como *Facebook*, *Instagram* e *YouTube* (Kostakis & Bauwens, 2014).

Exemplos como o Mastodon e tecnologias como o Matrix apresentam modelos de interação que promovem a descentralização do poder e a autonomia dos usuários, permitindo que as comunidades estabeleçam suas próprias regras de moderação e compartilhamento de informações. Essa estrutura favorece debates que valorizam a diversidade de perspectivas, promovendo a compreensão crítica e a reflexão coletiva, algo fundamental para o desenvolvimento de práticas de críticas na era digital.

Além disso, o uso de tecnologias de código aberto tem implicações diretas para a transparência algorítmica e para o controle democrático da informação. Enquanto plataformas proprietárias operam com algoritmos opacos, ou "caixas-pretas", as tecnologias de código aberto permitem auditorias e a compreensão de como os conteúdos são priorizados e exibidos. Isso possibilita que os usuários compreendam como suas percepções e experiências on-line são moldadas, tornando-os mais conscientes dos vieses algorítmicos e das estratégias de manipulação informacional.

Práticas de resistência crítica

A construção do pensamento crítico na era digital vai além da educação midiática formal e requer o desenvolvimento de práticas

de resistência crítica que capacitem os indivíduos a agir de forma reflexiva e consciente on-line. Isso inclui não só o reconhecimento e a contestação de desinformação, mas também a criação de espaços de diálogo que incentivem a diversidade de perspectivas e a troca de experiências.

A criação de comunidades reflexivas no ambiente digital requer espaços dedicados à discussão de questões complexas, em que práticas dialógicas promovam a compreensão da alteridade e uma análise crítica de temas sociais e políticos. Iniciativas como grupos de discussão on-line, projetos de *fact-checking* colaborativo e redes de aprendizagem comunitária têm o potencial de estimular debates informados, contextualizar análises e fomentar o confronto saudável de ideias opostas, promovendo, assim, o desenvolvimento de uma consciência crítica coletiva.

A resistência crítica no on-line também está relacionada à promoção de práticas de consumo responsável de informações. Isso implica encorajar a análise cuidadosa de fontes, o reconhecimento de vieses ideológicas e a prática de verificação de fatos antes de compartilhar informações nas redes sociais. A formação de hábitos de leitura crítica e a valorização de uma cultura de análise contextualizada são essenciais para contrariar a lógica do consumo rápido e superficial que caracteriza a dinâmica digital contemporânea.

Deste modo, é possível entender que o pensamento crítico na era virtual transcende uma abordagem apenas instrumental e se enraíza em uma reflexão epistemológica sobre como o conhecimento é produzido e mediado. Não se trata simplesmente de identificar desinformação, mas de desconstruir as estruturas e narrativas que sustentam o ambiente on-line, onde algoritmos e interesses comerciais atuam como agentes ativos no molde das percepções. Aqui, conceitos como "poder simbólico" e "capitalismo de vigilância" apontam para o modo como a informação é condicionada por dinâmicas de poder e interesses econômicos, requerendo uma compreensão das forças invisíveis que direcionam a atenção e a circulação de discursos.

O pensamento crítico assim demanda uma abordagem dialética, indo além da verificação de fatos para explorar as redes de mediação e suas consequências na formação de conhecimento e valores. A prática deve, então, se voltar para a análise das estruturas ideológicas subjacentes, buscando uma literacia informacional que capacite a leitura profunda e contextualizada dos conteúdos, de forma a revelar como certas ideias são naturalizadas e outras, marginalizadas. Isso demanda valorizar a prática reflexiva, que contesta a lógica fragmentada do consumo e questiona as dinâmicas de atenção que favorecem o superficial.

Virtualização e consciência crítica: para onde vamos?

A pandemia expôs vulnerabilidades sociais e políticas, mas também ressaltou o papel central da virtualização na sociedade contemporânea. Mais que uma crise de saúde, a pandemia se mostrou um ponto de inflexão para a forma como vivemos, conhecemos e interpretamos o mundo. Essa experiência global demonstrou como a produção de conhecimento e a prática do pensamento crítico são impactadas pela crescente mediação tecnológica, especialmente quando o acesso à informação é acelerado e as interações sociais se virtualizam. Conceitos como cidadania digital, literacia midiática e espaço público foram profundamente ressignificados pela lógica das redes sociais, onde a influência algorítmica redefine o que significa participar e refletir no ambiente virtual.

A experiência da migração para o espaço virtual intensificou-se e consolidou-se como o principal meio pelo qual as pessoas interagem, informavam-se e construíaam percepções sobre o mundo. O espaço on-line, no entanto, é marcado por práticas de interação que muitas vezes priorizam superficialidade e rapidez, gerando obstáculos ao exercício de uma reflexão crítica contextualizada. Isso torna a sobrecarga de informações com diferentes níveis de credibilidade um desafio central para a formação de uma consciência crítica. Assim, surge uma questão

urgente: quais são os impactos dessa virtualização na capacidade humana de compreender o mundo de forma crítica e exercer a cidadania informada?

Autores como Paul Virilio (1995) e Pierre Lévy (1999) exploram como a virtualização altera as dimensões do tempo e do espaço, transformando a própria experiência da realidade. Virilio argumenta que a "dromologia" — a ciência da velocidade — cria uma sociedade onde a aceleração da informação transforma a percepção de mundo, enquanto Lévy aborda este fenômeno da migração ao virtual como um processo que afeta a construção de sentidos e identidades, deslocando a presença física para a presença simbólica e conectiva. No contexto pandêmico, isso se manifestou na intensificação da dependência de espaços digitais para a socialização e construção de sentido, o que também evidenciou a fragmentação do "self" e a tensão entre identidades fluidas e fixas nas redes.

A polarização e a formação de bolhas informacionais refletem essa fragmentação e mostram como diferentes grupos sociais passam a viver em realidades paralelas. Nesses espaços — como por exemplo, comentários de *posts* de redes sociais, onde a comunicação se esvazia perante a repetição de opiniões ideológicas em que, a postura dos usuários não demonstra possibilidade de comunicação ou de permissividade para contra visões de outros sentidos, e na qual estes comentários buscam apenas engajamentos para terem suas opiniões validadas — a visão de mundo é reforçada de forma homogênea, sem o confronto com perspectivas divergentes, o que prejudica a compreensão da alteridade e a construção de uma esfera pública plural e inclusiva. Como alerta Zygmunt Bauman (2000), a modernidade líquida caracteriza-se por relações fluidas e temporárias, e isso se acentua no meio digital, onde a ausência de vínculos sólidos facilita a formação de comunidades fragmentadas e radicalizadas. Essa dinâmica ameaça o diálogo intercultural e a busca de consensos mínimos em questões sociais e científicas essenciais.

Para superar esses desafios, é crucial repensar a alfabetização digital e midiática, não apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas como um processo crítico de compreensão sobre a produção, circulação e consumo de informações. Nesse sentido, a abordagem de Douglas Kellner e Jeff Share (2007) para a "pedagogia crítica da mídia" é pertinente, pois propõe uma educação que não só desenvolve competências digitais, mas também capacita os indivíduos para questionar as estruturas de poder, os mecanismos de produção de significado e os vieses que permeiam a esfera digital. No contexto brasileiro, isso é particularmente relevante, dada a desigualdade educacional e a falta de habilidades digitais em uma parcela significativa da população.

No entanto, o fortalecimento da consciência crítica não pode ser visto apenas sob a ótica individual. É necessário considerar as estruturas econômicas e políticas que moldam o meio digital e determinar como as interações on-line são construídas. A pandemia ressaltou a urgência de políticas públicas que promovam transparência algorítmica e responsabilizem as plataformas pelo conteúdo que circula em seus espaços. Autores como Shoshana Zuboff (2019) discutem como o capitalismo de vigilância molda a experiência on-line, onde os dados dos usuários são coletados e utilizados para maximizar engajamento e lucros, muitas vezes à custa da qualidade informacional e do bem comum. A reflexão crítica, portanto, precisa ir além da resistência individual e se expandir para um questionamento sistemático sobre como os espaços digitais são regulados e como interesses comerciais afetam o espaço de debate coletivo.

A busca por alternativas descentralizadas, como plataformas de código aberto e redes que valorizem a autonomia dos usuários, traz à tona possibilidades de resistência à lógica de mercado dominante. Essas alternativas têm o potencial de criar espaços mais plurais e seguros para o diálogo reflexivo e a troca de perspectivas diversas. No entanto, enfrentar o poder consolidado das grandes corporações digitais, com suas estratégias de engajamento algorítmico, é um desafio complexo que requer articulações

políticas e movimentos coletivos que busquem repensar a arquitetura das interações on-line.

O processo de reflexão crítica na era da virtualização, catalisado pela pandemia, aponta para uma incerteza produtiva: será possível direcionar as dinâmicas digitais para práticas que ampliem o pensamento crítico, a inclusão e a responsabilidade coletiva? A pandemia, ao expor tanto os riscos quanto às possibilidades da virtualização, nos convida a refletir continuamente sobre como construímos nossas identidades, relações e compreensões do mundo em um cenário marcado pela mediação tecnológica. A resposta a esses desafios passa por uma articulação complexa e interdisciplinar entre educação, política e ética, na busca de formas de virtualização que expandem — e não limitem — a capacidade humana de refletir, dialogar e transformar a sociedade.

A virtualização não deve ser vista como uma realidade isolada ou inevitável, mas como um campo de possibilidades que pode ser moldado por práticas conscientes e críticas. Cabe a nós, enquanto sociedade, tomar as rédeas dessas possibilidades e promover um meio virtual que favoreça o pensamento crítico, a empatia e o diálogo intercultural. A prática constante de autocrítica, a busca por transparência e a promoção de uma esfera pública mais aberta e inclusiva são os caminhos para garantir que a virtualização seja um meio de ampliação do potencial humano, e não um obstáculo à compreensão e à transformação do mundo.

Referências

AVAAZ. **How Facebook can flatten the curve of the coronavirus infodemic**: Avaaz report. Avaaz, 2020.

Baudrillard, J. **Simulacros e simulação**. São Paulo: Relume-Dumará, 1994.

BAWDEN, D.; ROBINSON, L. The dark side of information: overload, anxiety and other paradoxes and pathologies. **Journal of Information Science**, v. 35, n. 2, p. 180-191, 2009.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições 70, 2011.

CARR, N. *The shallows: what the internet is doing to our brains*. New York: W. W. Norton & Company, 2010.

CINELLI, M.; et al. The Covid-19 social media infodemic. **Scientific Reports**, v. 10, n. 1, p. 16598, 2020.

FARMER, P. **Infections and inequalities: the modern plagues**. Berkeley: University of California Press, 1999.

FIOCRUZ. **Pesquisa sobre fake news no contexto da Covid-19**. Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

FONSECA, E. M.; NATTRASS, N.; LAZARO, L. L. B.; BASTOS, F. I. Political discourse, denialism and leadership failure in Brazil's response to COVID-19. **Global Public Health**, v. 16, n. 8-9, p. 1251-1266, 2021. DOI: 10.1080/17441692.2021.1945123.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GILLESPIE, T. **Custodians of the internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media**. New Haven: Yale University Press, 2018.

GUESS, A. M.; *et al.* Exposure to untrustworthy websites in the 2016 US election. **Nature Human Behaviour**, v. 4, n. 5, p. 472-480, 2020.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 8ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: Para uma Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. Lisboa: Edições 70, 2011.

ILYENKOV, E. V. **Dialética do abstrato e do concreto em Marx**. Teoria e prática dialética, 1977.

KASPERSKY. 62% dos brasileiros não sabem reconhecer uma notícia falsa. **Kaspersky**, 2020. Disponível em: <https://www.kaspersky.com>. Acesso em: out. 2024.

KICKBUSCH, I.; Leung, G. M.; Liu, Y. Pandemics and politics: the global governance challenges of Covid-19. **Journal of Global Health**, 2020.

LANCET COMMISSION. **Covid-19: the case for global cooperation and solidarity**. **The Lancet**, 2021.

LATOURETTE, B. **Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade**. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 2008.

MALINVERNI, C.; BRIGAGÃO, J. I. M. Covid-19: scientific arguments, denialism, eugenics, and the construction of the antisocial distancing discourse in Brazil. **Frontiers in Communication**, v. 5, 2020. DOI: 10.3389/fcomm.2020.582963.

MIHAILIDIS, P.; VIOTTY, S. Spreadable spectacle in digital culture: civic expression, fake news, and the role of media literacies in “post-fact” society. **American Behavioral Scientist**, v. 61, n. 4, p. 441-454, 2017.

NEWMAN, N.; *et al.* **Reuters Institute digital news report 2020**. Reuters Institute for the Study of Journalism, 2020.

NUNES, J. Brazil's Covid-19 response and the deepening of social inequalities. **Global Public Health**, v. 16, n. 8-9, p. 1253-1266, 2021.

ORTEGA, F.; ORSINI, M. Governing Covid-19 without government in Brazil: ignoring science, intensifying inequality. **Global Public Health**, v. 15, n. 12, p. 1773-1786, 2020.

Pariser, E. **The filter bubble: what the internet is hiding from you**. New York: Penguin Books, 2011.

PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. The implied truth effect: attaching warnings to a subset of fake news stories increases perceived accuracy of stories without warnings. **Management Science**, v. 66, n. 11, p. 4944-4957, 2020.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Reis, E.; Lopez, F. Choque entre ciência e política: a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Pesquisa Social: Um Trimestral Internacional**, v. 90, n. 1, p. 53-73, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.1353/sor.2023.0002>.

SOARES, F. B.; RECUERO, R.; VOLCAN, T.; FAGUNDES, G.; SODRÉ, G. Research note: Bolsonaro's firehose: how Covid-19 disinformation on WhatsApp was used to fight a government political crisis in Brazil. **Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-54>.

SUNSTEIN, C. R. **Republic.com**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

TAUBENBERGER, J. K.; Morens, D. M. 1918 influenza: the mother of all pandemics. **Emerging Infectious Diseases**, v. 12, n. 1, p. 15-22, 2006.

THE WASHINGTON POST. Facebook and YouTube struggling with COVID-19 misinformation. **The Washington Post**, 2021.

TURKLE, S. **Alone together**: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

VAIDHYANATHAN, S. **Antisocial media**: how Facebook disconnects us and undermines democracy. New York: Oxford University Press, 2018.

VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news on-line. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018.

VRAGA, E. K.; BODE, L. Defining misinformation and understanding its bounded nature: using expertise and evidence for describing misinformation. **Political Communication**, v. 38, n. 1-2, p. 136-144, 2021.

WE ARE SOCIAL; Hootsuite. Digital 2021: **global overview report**. We Are Social, 2021.

ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism**: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.

Fortnite e os bens de consumo: o que são, como adquirir e sua classificação valorativa

Felipe Casteletti Ramiro

Apresentação

O presente capítulo foi extraído, na íntegra, do meu trabalho de conclusão de curso, apresentado no ano de 2023 para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela UNESP de Marília. Por se tratar de um recorte, infelizmente, não será possível adentrarmos em outras questões de igual interesse e relevância. O recorte expressa uma importante etapa da pesquisa realizada, que está diretamente relacionada ao trabalho de campo. Trata-se, sobretudo, de uma contribuição empírica às pesquisas nas realidades virtualizadas.

Skins default

Começamos esta exposição com aqueles bens que são os principais objetos de consumo de nossa análise: as *skins*. Este bem é, em suma, a personagem que o jogador controla nas partidas, a pele que ele veste durante o jogo. Existe uma grande variedade de *skins*, que possuem uma multiplicidade de formas de serem adquiridas. Ao instalar o jogo, todos têm a sua disposição uma série de *skins* padronizadas, as chamadas *defaults*. A imagem abaixo traz alguns exemplos desta categoria de item:

Imagem 1: Skins Default.



Fonte: Disponível em: <<https://www.change.org/p/epic-games-bring-back-the-original-default-skins-to-fortnite>> Acesso em: 2023

Estes se constituem enquanto *skins* pouco valorativas, atribuídas a jogadores principiantes e que não integram a comunidade. Adiantando nossa análise, entendemos que os bens de consumo e, principalmente, as *skins* servem como um elemento de distinção e marcação social, além de serem itens capazes de externalizar a personalidade e a identidade dos jogadores (Pacheco *et al.*, 2023). As *skins default* são itens que, justamente, conseguem comunicar única e exclusivamente que quem as utiliza é um principiante, que é alguém que não integra a comunidade, que não conhece e tampouco internalizou o sistema simbólico do *game*. Como veremos, alguns itens são capazes de transmitir perigo aos adversários; por sua vez, as *skins default* comunicam, que o adversário é pouco habilidoso e inexperiente¹. As entrevistas

¹ É interessante notar que alguns jogadores experientes, sabendo do valor comunicativo das *skins defaults*, por vezes utilizam dela para confundir os adversários, para que os oponentes não fujam dele. Estes jogadores corrompem o valor simbólico do item ao blefar com o intuito de atrair adversários e conseguir realizar uma partida melhor.

realizadas por Pacheco *et al.* (2023) exemplificam a perspectiva que os jogadores têm perante as *skins default*:

Com relação ao aspecto motivacional por autoridade visual, foi realizado o questionamento aos entrevistados se há uma visão diferente sobre quem compra produtos na loja e quem não compra tais produtos. Identificou-se a presença deste comportamento motivacional através dos relatos dos entrevistados. O entrevistado J7, relata ao ser questionado: “Eu acho que sim. Tem uma *skin* padrão do jogo que é conhecida como cinzinha, que essa *skin* é do pessoal que não sabe jogar e que não entende do jogo, aí quando alguém com essa *skin* cai na partida, rola um preconceito, dando a entender que a pessoa é ruim, inclusive já aconteceu comigo, é bem ruim” (Pacheco *et al.*, 2023, p. 14-5).

Passes de batalha

Em seguida, temos as *skins* dos passes de batalha que, por si só, pouco representam também. O passe de batalha é um mecanismo de acúmulo de itens a partir de um gasto financeiro aliado à um dispêndio de tempo. Esse mecanismo possui um excelente custo benefício, uma vez que o valor de obtenção do passe de batalha é similar ao valor de um item na loja, contudo, o passe de batalha disponibiliza cerca de 100 itens por temporada. Vale adiantar que os itens disponíveis através do passe de batalha são diferentes daqueles disponibilizados na loja do game.

Antes de explicitar o valor dos itens do passe de batalha é importante destrincharmos seu funcionamento. O primeiro passe de batalha foi lançado em 25 de outubro de 2017 e se encerrou em 13 de dezembro de 2017. Esse recorte temporal é chamado de temporada. Cada temporada tem uma duração aproximada de 2 meses e possui uma história que se conecta com as demais temporadas, de forma a contar a história do jogo. O passe de batalha é o elemento responsável pela marcação das temporadas, de forma que estas giram em torno do passe.

Para exemplificar o funcionamento das temporadas, vamos falar da temporada 4 do capítulo² 2, que trouxe como tema os heróis da *Marvel Comics*. Não só a história do jogo estava centralizada a partir dos heróis e vilões da *Marvel*, como também o passe de batalha era tematizado e disponibilizava itens referentes aos personagens da empresa. Como de costume, a *Epic Games*, desenvolvedora do *game*, disponibilizou um *trailer* de lançamento da temporada ao final da temporada anterior, que contava a história que estava por vir. Abaixo destaco trecho de um artigo escrito por um jogador que conta a história da temporada:

No final da temporada anterior, uma HQ surgiu na tela do passe contando uma história sobre Thor, o Deus do Trovão, chegando ao mundo do jogo e encontrando alguns personagens como o Jonesy, a Bombardeira Estelar e o Miau³. O herói logo percebeu que a estranha energia da ilha estava fazendo com que suas memórias desaparecessem, o que era um verdadeiro perigo: afinal, o Asgardiano viajou até o local para avisar os habitantes da iminente ameaça de Galactus, o Devorador de Mundos! Temendo não ser capaz de parar o vilão sozinho, Thor pede ajuda e Homem de Ferro, Wolverine, Tempestade, Mulher Hulk, Groot, Doutor Destino e Mística são transportados pelo portal Bifrost e chegam à misteriosa Ilha de Fortnite. Começa então a Guerra Interdimensional! #FortniteNexusWar. (Estevam, 2020).

² Os capítulos são outra marcação temporal que conta a história do jogo, porém, eles possuem um tempo de vigência muito mais amplo. Para se ter uma noção, o primeiro capítulo do *game* contou com 10 temporadas e durou 25 meses. As mudanças de um capítulo a outro são muito maiores do que as de uma temporada a outra. As mudanças de capítulo trazem novos mapas – ou retomam mapas antigos – e trazem mudanças significativas na narrativa. É importante aqui destacar que a marcação temporal da narrativa do jogo envolve a contagem de capítulos em primeiro plano e de temporadas em segundo plano, de forma que, para determinar um recorte temporal específico do jogo, os jogadores têm como referencial não o mês e o ano, mas sim, o capítulo e a temporada específicas daquele recorte.

³ Jonesy, bombardeira estelar e miau são personagens do Fortnite, não da Marvel.

Uma temporada nova traz novos rumos para a história do *game*, mas, além disso, traz itens correspondentes à essa história. Na temporada em questão, o passe de batalha trouxe 8 personagens da *Marvel* – como *skins* –, além de trazer equipamentos e gestos referentes à cada personagem. Nesse ponto temos contato com outros tipos de bens de consumo disponíveis no jogo: os equipamentos e os gestos. Contudo, não falaremos deles no momento.

Imagem 2: *Skins* provenientes do passe de batalha da Marvel Comics.



Fonte: Disponível em: <<https://observatoriodegames.uol.com.br/pc/confira-o-passe-de-batalha-da-4a-temporada-de-fortnite-repleto-de-herois-da-marvel>> Acesso em: nov. 2023.

Ademais, como já adiantamos, não basta ao jogador comprar o passe de batalha para desfrutar dos diversos itens. O jogador deve realizar uma grande e demorada escalada de níveis, como também realizar tarefas e atividades que tem como única funcionalidade a liberação destes itens especiais. A cada nível que o jogador ultrapassa, ele conquista um item, seja uma *skin* ou demais itens. O jogador tem à sua disposição 100 níveis que lhe garantem premiações e, no final da temporada, se o jogador completar os 100 níveis, tem acesso ao próximo passe de batalha.

Entendemos o passe de batalha como um mecanismo semelhante a outro, utilizado em jogos do começo dos anos 2010: o *Season pass*, que funcionava como uma expansão aos jogos adquiridos. Em jogos como o *Call of Duty Black Ops 2*, a compra do *season pass* dava acesso ao jogador a todas as futuras expansões da vida útil do jogo. O conteúdo dessas expansões eram itens que somavam utilmente à experiência do jogo, como um mapa ou uma arma, exclusivos a quem adquirisse o *season pass*. Diferentemente do Passe de batalha, este mecanismo também não requer que o jogador realize uma escalada de níveis para conquistar os itens. Basta comprá-lo que os itens estarão garantidos.

O passe de batalha, por sua vez, além de somar gasto financeiro a dispêndio de tempo, não garante que o jogador conquiste todos os itens inclusos. Contudo, a principal diferença que localizamos entre os mecanismos é que o *season pass* dispõe itens funcionais que, a partir de um gasto financeiro, não instrumentaliza o ato de jogar. Por outro lado, o passe de batalha dispõe aos jogadores itens não funcionais, desprovidos de utilidade, itens sem valor de uso, onde seu valor é exclusivamente simbólico. Ao aliar o gasto financeiro e dispêndio de tempo, há um movimento de instrumentalização do ato de jogar, colocando em risco a voluntariedade absoluta do jogo.

É necessário pontuar que, o fato de bens de *games* como *Fortnite* serem essencialmente cosméticos, de forma a não possuírem uma funcionalidade instrumental, não é por acaso. Tanto em *Fortnite*, quanto em outros *games* onde a competitividade é uma característica fundamental, a comunidade não é adepta de itens comercializados que garantem vantagem competitiva àquele que o adquire. Segundo Pacheco *et al.*(2023): “Isso acontece pela cultura da comunidade desprezar a ação de *pay-to-win*, ou seja, pagar para ganhar o jogo, sendo que o sucesso não está baseado na habilidade do jogador, mas sim no investimento monetário”.

No *season pass* é disponibilizado ao jogador utensílios, uma vez que a relação do objeto com o indivíduo é mediada pelo uso, pela prática do objeto (Baudrillard, 2009). De maneira inversa, o passe

de batalha dispõe ao jogador o “objeto puro, privado de função ou abstraído de seu uso” de forma que “toma um estatuto estritamente subjetivo: torna-se objeto de coleção.” (Baudrillard, 2009). Os objetos do *game Fortnite* não são especificados por suas funções, são sim, qualificados pelos indivíduos (Baudrillard, 2009), através de seus valores simbólicos; são classificados a partir de suas representações coletivas que são internalizadas pelos sujeitos.

É necessário dizer que após o período de vigência do passe de batalha não é possível adquirir os itens contidos nele, de forma que são bens exclusivos e disponibilizados num curto espaço de tempo. Assim sendo, itens de passes de batalha muito antigos representam que, aquele que os usa, joga o *game* desde aquele período, de forma que o item é capaz de representar perigo e alta habilidade. Outra ocasião onde itens de passe de batalha são capazes de comunicar perigo é quando um item que requer alto dispêndio de tempo a partir de uma grande escalada de níveis é conquistado com pouco tempo de vigência do passe de batalha. Somente nessas ocasiões é que os itens provenientes do passe de batalha adquirem um certo *status* e comunicam perigo aos demais jogadores que, por sua vez, também internalizam os valores simbólicos dos itens.

Bens provenientes de missões

Existem *skins* e demais itens que são disponibilizados mediante a realização de missões/tarefas. Essa forma de disponibilização de itens não requer gasto financeiro e nem um alto dispêndio de tempo, contudo, para sua obtenção, exige que o jogador realize atividades que, normalmente, não são feitas em uma partida por livre e espontânea vontade. Existem missões que, por exemplo, pedem para o adversário perder propositalmente a partida ao “morrer” em um local específico do mapa. Essas *skins* por si só também não representam muita coisa. O que pode torná-las raras e, portanto, com alto valor comunicativo é se estes itens são de missões muito antigas. O princípio que torna estes itens raros é o mesmo do passe de batalha. Uma vez que são itens

exclusivos a um recorte temporal específico, bens que provêm de missões muito antigas representam que aquele que os usa está no jogo há muito tempo, uma vez que só era possível adquirir o item naquele intervalo de tempo específico – por exemplo, um item proveniente de uma missão do capítulo 1, temporada 2.

Até este ponto observamos um padrão na categorização de *skins* raras e que representam perigo aos adversários. Tanto as *skins* de passe de batalha quanto as provenientes de missões, por si só, pouco representam. Um item adquirido pelo passe de batalha atual, ou então, por uma missão recente, nada significam. Há aqui uma relação direta com o recorte temporal da aquisição dos itens. Contudo, vale adiantar que, para que o uso de um item antigo seja reconhecido como perigoso aos adversários, é necessário que estes tenham conhecimento da origem dos itens e internalizem seus sentidos. Em itens destas categorias já é possível observar que há no jogo, a partir dos itens, um sistema de comunicação. Isto é, os bens são capazes de comunicar, pois são, antes de tudo, símbolos.

Encontramos como principal referência teórica acerca da questão do consumo, e portanto, acerca dos bens, na antropologia do consumo de Douglas & Isherwood (2013) e de Appadurai (2008). Desta forma, consideramos o consumo “algo ativo e constante no nosso cotidiano e nele desempenha um papel central como estruturador de valores que constroem identidades, regulam relações sociais, definem mapas culturais” (Douglas e Isherwood, 2013, p. 8). Partimos, portanto, do entendimento que o consumo é um elemento cultural capaz de revelar símbolos que estão ocultos nos bens, nos objetos, e estes, por sua vez, são capazes de delimitar a classe social do consumidor, seus valores, suas preferências, gostos e estilos de vida. Assim sendo, na medida em que tomamos o consumo como um elemento cultural, negamos as noções de consumo utilitarista, moralista, naturalista e hedonista.

Os enquadramentos explicativos identificados pelos autores acerca do consumo, isto é, as noções utilitarista, moralista, naturalista e hedonista, cada uma a seu modo, excluem a característica primordial dos bens, que é o fato de estes se

constituírem enquanto elementos culturais. Os bens integram o sistema de consumo de forma que a análise separada deles não faz sentido. Para a compreensão do valor simbólico e comunicativo de um bem específico há de se colocar em conjunto com todo o sistema de bens (Douglas e Isherwood, 2013), onde, cada bem, por sua vez, possui uma codificação própria, uma marcação e diferenciação social, assim como também é capaz de integrar membros a uma comunidade.

Em *A sociedade de consumo* (Baudrillard, 1995), temos, a partir de outra perspectiva, o entendimento de que os bens possuem uma significação diversa na medida em que é colocado como parte integrante de um sistema. No caso, o autor está analisando o desenvolvimento de bens essencialmente utilitários que, no momento em que se vinculam de forma a integrar um sistema, correspondem a um estilo de vida. Isto é, mesmo o valor de uso dos bens, na medida em que estes são integrados, correspondem a algo diferente de seus valores de uso próprios.

No caso, o Francês está analisando bens que são voltados à redução do trabalho doméstico, como aspiradores de pó e microondas. A função individual de um microondas, por exemplo, é o de aquecer alimentos, enquanto o de um aspirador de pó é o de limpar a casa. Contudo, uma vez que estes bens integram-se entre si e a outros, como uma máquina de lavar roupa, uma batedeira, uma lava-louças etc. suas funções individuais fazem parte de algo maior, de uma proposta de modo de vida que, ao produzir bens que poupam tempo do trabalho doméstico, o indivíduo teria mais tempo disponível para vender sua força de trabalho. Ao observar individualmente cada item, essa perspectiva não está dada. Separadamente, como dissemos, o microondas se realiza como bem a partir de sua função de esquentar alimento. Individualmente, o microondas corresponde a um utensílio (Baudrillard, 2009). Aliado à uma coleção de bens, seu valor de uso, apesar de não deixar de existir, integra uma proposta de modo de vida que busca alienar cada vez mais o trabalhador.

A partir das perspectivas de Baudrillard (1995, 2009) e Douglas & Isherwood (2013), constatamos que nossas análises acerca dos bens de consumo levam em consideração não somente seus valores individuais, como, principalmente, avaliamos o sistema de objetos que esses itens integram e sua posição nesse sistema. Se Baudrillard (1995) trata de utensílios domésticos que correspondem a um modo de vida, nós entendemos as *skins* e demais itens como objetos “puros” que integram uma ampla coleção que é capaz de expressar várias coisas, dentre elas: as singularidades dos sujeitos, o sistema externo de classificação dos bens, a atribuição de *status* dada aos bens pela comunidade etc. Em suma, entendemos que a coleção de objetos “puros” do *game Fortnite* são elementos indispensáveis para a formação da comunidade como também para a identificação de iguais entre estranhos. O consumo de uma coleção de bens, desta forma, expressa os laços mais ou menos frágeis entre a comunidade.

Consideramos que todos os bens de consumo possuem a virtude e a potencialidade de se metamorfosear em bens colecionáveis. Esta potencialidade exprime o âmagô, a essência dos bens. No momento em que eles se tornam colecionáveis, eles se desnudam da utilidade e deixam explícito que aquilo que os revestia era uma fantasia e que eles são, em essência, símbolos. Neste ponto, o colecionador de Benjamin se mostra esclarecedor:

É decisivo na arte de colecionar que o objeto seja desligado de todas as suas funções primitivas, a fim de travar a relação mais íntima que se pode imaginar com aquilo que lhe é semelhante. Esta relação é diametralmente oposta à utilidade e situa-se sob a categoria singular de completude (Benjamin, 2018, p. 347-348).

O colecionador de Benjamin demonstra que os objetos não são imbuídos somente de valor de uso. Uma xícara, por exemplo, não serve somente para se beber chá, ela era um presente, uma decoração, uma lembrança, um símbolo do Biedermeier (Benjamin, 2018). As coisas não circulam somente na economia, elas são

capazes de fazer circular as relações sociais, elas possuem uma vida social ativa e intensa (Appadurai, 2008).

Observamos que os itens de consumo do *game Fortnite* são desprovidos de utilidade, sendo desde sempre colecionáveis. A utilidade deles está no símbolo, na imagem que representam, na sua capacidade comunicativa. Eles não se escondem na faceta do utilitarismo, eles se apresentam, desde sempre, na sua completude. Essa interessante característica pode tornar ainda mais explícito o que outrora se escondia nos itens, isto é, os valores, os estilos, os gostos, e os sentidos atribuídos a eles por quem os consome. Os objetos nos colocam no centro das relações sociais do jogo, como também, evidenciam como os jogadores se relacionam com o jogo e seus símbolos.

Nos é possível aproximar as concepções de Baudrillard (2009), Benjamin (2018) e Douglas & Isherwood (2013) sobre os bens de consumo, uma vez que todos esses autores partem do entendimento de que os bens não são exclusivamente valores de uso, como são, principalmente, elementos simbólicos constitutivos da cultura, capazes de comunicar os gostos, estilos, preferências, aproximações ou distâncias de certos grupos, assim como também são capazes de representar *status*. Nossa perspectiva teórica acerca dos bens, portanto, parte dessas vertentes, de forma que situamos os objetos como providos de vida social⁴ (Appadurai, 2008).

Ao dizer que as coisas possuem uma vida social não queremos colocar os objetos como bens que autodeterminam seus valores, seus usos e suas práticas sociais. Queremos, ao contrário,

⁴ O autor estabelece a vida social das coisas da seguinte forma: “A troca econômica cria valor; o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas; concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria vínculo entre a troca e o valor é a política, em seu sentido mais amplo. Este argumento, que será elaborado no decorrer deste texto, justifica a tese de que as mercadorias, como as pessoas, têm uma vida social” (Appadurai, 2008, p. 15). Assim, Appadurai estabelece que a vida social das coisas acontece a partir da circulação de bens, pela troca de “sacrifícios”, pois, para adquirir um objeto, é necessário sacrificar outro.

evidenciar que os bens não possuem somente vida econômica e racionalizada, assim como não são única e exclusivamente valores de uso. Isto é, os bens não são apenas instrumentos, meios para fins, mas, também, possuem vida social e simbólica. Quem, por sua vez, dá sentido aos objetos, são os próprios seres humanos, a partir de suas relações históricas com eles. Assim, “embora de um ponto de vista teórico, atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social” (Appadurai, 2008, p. 17). Desta forma, há quase que uma relação dialética das coisas conosco, uma vez que somos nós que atribuímos seu sentido e, a partir deste sentido, as coisas são capazes de mediar nossas relações até que, em certo momento, seu sentido possa ser recodificado.

Tentamos compreender como o consumidor se relaciona com o jogo e identificamos que os itens do *game* são centrais nesta relação. As *skins* são capazes de ampliar a experiência do jogador, na medida em que lhe permite se colocar na pele de uma personagem que o mesmo se identifica, de forma a ampliar a evasão da realidade. Contudo, como vimos, a forma de obtenção destes itens, muitas vezes, instrumentaliza o ato de jogar, na medida em que, para adquiri-los, é preciso realizar uma série de atividades que não seriam feitas normalmente, por vontade própria. Assim, observamos que, por mais que os itens sejam “inúteis” – no melhor sentido do termo –, sejam símbolos materializados, a forma de obtê-los utilitariza a ação de jogar, torna o jogar um meio para um fim e não mais um fim em si mesmo, uma realidade autônoma, independente e voluntária.

Bens vendidos na loja do game

Avançando na exposição dos tipos de itens e suas formas de obtenção, chegamos naqueles que consideramos possuírem um sistema de classificação mais complexo, os itens provenientes da loja. Na loja do *game* é possível comprar todos os tipos de itens,

inclusive as *skins*. Vale ressaltar que os itens de passe de batalha ou de missões não ficam disponíveis na loja. Os itens da loja são classificados em categorias de raridade, indo do comum, passando por incomum, raro, épico, lendário e, tendo como tipo de item mais raro, o mítico.

A loja do *game* é atualizada a cada 24 horas, de forma a trocar os itens ali disponíveis por outros, não necessariamente novos. Assim sendo, os itens que estão na loja são rotativos e a frequência com a qual eles aparecem não corresponde ao nível de raridade dele. Por exemplo, o item que há mais tempo não aparece na loja, tendo sua primeira e única aparição em 2018, é da categoria incomum. Desta forma, nos é possível concluir que a frequência de aparição e a distância temporal desde a última aparição não são o que determinam o *status* do item, diferentemente dos itens de passe de batalha e de missões. A categoria de um bem atribuída pelo jogo é menos importante que o *status* que a própria comunidade dá ao item. Há, portanto, além de uma classificação interna, uma classificação externa dos itens, e é esta que nos interessa, uma vez que é ela que organiza e classifica os *status* dos itens para a comunidade.

A classificação interna de raridade dos itens também se expande para itens de jogo. Aqui é importante adiantar que não existem somente os itens colecionáveis, que, ao adquirir, o jogador terá sempre à sua disposição. Existem também os itens de jogo, como as armas e poções regeneradoras. Esses itens são encontrados no decorrer da partida e só podem ser usados nela. Essa classificação, por sua vez, se refere à qualidade dos itens disponíveis na partida. Se um jogador encontra uma arma x da categoria incomum, contudo, já possui a mesma arma x da categoria rara, a arma que o jogador já está em posse é de qualidade superior àquela recentemente encontrada. Aqui é importante também ressaltar que, no início da partida, os jogadores não possuem nenhuma arma, de forma que eles separam o começo da partida para procurar equipamentos, preferencialmente os mais raros, pelo mapa. Os itens de jogo, portanto, possuem uma

classificação que garante sim vantagem aos jogadores, contudo, não são itens que se pode adquirir permanentemente.

Voltando à loja, a forma de aquisição dos itens lá disponíveis é exclusivamente a partir de um gasto financeiro. Estando um item disponível na loja, qualquer um pode comprar, seja um jogador principiante ou um experiente. Esse elemento será importante em outro momento. Para adquirir um item da loja o jogador deve, antes de tudo, comprar o dinheiro do jogo, chamado de *V-Bucks*. Para adquirir 1.000 *V-bucks*, o consumidor deve gastar R\$25; 2.800 *V-bucks*, R\$62; 5.000 *V-bucks*, R\$98; por fim, 13.500 *V-bucks* vão custar R\$246. Em 15/11/2023, a loja possuía itens que iam de 500 *V-bucks* até 2.400 *V-bucks*. Uma *skin* costuma valer entre 800 e 2.000 *V-bucks*, de forma que vai custar ao jogador entre R\$20 e R\$50, sendo que o valor de cada *skin* varia de acordo com a classificação interna de raridade.

As *skins* que ficam disponíveis na loja, como dissemos, podem ser itens novos ou mesmo antigos, desde que não sejam provenientes de passe de batalha ou missões. O *game*, devido a sua popularidade, consegue realizar parceria com inúmeras empresas e personalidades do mundo *pop*, de forma a disponibilizar desde personagens de HQ's – como é o caso da *Marvel Comics* – até pessoas reais do universo *pop*, que são disponibilizados como *skins* nas lojas. Além destas figuras, advindas do mundo *pop*, o game também conta com *skins* de seu próprio universo. Alguns exemplos de personalidades do mundo *pop* que viraram *skins* no game são: Neymar Jr.; LeBron James; Ariana Grande; DJ Marshmello; Travis Scott; Will Smith etc. Esses personagens recebem uma classificação interna diversa das já colocadas. Todas essas figuras do mundo real são colocadas, pelo jogo, como “*icon series*”.

Vale adiantar que algumas *skins* do mundo *pop*, principalmente, as personalidades do mundo real foram lançadas a partir de algum evento dentro do jogo. Os músicos Travis Scott, Marshmello e Ariana Grande fizeram shows dentro do jogo para promover o lançamento de seu pacote de itens, que incluía uma variedade de *skins* de cada personalidade. No pacote havia também picaretas, gestos, paraquedas, cartões de visitas e camuflagem para armas.

Alguns elementos devem ser considerados para avaliarmos a classificação externa de cada um desses itens. O fato de Ariana Grande e Travis Scott serem músicos do mundo real, e, portanto, dividirem a categoria “*icon series*” não os faz ter o mesmo valor para a comunidade. Por mais que a *skin* da Ariana Grande custe 2.000 V-bucks e a do Travis Scott apenas 1.500, o rapper possui um *status* mais elevado do que a cantora *pop*. A partir deste exemplo nos é possível constatar que não é o custo financeiro que garante o *status* de um item. A classificação externa desses itens é diversa, por mais que a interna seja a mesma. Enquanto Travis Scott é da categoria “*Try Hard*”, Ariana é uma *skin* comum.

Por que Travis é considerado uma *skin* de categoria mais elevada que Ariana Grande? A quantidade de aparições do item na loja é um dos motivos, contudo, não é o principal. Travis Scott esteve disponível na loja por 7 dias seguidos em abril de 2020, no seu lançamento. O cantor nunca mais voltou à loja desde então. Ariana Grande, por sua vez, teve 37 aparições desde seu lançamento. Dessa forma, sim, a quantidade de aparições é um fator a ser considerado para que uma *skin* seja vista como *Try Hard* pelos oponentes. Contudo, não basta o item ter aparecido poucas vezes, pois, se a comunidade não gostou dele, não será considerado valioso. No caso do cantor estadunidense, ele não só apareceu poucas vezes, há muito tempo, de forma a indicar que o jogador é experiente, como, principalmente, agradou muito a comunidade, que aguarda ansiosamente pelo seu retorno à loja.

Imagem 3: Skin de Ariana Grande



Fonte: Disponível em: <<https://www.fortnite.com/news/fortnite-presents-the-rift-tour-featuring-ariana-grande?lang=pt-BR>> Acesso em: nov. de 2023.

A *skin* de Travis Scott, diferentemente da de Ariana Grande, aparece com poucas cores e poucos acessórios, de forma a chamar menos a atenção em uma partida. As *skins try hard*, ou então, *pro*, levam esse nome, pois são usadas por jogadores profissionais ou semi-profissionais, que são conhecidos na comunidade do *game*. Esses jogadores acabam escolhendo esse tipo de *skin*, pois, em uma partida, são mais difíceis de serem vistos, de forma que lhes garante uma certa vantagem por conseguirem se esconder dos adversários mais facilmente. O seguinte trecho extraído de Pacheco *et al* (2023) detalha alguns motivos que fazem um jogador escolher uma *skin* em detrimento de outra, de forma que observamos motivações estéticas e de utilização da *skin*.

O entrevistado J10 declara: “[...] Além da aparência, o tamanho das skins me influencia, pois, por exemplo, as skins masculinas são maiores e atrapalha na jogabilidade, as femininas são menores e mais fáceis de jogar.” Já o jogador entrevistado J12, relata: “...Sim, pois quando a skin é feia eu nem penso em comprar ela (risos)”

Imagem 4: Skin de Travis Scott no Fortnite.



Fonte: Disponível em:

<<https://www.fortnite.com/news/astronomical?lang=pt-BR>> Acesso em: nov. 2023.

A partir do momento em que os jogadores profissionais e outras figuras importantes na comunidade, como *streamers*, utilizam alguma *skin*, há uma grande possibilidade de ela ter seu *status* e valor simbólico elevado, tornando-se algo semelhante ao que Appadurai (2008) chamou de bens de luxo, sendo estes descritos não como opostos às necessidades, mas como “bens cujo uso principal é retórico e social, bens que simplesmente são símbolos materializados” (Appadurai, 2008, p. 56). Além desta definição, o autor coloca alguns elementos que definem um bem como sendo luxuoso, sendo:

Os traços distintivos deste registro, em relação às mercadorias, são alguns dos ou todos os seguintes atributos: (1) restrição, quer por preço ou por lei, a elites; (2) complexidade de aquisição, que pode ou não ser uma função de "escassez" real; (3) virtuosidade semiótica, isto é, a capacidade de assinalar, com legitimidade, complexas mensagens sociais (como a pimenta na culinária, a seda no vestuário, as jóias em ornamentos e relíquias em atos de culto); (4) um

conhecimento especializado como pré-requisito para serem usados "apropriadamente", isto é, regulamentação pela moda; e (5) um alto grau de associação entre seu consumo e o corpo, a pessoa e a personalidade (Appadurai, 2008, p. 57).

Itens como Travis Scott atendem a pelo menos um desses atributos, principalmente os atributos 1 e 3. Entendemos que a restrição é a principal característica de um item luxuoso, seja no game ou mesmo no mundo ocidental. É a partir da restrição que um bem se torna acessível a um grupo específico de pessoas. No capitalismo a restrição de bens de luxo – de forma a garantir que apenas as pessoas que correspondam ao *status* do bem o consuma – acontece de forma monetária: apenas pessoas com grandes recursos financeiros conseguem adquirir uma peça da Balenciaga, por exemplo. Se todos conseguem acessar tal mercadoria, ela deixa de representar luxo, tornando-se um bem comum. Um bem é capaz de comunicar que quem o usa detém de muito dinheiro, quando, para acessá-lo, é necessário despende um alto valor.

Assim sendo, entendemos que a forma de restrição de um bem corresponde à virtuosidade semiótica do mesmo. Sendo um produto que tem seu luxo garantido pela restrição monetária, a mensagem social que este item passa é de que aquele que o usa detém uma fortuna considerável. O item de luxo é um marcador social, ele separa as pessoas em grupos. No capitalismo, os bens de luxo separam as pessoas em grupos econômicos. Porém, isto não significa que todos os bens de luxo em todas as comunidades são marcadores econômicos.

Como vimos na comparação entre a *skin* de Travis Scott e a de Ariana Grande, não é a questão monetária que eleva o *status* da *skin* do Rapper. Isto é, a restrição não é monetária. Assim sendo, as *skins* e demais itens do Fortnite não representam marcadores econômicos; as classes de itens e de jogadores não são econômicas. Não sendo através do dinheiro, como então que os bens de luxo, como Travis Scott, alcançam seu *status*? Em outras palavras, qual a

forma de restrição que os itens “*try hard*” utilizam para garantir seu acesso somente àqueles que representam o *status* do bem?

Em itens provenientes de missões e passes de batalha, a restrição é temporal. Um jogador só consegue acessar um item de um passe de batalha antigo se, naquela época, ele já fosse jogador do game. Contudo, como acontece a restrição com os itens da loja, uma vez que todos podem reaparecer? O que garante que, se a *skin* do Rapper voltar à loja no dia de amanhã, somente àqueles que são de fato jogadores muito habilidosos e experientes adquiriram-na? Uma vez na loja, todo e qualquer jogador pode adquirir uma *skin*, não há uma restrição de níveis que garanta o acesso somente aos mais habilidosos. Estando disponível para compra, tanto um jogador que acabou de baixar o jogo e nunca soube nada sobre ele, quanto um jogador experiente, estão habilitados a comprar qualquer item.

A resposta está na correspondência entre restrição e virtuosidade semiótica. No momento em que o *status* de *skins* como Travis Scott se associam à experiência do jogador, à sua habilidade, se associam também ao tempo em que esta pessoa está vinculada à comunidade. Uma vez que alguém que acabou de instalar o jogo, dificilmente será habilidoso, também é verdade que esta pessoa dificilmente estará eficientemente integrada à comunidade, de forma a conhecer seus valores, símbolos e sistemas semióticos de comunicação.

Em outras palavras, no *game* em questão, a restrição que garante o *status* é uma restrição de integração social, ou, melhor dizendo, uma restrição acerca do envolvimento do jogador com a comunidade, uma restrição de conhecimento do sistema semiótico próprio da comunidade. Um jogador iniciante não seria capaz de distinguir quais itens representam habilidade e quais não. Todos os itens da loja lhe seriam indiferentes. É possível que, por um apelo estético, por uma identificação do jogador com o item, ou mesmo pela classificação interna dos itens – que por vezes coincide com a classificação externa –, um iniciante adquira um bem de luxo. Trata-se, nesse caso, de uma exceção. É importante destacar que,

mesmo que isso aconteça, o bem de luxo não será capaz de exaurir seu valor simbólico, sua virtuosidade semiótica, uma vez que aquele que o usa não internalizou seu sentido.

Cabe pontuar que as categorias externas não são imutáveis. Uma vez que sua classificação se dá a partir das interações entre os indivíduos, da moda determinada por grandes personalidades do universo, os valores atribuídos aos bens não são eternos. Um item muito valorizado pode perder seu valor se, por exemplo, por um acidente, jogadores inexperientes tiverem acesso a ele, ou então, se alguma modificação gráfica do jogo alterar a cor do item ou a forma como ele se camufla nos ambientes. Por outro lado, bens que são pouco valorizados, caso personalidades importantes do universo, como *streamers* famosos, comecem a usá-lo – independentemente do motivo que levou o *influencer* a utilizar o bem –, podem subir de categoria. Assim compreendemos que, assim como em outras comunidades e em outras esferas da vida, os bens de *Fortnite* também podem perder ou ganhar valor simbólico – de forma a demonstrar que os bens possuem também vida social, pois, na medida em que mediam relações e não são categorias imutáveis, movimentam as relações sociais.

O interacionismo simbólico da Escola de Sociologia e Antropologia de Chicago é uma teoria que caminha no sentido de nossa análise do estado mutável dos bens, uma vez que os valores simbólicos destes são dados a partir das interações sociais – que, por sua vez, também não são imutáveis e herméticas, mas dinâmicas e complexas. O trecho abaixo, extraído da apresentação à edição Brasileira⁵ da obra *Sociedade de esquina* é capaz de exprimir nosso uso do interacionismo simbólico.

O ponto fundamental do interacionismo é que o estudo da ação social lida com as interações entre os indivíduos, vistos não como mônadas isoladas, mas como sujeitos ativos, atuando dentro de redes e grupos sociais, num processo contínuo de mudança e

⁵ Escrito por Gilberto Velho.

reinvenção social. Assim, opõe-se a modelos teóricos mais estáticos, nos quais os indivíduos desempenham papéis predefinidos dentro de uma estrutura social abrangente, e a mudança social quase sempre aparece como disruptiva (Foote-Whyte, 2005, p. 11).

Assim, caminhando no sentido de nossa orientação metodológica, entendemos que, um dos elementos que orienta a ação de um jogador, integrado à comunidade, de adquirir um item especial no *game fortnite* é, em essência, que este item é capaz de comunicar aos demais jogadores de que ele conhece o sistema simbólico coletivo, de que ele é um igual. Em outras palavras, os itens de consumo são capazes de materializar a integração de um membro à sua comunidade. O sentido aqui é semelhante ao consumo de roupas de banda, por exemplo. No momento em que dois estranhos se trombam, utilizando uma roupa da mesma banda, há um sentimento de pertencimento, de integração entre duas pessoas que nunca se viram. Assim sendo, os itens de consumo são a cola que une dois desconhecidos que se identificam como iguais apesar de suas diferenças. Em suma, adquire-se um item na tentativa de se integrar aos demais, na tentativa de se comunicar com estranhos.

O trabalho de Pacheco *et al.* (2023) nos traz algumas outras possíveis motivações ao consumo de itens digitais. Uma das orientações ao consumo dos bens objetiva a externalização da identidade do sujeito. O *game*, ao possuir mais de 1600 *skins*, proporciona aos jogadores uma ampla gama de personagens, de forma a aumentar a possibilidade de identificação do jogador para com a *skin*. Isto é, na medida em que o game oferece uma infinidade de itens, é muito provável que cada jogador encontre uma que represente seus gostos, estilos e personalidade.

Como já mencionamos, um dos motivos de um jogador adquirir um bem digital se refere tanto à distinção social, uma vez que o uso de um item pode ser um marcador de *status*, quanto de identificação social, uma vez que os itens podem garantir reconhecimento entre pares, de forma que se reconheçam como

igualmente membros da comunidade. Contudo, o trabalho de Pacheco *et al.* (2023), na medida em que esteve possibilitado a realizar entrevistas, conseguiu trazer informações diretas dos jogadores a respeito da identificação social. Em seguida, portanto, consta trechos de entrevistas que nos servem também:

O entrevistado J3, quando questionado – a respeito do consumo de itens através da motivação de identificação social –, disse: “Participo de um time casual de Fortnite, não é competitivo. Chegamos a comprar uma vez e jogamos algumas partidas com *skin* igual para atrapalhar os outros jogadores” (Pacheco *et al.*, 2023, p. 14).

Desta forma, a partir da resposta do jogador ao entrevistador nos é possível constatar que o processo de identificação social acontece em dois sentidos. O primeiro – e o que constatamos com nossa pesquisa – é o de se mostrar como um igual a desconhecidos, na medida em que, a partir do uso de uma *skin* ou demais itens, o jogador comunica aos demais que internalizou o sistema simbólico do jogo e que faz parte da comunidade. O segundo sentido do uso de itens para a identificação caminha no sentido da resposta do jogador, se referindo, portanto, a uma identificação planejada entre membros de um “clã”, a fim de estes se reconhecerem entre si. O uso neste sentido se assemelha ao uso de uniformes em times de futebol, tanto profissionais quanto amadores. Isto é, os jogadores de um mesmo clã utilizam de itens iguais ou semelhantes a fim de não apenas se identificarem entre si, como também, de se distinguirem dos demais jogadores do *game*.

Por fim, a última motivação que damos destaque é o presente. Em nossas observações, pudemos presenciar trocas de presentes que se assemelham ao conceito de dádiva (Mauss, 2003), uma vez que há uma obrigação, mesmo que velada, de retribuir o presente. Contudo, a partir das entrevistas de Pacheco *et al.* (2023), o caráter dos presentes se mostra diverso do conceito de dádiva, onde se presenteia para motivar amigos a jogar, ou então com o intuito de

consolá-los. O trecho abaixo, extraído de entrevistas de Pacheco *et al.* (2023) demonstra este segundo caráter dos presentes:

O entrevistado J5, ao ser questionado se já havia presenteado alguma pessoa e qual foi o motivo de tal presente, relata: “Já. Comprei para uma amiga, pois ela não estava muito a fim de jogar e foi para motivar ela voltar a jogar”. Já o entrevistado J10 conta: “Já, comprei pra um amigo para dar de presente, pois gosto de presentear quem eu gosto.” O entrevistado J8, ao qual também foi realizado a mesma pergunta, disse: “Já, para um amigo, foi uma picareta que era rara na época e que todo mundo falava dela, acabei comprando pro meu amigo, pois ele não tinha condições e dei de presente pra ele” (Pacheco *et al.*, 2023, p.13).

A partida e os demais itens

Neste breve tópico iremos descrever o que é uma partida de *Fortnite*. O *game* pertence a uma categoria que está em alta nos últimos anos, o *Battle Royale*. Os jogos desta categoria compartilham de diversas características estruturais. As partidas acontecem da seguinte maneira: Dezenas de jogadores sobrevoam uma ilha que, lentamente, está sendo contaminada por algum tipo de toxina. Ao sobrevoarem, os jogadores devem pular – de paraquedas – no lugar onde, estrategicamente, optarem ser o melhor lugar para começar a partida. Cabe adiantar que no início da partida uma área pequena do mapa está contaminada, de forma que boa parte do local está disponível para os jogadores *droparem*⁶.

⁶ *Dropar* é o termo utilizado pelos jogadores que se refere ao ato de pular de paraquedas em determinado local. Ainda no avião, os membros de uma equipe debatem onde vão *dropar*, analisando o mapa, vendo onde os adversários estão *dropando* e calculando as possibilidades de melhor *loot*. *Loot* é outro termo usado pela comunidade que se refere ao ato de buscar por itens dentro da partida, como armas e materiais de construção.

Imagem 5: Jogador pulando de paraquedas.



Fonte: Disponível em: <<https://www.ligadosgames.com/como-cair-fortnite/>> Acesso em: nov. 2023.

Após terem escolhido onde vão *dropar*, os jogadores dedicam o início da partida ao *loot*, isto é, à procura de armas, poções de cura, curativos e ferramentas que melhoram suas armas. Além disso – e esta é uma característica exclusiva do *Fortnite* –, os jogadores também vão em busca de materiais de construção como madeira, pedra e tijolos. No início de uma partida, os jogadores têm em mãos somente uma picareta, que serve, justamente, para a coleta destes materiais. Ao destruir casas, árvores e pedras com sua picareta o jogador adquire os materiais que constituem a construção/paisagem, de forma que ele pode reutilizá-los para construir esconderijos e rampas que lhe colocam no alto. A construção é uma característica muito importante do *Fortnite* e faz parte da rotina de treinos tanto de profissionais quanto de amadores.

Imagem 6: Picareta Fortnite.



Fonte: Disponível em <<https://www.dfg.com.br/pt/fortnite/todos-passes-cap1-um-full-22-skins-de-loja-97-picaretas-918162749>> Acesso em: nov. 2023.

Imagem 7: Jogador de Fortnite construindo rampa.



Fonte: Disponível em: <<https://www.ligadosgames.com/fortnite-construcao/>> Acesso em: nov. 2023.

É necessário ressaltar que existem estratégias tanto de construir, quanto na aquisição de materiais, pois, primeiramente, o jogador, ao realizar essas tarefas, não pode se expor. A destruição de construções causa barulho que pode atrair outros jogadores e a construção de rampas, pontes, paredes e torres pode indicar visualmente sua posição no mapa.

Depois do *drop* e do *loot*, os jogadores estão aptos a se enfrentarem. A proposta de jogos da categoria de *Battle Royale* consiste na eliminação contínua de adversários de forma a, na medida em que o mapa está sendo contaminado e a área habitável, tornando-se cada vez menor, sobram poucos jogadores no final da partida. Ganha a partida o último sobrevivente.

Cabem mais algumas palavras acerca da contaminação do mapa. No início da partida é indicado um círculo branco que garante a área livre de contaminação. No começo do jogo, muitos jogadores *dropam* para fora do círculo, pois a área fora dele não está imediatamente contaminada. O jogo dispõe de um tempo para que a área fora do círculo seja preenchida de toxinas, tornando-se mortal. Desta forma, a toxina vai avançando lentamente no mapa. Quando o tempo de preenchimento da área exterior ao círculo completar, o mesmo diminui e há uma nova contagem de preenchimento de sua área externa. Assim, aos poucos, a área habitável do mapa vai se reduzindo, de forma que, no final da partida, o círculo diminui a distância entre os jogadores, obrigando-os a se enfrentarem. No final da partida as habilidades de construção são muito importantes, pois, estando tão próximo de um adversário, o jogador com melhores habilidades de construção pode se colocar acima e obter uma visão privilegiada de seu oponente. A imagem abaixo representa a mudança do círculo. O espaço roxo é a área inabitável, a parte externa do círculo branco representa a área que vai ser contaminada nos próximos minutos e a área interna do círculo branco é a área que será habitável mesmo após a expansão das toxinas.

Imagem 8: Mapa do game representando mudança do círculo.



Fonte: Disponível em:

<<https://www.apptuts.net/tutorial/android/fortnite-android-dicas-mandar-bem/>> Acesso em: nov. 2023.

Aproveitando o espaço, neste tópico apresentamos outros dois bens digitais além das *skins*, que são as picaretas e os paraquedas. Esses itens, assim como as *skins*, são cosméticos, e, portanto, não funcionais. Se o jogador não adquiri-los não terá prejuízos, pois o jogo disponibiliza versões *default* desses itens. A forma de obtê-los é idêntica às *skins*, isto é, é possível adquirir na loja, no passe de batalha ou através de missões. Tais itens também possuem uma classificação interna e externa, contudo, por muitas vezes, o que orienta os jogadores ao consumo de tais bens é se eles combinam com a *skin* utilizada. O trecho extraído de Pacheco *et al.* (2023) demonstra, a partir de uma entrevista, o que aqui dizemos:

O entrevistado J7, quando questionado se havia algum personagem que se dedicasse bastante, e se realizou alguma compra para este avatar por conta desta dedicação ou identificação relata: “Tenho, o Ômega, me sinto especial jogando com ele. Já comprei uma picareta que era de outro personagem, porém vi que não combinava com o meu e comprei uma outra para ele” (Pacheco *et al.*, 2023, p. 11).

Além das *skins*, picaretas e paraquedas, outro item bem comum e que movimenta bastante o mercado do jogo são as “dancinhas”, ou, então, os gestos. No momento em que o jogador compra um determinado gesto ele pode utilizá-lo em todo o momento do jogo, não apenas na partida. Estando no *Lobby*⁷, por exemplo, o jogador pode – e vai – utilizar todos os gestos à sua disposição. Alguns destes são danças comemorativas de jogadores de futebol, como é o caso da comemoração de gol do jogador francês Antoine Griezmann – sendo um gesto da *icon series*. O *game* também importou muitos gestos que ficaram populares no *Tik Tok*. Em 2019, o jogo contava com 260 danças, o que deve ter aumentado exponencialmente em comparação ao presente momento.

Picaretas e paraquedas – apesar de possuírem classificações advindas da comunidade e, portanto, podendo representar que o jogador que a usa é *Try-Hard* – dificilmente vão intimidar um oponente, uma vez que são bens pouco usados na partida. Seu valor simbólico, como relatamos, está mais associado à união destes itens com a *skin*, de maneira a formar um conjunto. Identificamos, portanto, que o bem de consumo primordial do *game* são as *skins*. Contudo, o segundo item mais importante do *game*, com grande valor simbólico e comunicativo, são justamente as danças.

As danças, por serem itens extremamente expressivos e gestuais, possuem alto grau de identificação com o jogador. Contudo, além do valor da dança para aquele que a usa, ela também possui valores comunicativos. Nas danças, além da categoria *try-hard*, temos a categoria “tóxica”. As danças tóxicas são aquelas que debocham do adversário abatido, sendo usada sob de seu “corpo” morto. Uma dessas danças é a “choradeira”, onde o *avatar* do jogador chora em tom irônico, de forma a dizer para o adversário “chorar mais”. A dança *icon series*, do jogador

⁷ Espaço pré-jogo onde os personagens do time aparecem e se movimentam pela tela.

Griezmann, é também uma das danças mais tóxicas do game, uma vez que chama o adversário derrotado de *loser*.

Referências

APPADURAI, Arjun. (Org.). **A Vida Social das Coisas: As Mercadorias Sob uma Perspectiva Cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. P. 11-121.

Ariana Grande. 2023. Disponível em: <https://fnbr.co/outfit/ariana-grande>. Acesso em: 27 nov. 2023.

AZEVEDO, Ricardo. **Como cair bem e rápido no Fortnite: Battle Royale**. Disponível em: <https://www.ligadosgames.com/como-cair-fortnite/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Vol. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. pp. 346-359.

Bring Back The Original Default Skins To Fortnite. Disponível em: <https://www.change.org/p/epic-games-bring-back-the-original-default-skins-to-fortnite>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CANTAGESSO, Nicolas. **Confira o Passe de Batalha da 4ª temporada de Fortnite, repleto de heróis da Marvel**. 2020. Disponível em: <https://observatoriodegames.uol.com.br/pc/confira-o-passe-de-batalha-da-4a-temporada-de-fortnite-repleto-de-herois-da-marvel>. Acesso em: 27 nov. 2023.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

EQUIPE FORTNITE. **Fortnite apresenta... Turnê da fenda com Ariana Grande.** 2021. Disponível em: <https://www.fortnite.com/news/fortnite-presents-the-rift-tour-featuring-ariana-grande?lang=pt-BR>. Acesso em: 27 nov. 2023.

EQUIPE FORTNITE. **Fortnite e Travis Scott apresentam: astronomical.** Astronomical. Disponível em: <https://www.fortnite.com/news/astronomical?lang=pt-BR>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ESTEVAM, Rodrigo. **Fortnite | Temporada 4 chegou hoje ao Battle Royale.** 2020. Disponível em: <https://playreplay.com.br/fortnite-temporada-4-marvel-lancamento/?amp>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FOOTE-WHYTE, William. Sobre a evolução da Sociedade de esquina. In: **Sociedade de Esquina: Estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Sara. **Aprenda como construir bem em Fortnite: Battle Royale.** Disponível em: <https://www.ligadosgames.com/fortnite-construcao/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PACHECO, A.; BORBA, L. V.; VIEIRA DA SILVA, K. **Por que os jogadores de Fortnite compram itens virtuais cosméticos: implicações para a gestão de marketing.** Caçador (SC), Brasil, v. 12, n. 2, p. e3148-e3148, 2023. DOI: 10.33362/visao.v12i2.3148. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/3148>.

***Fanfictions* e o processo de escrita on-line: um olhar direcionado à plataforma spirit fanfics e histórias**

Milena Guerrero Bannwart

Introdução

O desenvolvimento do mundo *on-line* pode ser compreendido como uma das, senão a mais marcante, característica de nosso século, onde o surgimento de novas redes sociais e de ferramentas que implementam tecnologia em atividades diárias se tornam elementos fundamentais de nossas vidas. Essa expansão tecnológica contemporânea seria como uma quebra com a concepção do mundo virtual, sendo como uma realidade separada de nossa existência cotidiana enquanto “vidas reais”, agora, o *on-line* pode ser entendido como tipo de experiência diretamente entrelaçada a todas nossas atividades mais mundanas, tornando-se uma extensão do indivíduo e, dessa maneira, possibilitando novas formas de expressão dentro desse novo espaço.

Pierre Lévy (1994) apresenta o desenvolvimento do espaço cibernético como um possibilitador de novas ferramentas de comunicação, diferenciando-se completamente dos tipos apresentados pela mídia clássica popular. A interatividade proporcionada pelo campo *on-line* seria, então, como um catalisador para novas formas de compreensão e compartilhamento de informações. A imediata transformação das informações apresentadas acarreta também na transformação de cada indivíduo em emissor em contraste a seu papel, antes fixo, como receptor de cada informação, vinculada às mídias tradicionais como a imprensa ou a televisão.

A transformação de mero indivíduo para emissor de informações e ideias no campo das redes seria mais que um desdobramento da tecnologia na vida cotidiana, uma vez que tal

mudança possibilitaria que experiências e situações que, anteriormente, eram vistas como restritas e individuais agora pudessem ser compreendidas e assimiladas por variados sujeitos em suas mais variadas formas de viver. Isso aponta, por sua vez, para o caráter de desenvolvimento social como grande fator, em que os meios de expressão e absorção de conteúdos midiáticos, bem como os próprios conteúdos produzidos, passam por inúmeras mudanças viabilizadas pela subjetividade e capacidade interpretativa dos sujeitos *on-line*.

A aproximação dos sujeitos em tal contexto se originaria através da similaridade. Estando presentes em suas atividades diárias e em suas opiniões e interpretações, tais trocas trazem a chance de trocas ainda mais profundas, podendo variar entre interesses pessoais até características culturais mais particulares que refletem sua capacidade subjetiva de absorver e reproduzir dados. O cenário virtual então, sendo entendido enquanto campo que origina relações interpessoais, se articula com o surgimento de novas culturas e meios de expressão resultantes das colaborações distintas existentes entre indivíduos ligados por interesses ou vivências em comum.

Desta maneira, com a chance de uma pessoa poder se expressar dentro do ambiente virtual, estabelecendo contato com outros que também expressam suas opiniões e interpretações de maneira livre, formando uma comunidade baseada na troca e no dinamismo, proporcionado por tais laços, o trabalho tem como foco central analisar as *fanfictions*, enquanto campo de troca entre fãs. Buscamos refletir sobre como tal tipo de mídia constitui trocas entre jovens, bem como as mesmas se desenvolveram junto com os avanços de nossa sociedade. Desta forma poderemos, enfim, analisar uma plataforma, direcionada especificamente ao contato de fãs, que publicam e escrevem obras inspiradas em seus ídolos e peças midiáticas favoritas, refletindo sobre o funcionamento de tais plataformas que reforçam a noção de pertencimento dentro do universo das *fanfics*.

***Fanfiction*s: de sua origem até sua ascensão virtual**

As ficções, por definição, seriam obras onde o autor apresenta ao público sua leitura original, inspirada pela realidade, onde cenários, situações e personagens seriam como releituras de situações diárias em uma forma de expressão artística. A ficção não estaria limitada a um espaço-tempo ou dimensão única, ela contém em si a possibilidade de apresentar um tipo de realidade completamente novo e inesperado, criando mundos e seres que partem da mente de seus criadores como elementos que configurem uma história. Dessa forma, quando nos referimos ao processo de criação de uma ficção, é possível notar como as possibilidades e os caminhos para os quais uma história pode seguir são infinitos, assim como as interpretações e ideias do autor para com os eventos e elementos que compõem seu universo, tais características dão originalidade às obras e fazem com que fãs das mesmas nasçam, porém, tais fãs também tem suas próprias percepções e contribuições, são em tais contribuições e na vontade de se preencher lacunas ou de estender discussões que as ficções de fãs surgem.

As fanfics são uma maneira de os fãs continuarem conectados com determinada obra ou personagem, dando vazão ao seu direito de interferir e mudar a história conforme os seus gostos pessoais. (Xavier, 2015, p. 8)

Antes que as *fanfiction*s pudessem chegar ao cenário *on-line*, onde tomaram força e se tornaram conhecidas mundialmente, essa forma de escrita começou a ganhar certo espaço na década de 1960, período em que, segundo Vargas (2005), a série televisiva “Jornada nas Estrelas”, criada pelo Gene Roddenberry, encontrava-se no auge de sua popularidade, capturando a atenção de inúmeras pessoas que passaram a se identificar como fãs da obra. Os fãs da série, então, usavam de seus episódios, personagens, entre outros elementos, variados como fonte primária para desenvolverem suas

próprias histórias, histórias essas que eram produzidas com inúmeras intenções, como o interesse de intensificar o arco de algum personagem, ou até como forma de criar uma realidade alternativa para algum enredo da série original, sendo veiculadas através de *fanazines*, revistas feitas por fãs para fãs. “O primeiro *fanzone* a trazer *fanfics*, servindo como uma espécie de ‘marco histórico’, foi o norte-americano Spockanalia, dedicado à série de TV ‘Jornada nas Estrelas’” (Lucio, 2009, p. 2).

As *fanazines* seriam então a primeira forma das *fanfics*, sendo um primeiro passo para a organização e apresentação da escrita que conhecemos hoje. Através delas, fãs podiam encontrar versões alternativas de episódios ou de personagens que gostariam que tivessem mais espaço, essa troca também resultava na troca direta de um fã para com o outro, possibilitando então a criação de uma comunidade, comunidades que atualmente são conhecidas como *fandoms*, sendo estas que inicialmente se reúnem pelo interesse em comum em algum ídolo ou obra em específico, mas que ultrapassam tais elementos, resultando em uma comunidade com traços e estética própria, diferenciando-se de outros grupos de fãs e atuando como uma rede de apoio para seus membros.

Atualmente, a noção de *fandom* ainda se faz presente, porém, assim como as *fanfics*, em um formato mais moderno. Com a chegada da internet, as *fanfiction* passaram a se configurar em *blogs*, que eram criados por um usuário em específico para que apenas suas obras e seus interesses fossem postados. Porém, para que mais fãs pudessem ser encontradas, foram se desenvolvendo *sites*, voltados especialmente às ficções de fãs, onde inúmeros escritores, fãs das mais variadas mídias e artistas, pudessem se encontrar em um só espaço. O surgimento da plataforma Fanfiction.net (<https://www.fanfiction.net/>), no ano 1998, serviu como base fundamental para que outros *sites*, voltados ao compartilhamento e veiculação de histórias criadas por fãs continuassem nascendo. Como um dos pioneiros na criação e compartilhamento dessa leitura pelas redes, o *Fanfic.net* também se mostrou relevante no ano de 2009, ao se tornar o maior e mais popular site de *fanfics* no

mundo, com mais de 1,3 milhões de usuários e com mais de 30 idiomas. A partir daí, inúmeros outros *sites* passaram a surgir, sempre mantendo a publicação e leitura de obras como prioridade, mas não se limitando apenas a isso.

Com o caráter dinâmico das *fanfictions* atuando como um de seus pilares centrais, os *sites* voltados a esse tipo de publicação também passam a apresentar modalidades de funcionamento mais distintas, de forma a estimular o contato entre fãs além da escrita e leitura de histórias, mas também como meios de desenvolverem laços e até mesmo de receberem informações voltadas aos livros, séries, filmes e artistas que acompanham e que atuam como fontes de inspiração.

Escrever e ler *fanfiction* não é apenas algo que você faz; é uma forma de pensar criticamente sobre a mídia que você consome, de estar consciente de todas as suposições implícitas que um trabalho canônico carrega, e de considerar a possibilidade de que aquelas suposições poderiam não ser as únicas existentes. [...] Quando os fãs de Jornada nas estrelas publicaram Spocknalia, eles não estavam apenas descobrindo uma nova forma de contar histórias. Eles estavam nos ajudando a lembrar uma forma bastante antiga. (Grossman, 2017, p. 13-14).

Sendo assim, com tais características fundamentais das *fanfictions* sendo apresentadas, torna-se interessante refletir sobre como cada *site* entende e interpreta como as mesmas devem ser organizadas e apresentadas ao público, mas especificamente aos fãs que buscam encontrar uma plataforma com a qual se identifiquem e que possam utilizar para criar relações com outros fãs. Entre variadas plataformas, a investigação utiliza o *site* Spirit Fanfics e Histórias (<https://www.spiritfanfiction.com/>) para que possamos compreender sua origem e como o mesmo entende o universo em que está inserido.

***Spirit Fanfics* e histórias e sua função social**

Segundo o *blog* Observatório do Audiovisual, a plataforma surgiu no início dos anos 2000, mais especificamente em 2001, sendo criada por Túlio Henrique. Desde seu surgimento, a mesma passou por inúmeras atualizações, sendo uma delas a mudança de seu nome, que em 2003 era *Anime Spirit* e dez anos depois, passou a adotar a nomenclatura atual, já que a própria plataforma compreendeu que seus usuários e interesses iam além do universo dos animes.

Esse dinamismo referente aos fãs e a suas produções, também se relacionando a conceituação de Scolari (2018), que entende que

os jovens fazem com os *media*, considerando-os *prosumers* (produtores + consumidores) capazes de partilhar e gerar conteúdos midiáticos de diferentes tipos e níveis de complexidade (2018, p.4).

Logo, o próprio público teria uma função chave para a construção da própria plataforma que habita, onde seus interesses são reconhecidos e adicionados ao *design* do *site*, que vai evoluindo e seguindo as tendências e interesses de seus acessantes e crescendo junto com eles.

Ao que se refere a própria concepção da plataforma sobre si, somos apresentados à história do surgimento do *site* e também a suas intenções. Ao entrarmos na aba “Sobre”, vemos como o próprio *site* apresenta as *fanfics*, sendo uma ferramenta de escrita e leitura, refletindo sobre noção convencional de educação, e pontuando também como as *fanfictions* se desenrolam enquanto um grande fenômeno social, notando o impacto que tais histórias deixam em seus usuários, bem como o impacto que os próprios usuários deixam nas obras em que se inspiram e que produzem, marcas registradas do processo de leitura e escrita.

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados [...] Toda história da leitura supõe, em seu princípio,

esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor (Chartier, 1998, p. 77).

A própria plataforma aponta para si como sendo um espaço para a autopublicação de livros, *fanfics* e histórias originais, reforçando a perspectiva da autopublicação enquanto possibilidade de que qualquer pessoa possa criar e publicar sua obra sem estar necessariamente vinculado a uma editora ou formato de mídia tradicional. Porém, o *site* apresenta a chance de que autores não tradicionais também possam compor o mercado editorial tradicional, exemplificando ao apresentar nomes de alguns autores que iniciaram suas trajetórias como escritores de ficções para fãs. Alguns deles são: Cassandra Clare, autora da obra *Instrumentos Mortais*; Erika Leonard James, autora da obra *Cinquenta Tons de Cinza*; e Anna Todd, autora da obra *After*. Todas as obras citadas se tornaram livros, ganhando também adaptações para o cinema.

O impacto social das *fanfictions* enquanto gênero literário também é pontuado ao explicitar como muitos jovens que nunca tiveram a possibilidade de ler um livro antes, ou que nunca se viram no papel de um autor, conseguiram superar tais barreiras ao entrar em contato com o *site*, onde, por meio do contato com obras de formatos e temáticas variadas, puderam experienciar a leitura e a escrita de maneira completamente inovadora. Tudo isso enquanto também desenvolvem e reforçam laços com outros usuários, mais uma vez pontuando o aspecto da comunidade como característica chave para o desenvolvimento de tal escrita. A noção de troca, onde um fã apoia o outro e também aprende com ele, também se faz presente ao notarmos que o *site* disponibiliza aulas de gramática, voltadas a auxiliar jovens autores a desenvolver sua capacidade de escrita, mas não se limitando somente a eles, já que qualquer pessoa, ao realizar o acesso na plataforma, também pode acessar tais lições, o que traz um certo impacto positivo quando paramos para refletir sobre o fato de que as *fanfics*, em sua maioria, são desenvolvidas por jovens que,

muitas vezes, ainda se encontram na escola e utilizam da criação de obras inspiradas em suas mídias favoritas como ferramenta para um maior e melhor desempenho acadêmico.

Tais aulas são desenvolvidas e publicadas pelos membros da plataforma, que ao atuarem como administradores e embaixadores, têm uma maior liberdade dentro da plataforma para realizar a publicação de aulas, avisos, entre outras funções. Os membros da equipe se dividem, o que traz mais uma vez a noção de que a plataforma e o universo de fãs como um todo sempre é constituído por uma pluralidade. Uma vez que cada membro traz consigo uma bagagem pessoal que reflete em sua atuação, tais fatores dão maior profundidade ao *site* no sentido que reforçam como as comunidades de escritas e leitura de fãs não se restringem a traços engessados, pontuando também como os conhecimentos e experiências de cada indivíduo ajudam a configurar uma rede de trocas e de perspectivas, onde cada membro da comunidade tem em si um papel especial e que não deve ser ignorado, o que fortalece a noção de pertencimento a que as *fanfictions* estão ligadas.

Nesse sentido, ao citar as informações disponibilizadas pela própria plataforma, bem como o caráter diversificado do público que consome e produz as *fanfics*, é interessante elucidar como ambos os pontos se entrelaçam, de maneira que as *fanfictions* são entendidas então como um campo de expressão da criatividade e também como um tipo de espelho, onde jovens autores e leitores utilizam de tal espaço como meio para tratar de suas experiências de forma mais realista. A comunidade lgbtqi+, por exemplo, utiliza a criação de histórias como uma alternativa para quebrar padrões heteronormativos, buscando criar uma mídia capaz de tratar assuntos como relacionamentos homoafetivos e até mesmo debater sobre questões pertinentes à comunidade, de forma a trazer uma noção de representatividade, além de viabilizar debates e esclarecer questões para aqueles que não fazem parte da comunidade e não tem contato ou compreensão dos desafios que a mesma tem que enfrentar.

Logo, é interessante notar como a plataforma Spirit busca pontuar e trazer tanta luz para as *fanfics* como algo além da escrita e leitura, buscando entender e apresentar tal gênero como um espectro muito mais vasto, que repercute no indivíduo e na sociedade como um todo, mais uma vez elucidando como os pilares que compõem as ficções de fã são muito mais complexos do que aparentam ser em uma primeira vista.

Categorias, gêneros e tags: auxiliares de leitores e autores

Entre os mecanismos que auxiliam na organização da plataforma estão presentes na separação das obras através de três esferas: as categorias, os gêneros e as *tags*, onde cada um pode ser entendido e utilizado de forma independente, mas atuam de maneira muito mais eficaz quando juntos. Cada uma das esferas tem como função auxiliar tanto autores quanto leitores a caracterizar e filtrar as obras que vão se direcionando. No caso dos autores, tais esferas ajudam a delinear seus trabalhos, esclarecendo sua visão sobre a própria obra para os possíveis leitores que a encontrarão, e no caso dos leitores, os mesmos utilizam tais ferramentas para uma busca mais direcionada sobre o exato tipo de obra que estão buscando acessar.

Para compreender como tais ferramentas se apresentam, primeiramente temos que compreender como elas são definidas. As categorias seriam então um campo mais geral, sendo apresentadas no *site* com a função de separar as fontes de inspirações para as *fanfictions*, englobando, principalmente, o universo a que a narrativa está inserida. A aba de categorias conta com 13 tópicos, divididos em ordem alfabética, variando entre animes e mangás e indo até figuras da internet, o que reforça mais uma vez como as ficções de fã seguem tendências e suas personalidades ao passo que as mesmas vão surgindo. Nesse sentido, as categorias são interessantes pela perspectiva de que novas obras e universos sempre estão surgindo e se desenvolvendo. Assim, novas categorias sempre estão nascendo,

denotando as inspirações quase que infinitas das quais os fãs podem utilizar, principalmente quando, ao acessar uma categoria, são apresentados a personagens, obras e artistas diversos que se aplicam a categoria selecionada, reforçando mais uma vez a infinidade de fontes de inspiração.

Após as categorias, os gêneros são uma classe um pouco mais restrita, ao passo que auxiliam as categorias selecionadas a se enquadrar em um determinado perfil de gênero narrativo, como aventura, horror, entre outros. Dentro do *site*, os gêneros estão organizados por 36 tópicos, sendo apresentados em ordem alfabética para auxílio no momento da busca. É notável pontuar que assim que o usuário acessa a categoria de sua escolha e chega até o campo de gêneros, o mesmo pode definir tanto os gêneros que gostaria de acessar, bem como pode delimitar os gêneros que não gostaria de encontrar durante a filtragem, o que aponta para um resultado de busca muito mais preciso quando levamos em conta que o leitor também pode escolher se quer encontrar apenas obras já finalizadas ou em andamento dentro da plataforma.

Por fim, as *tags*, são como as *hashtags* utilizadas nas redes sociais, sendo uma ferramenta que ajuda tanto autores e leitores a terem uma busca ainda mais específica das obras que estão procurando, apresentando características marcantes de uma *fanfic* em especial. Por sua especificidade, as *tags* se separam em até 331 páginas, onde o próprio *site* apresenta, em ordem alfabética, duas caixas de busca, em que uma se volta a *tag* que o usuário tem em mente, e outra em que o mesmo pode separá-las por tipo de conteúdo, como por exemplo: membros da plataforma (usuários como autores e leitores), listas de leitura, criadas por outros usuários da plataforma, entre outros aspectos.

Tais meios de organização de histórias dentro da plataforma apresentam aos usuários uma certa confiança no momento em que realizam suas buscas, no sentido que os mesmos sabem que não estarão limitados e poderão recorrer a até três tipos de filtros que são tão mutáveis quanto o próprio acessante, sempre seguindo com novas tendências e adicionando novos universos e formas de

expressão ao catálogo da plataforma, se adequando aos processos midiáticos e como os fãs reagem aos mesmos. Pereira (2012, p.3) aponta para tal questão, informando que “...as inovações tecnológicas que surgem a todo instante favorecem o surgimento de novos gêneros”.

O controle de escolha oferecido pela plataforma auxilia seus acessantes de maneira que os mesmos sentem que realmente estão no controle de suas obras. No caso dos autores, ao estarem inseridos em uma plataforma que não só os estimula, mas que também apresenta e oferece inúmeras ferramentas e mecanismos que os ajudem a se desenvolverem como escritores, proporcionando também incontáveis fontes de inspiração através de outras publicações e também, possibilitando pontes entre uma pessoa e outra, de modo que se construa uma atmosfera colaborativa entre sujeitos, eles começam a desenvolver um senso de confiança em si e em suas criações. Já para com os leitores, a possibilidade de interação direta com criadores, onde seus *feedbacks* (Alencar; Arruda, 2017) e comentários são realmente notados e levados em consideração para o crescimento de uma obra em particular, bem como a possibilidade de acessar realidades e vivências com as quais nunca teve contato anteriormente também reforçam uma noção de importância e pertencimento dentro de sua comunidade, possibilitando até que, aqueles que nunca se viram capazes ou em posição de tentar, tornem-se autores por si mesmos.

Dessa maneira, o *site*, por meio de tais ferramentas e ao reforçar a noção de pertencimento daqueles que acessam e daqueles que atuam ativamente em sua organização, valida o processo de escrita e de autopublicação, apresentado as *fanfictions* como uma porta de entrada para um universo de inúmeras possibilidades, sejam elas no campo acadêmico, profissional, social e até mesmo emocional e psicológico, onde o desenvolvimento da expressão e do indivíduo em sua essência é possibilitado através do exercício de construção de um novo mundo carregado de traços

peçoais e complementado pelas interpretações de terceiros, o que acarreta em uma complexidade extensa para tal gênero literário.

Considerações finais

Com a figura dos *prosumers* desenvolvida por Scolari (2018) já apresentada anteriormente, notamos como a mescla de papéis originada pelo avanço tecnológico impactam campos distintos e variados de nossas vidas, de modo que o virtual é tão real quanto o que materializamos com nossas próprias mãos em trocas diretas com outros indivíduos. O virtual/real agora se dá também por meio da possibilidade de se encontrar e dividir experiências com pessoas que, mesmo estando do outro lado do globo, compartilham e se identificam com nossos interesses, proporcionando um estado de união único, resultante do exercício da leitura e da escrita.

A transformação do indivíduo se traduz em todas as esferas de seu ser, seja na noção individual e criativa, que é estimulada pela atuação da escrita e da leitura como meios de expressão de pensamentos e ideias externalizados ao mundo, como em sua construção enquanto membro de uma comunidade e ser social, que ao pertencer ao grupo, contribui para o mesmo com suas particularidades e também absorve as características dos outros, aprimorando a si mesmo. Dessa forma, a investigação da plataforma Spirit Fanfics e Histórias, bem como a contextualização desse gênero literário, apontam para um perfil colaborativo extremamente marcante, de forma que o próprio *site* pauta inúmeras vezes a importância da comunidade e da troca como motor que propulsiona seu funcionamento.

A importância da comunidade, o estímulo ao contato com o outros e as ferramentas internas de *sites* que resultem em uma experiência confortável e agradável para seus usuários são chaves com valor imensurável para que a manutenção das *fanfics* siga ocorrendo. Sem elas, o próprio gênero perde os atributos com os quais é configurado atualmente, onde

[...] não se trata apenas de escrever histórias sobre personagens e mundos existentes – é escrever essas histórias para uma comunidade de leitores que já querem lê-las, que querem conversar sobre elas e que podem estar escrevendo, também. (Jamison, 2017, p. 49).

O destaque do leitor/autor dado pela plataforma Spirit e as ferramentas de suporte que disponibiliza para que jovens autores possam buscar refinar sua escrita e a própria organização interna do *site*, constituída por membros que atuam de maneiras distintas para o funcionamento geral do *site*, trazendo seus conhecimentos e vivências diárias para somar com os demais, reforçam como o universo de fãs e as obras desenvolvidas pelos mesmos fogem completamente de qualquer tipo de mídia com a qual estamos habituados. Reduzir o ato da escrita de fãs, inspirados por uma obra antecessora, ao simples ato de recontar uma história é uma atitude limitadora, que não abarca o estilo de escrita livre a que estão atreladas, uma vez que o exercício de inspiração, de reconstrução de um universo ou expansão de um personagem vão além da reprodução de determinadas características, mas sim de um processo de captura de uma essência que origina algo completamente novo e intimamente ligado ao autor que o desenvolve.

[...] uma escrita que continua, interrompe, reimagina ou apenas faz alusão a histórias e personagens que outras pessoas já escreveram. [...] Fanfiction é uma velha história. Literalmente, claro: fanfiction pega uma velha história de outra pessoa e, discutivelmente, a renova, ou a refaz, ou simplesmente faz mais dela, porque o fan writer ama tanto aquela história que quer que ela continue. Só que fanfiction também é uma velha história no sentido que as pessoas já vêm fazendo isso desde [...] o primórdio dos tempos. Retrabalhar uma história existente, contar histórias de heróis já conhecidos, foi o modelo de autoria até muito recentemente (Jamison, 2017, p. 31-32).

Portanto, a *fanfiction* é um ato de escrita, de troca e de introspecção extremamente rico e profundo, que acompanha, ao

passo que também reflete, o período em que estamos vivendo, possibilitando a construção de universos pessoais que se tornam coletivos à medida que mais pessoas surgem para somar, interpretar e agregar tais cenários através de suas colocações, o que só se torna possível através de um veículo que comporte tais tipos de interações, sem restringir e as impulsionando constantemente. Logo, a análise de *sites* que se voltem a desenvolver tais tipos de interação é extremamente necessária para que possamos refletir sobre como tal fenômeno de desdobra e se transforma em nossa sociedade, ao mesmo passo em que também a transforma.

Referências

ALENCAR, Daniele Alves; ARRUDA, Maria Izabel Moreira. Fanfiction: uma escrita criativa na web. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 88-103, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12037/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

ALVES, Elizabeth. Um estudo sobre Fanfiction: a leitura e a escrita no ambiente digital. **Revista Eventos Pedagógicos** v.5, n.1 (10. ed.), número especial, p. 38- 47, jan./maio 2014.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad.: Reginaldo Camello Corrês de Moraes. [São Paulo]: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, [1998]. 160 p.

FANDOM. In: **Cambridge Dictionary**, 2020. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fandom/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GOMES, Ailton; DOI, Renato Kenji de Carvalho. **Fanfics de representatividade**. 2015. Disponível em: <http://www.usp.br/claro/index.php/2018/09/02/fanfics-derepresentatividade/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

GROSSMAN, Lev. Apresentação. *In*: JAMISON, Anne. **Fic**: por que a fanfiction está dominando o mundo. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017. p. 11-14.

JAMISON, Anne. **Fic**: por que a fanfiction está dominando o mundo. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.

LÉVY, Pierre. A emergência dos Ciberespaços e as mutações culturais. *In*: PELLANDA, N. M. C.; PELLANDA, E. C. (Org.). **Ciberespaço**: um hipertexto com Pierre Lévy. Porto Alegre: Artes e Ofícios, p. 13-19, 2000.

LUCIO, L. **Fan films e cultura participatória**. 2009. p. 2. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/31261976/fanfilmseculturaparticipatoria.libre.pdf?1392270637=&response-content>. Acesso em: 17 jul. 2024.

PEREIRA, Sandro. **Top 5 lições de vida de How I Met Your Mother**. Cinecom, 11 de fev. de 2022. Disponível em: <https://www.jornalismo.ufv.br/cinecom/top-5-licoes-de-vida-dehow-i-met-your-mother/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SCOLARI, C. **Literacia transmedia na nova ecologia mediática** – Livro Branco. Barcelona: European Union Funding for Research & Innovation, 2018.

Spirit Fanfiction. **Blog Observatório da Qualidade no Audiovisual**. Disponível em: <https://observatoriodoaudiovisual.com.br/blog/spirit-fanfiction/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

VARGAS, M. L. B. **O fenômeno fanfiction**: novas leituras e escrituras em meio eletrônico. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 2005.

XAVIER, Carolina Schulz. **Leitores e escritores de fanfics de Harry Potter**: Uma observação através do site fanfiction.net. 2015. 80 f. Monografia - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

Parte 2

Resistências

**Governança algorítmica:
normatividade, efeitos e resistências possíveis**

Gabriel Scudeller de Souza

Os ombros suportam o mundo

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
Tempo de absoluta depuração.
Tempo em que não se diz mais: meu amor.
Porque o amor resultou inútil.
E os olhos não choram.
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
E o coração está seco.
Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.
Ficaste sozinho, a luz apagou-se,
mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.
És todo certeza, já não sabes sofrer.
E nada esperas de teus amigos.
Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
Teus ombros suportam o mundo
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda.
Alguns, achando bárbaro o espetáculo,
prefeririam (os delicados) morrer.
Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.
Carlos Drummond de Andrade

Origens da governança algorítmica

Ao me sentar em frente ao notebook para começar a escrever este ensaio, abro o *Google* para pesquisas e, de plano, percebo como estamos todos, neste século, envoltos às tecnologias algorítmicas. Isso porque o *site*, antes mesmo de indicar possíveis *links* de resultados para a pesquisa elaborada, apresenta uma espécie de síntese do que se busca encontrar como resposta. Essa síntese traz, como primeiro destaque, a informação “Visão geral criada por IA”.

Em seguida, uma nova pesquisa – para então descobrir o que seria essa nova ferramenta – onde encontro no *link* de Ajuda da Pesquisa do *Google* (On-line) o seguinte:

O recurso ‘visão geral criada por IA e mais’ é um experimento do programa Search Labs que permite conferir Visão geral criada por IA em mais pesquisas do *Google* e oferece acesso a outros recursos de IA generativa na Pesquisa.

Estamos, então, sujeitos a experimentos diversos, entre eles este que pretende definir os resultados de buscas várias por meio de um resumo feito por uma inteligência artificial. A partir de então, me questiono: qual saber é proporcionado por uma ferramenta de inteligência artificial que indica o retorno de pesquisas a partir de uma síntese feita pelo algoritmo? Em outras palavras, qual saber produzimos a partir da tecnologia algorítmica? Aqui deixo de falar em primeira pessoa para conferir um mínimo de criticidade científica ao papel proposto. Para tanto, é importante retornar ao ponto de desenvolvimento dessas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) que, no século XXI, promoveram mudanças paradigmáticas nos âmbitos econômico, político, social e jurídico. Voltando ao pós-Segunda Guerra Mundial, é latente o desenvolvimento de tecnologias preditivas, capazes de identificar parâmetros a partir de correlações de um número grande de dados, o que foi visto como

uma ferramenta que auxiliaria na governança social. (Castells, 2020; Mattelart, 2002).

Neste mesmo momento, uma nova forma de condução de corpos e condutas – de governamentalidade, no léxico foucaultiano (2008) – se consolidava: pela formação de uma política de moldura a partir do renovado papel institucional a ser exercido pelo campo jurídico – para dar legitimidade ao exercício do novo soberano, o mercado – e também pela formação de uma subjetividade comprometida com o ideal de concorrência absoluta entre os sujeitos de interesses – para materializar a teoria do capital humano – sedimentaram-se as bases de desenvolvimento da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

A ideia de promoção de uma sociedade de especialistas, capaz de gerenciar de forma imparcial, porque orientada pela ciência e, assim, livre de interesses outros que não o progresso e livre desenvolvimento encontra, nas TICs, o dispositivo capaz de propiciar essa governança de forma neutra, a partir dos números, ou seja, dos algoritmos. (Mattelart, 2002).

O que se está a encarar é uma nova racionalidade que se instaura com características próprias, ao mesmo tempo em que reforça o ideal neoliberal. Trata-se da governamentalidade algorítmica, conceito desenvolvido por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2015).

No artigo intitulado *La gouvernamentalité algorithmique: radicalisation et stratégie immunitaire du capitalisme et du néolibéralisme?*¹Antoinette Rouvroy (2016) defende que a governamentalidade algorítmica é a continuidade do capitalismo, confirmando que a técnica algorítmica caminha ao encontro dos processos de gerencialização dos diversos setores, favorecidos pela quantificação operada pelos números.

Ou seja, na perspectiva foucaultiana da governamentalidade, após uma crise de legitimação do sistema capitalista, outra

¹ Tradução livre: “Governamentalidade algorítmica: radicalização e estratégia imune do capitalismo e do neoliberalismo?”.

governamentalidade surge para novas conformações com o modo de governo liberal. É neste sentido a clara afirmação de Sérgio Amadeu da Silveira (2019, p. 109): “O desenvolvimento e a criação das tecnologias da informação, a partir do último quarto do século XX, ocorreu em um cenário neoliberal.”

O diagnóstico é seguido, também, por Shoshana Zuboff (2020), para quem o ambiente de desregulamentação propiciou o surgimento de tecnologias algorítmicas que prometiam – e ainda prometem – satisfazer as angústias individuais de uma dificuldade de compreensão das escolhas e objetivos autobiográficos, dando origem ao capitalismo de vigilância.

Por outro lado, a governamentalidade algorítmica produz subjetividades muito específicas, eis que fragmentadas em dados brutos, retirados de contextos coletivos, apresentando-se como imanente à própria realidade, infinitamente calculável e flexível, limitando-se a conduzir as relações de dados que dão origem aos perfis algorítmicos.

Com isso, se verifica a formação de uma nova norma estatística que, ao mesmo tempo, possibilita a condução coletiva e individualizada de condutas, numa simbiose de tecnologias disciplinares que faz aumentar consideravelmente a capacidade de controle e vigilância atuais.

Dito de outro modo, apesar de desenvolvida e catalisada por mecanismos de saber-poder da racionalidade neoliberal, no novo milênio as TICs plataformizadas e fomentadoras da economia da atenção (Lemos, 2023) proporcionam uma outra norma estatística liberada do homem médio, vez que permitem uma vida dataficação (Lemos, 2021) diante da hipersegmentação de ofertas e desejos, numa modulação de subjetividades cada vez mais eficaz, conforme se amplia o big data.

En conclusion, la gouvernamentalité algorithmique serait à la fois une radicalisation et une stratégie immunitaire du capitalisme et du néolibéralisme qu’elle « purifie » ou « expurge » de tout ce qui pourrait les mettre en « crise », c’est-à-dire les interrompre ou les faire bifurquer

: le monde lui-même (remplacé purement et simplement par les flux numériques), la vie (dans ce qu'elle a d'intempestif comme la naissance, d'interruptif comme la mort), les sujets (capables de réticence – de ne pas faire tout ce dont ils sont capables – et de fabulation susceptibles de faire bifurquer le cours des choses). Que la gouvernementalité algorithmique (processus d'optimisation pure) soit sans monde, sans vie, sans sujets indique à suffisance qu'elle est inhabitée et inhabitable : c'est en fonction de cela, et de l'impératif de sauvegarder – pour nous-mêmes mais aussi pour tout ce qui vit aujourd'hui et qui vivra demain – un monde habitable, qu'il importe d'en limiter l'extension²(Rouvroy, 2016, p. 35-36).

É preciso compreender esse ponto: embora a governamentalidade neoliberal tenha sido o terreno sobre o qual se desenvolveu a tecnologia algorítmica, no século XXI, esta encontrou, na otimização de seu funcionamento, modos de subjetivação para além do sujeito neoliberal.

A governamentalidade algorítmica atua sobre relações e processos, não se preocupando muito com individualidades, desde que tudo possa ser captado, correlacionado e retornado como perfil algorítmico. Eis a síntese do processo de dominação atual.

Há, na governamentalidade algorítmica, uma prática redutora de possibilidades diversas de subjetivação, dificultando espaços de produção de outras formas de vida para além da estatística

² “Concluindo, a governamentalidade algorítmica seria ao mesmo tempo uma radicalização e uma estratégia imune do capitalismo e do neoliberalismo que “purifica” ou “expurga” tudo o que poderia colocá-los em “crise”, ou seja, interrompê-los ou fazê-los bifurcar-se: o próprio mundo (substituído pura e simplesmente pelos fluxos digitais), a vida (em sua natureza inoportuna como o nascimento, sua natureza interruptiva como a morte), os sujeitos (capazes de relutância – de não fazer tudo o que são capazes – e de fabricação suscetível de mudar o curso das coisas). Que a governamentalidade algorítmica (puro processo de otimização) seja sem mundo, sem vida, sem sujeitos indica suficientemente que é desabitada e inabitável: em função disso, e do imperativo de salvaguardar – para nós – o mesmo, mas também para tudo o que vive hoje e viveremos amanhã – um mundo habitável, é importante limitar a sua extensão.” (Rouvroy, 2016, p.35-36). Tradução livre.

algorítmica (saber), através da qual os sujeitos são interpelados pelos dispositivos de poder.

A subjetividade, porém, se constrói dentro de processos não fechados e pouco definidos, o que implica na necessidade de construção de outras realidades distintas daquela imposta pelos perfis algorítmicos. Daí a necessidade de se procurar por outros espaços de subjetivação e quebrar as forças de dominação do modelo de governança atual.

Para melhor compreender a normatividade do século XXI, passa-se a analisar suas características principais: (i) os três tempos de produção da governamentalidade algorítmica; (ii) a produção de uma norma estatística distinta do padrão médio; e (iii) seu modo de governo das relações.

Posteriormente, serão analisadas as consequências que produzem esse sistema de governo algorítmico para, por fim, apresentar reflexões sobre as resistências possíveis.

Uma governança algorítmica: funcionamento, nova norma estatística e governo das relações

É importante compreender a forma de funcionamento da governamentalidade algorítmica a partir de seus três tempos: a) coleta de dados, b) tratamento de dados e c) produção de perfis algorítmicos, conforme apresentam Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2018).

O primeiro tempo da governamentalidade algorítmica é a reunião massiva de dados (*dataveillance*) e a constituição das bases de dados (*datawarehouses*): é a coleta e a conservação automatizada de uma grande quantidade de dados que constituem o big data. Tais dados são provenientes de fontes diversas e até mesmo fornecidos espontaneamente pelos titulares. Tudo é capaz de se tornar uma informação relevante e, por isso, tudo deve ser capturado.

O segundo tempo é conhecido como tratamento de dados (*datamining*) para a produção de um novo tipo de conhecimentos: de forma individualizada, emergem correlações que constituem

um saber estatístico e probabilístico, afastado do padrão médio da estatística tradicional.

Ou seja, a partir dos dados brutos colhidos e armazenados, retirados de contexto, procede-se à correlação entre tais dados, de forma indutiva, livre e heterogênea, por meio da atuação algorítmica³. Tal processo solicita o mínimo de intervenção humana, dispensando também toda e qualquer formulação prévia de hipóteses, o que implica numa nova forma de conhecimento.

Por fim, o terceiro e último tempo da governamentalidade algorítmica é a ação sobre os comportamentos, através dos perfis algorítmicos (*profiling*): o uso dos saberes estatísticos e probabilísticos se dá de forma antecipada sobre os comportamentos individuais, pela formação dos perfis.

Essa sistemática de funcionamento aparenta uma certa objetividade, pois parece evitar qualquer forma de poder e de discriminação, já que leva em consideração o que é particular de cada indivíduo para formar os perfis através dos quais se dará a feição normativa, que busca manipular comportamentos pela intervenção ambiental.

Ocorre, aqui, um distanciamento entre o indivíduo e o perfil algorítmico pelo qual aquele será julgado. Tal processo gera a chamada dupla estatística⁴, que possibilita a governamentalidade algorítmica operar normativamente através dos perfis elaborados, e não diretamente sobre os indivíduos em si. Aqui surgem os perfis de crédito, de criminosos, de educandos etc.

Para facilitar a compreensão, Antoinette Rouvroy (2012) cita como exemplo o benchmarking, técnica neoliberal de avaliação que traduz objetos e situações em números, permitindo a avaliação por meio da quantificação, que permite comparar os méritos e as necessidades. Assim, para a autora, é uma estratégia perfeitamente

³ Como exemplo, o *machine learning*, em tradução livre, “aprendizado de máquina”, que significa que a própria máquina, em si, desenvolve formas de aprender a partir de uma base de dados pré-apresentada.

⁴ Shoshana Zuboff chamará de “torção topológica” para tratar sobre o mesmo processo de produção de duas realidades: uma “real” e a outra “digital”.

articulada com o devido processo, diferentemente da governamentalidade algorítmica que não permite a produção de uma média estatística, mas de um perfil hipersegmentado de cada sujeito, impossibilitando o processo de crítica sobre a norma então formatada.

Ou seja, para a governamentalidade algorítmica, tanto o indivíduo não adaptado ao modelo neoliberal de desempenho, quanto aquele que repercute esse modelo de sujeito apresentarão dados – informações – relevantes por meio dos quais se formará um perfil algorítmico individualizado, através do qual se dará a atuação normativa algorítmica, concedendo privilégios ou conferindo sanções sem a necessidade de se exigir um comprometimento ético ou moral deste sujeito algoritimizado.

Ao contrário da governamentalidade neoliberal, que depende do sujeito de desempenho, na governamentalidade algorítmica parece não haver qualquer preocupação com o indivíduo e suas escolhas, desde que tudo seja monitorado, transformado em dados, posteriormente correlacionados para o surgimento do saber probabilístico formador do perfil digital, através do qual o sujeito sofrerá os efeitos do poder.

Na consolidação dessa racionalidade algorítmica, há uma aparente individualização da estatística, relacionada à segmentação que promete identificar os indivíduos de acordo com o perfil automaticamente a eles atribuído, evolutivo em tempo real.

Isso é possível pois, contrariamente a outras formas de estatística, o datamining não pressupõe, nem reforça ou invalida qualquer hipótese, mas apenas aparece como uma forma agnóstica, pragmática, altamente operacional e eficaz de estruturar, antecipadamente, o possível campo de ações de corpos. Assim, transparece uma feição inofensiva e universalmente válida de tornar o mundo significativo, a partir dos dados correlacionados que traduziriam a realidade.

Percebe-se que a dupla estatística – perfil algorítmico – possibilitará também uma ação normativa sobre os corpos, mas diante do afastamento que se opera entre sujeito e perfil digital, a

eficácia desse controle é mais sutil, o que sobreleva a dificuldade de resistir à sua dominação.

Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2010) ressaltam que a inteligência e eficiência desses dispositivos é diferente da arte de governo disciplinar de Foucault (2008) (pastorado, razão de Estado, polícia ou liberalismo), pois confirma a radical distinção entre modos de produção de conhecimento e modos de exercício de poder, já que há um novo modo de governar a partir da prevenção e orientação de comportamentos humanos: da descrição para a prescrição e, tão logo, para a manipulação.

O real se torna o possível, as normas antecipam, de forma imanente, o possível como sendo este a melhor resposta – já dada – pelos dados brutos colhidos, armazenados, correlacionados e normatizados para normalização de comportamentos, com pouco espaço para falhas ou crises.

Desta feita, a governamentalidade algorítmica instaura um novo modo de governança, porque se apresenta como uma nova forma de racionalidade – dos números, estatística e probabilística, preditiva de comportamentos, imanente ao real – posta em prática pelas novas TICs.

Neste sentido, Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2015, p. 115-116) conceituam governamentalidade algorítmica como:

um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, a agregação e a análise automatizada de dados em quantidade massiva, de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis⁵.

Por assim ser, o que ocorre na governamentalidade algorítmica é um deslocamento do foco do objeto de governo: não

⁵ Os autores apresentam a ideia de uma racionalidade (a)normativa ou (a)política para ressaltar a característica da suposta neutralidade ou imparcialidade desse modo de governamentalidade, uma vez que os perfis algorítmicos surgem a partir do real sem qualquer viés humano envolvido.

mais os indivíduos⁶, mas sim as relações, ou seja, os dados transmitidos são relações e subsistem apenas enquanto relações; os conhecimentos produzidos são correlações de relações (correlações entre os dados); as ações normativas decorrentes dos conhecimentos produzidos são, também, relações sobre relações (são relações sobre as correlações sobre os dados).

Esse modo de operação estatístico leva a uma rarefação do processo de subjetivação, pois, por meio dos dados infraindividuais insignificantes colhidos, armazenados e tratados, alimentando a governamentalidade algorítmica para criação de perfis algorítmicos supraindividuais, tem-se um modo de criação normativo que não interpela o sujeito, nem o convoca para a reflexividade, porque se preocupa apenas com a dupla estatística – com a realidade digitalmente criada – para produção de efeitos de poder.

A tendência que se apresenta no governo algorítmico é de compreensão da vida social como uma vida orgânica onde as adaptações não ocorrem a partir de deslocamentos – negatividades –, mas sim uma vida preocupada com o campo de ação do futuro a partir do possível presente, numa espécie de realidade aumentada que projeta para frente a memória (do futuro)⁷.

A esse governo algorítmico corresponde uma relação particular com o sujeito feita de evitação. A figura central do liberalismo, o sujeito unitário dotado de compreensão e vontade, não é mais o objeto do governo, uma vez que aquele governa diretamente os vislumbres parciais de existências individuais. O objetivo continua a se produzir um comportamento regular, previsível, mas as ferramentas da racionalidade algorítmica não se destinam a estimular diretamente os indivíduos a obedecer à lei, mas a afetá-los, num estágio pré-consciente, se possível antecipando o que poderiam ser ou fazer de acordo com seus perfis digitalizados.

⁶Contrariando a racionalidade neoliberal, que carrega consigo um aspecto ético-moral.

⁷Seria esse, por exemplo, o intuito da “Visão geral criada por IA” do *Google*?

A medida de tudo é dividual, como já apontou Gilles Deleuze (2013), composta por multiplicidades de representações digitalizadas, potencialmente contraditórias e heterogêneas entre si. É esse ser digital – essa dupla estatística – constantemente decomposto que diz respeito ao poder: a instabilidade do indivíduo, a unidade desprovida de foro interno, a ausência de projeto e de hipótese de governo.

O poder algorítmico tolera melhor as irregularidades, as contradições e inconsistências porque não produz mais os corpos estatísticos segundo a forma como indivíduos se percebem, subjagam e subjetivam, mas segundo o que poderiam fazer de acordo com as potencialidades que carregam.

Este modelo de governo já está em curso. Porém, quais são as suas consequências?

Consequências da governamentalidade algorítmica

Portanto, vê-se que a estrutura da governamentalidade algorítmica permite a produção de um saber estatístico distinto, pretensamente neutro, a partir do qual se dá a formação dos perfis sobre os quais opera seu poder: não tanto sobre indivíduos e sim sobre relações, constituídas pela e construtoras da dupla estatística.

Esse saber produzido pela governamentalidade algorítmica rompe com o modo de produção científico e político, que necessita conservar um espaço de dúvida e desconfiança em relação às hipóteses previamente definidas, ou seja, há uma distinção entre correlação e causa que é aqui desconsiderada no processo de tratamento dos dados.

Porém, o que pode ser entendido como algo prejudicial é justamente destacado como uma vantagem desse modelo de governança: há, nesse processo, uma aparente objetividade, que evita vieses inerentes ao julgamento humano, desconsiderando por completo que são seres humanos com interesses próprios que desenvolvem a tecnologia algorítmica por trás dos três tempos.

Dessa forma, o que se constrói é um comportamentalismo digital generalizado que exprime as múltiplas facetas do real, porém de forma segmentada. Cada elemento, quando extraído de seu contexto e reduzido a “dado”, perde sua significação própria, como se fosse possível extrair um saber completamente neutro, porque pretensamente descontextualizado, o que ignora a perspectiva da sociologia do conhecimento (Mannheim, 1967).

O problema de aplicar a norma algorítmica traduzida no perfil aos comportamentos individuais é a eficácia preditiva (cada vez maior, conforme aumenta a quantidade de dados colhidos e tratados) que resulta na antecipação de comportamentos diante da intervenção no ambiente, tornado reativo e inteligente, e a capacidade de adaptação gerada por tal mecanismo que opera sobre o indivíduo pela multiplicação das correlações empregadas.

As TICs não dependem de atuar tanto sobre o indivíduo, já que são capazes de condicionar as ações e atitudes dos sujeitos pela utilização dos dispositivos de segurança apresentados por Michel Foucault (2008).

Eis, portanto, o paradoxo da governamentalidade algorítmica: ao mesmo tempo em que há, por um lado, o destaque dado ao indivíduo, por meio da estatística segmentada, há também a ameaça à individualidade, porque a intimidade e a privacidade estão sujeitas às intervenções artificiais imediatas dos perfis algorítmicos elaborados e reproduzidos com força normativa.

Assim, a governamentalidade pela qual se organiza a rede de relações de poder, estruturando o campo possível de ação de outros, passa a configurar não o agido, mas o acionável, que supõe uma participação ativa do sujeito sem o qual a ação das normas não pode ocorrer.

Dessa forma, percebe-se um arrefecimento dos espaços de resistência pela mudança de foco normativo – do sujeito para a relação – o que faz com que seja ainda mais dificultado o acesso à

produção de uma comunalidade, de uma institucionalidade⁸, de espaços que foram reservados para proporcionar o processo de subjetivação.

Em verdade, o governo algorítmico, por ser um governo de relações, aprofunda o ideal liberal de governar, porque produz uma aparente desaparecimento do projeto de governo, já que não se trata mais de promover a gestão de condutas do real, mas sim a partir do real. (Berns, 2020).

Em outras palavras, os dispositivos de poder atuantes a partir da tecnologia algorítmica, por agirem sobre o ambiente, de forma preditiva, parecem não interpelar o indivíduo em sua corporeidade e agência, dando a (falsa) sensação de liberdade, vez que governam, de fato, com muito mais eficácia na manipulação de condutas.

A ferramenta atual utilizada para fazer frente ao modelo de governança algorítmico é a da proteção da vida privada em face dos dados de natureza pessoal, baseado no consentimento do titular dos dados, numa análise da temática sob o viés individualizado do sujeito de direito liberal burguês. No Brasil, por exemplo, há a Emenda à Constituição nº. 115 de 10 de fevereiro de 2022, que introduziu no rol de direitos e garantias fundamentais a proteção dos dados pessoais, assim como a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Brasil, 2022; 2018).

São, portanto, barreiras de aspecto defensivo, inspiradas no risco de exposição de informações pessoais, mas que, de fato, legitimam a instituição e o livre desenvolvimento da governamentalidade algorítmica, dentro de uma economia cada vez mais plataformizada.

Antoinette Rouvroy (2012) destaca que para resistir à governamentalidade algorítmica, não se deve buscar restaurar o

⁸ Marilena Chauí (2019) apresenta a racionalidade neoliberal como colonizadora dos espaços institucionais, transformando-os em espaços organizacionais (empresa), no artigo *Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo*.

ideal liberal de sujeito de direito, como o indivíduo racional que teria como base seu consentimento para autodeterminação em face das tecnologias algorítmicas. Deve-se pensar na construção do sujeito como um processo e não como algo dado previamente, de modo que o eu é constituído dentro de relações de subjetivação que pressupõem espaços de resistência.

Essa perspectiva é importante porque a dimensão potencial da existência humana deve ser preservada em face das técnicas de poder empregadas pela governamentalidade algorítmica. Em outras palavras, deve haver espaço para agência humana, que ocorre no devir, e não de forma estática.

Logo, se trata de retomar a diferença entre mundo e realidade, promover a insurreição dos saberes algorítmicos e propiciar a produção de espaços para a formação de outras subjetividades, uma vez que a norma algorítmica imanente ao real que produz a dupla estatística praticamente elimina o espaço que os diferencia, espaço este em que se dá o processo de produção subjetiva.

É preciso produzir espaços dentro da governamentalidade algorítmica que proporcionem a interrupção desta realidade tecnocapitalista e, ao mesmo tempo, que possibilite a construção de diferentes e diversas formas de vida.

Nessa perspectiva, quais as possíveis formas de resistência ao modelo de governança algorítmica?

Resistências possíveis (?)

Pela análise do funcionamento da governamentalidade algorítmica e de suas consequências, passa-se a pensar em estratégias de resistência para possibilitar a formação de novas subjetividades, evitando-se, então, a dominação desse modelo de governamentalidade que se apresenta no século XXI.

Os esforços legais já citados são importantes, porém, não surtem efeitos em relação ao governo algorítmico, porque este se contenta em controlar a dupla estatística. Em outras palavras, os cruzamentos de correlações, produzidos de forma automática pela

técnica algorítmica, não são enfrentados como objeto de proteção jurídica, acentuando o processo de rarefação de subjetividades. Nem mesmo a anonimização dos dados impede a produção dos perfis algorítmicos.

Isso porque o modelo jurídico parte da concepção liberal de sujeito de direito, consciente e detentor de autonomia e vontade. Porém, pelas características da governamentalidade algorítmica, se deve pensar numa forma de resistência que leve em conta o governo das relações, ou seja, o processo de produção de subjetividades outras deve ser o objetivo de uma resistência ao modelo de governança algorítmica.

Em poucas palavras, a autora busca se apoiar num formato que legitima o processo da governamentalidade algorítmica dentro de uma perspectiva que reforça o sujeito (liberal) de direito, autoconsciente e detentor de vontade, aqui representado pela figura do consumidor. Na verdade, nesta proposta, há um reforço do ideal liberal de governo que aposta no progresso da humanidade pelas técnicas desenvolvidas, desconsiderando os efeitos de saber-poder que consolidam as estruturas de dominação.

O sujeito, que ganhará com as técnicas de extração de dados e predição de comportamentos, parece ser encarado por Zuboff como um dado, pronto e estável, que será melhor descrito pelas ferramentas algorítmicas – porque imanentes ao real –, o que rompe com a formação de subjetividades por processos e devires. Em apertada síntese, tal proposta não encara o capitalismo de vigilância como um governo de relações, mas apenas reforça o ideal de sujeito de direito liberal burguês.

Pelas características da governamentalidade algorítmica, se deve pensar numa forma de resistência que leve em conta o governo das relações, ou seja, o processo de produção de subjetividades outras deve ser o objetivo de uma resistência ao modelo de governança algorítmica. Para isso, é necessário um enfrentamento nas estruturas sociais, nos saberes produzidos e nos efeitos do poder daí decorrentes.

A retomada do comum é uma proposta apresentada por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2018) para fazer frente à governamentalidade algorítmica. É, também, a alternativa à racionalidade neoliberal, como apontam Pierre Dardot e Christian Laval (2016) e Michael Hardt e Antonio Negri (2004).

A ideia de instituição do princípio do comum é a de retomada dos espaços institucionais de produção de saberes e poderes por meios coletivos, plurais e diversos (Dardot; Laval, 2017).

Essa perspectiva é apresentada, também, por Antonio Negri e Michael Hardt (2001; 2004) para fazer frente ao poder de império que se consolidou com o processo de globalização do início do milênio, pois a biopolítica – aqui vista como algo positivo – da multidão permite a autonomia desta em face do poder verticalizado e homogeneizante do império, de modo que a produção do comum pelas novas tecnologias se dá em comum pelos atores coletivos que ganham relevo pela disseminação das novas TICs.

Em contrapartida, Byung-Chul Han (2017) propõe que a lógica da multidão está presa à sociedade disciplinar foucaultiana, que opera ainda dentro do espaço que permite a produção de negatividades, o que, de fato, não abarca o modo de funcionamento da nova sociedade da transparência.

Isso porque, pelas novas TICs, com sua capacidade de colonização psicopolítica (Han, 2020) de desejos, ocorre o protocolamento total da vida do sujeito que se vê envolto ao ideal do Grande Outro, que reproduz um mecanismo muito mais sutil de controle e, por isso mesmo, mais eficaz de adestramento de subjetividades. É, também, esse o prognóstico de Shoshana Zuboff (2020) para o poder instrumentário estruturado sobre o behaviorismo radical que retira a capacidade de escolha sobre o futuro dos indivíduos e da sociedade.

Assim, pela promoção da passagem ao ato sem qualquer espaço para reflexão – e, por isso mesmo, plenamente envolto por mecanismos afetivos, nada racionais, o sujeito afasta-se cada vez mais de si e do corpo coletivo, dificultando sobremaneira a

possibilidade de formação de argumentos que possam produzir normas democráticas.

Em síntese, na governamentalidade algorítmica, não há espaço para negatividades como na sociedade disciplinar, de modo que o comum não está apto a emergir para o real enfrentamento da lógica da governança dos algoritmos. Parece, mesmo, que nas primeiras décadas do novo milênio, a multidão se encontra ainda mais subjugada ao poder do Império das *Big Tech*.

Também por isso que as regras jurídicas de proteção aos dados pessoais não surtem efeitos, uma vez que, de fato, legitimam esse modelo de governo – dos dados, por meio de correlações, buscando apenas garantir o anonimato e o consentimento –, ou seja, conferem legalidade aos meios de formação desse novo saber que possibilita o exercício do poder de dominação (tecnológico) atual.

Por isso, uma alternativa é pensar de forma apriorística ao próprio campo institucional, ou seja, pensar em metadireitos – campo filosófico – que busquem garantir a salvaguarda necessária ao enfrentamento da racionalidade tecnológica atual.

Com esse objetivo, no artigo *Le Nouveau Pouvoir Statistique Ou quand le contrôle s'exerce sur un réel normé, docile et sans événement car constitué de corps «numériques»*⁹, Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2010) apresentam três metadireitos como formas de resistir à governamentalidade algorítmica, consubstanciados nos valores do esquecimento, da desobediência e da reflexão para a autorrealização.

O direito ao esquecimento pressupõe romper com a técnica algorítmica do big data, diante de sua capacidade de armazenamento quase infinita de uma quantidade massiva de dados. Trata-se de romper com a memória digital, possibilitando o direito de se esquecer.

⁹ “O Novo Poder Estatístico ou quando o controle é exercido sobre uma realidade padronizada, dócil e sem acontecimentos porque é composta de corpos “digitais””, em tradução livre.

Para os autores, esse direito ao esquecimento era garantido de modo natural com a passagem do tempo em face de ações, gestos e decisões. Trata-se de um ponto importante para possibilitar novas construções e novas possibilidades, evitando-se o impedimento de novos comportamentos e novas escolhas.

O direito à desobediência exige a possibilidade de não cumprimento da – de desobedecer a – norma imposta. O poder algorítmico não busca mais proibir ou sancionar atos, mas sim torná-los fisicamente impossíveis pela modulação comportamental através da intervenção no ambiente. Dessa forma, se confere uma ineficácia à desobediência, sem precedentes, o que compromete significativamente a capacidade de resistência em face dessa racionalidade normativa.

É preciso garantir um espaço de experimentação, por meio do debate sobre as regras sociais, evitando-se a rigidez, provocada pela despolitização do processo, sobre as normas. O ganho de eficiência clamado pela governamentalidade algorítmica tem o custo de dispensar medidas de decisão tomadas pelo indivíduo ou por quem está legitimado para tanto.

Em síntese, se quebra, dessa forma, a possibilidade de construir uma relação discursiva sobre os mandamentos sociais.

O terceiro metadireito é a capacidade de reflexão sobre e realização de si mesmo. É, por assim dizer, o espaço dedicado para a percepção e relato sobre o que faz o indivíduo agir¹⁰. Tais espaços são exemplificados pela linguagem e pela justiça, colonizados agora pela técnica algorítmica que decorre da memória digital total, imanente ao real. É a saturação dos significados, dada pelos dados brutos correlacionáveis que formam perfis algorítmicos, que altera também os significantes.

Dessa forma, parece necessário para a própria continuação democrática a garantia da possibilidade de esquecimento, de desobediência e de reflexão sobre as próprias razões.

¹⁰ É o que Shoshana Zuboff define como direito ao santuário.

Tais metadireitos expressam valores que buscam manter o espaço do dever sempre latente, de modo a permitir, pela complexidade e interação humanas, a formação de outras subjetividades distintas daquela determinada previamente pela dupla estatística, otimizada pela psicopolítica.

Para resistir a uma governança de relações, é preciso ampliar o espaço de agência que possibilita o surgimento de outras relações, ou seja, é preciso possibilitar o surgimento constante do dever para, então, apostar na construção política do comum.

Dessa forma, propõe-se reduzir o espaço da dupla estatística, de forma a trazer para as mãos dos indivíduos a agência sobre ações e comportamentos pessoais e coletivos e, aí sim, possibilitar a construção do comum em comum. A descrição total do mundo não é possível, de forma que espaços de experiência são fundamentais para fazer aflorar novas formas de vida.

Enquanto, porém, a realidade se encontra apenas em vídeos de 15 segundos e áudios acelerados na velocidade 2.0, a percepção dos espaços de construção de outras formas de vida ficará comprometida pela redução da complexidade humana a atos de resposta-reflexo-reforço produtores de intermináveis picos reduzidos de dopamina.

Parece se viver, de fato, uma quebra de paradigma, um momento de ruptura, em que o novo ainda não está pronto e o que passou já não se adequa mais.

Anexo que deve ser lido: considerações artísticas para o dever

Neste anexo retomo a primeira pessoa para, talvez, falar mais ao coração, ainda que por meio das entranhas.

O leitor mais atento percebeu no início deste ensaio o poema “Os ombros suportam o mundo”, de Carlos Drummond de Andrade (2023). Uma breve análise de sua mensagem talvez nos ajude a compreender, pela linguagem poética, a importância de propiciar um espaço de dever como proposto para resistirmos à governamentalidade algorítmica.

Os primeiros versos não deixam dúvidas do desvalor de um mundo obtuso, “*depurado*”, que propõe o rude trabalho em detrimento da lágrima e do coração, cada vez mais secos. Neste mundo frívolo, a inutilidade está presente para identificar o não aproveitamento dos afetos nos dias de hoje, exceto para que sirvam cada vez mais de instrumentos de manipulação de novas técnicas de gestão neoliberais e algorítmicas, em prol de um consumo exacerbado que faz movimentar a sociedade composta por indivíduos solitários.

Sobra, então, a solidão e o escuro, pois faz eco a esse modelo social a falsa certeza de tudo – a falsa imanência ao real – e o desprezo aos sofrimentos e às amizades.

Como (*auto*)*reflexão*, indago: será que somos somente criaturas sobre as quais descansa o mundo? Será que devemos apenas suportar o mundo, suportar guerras, fomes e discussões dentro de edifícios? Somos apenas burocratas, tecnocratas? Não podemos, nós, contarmos o mundo, criarmos nossas realidades, satisfazê-mos a partir da rica cultura dos afetos?

Em resposta, o poeta indica que já não adianta morrer. A vida é uma ordem, seca e crua; pasteurizada, porque não vivida. Tecnológica, construtora de um saber-poder que ocupa o espaço da linguagem e não possibilita a criação de significados outros que não aqueles da dupla estatística. Algorítmica, que encampa a memória do futuro e nos retira a capacidade de *esquecimento* dos detalhes mais ordinários possíveis.

Não! A vida não está – não pode ser – reduzida a dados!

Prefiro *desobedecer* a essa ordem e, para além, parafrasear Ailton Krenak (2020), pois a vida não é útil! Somos seres relacionais, contadores de histórias, protetores de memórias e construtores de um futuro possível a partir de nossas escolhas ético-morais, que não devem ser previamente determinadas, mas sim estar abertas ao instigante processo do devir.

Celebrar o progresso da técnica e do capital, sem contextualização histórica, social, política, econômica, jurídica – sem perspectiva decolonial – não nos permite construir uma

sociedade digna de se viver, porque nos reduz a um corpo sem alma; apenas matéria, significantes e significados.

Como apontado neste ensaio, resumido aqui pelas palavras drummonianas, “a vida apenas, sem mistificação” da governamentalidade algorítmica, em verdade, produz uma realidade digitalmente criada que reflete interesses que não dão conta da complexidade de uma sociedade plural e diversa como a brasileira.

Qual coletividade se busca? Como construir uma comunalidade possível, com as vozes de Macunaíma (Andrade, 1978) e Macabéa (Lispector, 1998), de Milton Nascimento e Maria Bethânia, e de tantos outros.

Como antropomorfizar a técnica algorítmica?

É preciso, como visto, propiciar o processo de construção de subjetividades, que espelham a nossa criatividade, para que possamos atravessar as veredas do nosso Grande Sertão (Guimarães, 1986). A arte é um caminho de promoção de devires, é resistência a uma estética que reduz o ser humano a máquina de espetacularização de banalidades. Chega de discursos odiosos; respeitemos, como escreveu Caetano e imortalizou Gal Costa, nossas lágrimas e, ainda mais, nossas risadas! (Veloso, 1984).

Prefiro, portanto, retomar o poeta mineiro (2023) e enfatizar, alto e bom som: “Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo”, e reforçá-la com a memória candente de outro brasileiro que não nos deixa esquecer da importância *Das Utopias* (Quintana, 2005):

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

E, com isso, nos irresignarmos com esta governamentalidade algorítmica, porque somos capazes de criar as nossas próprias realidades.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. Os ombros suportam o mundo. *In: Sentimento do Mundo* - 28 ed., Rio de Janeiro: Record, 2023.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: O herói sem nenhum caráter. Rapsódia. São Paulo, SP: Editora Cupolo, 1928

BERNS, Thomas. Tornar a revolta impossível. *In: Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v.8, n.3, dez. 2020, p. 29-37, ISSN: 2317-9570, 2020.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 115. Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. **Diário Oficial da União**: 10 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Planalto. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm Acesso em: 14 jan. 2022.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação**: economia, sociedade e cultura; v.1. / Manuel Castells; Trad. Roneide Venancio Majer – 21a edição, revista e ampliada. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CHAUÍ, Marilena. O Totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, Vol. 10, Nº 18 (Mayo - Octubre 2020): 307-328, ISSN: 2250-4982., 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal / Pierre Dardot; Christian Laval; Trad. Mariana Echalar. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI / Pierre Dardot, Christian Laval; Trad. Mariana Echalar. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*; Trad. Peter Pál Pelbart. – São Paulo: Editora 34, (3a Edição), 2013.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GOOGLE. “Visões gerais criadas por IA e mais”, no Search Labs. On-line. Disponível em: <[GUIMARÃES ROSA, João. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.](https://support.google.com/websearch/answer/13572151?hl=pt-BR&co=GENIE.Platform%3DAndroid#:~:text=O%20recurso%20%22Vis%C3%A3o%20geral%20criada,de%20IA%20generativa%20na%20Pesquisa>”, Acesso em: 28 set. 2024.</p></div><div data-bbox=)

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Trad. Maurício Liesen. Preparação Lígia Azevedo. Revisão Ana Martini, Fernanda Alvares. Nr.1 autaut. Editora Âyine, Belo Horizonte, setembro, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. 2a edição ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, p. 414, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multitude**: war and democracy in the age of empire. New York: Penguin, 2004.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEMOS, André Luiz Martins. O futuro da sociedade de plataformas no Brasil. Intercom, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.46, e2023115, 2023.

LEMOS, André. Dataficação da vida. *In*: Dossiê: Digitalização e dataficação da vida: pervasividade, ubiquidade e hibridismos contemporâneos. **Revista de Ciências Sociais - CIVITAS** 21 (2), 193-202, maio-ago, 2021.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

MANNHEIM, Karl. O problema de uma sociedade do conhecimento. *In*: MANNHEIM, K.; MERTON, R. K., & WRIGHT-MILLS, C. **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

QUINTANA, Mario. Das Utopias. *In*: **Espelho mágico**. São Paulo - SP: Globo, 2005.

ROUVROY, Antoinette. *La gouvernementalité algorithmique: radicalisation et stratégie immunitaire du capitalisme et du néolibéralisme?*. *In*: **La Deleuziana – Revue en Ligne de Philosophie** – ISSN: 2421-3098 N. 3 / – La Vie Et Le Nombre. 2016

ROUVROY, Antoinette. **The end(s) of critique: data-behaviorism vs. due-process**. Pre-publication version of chapter published in *Privacy, Due Process and the Computational Turn*. *Philosophers of Law Meet Philosophers of Technology*, Mireille Hildebrandt & Ekatarina de Vries (eds.), Routledge, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/7754445/The_end_s_of_critique_data_behaviourism_vs_due_process Acesso em: 18 jan. 2022.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condições de individuação pela relação?. *In*: **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem/ organização** Fernanda Bruno... [et al.]. Trad. Heloísa Cardoso Mourão... [et al.]. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. *Le Nouveau Pouvoir Statistique Ou quand le contrôle s'exerce sur un réel normé, docile et sans événement car constitué de corps « numériques »...* Antoinette Rouvroy et Thomas Berns Assoc. **Multitudes** | Multitudes 2010/1 - n° 40 p. 88 - 103. ISSN: 0292-0107, 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Capitalismo preditivo e os sistemas algorítmicos. Relatório apresentado no **Simpósio da LAVITS**, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/111922991/Capitalismo_preditivo_e_os_sistemas_algor%C3%ADtmicos_1
Acesso em: 28 set. 2024.

VELOSO, Caetano. Vaca profana. *In: Profana*. Intérprete: Gal Costa. Rio de Janeiro: RCA, 1984. 1 disco sonoro 33 rpm, estéreo. Lado 1, Faixa 1 (4 min. 40 s.).

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Trad. George Schlesinger. 1. ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Resistências digitais e nos contextos educativos: os coletivos feministas universitários

Maria Inês Godinho
Maria Eduarda de Moraes Torres

Introdução

Ao olharmos para as universidades como microcosmos da sociedade, nos defrontamos com aspectos eurocêntricos e sexistas que as constituem. Por esse ponto de vista, podemos pensar sobre os diversos tipos de violência contra as mulheres que ali circulam: assédio moral, emocional, psicológico, abusos sexuais, discriminação racial e de gênero. Além disso, podemos citar uma variedade de barreiras para acompanhar o fluxo das atividades acadêmicas e finalizar os cursos, como acontece constantemente com as estudantes que são mães.

As consequências dessas violências são inúmeras: início ou aprofundamento de problemas emocionais, exclusão social dentro dos *campi*, desistência de participação em atividades e nos próprios cursos, chegando até a suicídios. Quem está de fora da universidade deve se perguntar: por que essas mulheres não denunciam os casos? Bem, algumas nem tentam, pois percebem que tentativas anteriores não deram em nada. As universidades, muitas vezes, por desinteresse em modificar a estrutura de poder ou por receio de expor a instituição, preferem se omitir, silenciar, contornar ou apagar as denúncias.

De forma recorrente, as estudantes reclamam a implantação de políticas institucionais de prevenção e enfrentamento das violências contra as mulheres nos espaços acadêmicos universitários. Algumas instituições promovem ações na intenção de mudar o cenário atual, a partir da criação de ouvidorias, comissões de enfrentamento às violências, ou pela produção de

material de divulgação com informações sobre esses serviços. Entretanto, essas políticas não mostram efeitos concretos, e é nesse cenário que estudantes se reúnem em coletivos feministas como forma de resistir às violências experienciadas.

A intenção desse capítulo é expor e discutir as estratégias protagonizadas por estudantes para enfrentar violências vivenciadas em contextos universitários. Como aconselhou Ahmed (2018), se não existem espaços de acolhimento nas próprias instituições de ensino, eles precisam ser encontrados em outros lugares, como nos coletivos feministas. Nesse sentido, busca-se pensar em possibilidades que se constroem sem o apoio das universidades – que se caracterizam, por vezes, por uma estrutura rígida, com padrões hierárquicos, notadamente misóginos e homofóbicos. Nesse contexto, os coletivos feministas ocupam o papel de intermediários entre a Universidade, que não consegue solucionar os problemas de uma comunidade dinâmica e complexa, e o cotidiano acadêmico.

Coletivos políticos e ativismo feminista nas redes sociais

O surgimento das primeiras redes sociais digitais¹ a partir de 2004, com o hoje extinto *Orkut*² e mais tarde com o *Facebook*³ e

¹ Redes sociais digitais aqui são compreendidas a partir de Lins (2021, p. 96): “Redes sociais compreendem diversas plataformas que permitem aos usuários/participantes produzir e circular conteúdos, trazendo à baila transformações nas lógicas de colaboração, compartilhamento e socialização”.

² *Orkut* foi uma rede social digital criada em 24 de janeiro de 2004 pelo engenheiro turco Orkut Büyükkökten, e uma das mais acessadas no Brasil, chegando a mais de 30 milhões de usuários. Filiada ao *Google*, foi desativada em 30 de setembro de 2014.

³ *Facebook* é uma rede social virtual lançada nos EUA em 4 de fevereiro de 2004 pelos então estudantes norte-americanos Mark Zuckerberg, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, e pelo brasileiro Eduardo Saverin. Chegou ao Brasil em 2008.

*Instagram*⁴, foi a alternativa encontrada por muitos coletivos para dar mais visibilidade aos problemas enfrentados dentro das universidades e divulgar ações de resistência. A criação de coletivos no universo *on-line* tornou-se, assim, uma extensão dessas ações coletivas sociais; inaugurando uma nova fase da participação e do ativismo, que permitiu a mobilização global em redes reivindicatórias.

Esse contexto de participação se relaciona, também, a diversos protestos nas ruas e nas redes sociais nos anos 2010, como as jornadas de junho de 2013⁵. Cabe dizer que os principais protagonistas de protestos nas ruas desde 2013 são jovens (Gohn, 2018). Além disso, nota-se que entre 2012 e 2016 foi possível notar um aumento de ativistas organizados em coletivos políticos. Perez (2019) verifica uma aproximação de ativistas a essa forma de organização política nas jornadas, o que a faz compreender a expansão dos grupos como um legado desses protestos. Contudo, é necessário apontar a presença de coletivos autônomos em períodos anteriores no movimento negro e feminista, como o coletivo Combahee River nos Estados Unidos e o coletivo Nzinga no Brasil, em que militava a feminista Lélia González.

Considerando esses coletivos anteriores, afirma-se que os grupos organizados a partir dessa noção política no século XXI possuem especificidades, como a horizontalidade, a recusa de uma liderança individualizada e práticas de mobilização menos hierárquicas. Como Marques e Marx (2020) apontam, as definições dadas por ativistas aos grupos constroem a partir de uma posição diferencial a organizações como partidos políticos ou ONGs.

⁴ *Instagram* é uma rede social *on-line* fundada nos EUA em 06 de outubro de 2010 pelo engenheiro de *software* norte-americano Kevin Systrom e pelo também engenheiro e empresário brasileiro Mike Krieger.

⁵ As jornadas de junho são marcadas pelos protestos iniciados pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da passagem do transporte coletivo em São Paulo. Os protestos não ocorreram apenas em 2013 e se estenderam por diversas cidades do país.

Assim, pode-se pensar que essas características são definidas em contraposição à política "tradicional" (Perez; Souza, 2020).

Guimarães, Rios e Sotero (2020) apontam que o nome "coletivo", adotado por alguns grupos, atualmente pode partir de uma inspiração dos coletivos de feministas negras do século XX. No entanto, a institucionalização de segmentos do movimento negro brasileiro no decorrer dos anos 2000 indica para as diferenciações entre esses grupos e alguns coletivos contemporâneos. Destaca-se uma maior participação na esfera estatal e promoção de políticas públicas ligadas à igualdade étnico-racial, como as cotas nas universidades, como parte da aproximação dos grupos anteriores com a política institucional (Guimarães; Rios; Sotero, 2020).

Entretanto, mesmo com esses distanciamentos, os coletivos contemporâneos ainda estão presentes em instituições de ensino ou partidos políticos. Entende-se que as noções de horizontalidade e autonomia são apropriadas pelos grupos de diferentes maneiras. Assim, como exemplo disso, Perez (2019), pensando sobre a participação dos grupos em partidos, apresenta que a autonomia e a horizontalidade estão na crítica a uma forma específica de fazer política, não necessariamente à associação dos coletivos a essa forma associativa.

Os coletivos em universidades, por sua vez, apresentam algumas especificidades. A busca por estratégias de resistência a situações de violência de gênero enfrentadas por estudantes é apontada por Godinho (2022) em uma pesquisa sobre coletivos feministas e LGBTQ+ nas universidades públicas paulistas. Perez e Souza (2020) também destacam como características dos coletivos universitários: "[...] a militância em prol do feminismo, a importância da luta em torno de outras pautas afora a principal, a afirmação de que os debates e decisões são horizontais e autônomos e o distanciamento com relação aos partidos políticos." (p. 07).

Além disso, coletivos contemporâneos como os universitários utilizam as redes sociais como espaços de manifestações estético-políticas. Cabe dizer que a vida digital está estreitamente ligada à

sociabilidade presencial, portanto, como aponta Gohn (2013), nossas identidades *on-line* podem ser extensões de nossas identidades *off-line*. Para a autora, os coletivos digitais se tornaram relevantes estratégias na atuação no espaço público porque funcionam como redes de compartilhamento de causas ligadas à vivência cotidiana, a múltiplas dimensões dos sujeitos, que se sobrepõem ao suporte de entidades organizadas tradicionalmente.

Os coletivos, nas redes ou nas universidades, atuam em diversas frentes. Em algumas análises, os coletivos feministas, mais especificamente, podem ser entendidos como parte do digifeminismo, termo que, segundo De Abreu (2017, p. 134), designa ações políticas e produções artísticas de jovens mulheres “que usam as ferramentas digitais para expressar opiniões e executar estratégias de oposição às hegemonias e opressões nos ambientes digitais”. Além disso, o digifeminismo é comumente relacionado a uma “quarta onda feminista”, surgida do compartilhamento de afetividades. (Baptista, Orlandini e Carraro, 2020, p. 110).

A “quarta onda” feminista, a partir de algumas leituras como Perez e Ricoldi (2023), é identificada pela mobilização via meios de comunicação digitais, pela interseccionalidade e pela organização das ativistas na forma de coletivos políticos. Ao colocar em evidência a mobilização em redes sociais digitais, as autoras apontam que os feminismos contemporâneos são identificados, muitas vezes, como ciberfeminismos. Além disso, a interseccionalidade ou a multiplicidade de pautas tem sido destacada como uma tendência nos ativismos feministas protagonizados por jovens (Rios; Perez, Ricoldi, 2019). A interseccionalidade é um instrumento analítico e político que nos permite olhar para como as dimensões de raça, gênero, classe, etárias (entre outras) se interseccionam, gerando contextos e experiências diversificadas de violência, e também de resistência, para diferentes posições que os/as sujeitos/as assumem nas encruzilhadas (Collins; Bilge, 2020). Ademais, a organização em forma de coletivos se relaciona com a busca por práticas mais

horizontais e autônomas de organização indicada por Hollanda (2018) como uma característica de uma nova geração do movimento.

Para De Abreu (2017), o digifeminismo foi influenciado pelo ciberfeminismo, movimento que emergiu na década de 1990, quando do surgimento da *internet*, defendendo que o espaço *on-line* possibilitaria a contestação das estruturas políticas, sociais e artísticas que envolvem gênero e tecnologia. O referencial teórico trabalhado pelo digifeminismo está apoiado no Manifesto Ciborgue, de Donna Haraway (2007), que compreende o ciberespaço como lugar privilegiado para a desestabilização dos conceitos de gênero, identidade e sexualidade.

A teoria usa a figura do ciborgue – criatura fronteira entre máquinas e seres vivos – como uma metáfora para o entendimento de que somos sujeitos atravessados pelo digital em nossa subjetividade e nossa sociabilidade. O ciborgue também é símbolo de uma subjetividade que não é baseada em identificações tradicionais, já que um corpo não é somente definido pelo biológico, mas também se comporta como “um recipiente de códigos sócio-simbólicos que ajudam a entender as novas relações de saber e poder, produzindo, também, novos sujeitos” (De Abreu, 2017, p. 136).

Hoje, além da facilidade de mobilização propiciada pela tecnologia digital, que permite o imediato compartilhamento e resposta de seus usuários, o digifeminismo também integra diversas formas de interação que na década de 1990 o ciberfeminismo ainda não contemplava por limitações tecnológicas: aplicativos, “memes”, *blogs* e *sites* pessoais.

[...] quando uma mulher cria um meme para ironizar o machismo, isso é digifeminismo. Quando outras mulheres usam seus perfis nas redes sociais para expressar opiniões ou denunciar comportamentos sexistas, isso é digifeminismo. Quando as mulheres se interessam em aprender técnicas para se proteger, como a criptografia e o desenvolvimento de aplicativos e linguagens de programação, por

exemplo, isso é digifeminismo. Quando criam *blogs* e páginas pessoais, para discutir sobre o empoderamento da mulher, isso é digifeminismo. (De Abreu, 2017, p. 137).

Desse modo, é possível afirmar que os usos das redes sociais digitais por ativistas feministas são múltiplas e se intensificam contemporaneamente. Além de ser uma estratégia de mobilização, o feminismo, por vezes, atinge jovens e meninas pela primeira vez pelas redes sociais. Vargas e Saraiva (2019), em uma pesquisa realizada com um grupo de estudantes de 15 e 16 anos em uma escola da rede pública de Porto Alegre aponta que a maioria das estudantes afirmou ter conhecido o termo "feminismo" e o movimento a partir de redes sociais como o *Youtube*, *Twitter* e *Facebook*. Ainda, as autoras apontam que, para as estudantes, para se identificar como feminista, não é necessário estar envolvida com algum grupo ou instituição específica. Nesse sentido, entende-se que, para alguns segmentos da juventude, reconhecer-se como feminista é suficiente para compor o movimento (Vargas; Saraiva, 2019).

Com essas reflexões, busca-se destacar algumas características dos coletivos políticos e de ativismos feministas contemporâneos. Para compreender a atuação dos grupos e essas práticas feministas, é notável a relevância de analisar a sua presença nas redes sociais e circulação dos conteúdos feministas no meio digital. Ainda, é possível dizer que a presença dos coletivos feministas em contextos educacionais, como nas universidades, possui algumas outras especificidades e demandas.

Demandas dos coletivos feministas universitários

As demandas das estudantes que fazem parte dos coletivos universitários concentram-se prioritariamente na reivindicação de aspectos da identidade, das diversas "dimensões do *self*", como aponta Scherer-Warren (2012, p. 33): o gênero, a cor da pele, a classe social, além de outros marcadores sociais.

Ao analisarmos os coletivos universitários de designação feminista⁶, ligados às três universidades estaduais paulistas – UNESP, USP e UNICAMP – confirmamos essa proposição: a partir de imagens e textos postados em perfis e páginas nas redes sociais digitais *Facebook* e *Instagram*, os grupos majoritariamente destacam as violências físicas e simbólicas sofridas na universidade a partir da identidade de gênero e da raça/etnia.

Mapeamentos de agressões e discriminações relativas ao gênero são produzidos por diversos coletivos, a exemplo do Coletivo Feminista Enedina Aves Marques⁷, criado por alunas da EEL – Escola de Engenharia de Lorena/USP, que desenvolveu um questionário sobre os problemas vividos na universidade e publicou os resultados encontrados em *post* do *Instagram* em 23 de abril de 2021: das 249 mulheres respondentes, 100% delas já tinham ouvido comentários ofensivos dentro da universidade; piadas machistas vindas de colegas foram ouvidas por quase 80% das entrevistadas, e esse percentual chegou a 90% em 2020 quando vindas de professores. Entre as agressões mais vivenciadas pelas alunas na EEL estão o toque indesejado (148 relatos), puxões de cabelo ou braço (122 relatos), assédio verbal (113 relatos) e insinuações explícitas ou veladas (97).

A interseccionalidade⁸ de gênero e raça/etnia é uma designação constante nos coletivos feministas analisados. Como

⁶ As informações sobre os coletivos digitais feministas universitários aqui citados foram levantadas para o desenvolvimento da tese de doutorado “Decolonizando o olhar – representações visuais e subjetividades nos coletivos universitários contra a violência de gênero - 2010 A 2020 – UNESP, USP e UNICAMP”, defendida por Maria Inês Almeida Godinho em 03 de junho de 2022, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Marília. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/235200>> Acesso em: 27 set. 2024.

⁷ Coletivo Feminista Enedina Aves Marques – EEL - Escola de Engenharia de Lorena/USP. *Instagram*: <https://www.instagram.com/coletivofeministaenedina/> Acesso: 25/02/2020.

⁸ De acordo com Brah e Phoenix (2010), a interseccionalidade é um tipo de análise que descortina os efeitos complexos que se colocam quando “múltiplos eixos de

afirma Mohanty (2003), uma mulher não é um sujeito definido somente por seu gênero; são constituídas a partir de interações entre os vários marcadores sociais, a exemplo da identidade de gênero, da raça, da classe, da cultura, da religião, da idade, entre outros. Portanto, a categoria mulher não se refere a um grupo coerente, como quer o sistema patriarcal colonial ao apagar a multiplicidade dos sujeitos.

O Coletivo Lélia Gonzáles⁹, ligado ao curso de Ciências Sociais da FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, é um exemplo de coletivo interseccional ao associar a luta feminista ao ativismo antirracista. O grupo já expõe sua principal demanda a partir da escolha de seu nome: uma homenagem à filósofa e antropóloga Lélia Gonzáles, ativista pioneira nos estudos interseccionais de raça e gênero ao propor uma visão afro-latino-americana do feminismo.

Outro coletivo feminista que trabalha com demandas interseccionais é o Coletivo Geni¹⁰, ligado à Faculdade de Medicina da USP. Em *post* de 16/08/2020 no *Instagram*, o grupo ressalta a luta das mulheres negras por igualdade em diversos momentos históricos e aponta a importância do uso da internet para fazer visível esse esforço. Também se destaca a importância de se pensar em um recorte específico para mulheres negras no feminismo, pois, mesmo sofrendo as mesmas opressões, o racismo as coloca em mais situações de risco do que as mulheres brancas.

A inclusão de mulheres LGBTQIA+ nos movimentos feministas é outra demanda interseccional encontrada na análise

diferenciação – econômico, político, cultural, psíquico, subjetivo e experiencial – se sobrepõem em determinado contexto histórico”.

⁹ Coletivo Lélia Gonzáles - Ciências Sociais da FFLCH/USP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/leliagonzalezcoletivofeminista> e *Instagram*: @coletivoleliagonzales. Acesso: 02 jun. 2020.

¹⁰ Coletivo Feminista Geni / FEMUSP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/coletivofeministagenidafmusp> *Instagram*: <https://www.instagram.com/coletivo.geni/> Acesso: 03 jan. 2022.

dos coletivos universitários. O Coletivo Negro FZEA¹¹, criado por estudantes da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, *campus* Pirassununga, também segue o entendimento de um sujeito diverso. A ideia pode ser percebida pelo *post* compartilhado em 17/10/2020: um carrossel de imagens sobre a interseccionalidade de marcadores sociais, que incluiu duas peças que abordam como o movimento feminista não contempla as mulheres LGBTQIA+.

O que assemelha os coletivos universitários a outros tipos de mobilização a partir das redes sociais *on-line* são as características proporcionadas pela utilização da tecnologia digital, como aponta Castells (2008, p. 445): “transcendem a distância, tem baixo custo, costumam ter natureza assíncrona, combinam a rápida disseminação da comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal, e permitem afiliações múltiplas em comunidades parciais”.

Pode se acrescentar a esta lista a possibilidade de resposta e ação imediata quando do surgimento de um problema ou denúncia; a utilização de diversas ferramentas de ação, a exemplo de textos escritos, áudios, fotos, ilustrações, vídeos e memes; e, ainda, a possibilidade de conferir maior amplitude às demandas. Cabe lembrar, ainda, que a abrangência global das redes sociais têm potencial para sensibilizar outros usuários que não somente seus participantes ativos, seja por indicação de um ativista a outro ou pelo sistema baseado em algoritmos, que leva até os usuários – dos mais variados locais – informações que possam ser úteis a partir do consumo do mesmo tipo de assunto.

A atuação *on-line* também pode ampliar a adesão de indivíduos que normalmente não se envolveriam com o ativismo social e político. Para Castells (2003), a sociabilidade via digital, apesar de ser considerada um tipo de laço fraco, pois muito da interação *on-line* se dá entre pessoas que não se conhecem

¹¹ Coletivo Negro FZEA – USP/Pirassununga. *Facebook*: <https://www.facebook.com/coletivonegro.fzea> Acesso: 03 jul. 2021.

presencialmente, incentiva os vínculos sociais físicos, fortalecidos pelas discussões mais sinceras e carregadas de afetos proporcionadas pela desinibição da rede.

A relevância da abrangência global repousa, portanto, no sentido de que quanto maior o contingente de debatedores, maior será a diversidade de opiniões e novas ideias. Desse modo, como aponta Gohn (2013), potencializam-se “movimentos de intersubjetividade” a partir de discursos que poderão gerar novas propostas de atuação.

Outra característica comum aos coletivos universitários, como já citado, é a busca pela horizontalidade na estruturação de seus participantes, o que vai ao encontro da afirmação de Mesquita (2008) de que os coletivos se diferenciam dos movimentos sociais tradicionais por serem descentralizados, ou seja, não contarem com uma hierarquia rígida, e sim com horizontalidade na tomada de decisões. Gohn (2016, p. 02) aponta que os jovens veem os antigos movimentos como “formas engessadas” pelas estruturas centralizadoras, verticais. Para a autora, os coletivos são preferidos por não terem líderes, por se configurarem como um tipo de organização onde todos podem contribuir igualmente, pelo menos em muitos deles.

Essa proposta de mobilização, como sugere Maia (2013, p. 67), reflete formas de pensar “a própria coexistência humana em comunidade, com igualdade de direitos, integrados e, ao mesmo tempo, reconhecedores de seu pertencimento a grupos culturais diversos”. Nesse sentido, essa perspectiva também se relaciona às estruturas organizativas relacionadas a alguns movimentos de uma nova geração feminista como horizontalidade, a recusa de uma liderança única e a valorização do coletivo (Hollanda; Bogado, 2018).

Especificidades dos coletivos feministas universitários em redes sociais

No caso dos coletivos digitais feministas universitários presentes no *Facebook* e no *Instagram*, levantamos as seguintes especificidades em seu modo de atuação:

a) Criação emergencial – são criados em resposta a problemas específicos vividos nas universidades, para depois se dissolverem em alguns meses. Um exemplo foi o coletivo UNESP Bauru Sem Assédio¹², criado em 25 de setembro de 2017, no *Facebook* com o intuito de, como exposto no campo de informações sobre o grupo, denunciar casos de assédio a alunas da FAAC - Faculdade de Artes e Comunicação Social por um professor do *campus* UNESP/Bauru, e cobrar providências da instituição.

O coletivo ganhou grande destaque na imprensa local e regional quando postou fotos da manifestação de alunas durante sua formatura. Em entrevista ao portal IG/São Paulo em 2018, participantes relataram à repórter que mesmo sabendo das denúncias o assunto foi tratado com indiferença pela instituição, como se observa pela transcrição da fala de uma aluna publicada na matéria: “Dentro do curso de Comunicação há vários casos por parte de professores. Meio que todo mundo sabe, mas pouco se faz para mudar essa situação. É algo muito complicado, porque os canais de denúncia são muito falhos e a gente é desencorajada a todo momento a denunciar”¹³.

O coletivo se manteve ativo durante poucos meses, impulsionado pelo impacto da postagem das fotos, mas está inativo desde 27 de setembro de 2018, data da última postagem, o que comprova a percepção de que muitas vezes os coletivos universitários são criados por necessidade de visibilidade de uma demanda urgente.

¹² UNESP Bauru Sem Assédio – *Facebook*. Disponível em: https://www.facebook.com/unespbaurusemassedio/about/?ref=page_internal. Acesso: 17 mar. 2020.

¹³ “Universitárias da UNESP denunciam Assédio” IG/Último Segundo, 13/03/2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2018-03-13/universitarias-unesp-denunciam-assedio.html> Acesso: 10 nov. 2019.

Também percebemos que alguns só se mantêm ativos durante a permanência na universidade do grupo de estudantes responsável por sua criação, pois seus membros acabam se desarticulando quando finalizado o período de formação ou mesmo nos anos finais, quando as exigências curriculares são maiores.

A criação emergencial também foi observada em um coletivo feminista universitário situado em uma universidade particular do Centro de São Paulo¹⁴. O grupo foi formado após uma situação de violência experienciada por estudantes em 2017 em uma festa universitária. Ao acolherem uma estudante vítima de estupro durante a festa, as estudantes perceberam a necessidade de criar um grupo específico de meninas do Direito. De acordo com Evelyn, uma ativista do grupo, em uma entrevista em 2023, a criação do coletivo feminista também ocorreu pela indignação das estudantes pela recorrência desses acontecimentos nas festas e trotes.

Em 2024, o grupo também se tornou inativo nas redes sociais. De acordo com Evelyn, o período da pandemia dificultou a participação das estudantes e, também, questões como saúde mental, falta de tempo por conta das demandas da universidade e a falta de espaço físico disponível para as atividades do grupo eram questões relevantes para a manutenção das atividades.

b) Redes de apoio - o acolhimento às vítimas de violência é uma das diligências dos coletivos feministas universitários, visto que muitas estudantes preferem não denunciar as agressões, seja por medo de retaliações do abusador ou pelo descrédito das universidades na apuração das denúncias. Ou, ainda, em consequência da desconfiança da instituição ou dos colegas quanto à veracidade das agressões, como destaca Bandeira (2017, p. 70): “resistir ao descrédito e às suspeitas que os jovens vivenciam quando têm coragem de denunciar publicamente e exigir

¹⁴ Os dados sobre o coletivo feminista situado em uma universidade particular são parte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento de Maria Eduarda de Moraes Torres, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unifesp. A pesquisa é financiada pela CAPES.

providências, tem sido outra forma de apoio dado pelos coletivos, uma vez que as denúncias são, na maioria das vezes, pré-julgadas, com a minimização dos fatos”.

Os coletivos Genis/UNESP¹⁵ e Minas do IQ/UNICAMP¹⁶ são exemplos de grupos que utilizam suas comunidades no *Facebook* e no *Instagram* para informar as ingressantes sobre a disponibilidade em apoiá-las nas situações de violência dentro do espaço acadêmico. Em suas imagens de perfil e capa utilizadas no início de 2020, o Coletivo Genis dá destaque às frases “Veterano não é dono de caloura!”, “Mexeu com uma, mexeu com todas!” e “Caloura, se precisar de algo pode falar comigo!”. O coletivo Minas do IQ enfatiza a sororidade na frase de capa: “Não mexe com a minha bixete pois ela não anda sozinha”.

O coletivo feminista situado na universidade particular paulistana possui em suas redes sociais uma central de apoio para denúncias de situações problemáticas que ocorrem na instituição. Por meio de um formulário anônimo, estudantes podem relatar casos de violência de gênero, racismo ou xenofobia entre colegas ou estudantes e professores. Evelyn, ativista do grupo, em uma entrevista em 2023, dialogou sobre um caso de racismo no curso de Direito em que houve a intervenção do coletivo. A ativista indicou que, por meio do coletivo, foi possível levar o caso para a coordenação. Além disso, uma denúncia de xenofobia contra estudantes nordestinos e bolsistas em outro curso foi realizada na central de apoio do grupo. O coletivo também realizou um diálogo com o diretório acadêmico do curso que atendeu e acolheu a estudante que realizou a denúncia.

c) Falta de periodicidade nas publicações - foi verificado um aumento da atividade dos grupos nos meses relativos ao início das aulas – fevereiro ou março, dependendo da universidade,

¹⁵ Coletivo Genis/USP – *Facebook*: <https://www.facebook.com/coletivogenis> /*Instagram*: @coletivogenis – Acesso: 21 abr. 2020.

¹⁶ Minas do IQ – Instituto de Química/ UNICAMP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/minasdoiq> Acesso: 01 abr. 2020.

diminuindo no período de férias acadêmicas, especificamente nos meses de julho, dezembro e janeiro.

d) Autoexpressão - os coletivos universitários feministas se revelam comunidades onde os participantes se comunicam de maneira espontânea, consequência do caráter de anonimato das redes, deixando em cada relato expressões de suas subjetividades e experiências, indo ao encontro da observação feita por Castells (2003, p. 446) de que “mulheres e outros grupos sociais oprimidos parecem tender a se expressar de forma mais aberta devido à proteção do meio eletrônico”.

Como exemplo, temos os relatos compartilhados pelas participantes na página da comunidade “Ele é da USP”¹⁷ no *Facebook*. São apresentadas narrativas de alunas de diversos cursos da Universidade de São Paulo sobre as violências de gênero sofridas nos *campi* e trazem relatos de comentários machistas, proferidos por colegas e professores a respeito do comportamento de alunas ou de suas roupas, além de casos de gordofobia e toques e relações sexuais não consentidas.

e) Espaço de formação alternativa - reflexões sobre novas perspectivas feministas, que ganharam vieses a partir dos estudos decoloniais e interseccionais, são um dos assuntos mais discutidos pelos coletivos feministas por abordarem discussões sobre desigualdade, preconceito e violência de gênero e de etnia. Esses assuntos comumente não são discutidos em sala de aula, por desconhecimento dos docentes ou engessamento dos currículos, porém, o acesso a materiais disponibilizados gratuitamente pela *internet* gerou a necessidade de informações que possam gerar mais reflexão sobre as opressões vivenciadas no ambiente acadêmico. Um desses encontros foi organizado pela Frente Feminista Limeira¹⁸ em 2021, e abordou a interseccionalidade de marcadores sociais.

¹⁷ Ele é da USP. *Facebook*: https://www.facebook.com/eleedaUSP/?ref=page_internal Acesso: 07 abr. 2020.

¹⁸ Frente Feminista Limeira/UNICAMP - *Facebook*: <https://www.facebook.com/rentefem> Acesso: 03 jul. 2021.

O coletivo feminista da universidade particular paulistana possui diversos conteúdos informativos nas redes sociais, sobre misoginia, violência contra a mulher, sobre as sufragistas brasileiras, arte e política transfeminista, a questão da palestina – para citar conteúdos recentes das publicações. Além disso, o grupo também grava as suas reuniões de discussões de filmes ou assuntos feministas e disponibiliza no *Youtube*. Ainda, a ativista do grupo, Evelyn (Entrevista, 2023) apontou que engajar as pessoas presencialmente é uma dificuldade. Nesse sentido, o grupo adotou algumas estratégias digitais:

A gente vai ocupar esses espaços nas redes sociais que é onde as pessoas estão passando mais tempo e a gente vai tentando alcançar elas por lá. E também, como a gente sabe, os discursos da extrema direita e discursos anti-democráticos, eles crescem muito na internet. Então, por exemplo, se você pesquisar feminismo, provavelmente uma das primeiras pesquisas que você vai receber é do Brasil Paralelo contando mentiras sobre o que é feminismo. Então a nossa intenção é realmente lutar contra isso e ter alguma coisa também que as pessoas possam acessar depois e tenham sempre aquilo. Então é... Você não sabe o que é tal coisa? Então você vai poder ver no Instagram e achar aquilo. Você vai poder... Ah, tem essa palestra que eu queria ter assistido sobre decolonialidade e transfeminismo. Ah, mas tá no nosso YouTube...

Ainda, na perspectiva da estudante, a formação política e cultural oferecida por universidades particulares e públicas possuem distinções. A ativista relatou que considera que nas universidades particulares o objetivo dos cursos é apenas a formação dos/as estudantes para estágios e uma boa inserção no mercado de trabalho. Assim, discussões políticas, como as feministas, é uma função dos coletivos políticos e de outras entidades estudantis. Todavia, colocando essa perspectiva em contraposição aos coletivos feministas de outras universidades públicas, é possível notar uma insatisfação geral com a falta de

discussões sobre a violência de gênero e étnico-racial, por exemplo, nos currículos e em atividades institucionais.

f) Apoio a outros coletivos e ações sociais a partir de *hashtags* – os coletivos feministas estão constantemente apoiando outros coletivos e ativistas em suas lutas e ações, mesmo que não sejam relacionadas à violência na universidade. Um exemplo é a ação “Chuva Feminista”, organizada pelo Coletivo Enedina Alves¹⁹, da EEL/USP, junto ao Coletivo Feminista UFSCar LS²⁰ e ao Coletivo Feminista Esquadrão das Minas²¹, ambos criados por estudantes do *campus* Lagoa dos Sinos/SP da Universidade Federal de São Carlos/SP.

Em *post* de 04/08/2020, o Coletivo Enedina Alves explica que a proposta da ação foi reunir as demandas e informes de diversos coletivos em um mesmo perfil do *Instagram* a fim de conseguir maior visibilidade e integração a partir da divulgação de eventos e postagens de outros coletivos, aumentando, assim, seu alcance. Para isso, a ação Chuva Feminista utilizou um marcador digital, ou *hashtag* – #chuvafeminista – como agregador dos *posts*.

Este recurso é bastante utilizado pelos coletivos universitários aqui analisados quando se trata de demandas de interesse de toda a sociedade, pois as *hashtags*, além de congregar indivíduos, também mobilizam grupos sociais que buscam formar redes de ação e acolhimento, prioritariamente para relacionar o conteúdo dos *posts* a tópicos ou ações relevantes de outros grupos ou organizações.

Feixa, Fernández-Planells e Figueras-Maz (2016) entendem que os usos das redes sociais e *smartphones* impactam a experiência de uma geração de sujeitos que nomeiam como Geração #. Para os autores, os/as nascidos/as a partir de 1985 se relacionam com as informações de uma maneira “viral”, por conta de sua rapidez e

¹⁹ Coletivo Enedina Alves - EEL/USP. *Facebook*: <https://www.facebook.com/coletivofeministaenedina> Acesso: 20 jan. 2022.

²⁰ Coletivo Feminista UFSCar/Lagoa dos Sinos. *Facebook*: <https://www.facebook.com/feminismoufscarls> Acesso: 20 jan. 2022.

²¹ Coletivo Feminista Esquadrão das Minas.

volume. Por essa análise, é possível dizer que os usos da internet, redes e *hashtags* fazem parte de uma realidade hiperdigitalizada. Essas dimensões afetam globalmente os ativismos políticos. Como exemplos disso, podemos pensar sobre mobilizações feministas recentes na Argentina, com o movimento #NiUnaMenos (Gabardo; Lima-Lopes, 2018).

g) Agências distintas – os coletivos feministas são flexíveis em relação às pautas de discussão, que também giram em torno de políticas de inclusão, diversidade social e situação política do país. Exemplos não faltaram na pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2021: diversos conteúdos remetiam aos cuidados com a transmissão do vírus, muitos deles abordando o acolhimento emocional àqueles que sofreram com as mudanças comportamentais causadas pelo confinamento.

A pobreza menstrual que atinge mulheres e meninas no país se tornou tema de intenso debate a partir de 2021, e a falta de políticas públicas que leva à precarização da vida feminina no Brasil foi assunto de *post* da Coletiva Maria Sem Vergonha²²: uma imagem trazia informações sobre a situação de meninas e mulheres no estado do Ceará, segundo dados de janeiro a julho de 2021, divulgados pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH): "Em 2018, o Ceará somou 187 internações por doenças inflamatórias pélvicas na faixa etária de 10 a 19 anos. Um dos motivos, como alertam ginecologistas, é o uso de alternativas ao absorvente – como papel higiênico, panos e até jornal" (Coletiva MSV, 2021).

Considerações finais

Nesse capítulo, buscamos apontar para práticas de resistência e enfrentamento às violências de gênero protagonizadas por coletivos feministas, sobretudo em contextos universitários. Ainda, relacionamos os grupos a um cenário de ativismos feministas

²² Idem

contemporâneos mais amplos. Considerando a centralidade das redes sociais nas práticas dos grupos e em outras formas de mobilizações políticas atuais, também analisamos a atuação de coletivos feministas universitários no meio digital.

Além disso, considerando as características relacionadas aos coletivos políticos como a horizontalidade, autonomia e multiplicidade de pautas políticas, ainda é preciso apontar para a heterogeneidade dos grupos. Ou seja, a partir de cada contexto, diferentes ativistas se apropriam de referências políticas específicas e constroem os coletivos feministas. Assim, os coletivos podem ser entendidos como formações políticas interessantes, também, pela sua diversidade de formas de organização (Perez; Souza, 2020).

Alvarez (2014), analisando três momentos distintos de práticas feministas no contexto brasileiro e na América Latina nos séculos XX e XXI, propõe analisar diferentes feminismos não como constitutivos "do" movimento feminista. Ao contrário, a autora compreende os feminismos como campos discursivos de ação.

Como conjuntos de ideias, pressupostos, temas e interpretações, os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteando as estratégias e identidades das autoras/es que se coligam nesse campo (Alvarez, 2014, p. 19).

Nesse sentido, os coletivos são parte desses campos, estabelecendo possibilidades e disputas entre os diferentes feminismos. Ademais, é possível dizer que a ampliação recente da associação de ativistas em coletivos também se relaciona aos diversos protestos globais críticos ao capitalismo dos anos 2010, compreendidos como antiglobalização ou altermundistas. Alvarez (2014) entende esse contexto como um terceiro momento do feminismo latino-americano. Nesse cenário, além da expansão de grupos que se autodenominam autônomos e recusam lideranças únicas, o feminismo é expressivo nos protestos nas ruas. No contexto nacional, em 2015, destacam-se os protestos #ForaCunha,

em que mulheres se revoltaram contra a aprovação do projeto de lei 5.069/2013 que colocava obstáculos ao acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. *A Marcha das Margaridas* e a *Primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras* são algumas outras mobilizações feministas importantes (Hollanda; Bogado, 2018).

Os coletivos feministas universitários e os seus usos das redes sociais digitais também compõem esse contexto mais amplo de ativismos políticos. Ademais, pensando sobre as especificidades do contexto universitário, cabe dizer que o uso da força de distribuição de mensagens, propiciada pelas redes sociais *on-line*, tem potencial de tornar visíveis as violências sofridas pelas estudantes e impactar a percepção de outros indivíduos, que podem se identificar com as suas demandas. Assim, podem ser construídas possibilidades de reflexão e adesão à luta por vivências livres de violências nas instituições.

A violência relacionada ao gênero e suas interseccionalidades no âmbito universitário é uma questão que pede medidas urgentes das universidades. Por esse motivo, acreditamos que a divulgação dos abusos, assédios e discriminações pode pressionar gestores universitários, autoridades jurídicas e policiais a tomarem providências, além de promover a implantação de políticas institucionais de prevenção e enfrentamento.

Além disso, apontamos que a criação de espaços para a circulação de saberes que possam levar à desconstrução da intolerância é importante no contexto universitário. Como aponta De Abreu (2010), é necessário desenvolver práticas educativas que contemplem as distintas formas de ser mulher. Assim, grupos de estudos sobre feminismos ou transformações no currículo das instituições também podem ser caminhos para quebrar círculos de violência contra as universitárias. Essa perspectiva se aproxima de bell hooks (2017) pela compreensão de que a aliança entre teoria social e experiência pode ser libertadora:

Se o testemunho pessoal, a experiência pessoal, é um terreno tão fértil para a produção de uma teoria feminista libertadora, é porque

geralmente constitui a base da nossa teorização. Enquanto trabalhamos para resolver as questões mais prementes da nossa vida cotidiana (nossa necessidade de alfabetização, o fim da violência contra mulheres, a saúde da mulher, seus direitos reprodutivos e a liberdade sexual, para citar algumas), nos engajamos em um processo crítico de teorização que nos capacita e nos fortalece (hooks, 2017, p. 97).

Estudantes de todo o mundo reclamam equidade e respeito às mulheres e suas múltiplas identidades na vivência universitária. Desse modo, as ativistas estão alinhadas com o pedido de Chatterjee (2018) por uma universidade que se esforce para que “a inserção das subjetividades seja uma liberdade assegurada”. Acreditamos que por meio dos coletivos feministas universitários, na luta política das estudantes por uma outra vivência nessas instituições, esse caminho esteja sendo traçado.

Referências

AHMED, Sara. **Vivir una vida feminista**. Barcelona: Bellaterra, 2018.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, p. 13–56, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?lang=pt>>. Acesso em: 5 set. 2024.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Trotes, assédios e violência sexual nos *campi* universitários no Brasil. **Revista Gênero**, v. 17, n. 2, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e4ba/2b6617318638db84ff267fcd102d33536fa0.pdf> Acesso: 13 maio 2019.

BAPTISTA, Érica A.; ORLANDINI, Maiara Garcia; CARRARO, Gabriela. Ativismo feminista on-line: análise das estratégias discursivas da hashtag# primeiroassédio. **Fronteiras-Estudos midiáticos**, v. 22, n. 3, p. 106-120. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.223.09>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. *In*: BRANDÃO, Isabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecilia A. **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas**, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003, 1ed.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura)** v. 01. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHATTERJEE, Shraddha. Speculations from the Borderlands of Knowledge and Survival in the Academy. *In*: CHANDRASHEKAR, Karuna; LACROIX, Kimberly e SIDDIQUI, Sabah. **Special Issue 'Sex and Power in the University' Annual Review of Critical Psychology**, Vol. 15, 2018. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002997738.pdf> Acesso: 03 set. 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, 2002.

DE ABREU, Carla. Narrativas digifeministas: arte, ativismo e posicionamentos políticos na internet. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, v. 2, n. 4, p. 134-152, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3603/2320> Acesso: 27 set. 2018.

FEIXA, Carles; FERNÁNDEZ-PLANELLAS, Ariadna; FIGUERAS-MAZ, Mónica. Generación Hashtag. Los movimientos juveniles en la era de la web social. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 14, n. 1, p. 107–120, 2016.

GABARDO, Maristella; LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de. Ni Una Menos: Ciência das Redes e Análise de um Coletivo Feminista. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/496>>. Acesso em: 27 set. 2024.

GOHN, Maria da Glória M. Mobilização da juventude e redes sociais. *In*: 68ª Reunião Anual da SBPC, 2016, Porto Seguro - BA. **Anais/Resumos da 68ª Reunião Anual da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2016. p. 01-07

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. 7ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2007. p. 33-118.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; BOGADO, Maria. Parte 1: a nova geração política. Rua. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

MAIA, Gretha L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php//article/view/8630> Acesso: 20 jan. 2020.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 179-207, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/660> Acesso em: 10 jul. 2018.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism without borders**. Duke University Press, 2003. Disponível em: <https://hamtramckfree.school.files.wordpress.com/2014/05/mohanty-chandra-feminism-without-borders-decolonizing-theory-practicing-solidarity.pdf>
Acesso em: 05 dez. 2021.

PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, p. 577–596, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/Q4Pg9WHm8rdWkZMdrnckQDM/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 3, p. e83260, 2023. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2023000300200&tlng=pt. Acesso em: 20 ago. 2024.

PEREZ, Olívia Cristina; SOUZA, Bruno Mello. Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. e217820, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/yJWCsH4YXhsXBTdgnWGwXfD/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 36–51, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46648>. Acesso em: 13 ago. 2024.

VARGAS, Juliana; SARAIVA, Karla. Feminismos e redes sociais: (in)ações e (im)possibilidades de jovens de periferia urbana. **Práxis Educativa**, v. 14, n. 3, p. 1188–1209, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-43092019000301188&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 ago. 2024.

Feminismos contemporâneos e o Poetry Slam: a experiência da Slam das Minas SP

Juliana Adono da Silva
Maria Eduarda de Moraes Torres

Introdução

Espancaestanca
como faz pra apagar uma lembrança?
quem estanca o que a memória espanca?
isso de ser mulher que sangra:
pelas pernas
pelos peitos
pelos olhos
me ilha em mim
Luz Ribeiro

As Batalhas de Poesia protagonizadas por mulheres da periferia paulistana têm se configurado como legítimos espaços de reivindicação por direitos e contestação à ordem social. A Slam das Minas SP, oriunda do Poetry Slam, é um dos lugares em que mulheres têm se organizado e protestado a partir de suas narrativas. Com a intenção de discutir essas práticas estéticas, poéticas e políticas, pretende-se analisar o giro feminista nesse movimento.

Transformações recentes no Poetry Slam, principalmente, uma acentuação das questões de gênero interseccionadas a outras dimensões como sexualidade, questões étnico-raciais e território, permitem-nos algumas reflexões. Entre essas é possível observar um aproximação entre o feminismo e as batalhas poéticas.

O espaço que as discussões feministas ocupam no Slam contemporaneamente pode ser pensado a partir de questões

internas no movimento, como violências de gênero experienciadas por slammers. Entretanto, também existem aproximações entre práticas feministas contemporâneas e como as questões de gênero são articuladas por artistas em suas poesias e performances.

Considerando isso, o capítulo pretende discorrer sobre a experiência da Slam das Minas SP. Pretende-se demonstrar como a coletiva, mais que uma expressão poética, também se configura como uma prática de resistência feminista na contemporaneidade. Entendendo essas práticas em suas dimensões poéticas e políticas, também é possível traçar relações entre algumas tendências verificáveis no Poetry Slam e aspectos dos ativismos feministas contemporâneos.

Slam das Minas SP: um giro feminista

O Poetry Slam é um movimento artístico-cultural que se articula em comunidades literárias de poesia falada como uma expressão poética de uso sobretudo político. Seu nascimento se deu em 1986, nos Estados Unidos, com uma proposta coletiva e comunitária (D'Alva, 2011, p. 120-121).

Na contramão da perspectiva eurocêntrica presente nos grandes cânones de produção literária, o Poetry Slam vem a se popularizar mediante a democratização do acesso à poesia, bem como a ampliação de suas diferentes formas de manifestação, de modo a alcançar os grupos sociais não pertencentes às classes dominantes, bem como os espaços não acadêmicos (D'Alva, 2019).

Assim como nos saraus de poesia que se espalharam pelas periferias do Brasil no começo dos anos 2000, recuperando e ressignificando o termo 'poesia marginal', a ideia do formato poetry slam é a de democratizar o acesso à poesia, devolvendo-a novamente às pessoas, a partir de um jogo cênico no qual, como em todo jogo, a torcida, a emoção e o senso de participação façam parte do encontro (D'Alva, 2019, p. 270).

Como uma comunidade literária, vários atores estão presentes na cena do Poetry Slam, por isso, apesar de seus desdobramentos, alguns pontos em comum fazem deste coletivo um movimento de alcance mundial. Participam das batalhas de poesia as pessoas slammasters, slammers, jurados e espectadores.

As slammasters organizam as batalhas mediante a utilização de um roteiro, com a devida delimitação de seus pontos de partida e de chegada. Para tanto, ancoram-se em princípios horizontais, bem como prezam pelos vínculos comunitários e por um círculo poético livre de hierarquias (D'Alva, 2019, p. 121).

São denominadas slammers as pessoas poetas que participam das batalhas. Os jurados, por outro lado, são as pessoas que atribuem as notas para cada expressão poética ali representada. Por fim, os espectadores são as pessoas presentes no espaço.

A configuração do Poetry Slam segue algumas regras que precisam ser observadas: poemas de autoria própria, limite de 3 minutos de fala, sem acompanhamento de música, acessórios e/ou figurinos. Além disso, a escolha dos jurados é feita aleatoriamente em meio ao público, de modo que sejam atribuídas notas de zero a dez às poesias participantes da Batalha (D'Alva, 2019, p. 270).

No espaço do Poetry Slam dois elementos estão substancialmente presentes: a autorrepresentação e a performance (D'Alva, 2019, p. 121). As expressões poéticas levadas pelas pessoas slammers contêm em suas narrativas denúncias das violências que atravessam as suas trajetórias. Nesse sentido, pode-se destacar o teor poético-político ali presente (D'Alva, 2011, p. 124).

Sob a idealização de Roberta Estrela D'Alva, o Poetry Slam passa a fazer parte da cena cultural brasileira em 2008, com início na ZAP! – Zona Autônoma da Palavra, em São Paulo/SP, conduzido pelo coletivo artístico Núcleo Bartolomeu de Depoimentos. Influenciado pela tradição oral presente no país, o Poetry Slam assume uma dimensão que articula oralidade e produção poética popular urbana, além de configurar-se como um espaço democrático de construção de narrativas e escuta coletiva (o

que o insere ao encontro com as demandas das populações dos grandes centros urbanos) (D'Alva, 2019, p. 271).

Para o slammer brasileiro Emerson Alcalde, as narrativas do Poetry Slam não são homogêneas, não existindo, também, um parâmetro ideal para a poesia falada, mas sim um espaço que se constitui como porta-voz das pessoas ali envolvidas. Em suas palavras: "Não existe conteúdo de slam, não existe um único jeito de declamar de slam, não existe poesia slam. O que existe são pessoas com vontade de dizer algo e pessoas querendo ver e ouvir o que se tem a falar" (Alcalde, 2024, p. 22).

Quatro anos após o primeiro formato Poetry Slam no Brasil, vem a ser inaugurado, especificamente em fevereiro de 2012, o Slam da Guilhermina, na Zona Leste de São Paulo. O intuito de sua fundação nasceu da necessidade de construção de um espaço de debate político e de lazer, em articulação com a literatura marginal, na via pública. É diante disso que o movimento ganha novos contornos no Brasil, uma vez que a proposta de sua edição pioneira se deu em locais fechados como teatros, cafés, bibliotecas, etc. (Alcalde, 2024, p. 32-34).

Desde então, o Poetry Slam tem alcançado novos territórios e se ampliado como movimento cultural, além de ganhar novos contornos em virtude de sua ampliação. O último mapeamento publicado totalizou uma quantidade de 438 slams no Brasil, sendo 100 realizados no estado de São Paulo (Alcalde, 2024).

No âmbito deste movimento, houve a articulação de diversas dinâmicas, a partir de desdobramentos com recortes específicos, constituindo uma significativa transformação no cenário do Poetry Slam. Como parte desse processo, destaca-se o surgimento da Slam das Minas, que teve a sua primeira edição em 2015 no Distrito Federal, marcando uma ruptura com o teor exclusivamente heteronormativo antes presente, e dando espaço para a perspectiva de gênero no movimento (Alcalde, 2024, p. 68).

Para Tatiana Nascimento, slammer brasileira e uma das fundadoras do movimento no Distrito Federal, esse processo

também desloca a matriz hegemônica que organiza os papéis sociais “femininos”. Em suas palavras:

[...] percebemos que de acordo com o sexo/gênero as pessoas têm maior ou menos facilidade de falar em público, ou seja, homens acabam falando mais, já que têm desde criança o treino para expansão, para ocupar o lugar público com a voz. Isso se reflete nos slams que são mistos para mulheres e homens, mas que têm maioria de homens participando e ocupando a cena como protagonistas, mesmo que muitas minas, mulheres, lésbicas estejam nos bastidores – organizando, sendo juradas, divulgando, dando força, fazendo parte da plateia (Nascimento apud Alcalde, 2024, p. 69).

As colocações da slammer demonstram um importante aspecto presente nas novas dinâmicas adotadas pelo Poetry Slam como movimento cultural: a ampliação do espaço para a inserção da autorepresentação e da performance desde as identidades femininas (e aqui compreende-se as identidades cis e trans, uma vez que o movimento não compactua com o ideal universalizante de mulher).

Essa ampliação marcada pelo recorte de gênero ganhou terreno em outros estados, inicialmente por meio da utilização do termo “Slam”, acompanhado da sigla do estado. Posteriormente, foram introduzidas novas representações, como “Slam Delas”, “Slam das Mulés”, “Slam das Gurias”, dentre outras, em observância às especificidades locais dos territórios (Alcalde, 2024, p. 69).

Um ano depois, a Slam das Minas passa a se organizar em São Paulo como a segunda coletiva desta modalidade. A sua composição inicial tinha Carol Peixoto, Luz Ribeiro, Mel Duarte e Pam Araújo como slammasters, que desempenharam importante papel na ampliação do movimento, uma vez que estimularam a sua fundação em outros territórios, como, por exemplo, a criação da terceira comunidade, que resultou na inauguração de Dandaras do Norte no estado do Pará, em abril de 2017 (Alcalde, 2024, p. 70).

A consolidação do recorte de gênero no Poetry Slam é caracterizada pela centralização de determinados temas nas narrativas presentes nas batalhas. Um desses temas foi o

feminismo, uma vez que as slammers, ao ocuparem esta comunidade literária como espaço de contestação-reivindicação, apresentaram denúncias relacionadas à violência de gênero que atravessava as suas trajetórias, estando presente, inclusive, na própria cena dos saraus e dos slams.

As referidas denúncias potencializaram uma transformação radical no Poetry Slam, considerando que os denunciados

[...] foram proibidos de participarem, nos casos mais graves, ou tiveram de mudar radicalmente suas atitudes, assim como os que foram chegando depois perceberam que tais comportamentos, repetidos com frequência na sociedade, nestes espaços não seriam bem-vindos (Alcalde, 2024, p. 72, grifos nossos).

Tal transformação deu vida ao que pode ser denominado como um giro feminista no Poetry Slam. Ao identificarem situações de violência de gênero dentro do próprio movimento, as slammers promoveram a criação de novos mecanismos dentro do espaço poético-político das Batalhas: para além do surgimento de modalidades com recorte de gênero, adotaram-se ferramentas de conscientização sobre a problemática, de modo a concretizar relevantes alterações dentro do próprio movimento.

Para a cientista social brasileira Raffaella Fernandez, tais mudanças traduziram-se também na inclusão neste território de:

[...] corpos da dissidência, antes predominadas por homens heteronormativos. Essas mulheres encontram, portanto, na poesia falada um lugar de refúgio, alívio, desabafo, luta, liberdade e criatividade em meio a uma sociedade hostil às existências colocadas em condições de subalternização. Como sabemos, a concepção etnocêntrica valoriza a cultura do homem cis europeu em detrimento de outras culturas e se estende a todos os espaços urbanos fazendo com que os valores patriarcais se reproduzam também nos espaços marginais. Portanto, as slammers constroem seus próprios territórios onde suas dororidades, conquistas e elaborações artísticas são compartilhadas em rodas onde a escuta é ponto de partida e

caminho, ou seja, um momento de discussão interna de acolhimento das dores de outra mulher não branca em situação similar ou semelhante (Fernandez, 2021, p. 93-94).

A construção de novos territórios, sob a perspectiva de gênero, é também marcada pelo que Fernandez denomina *palavração*, estruturando-se como um “método estético, pedagógico e político”, correspondente aos:

[...] slams performatizados através dos corpos de mulheres em resistência e reexistências, fazendo ecoar novos sentidos e sentimentos praticados por elas no contexto latino-americano na tessitura comunicativa real e imaginária, onde podemos encontrar diversas ressonâncias, sobretudo na expressividade rasuradora de padrões, produtora de respostas aos modos de expressão contestados por elas, em um duplo movimento poético e político frente ao espaço público marcado por práticas de origem coloniais (Fernandez, 2021, p. 94).

Tais rupturas e desdobramentos dão novos contornos ao Poetry Slam, ao ampliarem este espaço para o protagonismo das mulheres como slammers e slammasters, resultando num giro feminista, representado pelas identidades periféricas, trans e não-binárias.

Este giro feminista, além de se expressar na experiência da Slam das Minas SP, integra uma grande rede artístico-literária que articula produção poética e formação política em espaços não institucionalizados e conduzidos por pessoas que até então a literatura etnográfica incluiu na denominação do “Outro”, considerando as subalternidades, as subjetividades e as tensões que demarcam a existência destes segmentos sociais (Fernandez, 2021, p. 100).

Ademais, o giro feminista no Poetry Slam também se caracteriza pelos processos de insurgência ali protagonizados, mediante o que a socióloga argentina María Lugones denominou como “subjetividade resistente”, cuja expressão se dá infrapoliticamente

[...] em vez de fazê-lo em políticas estatais, o que costuma abrir espaço para contestações públicas. Legitimidade, autoridade, voz, sentidos e visibilidade são negadas à subjetividade resistente. A infrapolítica marca um olhar para dentro, na política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o poder das comunidades oprimidas na construção de significados de resistência e de pessoas resistentes à constituição de significados e à organização social pelo poder (Lugones, 2019, p. 362).

A infrapolítica, portanto, centraliza o giro feminista para uma metamorfose substancial que deslocou os sentidos e as dimensões do Poetry Slam, tomando como experiência o recorte de gênero que passou a constituir determinadas modalidades no país, com destaque à Slam das Minas SP, que além de articular-se como um espaço poético-político protagonizado por mulheres das periferias paulistanas, constitui-se, sobretudo, como um movimento cultural que ora abriga as denúncias referentes às especificidades da violência de gênero que atravessa a vida destas mulheres, ora organiza-se como uma comunidade literária de escuta feminista.

Feminismos contemporâneos e o Poetry Slam

É possível estabelecer relações entre a ampliação das questões de gênero no Slam e tendências verificáveis em ativismos feministas contemporâneos. Vínculos comunitários, coletivos e horizontais, a recusa por uma liderança única, a autorrepresentação, a performance e uma perspectiva feminista que considera pautas para além de gênero são algumas dessas interligações. Vale discorrer sobre essas perspectivas para incluir essa expressão político-poética em um âmbito mais amplo de ativismos contemporâneos.

Hollanda e Bogado (2018) discorrem sobre tendências de uma nova geração feminista que, a partir da ótica das autoras, pode ser vista já nos anos 2010 em manifestações como a Marcha das Vadias. Nesse novo momento do movimento, aponta-se a busca por

práticas mais autônomas e horizontais e a dimensão do corpo e da performance como estratégias políticas relevantes. Ainda, é possível pensar em um retorno às ruas com protestos e múltiplas estratégias estético-políticas nas redes sociais (Alvarez, 2014).

Esse cenário político também atinge a poesia e os projetos artísticos de jovens poetas. Klien (2018) destaca uma série de novas poetas do feminismo. Essas jovens não se declaram, necessariamente, como feministas. Entretanto, observam-se em seus trabalhos diversas temáticas relacionadas ao movimento: "Ainda que algumas poetas não reconheçam seu trabalho como poesia explicitamente feminista, a presença da perspectiva de gênero, do corpo e dos vários formatos de erotismo são estruturais em praticamente todos os textos da poesia pós-2013." (Klien, 2018, p. 107).

A associação de jovens em coletivos políticos e culturais é marcada pelos protestos conhecidos como as jornadas de junho de 2013 no Brasil. Perez (2019) entende a ampliação expressiva desses grupos entre 2012 e 2016 como um legado desses protestos. Por essa perspectiva, a participação nas jornadas possibilitou uma aproximação de jovens a diferentes formas de mobilizações mais horizontalizadas e críticas a instituições tradicionais. As jornadas se iniciaram no país com manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da passagem do transporte coletivo em São Paulo. Contudo, os protestos não ocorreram exclusivamente em junho e se expandiram para diversas cidades do país.

Entretanto, mesmo com a ampliação recente dos grupos no cenário nacional, é necessário frisar que coletivos autônomos ou iniciativas independentes fazem parte dos movimentos feministas no século XX (Alvarez, 2014). Contudo, uma expansão de coletivos autônomos recentes, por exemplo, aponta para algumas tensões geracionais entre ativistas. Ainda, a aproximação de jovens feministas a pautas que extrapolam as questões de gênero e a associação por meios menos tradicionais, como as redes sociais, são apontadas por Daflon, Costa e Borba (2021) como distinções entre feministas de diferentes idades.

Essas características relacionadas a práticas feministas de jovens também se aproximam das discussões sobre a emergência de uma "quarta onda" do feminismo. Perez e Ricoldi (2023) apontam para a interseccionalidade como uma orientação teórico-política dessa nova geração do movimento. A interseccionalidade é uma ferramenta analítica e política que nos permite pensar sobre a indissociabilidade entre estruturas de dominação (Akotirene, 2019). Nesse sentido, é possível compreender como as dimensões de raça, gênero, classe, etárias (entre outras) se interseccionam, gerando experiências diversificadas para diferentes posições que os/as sujeitos/as assumem nas encruzilhadas (Collins; Bilge, 2020).

Pesquisas sobre o movimento de mulheres negras no século XX, como a de Rodrigues e Freitas (2021) e Rios, Perez e Ricoldi (2018), apresentam a presença da articulação de classe, raça e gênero como uma pauta de ativistas desde os anos 1970 e 1980. De fato, é possível destacar coletivos de feministas negras como o Combahee River nos Estados Unidos e grupos no Brasil, como o Nzinga Informativo. Uma ativista significativa do movimento de mulheres negras no cenário nacional no século XX é Lélia González:

Lélia Gonzalez é figura primordial para se compreender não apenas esse momento do Movimento de Mulheres Negras, mas por antever as discussões que atualmente ressoam por meio do debate que caracterizamos como interseccional, principalmente na tríade gênero-raça-classe. Ao mesmo tempo em que transitava pelos movimentos negro e feminista, Gonzalez criticava a ambos, frisando que os feminismos deveriam dar atenção às múltiplas formas de opressão que recaem sobre as mulheres (Rodrigues e Freitas, 2021, p. 6).

Nos anos 90, em um segundo momento, a "institucionalização" do feminismo passa a ser discutida. A presença de ativistas em instituições de ensino, partidos e em organizações internacionais como a ONU e o Banco Mundial se destacam (Alvarez, 2014). As ONGs passam a ser um agente significativo no movimento feminista, de maneira geral. Entretanto, como Alvarez (2014)

aponta, práticas coletivas autônomas persistem em todos os momentos dos movimentos feministas, mesmo que não sejam consideradas hegemônicas.

Nos anos 2010, é importante destacar a ascensão de jovens feministas como um coletivo político. Como Saavedra aponta (2020, p.03): “Sempre houve jovens nos movimentos feministas, mas apenas nos anos 2000 as jovens passaram a se articular como uma 'categoria', como agentes que reivindicam reconhecimento, espaço próprio e voz específica no interior do movimento”. Zanetti (2011) resgata a luta de jovens feministas, sobretudo com a sua atuação no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em 2005, reivindicando pautas referentes às opressões geracionais dentro do movimento, e o I Encontro de Jovens Feministas. Ainda, é possível citar a Articulação Brasileira de Jovens Feministas (ABJF). Por outro lado, como Alvarez (2014) aponta, a identidade “feminista jovem” também é permeada de conflitos:

Devo frisar que várias dentre as minhas entrevistadas mais moças sustentaram que a autoidentidade como “feminista jovem” era mais comum entre as que circulavam no circuito ONGs-ONUCooperação Internacional-Estado e nos meios partidários, sindicais, e estudantis, os quais as demarcam institucional e discursivamente enquanto tal. Muitas outras com quem conversei simplesmente se reconheciam como feministas e ponto, ou com adjetivos como “anarcas” ou anticapitalistas ou negras ou queer, mas não primordialmente como “jovens”. (Alvarez, 2014, p. 34)

Ainda, de acordo com Rodrigues e Freitas (2021, p. 44): “A ascensão de jovens feministas negras com suas maneiras inovadoras de fazer política, o recrudescimento das organizações de base voluntária e as estratégias de 'ocupação da política' representam a quintessência do feminismo negro brasileiro da década de 2010.”. A articulação das jovens em coletivos culturais faz parte desse processo, como o Slam das Minas.

É nos saraus da periferia que a afirmação feminista negra tem encontrado o seu principal espaço de ressonância para um público mais amplo. Os saraus podem ser definidos como reuniões em locais públicos de bairros periféricos das cidades (bares, restaurantes, centros comunitários etc.), em que participantes declamam ou leem textos próprios ou de outros, diante de um microfone. O Slam das Minas, competição de poesia falada fundada em Brasília e que se expandiu pelo país, foi um dos espaços constituídos especificamente para mulheres, em sua maioria negras, poderem apresentar as próprias poesias, ao constatarem que tinham pouca visibilidade nos slams já existentes (Rodrigues e Freitas, 2021, p. 32).

Considerações finais

O Poetry Slam, como movimento cultural, literário, artístico e social, tem se articulado como um espaço poético-político com a finalidade que ultrapassa a democratização da poesia, mas também se configura como instrumento de fala e escuta, cujos protagonistas são oriundos das periferias do espaço urbano, de modo a formar uma comunidade literária periférica de poesia falada.

O presente estudo procurou demonstrar como o Poetry Slam passou por um processo de transformação, mediante um giro feminista, que promoveu a ampliação dos objetivos deste coletivo, em observância à perspectiva de gênero e às demandas feministas periféricas ali presentes, considerando as especificidades desde as periferias paulistanas.

Esse giro feminista está entrelaçado aos ativismos na contemporaneidade, deslocando as formas se de fazer política. Por meio da arte, da poesia performática (que também foge dos cânones literários clássicos) e de coletivos autogeridos, a Slam das Minas SP representa um dos moldes contra-hegemônicos dos feminismos contemporâneos, ancorada na interseccionalidade.

Portanto, mais que um espaço de poesia falada, a Slam das Minas SP representa um segmento da cena artístico-cultural urbana periférica que, ao evidenciar as agências das mulheres que ali se

articulam, caminha lado a lado com os feminismos contemporâneos.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALCALDE, Emerson. **O que é slam de poesia**. 1ed. São Paulo: Editora FALA: Autonomia Literária, 2024.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, p. 13–56, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/?lang=pt>>. Acesso em: 5 set. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, 2002.

DAFLON, Veronica Toste; COSTA, Débora Thomé; BORBA, Felipe. Gênero, feminismo e geração: uma análise dos perfis e opiniões das mulheres manifestantes no Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, v. 61, 2021.

D'ALVA, Roberta Estrela. SLAM: voz de levante. **Rebento**, n. 10, p. 268-286, 2019.

DALVA, Roberta Estrela. Um microfone na mão e uma ideia na cabeça-o poetry slam entra em cena. **Synergies Brésil**, n. 9, p. 119-126, 2011.

FERNANDEZ, Raffaella. Comunhão decolonial no slam de mulheres latino-americanas. **Língua-lugar: Literatura, História, Estudos Culturais**, n. 4, p. 90-107, 2021.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf%27>>. Acesso em: 03 out. 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; BOGADO, Maria. Parte 1: a nova geração política. Rua. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KLEIN, Julia. Na poesia. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Pensamento feminista: Conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, v. 25, p. 577–596, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/Q4Pg9WHm8rdWkZMdrnckQDM/?lang=pt>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 3, p. e83260, 2023. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2023000300200&tlng=pt>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 36–51, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46648>. Acesso em: 22 maio. 2024.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. e238917, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVLSRPHzdDzVpBYMq/>>. Acesso em: 3 out. 2024.

ZANETTI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. **Cadernos Pagu**, v. 36, p. 47–75, 2011.

O filme *Adoráveis Mulheres* como diálogo crítico sobre a construção social de gênero

Gabriel Satoshi Kawata

“*Adoráveis Mulheres*” de Greta Gerwig

Adaptando o romance de Louisa May Alcott (1832-1888), Greta Gerwig trouxe aos cinemas uma nova versão¹ de *Adoráveis Mulheres* (2019), contando a trajetória de Josephine, Margaret, Amy e Elizabeth. As quatro irmãs March demonstram a vida cotidiana e ardilosa de ser uma mulher no século XIX². Com isso, a diretora Gerwig explora as irmãs March “por meio da exposição e qualificação de seus desejos e das obrigações impostas às Mulheres nas esferas pública e privada, dividindo-se em duas narrativas distintas: *girlhood* e *womanhood*.” (Araujo, 2023, p. 8). Assim, as narrativas *girlhood* e *womanhood* representam os dois momentos vivenciados pelas irmãs: a infância e a fase adulta, respectivamente, com diferentes tons e movimento de câmera demonstrando os novos sentimentos e dificuldades encontradas nessa transição temporal na vida de uma mulher no século XIX.

Ademais, o filme, tal qual o livro, expõe como o patriarcado agia sobre as irmãs March. Cada uma, com suas divergentes perspectivas, ambições e sonhos, eram diretamente e indiretamente afetadas por questões a respeito de gênero. Então, o filme de Gerwig subverte o *spectacle-fetish*³ – a espetacularização-fetichismo – predominante no cenário cinematográfico, com representações idealizadas e fetichizadas de homens sobre a mulher.

¹ O livro já contava com outras três adaptações para o cinema, sendo elas de 1933 (dir. George Cukor), 1949 (dir. Marvyn LeRoy) e 1994 (dir. Gillian Armstrong).

² Com desafios que perduram até a atualidade.

³ Termo apresentado pela professora e teórica italiana Teresa de Laurentis.

Dessa forma, torna-se evidente, por meio do patriarcado e seus instrumentos de dominação, como se constrói e reproduz socialmente a ideia de gênero na vida das mulheres do século XIX apresentadas no filme. Assim, a dicotomia proposta e inserida na sociedade pelo contrato sexual – conceito proposto por Carole Pateman de viés crítico à submissão feminina gerada por meio do pacto social contratualista – traz para a realidade mecanismos para a construção social de gênero, uma identidade construída, como reforça a filósofa Judith Butler ao assimilar que:

Significativamente, se o gênero é instituído por atos internamente descontínuos, o aparecimento da substância é precisamente isso: uma identidade construída, uma realização performativa na qual a plateia social cotidiana, incluindo os próprios atores, vem a acreditar, além de performar como uma crença (Butler, 2018, p. 3).

Perspectivas de gênero presentes no filme

No filme *Adoráveis Mulheres* (2019), cada irmã March possui sonhos e ambições pessoais, destacado na narrativa *girlhood*. Todavia, suas metas são afetadas pelo patriarcado, pelo contrato sexual, cada uma de uma forma específica, retratado na narrativa *womanhood*, quando todas já estão adultas. Portanto, apesar dos distintos empecilhos que surgem nas suas vidas, todas têm como origem uma questão de gênero oriunda do contrato sexual, em que a liberdade civil torna-se somente um atributo masculino, conseqüentemente de uma ideia de “lei do direito sexual masculino”⁴, constituindo assim o patriarcado moderno.

Além disso, em diversos momentos do filme, o casamento, além de ser apresentado como um contrato sexual, é também evidenciado conjuntamente como um contrato econômico devido a ideia do capitalismo patriarcal, uma vez que as mulheres ficaram restritas à esfera privada e os homens no domínio público, com uma maior

⁴ Conceito de Adrienne Rich utilizado por Carole Pateman (Pateman, 1993, p. 17).

acessibilidade ao mercado de trabalho. Isso pode ser observado em uma carta escrita em 1853 de Abigail Alcott, mãe de Louise May Alcott, ao seu marido em que ela relata que as irmãs Alcott

[...] elas não puderam produzir em seis meses muito mais do que você consegue em seis semanas. Isso mostra [...] a remuneração incompetente paga a toda mão-de-obra feminina e prova o valor do trabalho intelectual sobre o manual ou qualquer serviço realizado pelas mulheres (Araujo, 2023, p. 37).

Excluídas então da esfera pública do mercado de trabalho e colocadas como submissas na esfera privada, as mulheres do século XIX “eram ensinadas a parecer e a aparecer, voltavam-se aos estudos dos ensinamentos domésticos, etiquetas e as artes” (Araujo, 2023, p. 37), realçando, assim, as suas *feminilidades*. Ademais, o filme de 2019 apresenta a ideia de Simone de Beauvoir (apud Araujo 2023, p. 52) sobre o Eu e o Outro, em que as irmãs no filme são subjugadas pelas normas impostas a ocultar e sacrificar o seu Eu para benefício do Outro, isto é, o homem. Era, portanto, necessário que as mulheres não fugissem desse padrão, pois assim se manteriam no seu papel social e sexual imposto a elas pelo contrato sexual.

Portanto, por meio do pacto do casamento, abre início o processo de donadecasinificação⁵, em que as mulheres se tornam pessoas “domesticadas e civilizadas como autênticas donas de casa.” (trad. Coletiva). Para Mies *apud* Araujo (2023, p. 53)

Como a dona de casa está vinculada ao provedor do salário, o proletário “livre”, como uma trabalhadora “não livre”, conseqüentemente a “liberdade” do proletário para vender sua força de trabalho está baseada na não liberdade da dona de casa. A proletarianização dos homens está baseada na donadecasinificação das mulheres. Graças a isso, o “homem pequeno branco” também ganhou sua “colônia”, ou seja, a família e dona de casa domesticada (trad. Coletiva).

⁵ Termo abordado pela socióloga alemã Maria Mies (2022).

Torna-se evidente, portanto, o contrato sexual proposto por Pateman no cenário do século XIX. Para tanto, no livro *Hill's Manual of Social and Business Forms*, de Thomas Edie Hill, ao expor normas de etiqueta e maneiras de portar no casamento, Thomas Hill apud Araujo (2023, p. 54) salienta que

[...] os requisitos para escolher um marido, considerando as questões econômicas, deve ser casar-se com uma pessoa 'que seja sua igual em posição social. Se houver uma diferença de qualquer forma, que o marido seja superior à esposa. É difícil para uma esposa amar e honrar uma pessoa a quem ela é obrigada a olhar de cima' (Araujo, 2023, p. 54).

Firma, desse modo, o ato da subjugação do Eu das mulheres em prol do Outro – sendo este o masculino – no pacto sexual do casamento, deliberando assim a dominação tanto da liberdade quanto do corpo da mulher sob o homem.

Outra forma explícita de como o contrato sexual era presente no ambiente do século XIX foi por meio da *common law* – o direito comum – nos Estados Unidos⁶, em que o casamento se tornou institucionalizado, com leis e regras que o regulamentavam. Dessa forma, estudiosas abordam como a *common law* atuava a favor da submissão e morte civil da mulher:

Kate Millet (2000, p. 67) afirma que, na Common Law, a Mulher sofria uma “morte civil” ao se casar, pois perdia todo direito humano, ou seja, ela não tinha controle sobre seus ganhos financeiros, não lhe era permitido escolher seu domicílio e nem legalmente administrar seus próprios bens. Todas as funções civis da Mulher, portanto, passavam para seu Marido que, então, é pontuado como “proprietário tanto de sua esposa quanto de seus serviços,” permitindo que ele pudesse escolher a forma como o lucro de sua Mulher seria usado (Araujo, 2023, p. 58).

⁶ Um modelo jurídico também presente em outros países, como a Inglaterra.

Sara L. Zeigler apud Araujo (2023, p. 58) aborda ideia semelhante a donadecadasificação, em que a *common law*, ao impor regras na relação conjugal, transformou a esposa em uma empregada assalariada, o que reduziu o campo de atuação profissional das mulheres e submeteu a dependência econômica ao marido. Em consonância, Segundo Beauvoir apud Araujo (2023, p. 58) torna a dizer que a forma que o casamento é experienciado de forma diferente pelo Homem e pela Mulher, pois o homem é visto como um ser civil, um indivíduo, enquanto a mulher é alheia a isso, uma propriedade do homem que tem como função a reprodução e manutenção doméstica. A vista disso, é explícito como o indivíduo que ganha liberdade e direitos civis nos tratados e contratos, é o ser masculino.

As irmãs March e a problemática de gênero.

No filme de Gerwig, cada irmã March é afligida de alguma forma pelo patriarcalismo do contrato sexual e a performance de gênero. À exemplo de Margaret March, a primeira das irmãs a se casar no filme e explicitamente sofrer o processo de “donadecadasificação”, sendo retirada da esfera pública e se tornando submissa na esfera privada. Expõe-se dessa forma com Margaret o que Silvia Federici apud Araujo (2023, p. 25) define como

[...] servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem de maneira que o capitalismo espera delas. (trad. Heci Regina Candiani).

Para tanto, diversos escritos do século XIX, em que o filme é ambientado, descrevem como as mulheres deveriam portar, com regras e etiquetas para manifestar feminilidade, retomando assim a ideia de Beauvoir da supressão do Eu para o agrado do Outro.

Nancy Henley apud Araujo (2023, p. 46) denota como isso se aplicava até mesmo nas vestimentas que teriam como função ser a “vitrine para a exibição dos materiais frágeis (como rendas e chiffon) associados ao mundo feminino” e em diversos momentos do filme é apresentado a preocupação de Margaret com suas roupas, almejando à feminilidade, pertencimento a alta classe e o casamento.

Ao decorrer do filme, Margaret casa-se com John Brooke, um instrutor de origem pobre, sem parentes ricos. Nesse casamento, a pesquisadora Gabriela Burgardt analisa que “Meg experimenta uma hierarquização dos papéis de gênero dentro de seu casamento e em sua maternidade, ao se ver incomodada por ter de cumprir todas as funções domésticas sozinha.” (Burgardt, 2019, p. 89), e com esse problema, Margaret procura ajuda de sua mãe Marmee, sendo que esta afirma que Meg esqueceu os “deveres para o marido devido a seu amor pelos filhos,” (Alcott, 2020, p. 551, trad. Júlia Romeu), reforçando assim o pacto sexual de privação à esfera privada e submissão ao homem, ocultando o seu Eu.

Com isso, Burgardt enxerga a afirmação de Marmee como uma “questão extremamente problemática, dentro de casamentos heteroafetivos, a mãe de Meg pede calma à filha e paciência com seu marido John Brooke.” (Burgardt, 2019, p. 89), visto que a mãe da personagem implica e reforça a ideia da aceitação do patriarcado do contrato sexual.

Em contrapartida a todas as outras irmãs⁷ Josephine March – ou somente “Jo” – foi inspirada na personalidade da autora original do romance, Louisa May Alcott, muitas vezes descrita como *tomboy* por contrariar as normas de gênero, etiqueta e feminilidade impostas às mulheres do século XIX. O contrato sexual, ademais, manifesta formas de vestimentas para as mulheres “projetadas para enfatizar os contornos corporais femininos” (Araujo, 2023, p. 46) e Jo March, com roupas e formas de agir geralmente atribuídas ao masculino, segundo a própria Greta Gerwig “são configuradas

⁷ E ao patriarcalismo.

em um aspecto andrógono na maneira de se vestir” (Araujo, 2023, p. 32). Outrossim, a personagem deseja a conquista da esfera pública, buscando a publicação de seus romances autorais que retratam a vida das mulheres da família March.

Jo March, dessa forma, opõe-se veemente as normas de sua época impostas por um contrato sexual, como afirma Mrs. Roe apud Araujo (2023, p. 33), em “*A Woman’s Thoughts of the Education of Girls*” – Os Pensamentos de uma Mulher sobre a Educação para Meninas – afirmando que:

O que um homem inteligente quer em uma mulher é uma vontade perene de reconhecer a superioridade deste; e, por favor, é preciso lembrar que estamos tentando provar que uma mulher precisa ser educada ou ela não terá nenhuma capacidade de apreciá-lo de forma alguma (Roe, 1866, p. 24).

Com esse fim, a personagem não almeja se submeter a ideia do casamento, pois compreende como em seu cenário tal ato, assim como denota Kate Millet, resultaria em sua morte civil, chegando até mesmo a ironizar e zombar da ideia de se casar. Dessa forma, a personagem, diferentemente de suas irmãs, explicitamente não se sujeitava ao contrato sexual de renunciar o seu Eu para o agrado do Outro, indo, portanto, contra o que um homem buscava.

Assim, ao ver sua irmã Margareth casando, Josephine propõe que as duas fujam, buscando sustento na esfera pública. Todavia, Meg recusa, o que para Shelley Anne Galpin apud Araujo (2023, p. 65), “alinha a personagem ao neotradicionalismo emergente na vertente do pós-feminismo, em que a vida doméstica contém um “trabalho e luta” não remunerado.” (Araujo, 2023, p. 65), optando, com isso, por viver na esfera privada e afirmando que em algum momento, Josephine também irá se submeter ao casamento. Todavia, a personagem afirma preferir “ser uma solteirona livre e

remar minha própria canoa” (trad. Monika Pecegheiro do Amaral)⁸.

Consequentemente, Josephine possui consciência de que, em sua posição quanto mulher, o casamento seria um contrato de submissão, como afirma Pateman sobre o contrato sexual, compreendendo desse modo

[...] à ausência do “eu” dentro da instituição casamento, que resultaria no apagamento do “eu escritora.” Por mais que o casamento, para Alcott, seja voltado ao companheirismo e ao amor digno, isso não exclui o fato de que ele ainda é uma transação econômica, fazendo com que Jo, mais no filme do que no romance, ao aceitar qualquer configuração do casamento, reconhece que estaria à mercê de seu parceiro (Araujo, 2023, p. 67).

Todavia, ao final do filme⁹, Josephine ainda assim se casa, mas ainda confrontando o pacto sexual, pois como diria sua mãe Marmee, “algumas naturezas são nobres demais para serem contidas e altivas demais para se curvarem”¹⁰, afirmando desse modo ao seu marido que:

Posso ser obstinada, mas ninguém dirá que estou fora de minha esfera agora, pois a missão especial da mulher supostamente é secar as lágrimas e carregar os fardos. Eu levarei minha parte, Friedrich, e ajudarei a sustentar a casa. Conforme-se com isso, ou nunca irei (Alcott, 2020, p. 667, trad. Júlia Romeu).

Por outro lado, a irmã Amy March que sonhava em ser uma grande e reconhecida pintora, possui também a consciência de que

⁸ Tal afirmação também foi feita pela autora Louisa May Alcott, retirada de seu diário (Alcott, 1860 em Chaney, 1889, p. 122).

⁹ E também no livro original, por pressão das leitoras.

¹⁰ Essa frase, na realidade, é uma referência a Louisa Alcott, escrita por sua irmã Abigail May Alcott em um de seus diários, afirmando que “Creio que existem naturezas nobres demais para serem contidas, e altivas demais para se curvarem. De tais é a minha Lu. (A.M. Alcott, 1850 em LaPlante, 2012, p. 179)

as mulheres de seu século são ensinadas a “parecer e aparecer, ao invés de ser ou fazer” (Araujo, 2023, p. 36), porém:

[...] também os conciliava com aprender outras artimanhas, a fim de se tornar uma mulher atraente e prendada, sendo mais bem sucedida com esses outros aprendizados por possuir um instinto “natural” para o que é agradável e adequado, sabendo sempre a coisa certa a dizer e fazer (Araujo, 2023, p. 42).

Consequentemente, a personalidade da personagem correspondia aos ideais femininos do século XIX, sendo uma mulher narcisista e que buscava o casamento. Amy, contudo, encontra o patriarcado como obstáculo em suas ambições artísticas, possuindo em mente a ardilosa trajetória de ser uma mulher ambiciosa. Destarte, Amy então compreendia que

Da mesma maneira que a arte é uma diversão doméstica, ela também é o ensinamento das etiquetas e disciplina à Mulher sobre todas as partes de seu corpo, por meio de regras comportamentais postas em morais do viver feminino. Ao descrever o casamento enquanto uma situação social, em que o casal se torna uma pessoa social (Beauvoir, 2019b, p. 331, trad. Sérgio Milliet), recai sobre a Mulher, por meio de seus lazeres, o dever de manter a posição familiar na hierarquia social, ou seja, de representar sua família e a si mesma dentro de sua classe e meio. Conhecer as etiquetas de sua classe e meio, portanto, auxiliavam-na a manter uma aparência de lady instruída, sendo uma das maneiras de se impor e demonstrar a etiqueta vitoriana por meio das vestimentas (Araujo, 2023, p. 45).

Em conversa com o personagem Laurie, Amy afirma que para conseguir ser vista socialmente, é necessário ter riquezas herdadas ou se submeter ao casamento, pois entende que o trabalho feminino não geraria lucro suficiente para se manter, visto que a esfera pública é de um domínio explicitamente masculino, com a ação de um patriarcado fraternal entre homens. A personagem expõe que o amor pode ser escolhido, tanto pelo romance, quanto por causos

financeiros, compreendendo assim o contrato sexual descrito por Pateman, na dominação masculina da esfera pública e a submissão feminina na esfera privada, afirmando dessa forma que

Mesmo que eu tivesse meu próprio dinheiro, o que não tenho, ele pertenceria ao meu marido no segundo em que nos casássemos. Se eu tivesse filhos, eles pertenceriam a ele, não a mim. Seriam sua propriedade. Então, não fique sentado e me diga que casamento não é uma proposta econômica, porque de fato é; talvez não seja para você, mas certamente é para mim (Gerwig apud Araujo, 2023, p. 57).

Assim como Amy, a irmã March mais nova, Elizabeth, é uma entusiasta do campo artístico, sendo a musicista da família. Para Colleen Reardon apud Araujo (2023, p. 38), a personagem é

A irmã que mais se conecta à ocupação tradicional feminina assalariada do trabalho doméstico, principalmente devido a sua conexão com o piano. Tal instrumento é simbolicamente feminino, visto a delicadeza dos movimentos, permitindo que a Mulher mantenha a elegância e o decoro de seu sexo, servindo como manifestação e concretização da imagem de Beth ligada à esfera feminina (Araujo, 2023, p. 38).

Com isso, a personagem Beth se submete a vida da esfera privada, porém utilizando da música para se expressar, mesmo preferindo tocar as músicas desejadas pelos outros. De tal maneira, “a sua paixão pela música permite que a personagem superasse sua timidez e unificasse sua família, apesar de Beth abordar a vida de maneira simples.” (Araujo, 2023, p. 39). Entretanto, a personagem adoce e falece, trazendo à tona as fragilidades da família March no período *womanhood* e, ao mesmo tempo, incentivando o desejo da irmã Jo de continuar a escrever sobre a vida de suas irmãs, publicando assim, no final do filme, seu primeiro romance assinado com seu nome, que retratava a trajetória de vida das irmãs March, intitulado originalmente como *Little Woman*.

Portanto, em consonância com a trajetória de vida das irmãs March na representação cinematográfica de Gerwing, evidencia-se uma discussão acerca de gênero que permeia debates acadêmicos. De tal maneira, Judith Butler assimila sobre a questão de gênero que:

Assim, como uma estratégia de sobrevivência, o gênero é uma performance que envolve consequências claramente punitivas. A distinção de gênero faz parte da “humanização” dos indivíduos dentro da cultura contemporânea; assim, quem não efetua a sua distinção de gênero de modo adequado é regularmente punido. Como não existe uma “essência” que o gênero expresse ou externalize nem um objetivo ideal ao qual aspire; como o gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero; sem esses atos, não haveria gênero (Butler, 2018, p. 6).

Considerações finais

A adaptação do romance alcottiano executada por Gerwing, possibilitou a análise de um discurso a partir do “entremeio entre Linguística e Ciências Sociais”, importando em interrogar a “transparência da linguagem, a do sujeito e a do sentido, transparência sobre a qual essas ciências se assentam.” (Orlandi, 1994, p. 55) e um manifesto estudos e análises essenciais para debates de gênero e compreensão de uma das formas de estrutura da sociedade contemporânea. Trazendo assim, dessa forma, uma crítica à ordem social patriarcal imposta por meio da performance de gênero, na qual Butler manifesta que

Performar o gênero de modo inadequado desencadeia uma série de punições ao mesmo tempo óbvias e indiretas, e performá-lo bem proporciona uma sensação de garantia de que existe, afinal de contas, um essencialismo na identidade de gênero (Butler, 2018, p. 13, 14).

Portanto, torna-se claro a análise fílmica como caminho possível para elucidar o debate de gênero. De tal maneira,

paralelamente às vivências das irmãs March, a pesquisa contou com embasamentos teóricos de pensadoras como Carole Pateman e Judith Butler, que analisam de forma crítica a questão de gênero. Demonstra-se, então, como tal questão permeou na vida cotidiana das mulheres do século XIX no ambiente inglês e estadunidense a partir das experiências das irmãs apresentadas no filme.

Referências

ADORÁVEIS MULHERES. Roteiro: Greta Gerwig. Estados Unidos, 2019. Son., color. Legendado.

ALCOTT, Louisa May. **Mulherzinhas**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2020.

ARAUJO, Fernanda Martins De. **O trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo nas vozes de Mulheres em Little Women de L.M. Alcott** em adaptação de Greta Gerwig. São Paulo: USP, 2023

BURGARDT, Gabriela. **Little Women, o Romance de 1868 e o Filme de 1994: Processo de Adaptação e Discussões Feministas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Línguas Modernas, 2019, pp. 89.

BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. caderno de leituras n. 78, p. 2 a 16, jun. 2018.

HAHN, Noli Bernardo; SENNA, Tassiara da Silva. Elementos que contribuíram para a consolidação do patriarcado: uma análise da obra “O contrato sexual” de Carole Pateman. **Revista Videre**, Dourados, v. 12, n. 23, p. 259 a 270, jan./abr., 2020.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar., p. 52-59, 1994.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SPINELLI, F. O potencial crítico da teoria política feminista: gênero enquanto categoria de análise. **Revista Feminismos**, Vol.6, N.3, Set. – Dez. 2018.

Gordofobia e ativismo gordo no Brasil: Movimento Corpo Livre e redescobertas

Afonso de Arruda Falcão Sanches Machado

Introdução

O corpo, de uma forma ou de outra, é um dos principais objetos de reflexão humana em relação à própria existência, correspondendo a “mapeamentos socioculturais do tempo e do espaço; visto que o corpo é ao mesmo tempo a ferramenta original com que os humanos moldam o seu mundo e a substância original a partir da qual o mundo humano é moldado” (Almeida, 2004, p. 4). A concepção humana em relação ao próprio corpo ultrapassa os limites da pele, do material, biológico e psíquico, e se configura também em expressão e percepção (Comparin; Schneider, 2004).

A percepção humana sobre o corpo e seus componentes percorre um devir de transformações e ressignificações. A gordura corporal é um grande exemplo de como as interpretações acerca das corporalidades dos sujeitos são fluidas e mutáveis. O corpo gordo nem sempre ocupou um patamar de subalternidade. Na verdade, tal patamar é recente, tendo sido introduzido em meados do século passado. Até então, de forma geral, em diversos tempos históricos e para várias culturas, ser gordo era uma demonstração de poder, *status*, vitalidade e fertilidade. Contudo, devido às transformações do conceito de saúde e as normas ligadas a ele, o corpo robusto foi transportado a um espaço de “anomalia”, anormalidade, passando assim a ser alvo de controle e regulação.

A partir do momento em que se concebeu a ideia de que a gordura é oposta à ideia de saúde, inicia-se um combate aos corpos que a têm em excesso. O corpo gordo passa a ser não apenas regulado, mas reprimido e desencorajado. Concomitantemente, o

corpo modelar – magro, tonificado, “esbelto” – passa a ocupar o lugar que já foi dos corpos largos e robustos.

Cooper (2010) argumenta que, no campo científico, pautado por um método de pensamento cartesiano, há uma massiva literatura acerca da problematização do corpo gordo, definindo o “ser gordo” como uma característica patológica e epidêmica. Através dessa lógica, se estabelecem ramos científicos voltados ao tratamento e prevenção dessa “patologia”, considerando que corpos gordos são problemáticos e não devem se manter como tal.

Assim, a partir de meados do século XX, surge uma nova forma de opressão, que hoje compreendemos como “gordofobia”; um conjunto de tecnologias de intervenção, regulação e repressão aos corpos que carregam gordura “em excesso”. Porém, quando emerge a opressão, também emerge a luta, e se estabelece assim um ativismo gordo que se aflora na década de 1960.

Este capítulo busca, em um primeiro momento, discorrer sobre o fenômeno da gordofobia, como ele emergiu e como ele opera na sociedade entre os sujeitos. Em seguida, é apresentada uma lente teórica que surge com o ativismo, uma vertente do feminismo que advém da decolonialidade, propondo novas formas de enxergar o ser, a existência, a vida: o feminismo gordo. Por fim, o capítulo explora, à luz do feminismo gordo, a modalidade de ciberativismo gordo no Brasil, possível pela popularização das redes sociais principalmente a partir dos anos 2010. Para tanto, são abordadas a criação do Movimento Corpo Livre e da tag “*Tour pelo meu Corpo*”, através da rede social *Instagram* e da plataforma de vídeos *YouTube*.

O que é a gordofobia?

O conceito de gordofobia é definido pela Academia Brasileira de Letras como sendo “repúdio ou aversão preconceituosa a pessoas gordas, que ocorre nas esferas afetiva, social e profissional” (Gordofobia, [s/d]). Em adição, o Senado Federal Brasileiro compreende a gordofobia como sendo uma “desvalorização,

estigmatização e hostilização de pessoas gordas e seus corpos, [o que] leva à exclusão social e, conseqüentemente, nega acessibilidade às pessoas gordas”, sendo este um fenômeno que “pode levar a desigualdades no ambiente de trabalho, sobretudo devido aos estereótipos negativos, segundo os quais as pessoas gordas são preguiçosas, desmotivadas, indisciplinadas, menos competentes e desleixadas” (Senado contra..., [s/d]).

Este conceito, entretanto, não é tão simples e deve ser analisado como resultado de um processo histórico e discursivo de combate à gordura e aos corpos que a carregam em excesso. Segundo Jimenez¹ (2020, p. 147), “a gordofobia está em todos os lugares e é, muitas vezes, disfarçada de preocupação com a saúde, dificultando, dessa forma, seu entendimento e embate”.

Para compreender a gordofobia, é necessário, primeiramente, um olhar histórico sobre as transformações da percepção e subjetivação acerca dos sujeitos gordos e da gordura. Durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, popularizou-se nas ciências médicas – higiênicas – a tendência antropométrica de buscar o estabelecimento de um “peso ideal” aos indivíduos, a depender de sua estatura.

Tal tendência, contudo, segundo Oliver (2006) e Santolin (2012), não partiu exclusivamente dos estudos de saúde, os quais foram acompanhados por um extensivo interesse do Capital e do Mercado². É possível citar como exemplo o *lobby* das empresas seguradoras que buscavam subterfúgios para embasar um

¹ Maria Luisa Jimenez Jimenez, Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), pós-doutoranda em Psicossociologia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL) é uma das principais referências dos estudos do feminismo gordo e pesquisa antigordofobia no Brasil.

² Neste capítulo, são utilizados os conceitos de “Capital” e “Mercado” com letras maiúsculas para denotar os interesses financeiros da classe dominante do capitalismo neoliberal ocidental.

aumento nos valores dos seguros de vida para clientes gordos, alegando que estes estariam em um maior risco de morte.

Gilman (2008), Oliver (2006), Santolin (2012) e Anderson (2012) concordam que, no contexto dos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX, o *lobby* das empresas de seguro de vida e o campo da medicina atuaram juntos no estabelecimento do discurso da existência de um peso corporal, considerado ideal e na patologização dos corpos mais pesados e gordurosos. Apesar de a patologização em si ser determinada exclusivamente pela medicina, pois é ela que tem poder e autoridade para tanto (Foucault, 1998b), a lógica da qual ela bebe foi concomitantemente fundamentada pela estatística antropométrica e pelo mercado de seguros³.

Com isso, em 1948, como consequência da pretensão de se estabelecer uma “idealidade” dos corpos em relação à massa corporal, surge formalmente a normatização⁴ da “obesidade” como doença. O primeiro grande índice antropométrico que baseou a compreensão do que seria o “peso ideal” e de quem estaria “acima do peso” – ou “obeso” – foi o índice proposto pelo estatístico Louis Dublin que, posteriormente, nas décadas subsequentes, foi substituído pelo Índice de Massa Corporal (IMC), o qual segue sendo o principal índice antropométrico de classificação de peso até os dias de hoje (Oliver, 2006; Santolin, 2012).

A Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma extensa lista que compreende todas as condições humanas que hoje em dia seriam

³ Mais adiante, na segunda metade do século XX, a patologização – e precarização (Butler, 2019) – do corpo gordo foi também instrumentalizada pelos interesses do Capital – para além do mercado de seguros – na construção de uma “indústria da beleza”, a qual fatura dezenas de bilhões de dólares anualmente (Wann, 2009), ligada à ascensão de uma “cultura *fitness*” que se baseia em “representações idealizadas de saúde, de beleza estética e de performance” (Nunes; Goellner, 2009, p. 58). O estabelecimento do padrão de beleza magro ocidental, como consequência dessa “cultura *fitness*”, será discutido em maior profundidade no decorrer deste capítulo.

⁴ Através da Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

consideradas como “doenças”. A CID advém de um documento chamado “Lista Internacional de Causas de Morte” (LICM), que vigorou de 1900 a 1948 e era composto inicialmente por 191 itens⁵ até então concebidos como “causas de morte” (Santolin, 2021). Neste documento, não havia nenhuma menção à corpulência, pois esta não era um fator compreendido como influente na mortalidade⁶.

Contudo, com a criação da OMS em 1948, a LICM foi convertida na CID, e teve um aumento significativo no seu número de itens – na casa do milhão⁷ – a partir do que seria entendido como doença (Santolin, 2021). Este, então, é o momento em que se concretiza a ideia de uma doença chamada de “obesidade” e que o corpo gordo (agora formalmente chamado de “obeso”) passa a ser classificado como doente, visto que os “corpos obesos” seriam “anômalos antropometricamente” (Santolin, 2021, p. 169) – principalmente a partir do uso do Índice de Massa Corporal (IMC) como referência⁸.

É importante ressaltar, porém, que a ideia do corpo gordo como patológico não surgiu em 1948, mas ocorreu como consequência de um processo discursivo que se desenvolveu durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Através da concepção de “obesidade” como doença crônica, os corpos gordos passam a ser considerados corpos patologizados. Gilman (2008) sugere que, com isso, a questão da

⁵ A primeira revisão do documento, em 1909, aumentou a lista para 319 itens. Na terceira publicação, de 1920, o número reduz, contudo, para 315. Na quarta, em 1929, aumenta para 331; e, na quinta e última edição, de 1938, a lista aumenta para 487 condições classificadas (Santolin, 2021).

⁶ O único momento em que a gordura aparece na lista diz respeito especificamente à condição denominada “coração gordo”, que é adicionada na LICM-3 de 1920, mas que posteriormente desaparece na quinta edição da lista (Santolin, 2021).

⁷ O aumento foi de 487 condições listadas na LICM-5 para mais de 4.500 doenças classificadas na CID (Santolin, 2021).

⁸ O uso do IMC como referencial antropométrico de saúde é alvo de críticas dos *Fat Studies*, as quais podem ser encontradas em referências como Ernsberger (2012), Anderson (2012) e Don Levan (2014).

gordura corporal passa a se configurar como um “pânico moral” difundido de forma hegemônica.

É curioso, todavia, considerar que historicamente, o corpo gordo – mais especificamente o corpo gordo feminino – já simbolizou um corpo sadio e fértil, com foco nos quadris largos, seios fartos e coxas grossas (Frisch, 1988). Para além disso, o corpo gordo – em geral – também já foi considerado um símbolo de fartura, prosperidade e riqueza, configurando assim evidência de um *status* social (Suminska *et al.*, 2022).

Após essa breve revisão histórica sobre a transformação de subjetivação à qual o corpo gordo ocidental foi submetido, é possível retomar a emergência do conceito de gordofobia como opressão estrutural aos corpos gordos, evidenciada por Jimenez, Arruda e Silva (2022, p. 45) como sendo um “aspecto da cultura ocidental contemporânea”. A partir do estabelecimento da premissa dos corpos gordos como corpos patológicos, emerge-se uma hierarquização binária entre os corpos “saudáveis” e os corpos “doentes”, hierarquização esta que reafirma a lógica de “normalidade” esperada do sujeito dentro de um contexto social (Foucault, 1999, 2001; Canguilhem, 2009), aproximando a antropometria da eugenia nesta interação específica.

Assim, sob tal lógica, conforme afirma Mattos (2007, p. 154), o modelo normativo de “corpo ideal” – ou “corpo modelar” – é representado por “um corpo magro, sem erros, sem escoriações, sem falhas, sem imperfeições. Corpo virtual por excelência”. Nota-se, assim, uma “obsessão coletiva pela saúde” e uma compulsão por tais corpos modelares, o que “cria um constrangimento cada vez maior da normatividade” (Mattos, 2007, p. 154).

Deste modo, os sujeitos cujos corpos não se enquadram no ideal normativo⁹ são classificados como “inferiores, feios, sujos, preguiçosos, doentes”, e essa estigmatização é reafirmada “dentro

⁹ Essa identificação de “anormalidade” não se resume apenas aos corpos gordos, mas também aos corpos deficientes, transgêneros, negros, *queer*, dentre outras possibilidades de corporalidades subalternizadas.

dessa ciência que universaliza corpos [e] saberes na construção do conhecimento sobre saúde, raça, gênero, corpos” (Jimenez, 2023, p. 5), dando a este saber-poder o *status* de inquestionável, soberano, *mainstream*.

O sistema cisheteronormativocolonial fundamenta a gordofobia dentro de um sistema neoliberal capitalista que hierarquiza corporeidades como “boas e ruins”, “saudáveis e doentes”, “bonitas e feias”. [...] os saberes construídos sobre nossas corpos foram sistematizados, percebidos e controlados como coisas “monstruosas”, “erradas”, que não deveriam existir porque contaminam nossa sociedade e colocam em xeque a normatização das corpos (Jimenez, 2023, p. 2).

Outra característica violenta do neoliberalismo sobre a manutenção da gordofobia é a individualização do sujeito e a sua culpabilização pela própria “obesidade” (Jimenez, 2023). O indivíduo neoliberal é um “autogestor empreendedor de si” (Rocha, 2021, p. 2), o que estabelece uma subjetivação na qual o sujeito é responsável pelos seus “sucessos” e “fracassos”. Através disso, o corpo gordo – “fracassado” – é tido como resultado direto da negligência e suposta inabilidade do seu próprio sujeito de produzir um corpo “saudável”, “belo”, “superior”; de “evoluir”.

Assim, segundo essa lógica, o sujeito gordo passa a ser compreendido como o único culpado pelo seu estado de subalternidade corpórea, ignorando todos os fatores biopsicossociais – nem sempre sob o controle ou faculdade do indivíduo – que podem ter levado tal corpo a engordar¹⁰. O “processo de responsabilização do indivíduo pelo seu corpo, a partir do princípio de autoconstrução” (Goldenberg; Ramos, 2007, p. 32) leva as pessoas gordas a serem, além de vítimas, “algozes de

¹⁰ Transtornos alimentares, condições genéticas e hormonais, altos níveis de estresse e baixa qualidade de sono, uso de medicamentos, falta de acesso a alimentos de qualidade e à prática de exercícios físicos, desinformação e baixa escolaridade, dentre outros fatores (Loureiro, 2017).

si mesmas na perpetuação do preconceito” (Jimenez; Arruda; Silva, 2022, p. 39), passando a se autorregular e punir de maneira panóptica graças à assimilação da opressão e controle que lhe são impostos (Foucault, 2013).

Para além das violências “estruturais, psicológicas, físicas, sexual, patrimonial, além do silenciamento e invalidação do próprio sofrimento” (Jimenez, 2023, p. 7) às quais os sujeitos gordos são submetidos, Melo (2023) argumenta pela existência de um “gordocídio”, caracterizado pela existência de uma política sistêmica de morte de pessoas gordas.

[...] a condição de animalização e patologização constante de corpos gordos chega ao fenômeno aqui retratado de “gordocídio”, em que o Estado promove, com sua omissão e desassistência, uma desigual oportunidade de viver e morrer, de forma que pessoas gordas acabam marginalizadas de políticas públicas e de seus direitos fundamentais (Melo, 2023, p. 349).

Sobre a promoção de um “gordocídio”, sob a ausência do Estado na garantia de acesso ao direito básico de saúde por pessoas gordas, Jimenez (2023) complementa:

A falta de escuta e atendimento digno e respeitoso, além da inexistência de macas, cadeiras e aparelhos médicos dentro das instituições são situações que demonstram que o preconceito está presente na falta de cuidado a pessoas gordas, já que o acesso a saúde pode ser prejudicado pela gordofobia que interfere no tratamento e cria barreiras de aproximação, porque acaba não permitindo pensar estratégias efetivas de saúde para esse grupo, num atendimento respeitoso e com dignidade (Jimenez, 2023, p. 6).

Conforme apurado por Loureiro (2017), o estigma do peso, para além da desumanização do sujeito gordo, leva a uma má classificação dos indivíduos no quesito saúde. Uma pesquisa produzida por psicólogos da UCLA descobriu que, dado o enfoque no IMC na determinação dos corpos “normais” e “patológicos”,

mais de 50 milhões de estadunidenses saudáveis são classificados como doentes. Através da comparação entre o IMC de pacientes e uma série de exames clínicos de natureza cardiometabólica, entre 2005 e 2012, foi constatado que em torno de 50% dos americanos considerados “acima do peso” pelo IMC na verdade apresentaram performances de saúde satisfatórias, podendo ser considerados saudáveis (Tomiyama *et al.*, 2016; Loureiro, 2017).

“Cultura *fitness*” e a obsessão pelo magro

Com a construção discursiva da gordura como uma “grande vilã” (em questões de saúde e estética) em meados do século XX, cresceu em destaque na década de 1970 um fenômeno social muito presente na sociedade contemporânea: a “cultura *fitness*”. Zoboli *et al.* (2014, p. 79) definem cultura *fitness* como sendo “um dispositivo de intervenção corporal, trabalhando no simbólico, no imaginário, nos sonhos, nas fantasias e, sobretudo, na organicidade do corpo”, reformando as subjetividades através de “um arquétipo de corpo forte, saudável, belo, hígido, eficiente e potencializado” (Zoboli *et al.*, 2014, p. 79).

Essa definição vai ao encontro de como Goellner e Silva (2012, p. 200) compreendem tal fenômeno, alegando que a cultura *fitness* é representada por um conglomerado de “dispositivos que operam em torno da construção de uma representação de corpo que conjuga como sinônimos saúde e beleza, associando-se a termos representados como plenos de positivities, dentre eles bem-estar, qualidade de vida, vida ativa e vida saudável”.

É importante ressaltar que a cultura *fitness* não se refere apenas à prática de exercícios físicos, mas sim a um conjunto de práticas e discursos avessos à gordura corporal que perpassam o imaginário social coletivo sem um *locus* específico, afetando a mídia e a comunicação, as produções acadêmicas, a formação de profissionais, a autopercepção dos indivíduos, as relações entre os sujeitos e se configurando como “um modo de vida, um ideal a ser seguido” (Zoboli *et al.*, 2014, p. 80).

[...] o termo *fit* tem o sentido de caber, ajustar, encaixar. Num primeiro olhar, o significado de *fit in* (adaptar-se) sugere conformismo e acomodação, mas se pensarmos nos termos da cultura *fitness*, remete a esforçar-se, aplicar-se, dedicar-se e, sobretudo, inconformar-se com os atributos de imperfeição, assimetria e defeito [...] As noções de *fit* e *unfit* há tempos têm sido utilizadas para classificar e ordenar corpos, indicando os adequados e os inadequados (Silva, 2012, p. 2015).

Assim, vai-se concretizando uma pressão estética sobre os sujeitos para que estes entrem em conformidade com o que veio a ser construído como padrão de beleza ocidental (neoliberal e capitalista): um corpo magro, com baixo percentual de gordura em sua composição, e que está sempre em busca de evoluir para um ideal, o qual é, por diversas vezes, inalcançável (Zoboli *et al.*, 2014). Para Soares (2008), um “novo higienismo” emerge com a obsessão por medições e pela atividade física (o que a autora nomeia como “ginástica”).

A medida como categoria fundamental para pensar o corpo, presente em manuais de ginástica desde o século XIX, permanece até os dias de hoje, atualizada pelo incremento científico e tecnológico de um lado e, de outro, pelo medo da velhice, da obesidade, das rugas, da morte, medo que resulta em uma obsessão pela saúde, pelo puro, liso, firme e jovem. Parece mesmo que o vírus da saúde tornou-se universal (Soares, 2008, p. 76).

Tal ato de medir é considerado pela autora como sendo uma ação de “domesticar o corpo e enquadrá-lo em supostas normalidades” (Soares, ano, p. 76), o que é uma característica do poder regulatório, vigilante e repressivo que é exercido sobre os corpos (Foucault, 1998a, 1999, 2013). O instrumento da balança, então, começa a representar na sociedade uma transformação na tolerância e sensibilidade sobre o peso corporal e a gordura (Soares, 2008).

Para além disso, a decisão pela realização de cirurgias plásticas, com o intuito de modificar as características do corpo artificialmente, passa a ser cada vez mais frequente. O Brasil é um dos líderes mundiais de realização de cirurgias plásticas e procedimentos estéticos, inclusive entre adolescentes (Jimenez; Arruda; Silva, 2022). As pessoas que acabam buscando os procedimentos cirúrgicos como “solução” para os seus “defeitos” são, principalmente, mulheres que sofrem de distúrbios alimentares e de imagem e que se sentem profundamente inseguras com o próprio corpo (Jimenez; Arruda; Silva, 2022).

Feminismo gordo

Conforme argumenta Vieira (2002), as narrativas biomédicas abordadas anteriormente – e a padronização estética que delas advém – compõem uma espécie de tecnologia de intervenção, exercida sobre os corpos e sexualidades femininos, produzindo, deste modo, “um modelo específico de feminilidade com base na anatomia e na biologia que contribui consideravelmente para a forma como as mulheres passaram a conhecer/desconhecer seus próprios corpos” (Jimenez; Arruda; Silva, 2022, p. 42), entrelaçando a magreza e a feminilidade. Com a instrumentalização destas tecnologias de intervenção, “aspectos da vida cotidiana [são transformados] em objeto da medicina de forma a assegurar conformidade às normas sociais” (Vieira, 2002, p. 19).

A divisão dos corpos, realizada por meio do aparelho genital, é uma construção histórica e social que busca apagar a pluralidade e as diferenças [...]. Trata-se de um padrão que descarta as mulheres em suas individualidades, que na cultura masculina não passam de beldades; e só quem tem o poder de chancelar o que é belo é o patriarcado, criando uma necessidade constante de aperfeiçoamento do corpo feminino aos olhos dos homens em ritos de beleza, nos quais a magreza é um dos elementos utilizados para definir

socialmente se as mulheres são mais ou menos femininas (Jimenez; Arruda; Silva, 2022, p. 46).

O Mercado então, através da emergência de uma “indústria da beleza”, passa a oferecer – com mais ênfase às mulheres – uma gama de produtos, serviços, tratamentos, medicações e intervenções cirúrgicas, prometendo uma adequação aos padrões, para que seus corpos fiquem “belos e prontos para serem exibidos” (Zoboli *et al.*, 2014, p. 80). As mulheres, assim, são socialmente pressionadas a “emagrecer, endurecer as nádegas, firmar os seios, eliminar a flacidez, o excesso de peso e de gordura [mesmo que seja através de] restrição alimentar e o uso de anfetaminas para minimizar a fome” (Goellner, 2007, p. 5). Através dessa pressão estética, sequelas e distúrbios são causados às mulheres, como “anorexia, bulimia, ortorexia, entre outros” (Zoboli *et al.*, 2014, p. 81).

Da mesma forma que, não evidentes e diretas, as expressões de esforço, resignação e sacrifício de mulheres ante as práticas corporais da cultura *fitness* apenas tornam-se visíveis quando tomamos consciência [...] de suas históricas, queixas, demandas e discursos acerca do exercício de suportar a intervenção das práticas corporais em seus corpos (Zoboli *et al.*, 2014, p. 81).

A gordofobia, assim como diversas outras formas de opressão, afeta os sujeitos de maneira incongruente, distinta. De acordo com Barros (2017) e Jimenez, Cruz e Gomes (2024), é possível concluir que a gordofobia afeta de forma mais severa mulheres negras periféricas, dada a maior vulnerabilidade – de gênero, racial, econômica – e estigma que tais corpos carregam consigo. Logo, gordofobia não é apenas um problema de morfologia corporal (formato do corpo), mas também uma “questão de classe, raça e gênero” (Jimenez, 2023, p. 1). Por conta dessa intrínseca relação entre gordofobia e gênero, a opressão contra a gordura passou a ser pauta feminista desde os anos 1970, acompanhando a evolução de um ativismo contra o estigma de peso que havia florescido na década anterior.

Nasceu na década de 1960, nos Estados Unidos, um movimento social e político denominado “Movimento de Aceitação de Tamanho” – *Size Acceptance Movement* – como resultado da patologização do corpo gordo (Rothblum, 2011). Em 1969, William J. Fabrey fundou, nos Estados Unidos, a Associação Nacional para Avançar a Aceitação da Gordura (NAAPA¹¹), inicialmente denominada Associação Nacional para Auxiliar Americanos Gordos (NAAFA¹²). A principal intenção da NAAPA era de combater a discriminação contra pessoas gordas, produzindo a Declaração dos Direitos à Saúde para Pessoas Gordas, além de promover conferências e publicar boletins de notícias com o intuito de erradicar o preconceito voltado ao peso (Rothblum, 2011). É interessante ressaltar que houve a decisão utilizar a palavra “gordo” – *fat* – no lugar de “obeso” – *obese* – visto que a segunda seria entendida como um termo clínico e medicalizante (assim como “sobrepeso”).

No início da década de 1970, na cidade de Los Angeles, um grupo de mulheres jovens formou o coletivo *Fat Underground*, como uma forma de organização política contra as violências produzidas contra as mulheres gordas nos ambientes médicos pelos profissionais da saúde (Fishman, 2008). Em 1973, duas mulheres pertencentes ao coletivo¹³ redigiram o Manifesto de Libertação da Gordura – *Fat Liberation Manifesto* – demandando direitos iguais e respeito às pessoas gordas – com ênfase às mulheres (Rothblum, 2011).

A perspectiva feminista gorda bebe profundamente da decolonialidade, visto que as feministas gordas argumentam que a origem epistêmica do que veio a fundamentar a gordofobia séculos depois advém do colonialismo europeu na América Latina – *Abya Yala* – e na África, o qual pôs em prática “um projeto político-epistêmico de invasões, genocídios, explorações e apagamento de

¹¹ *National Association to Advance Fat Acceptance*

¹² *National Association to Aid Fat Americans*

¹³ Judy Freespirit e Aldebaran, como eram conhecidas.

culturas, na construção da ideia de raça, corpo, gênero e sexualidade” (Jimenez, 2023, p. 9). Segundo Montalbetti (2022), o processo colonizatório resultou em um epistemicídio, causado pelo apagamento dos saberes e conhecimentos das sociedades colonizadas que destoassem dos saberes dos colonizadores – tidos como “superiores”.

Os saberes europeus – a “ciência moderna” – foram derivados da filosofia cartesiana, a partir da qual René Descartes estabelece sua máxima “penso, logo existo”. Descartes propôs um “eu” que passa a ocupar o lugar divino na detenção do conhecimento; o conhecimento que antes era provido pelo deus cristão passa a ser produzido pelo indivíduo (Grosfoguel, 2016). Contudo, Descartes não define especificamente tal “eu”, um “eu” em um *locus* indefinido, o que se configura como um ponto de vista que na verdade não se considera um ponto de vista, se considera universal (Castro-Gomez, 2003).

[...] o “penso, logo existo” de Descartes é precedido por 150 anos de “conquisto, logo existo”. O *Ego conquiro* é a condição de existência do *Ego cogito* de Descartes. [...] a arrogante e idólatra pretensão de divindade da filosofia cartesiana vem da perspectiva de alguém que se pensa como centro do mundo porque já conquistou o mundo. Quem é esse ser? [...] é o Ser imperial. O “eu conquisto”, que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição da possibilidade do “eu penso” idolátrico que seculariza todos os atributos do Deus cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento. Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades “divinas” que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais (Grosfoguel, 2016, p. 30, 31).

Retornando aos dias atuais, o feminismo decolonial gordo entende que essa lógica colonial de conhecimento universal está presente no saber-poder que coloca os corpos gordos patologizados em um patamar de subalternidade. O conhecimento, assim, opera

como uma forma de exercer um poder simbólico na violenta invisibilização e supressão do outro (Spivak, 2010).

Essa vertente feminista, portanto, busca romper com a universalização e busca produzir conhecimento e teorias “a partir de corpos que são marcadas por dor, humilhação e exclusão, transformando todo o ódio e a raiva pela sociedade em luta e se posicionando no mundo de outra maneira, de modo que viver seja um ato revolucionário” (Jimenez, 2023, p. 8), rompendo com a hegemonia de uma única narrativa e buscando oferecer múltiplas formas de compreender o existir gordo, não apenas uma.

O conhecimento do ponto de vista do não marcado é realmente fantástico, distorcido e, portanto, irracional. A única posição a partir da qual a objetividade não tem a possibilidade de ser posta em prática e honrada é a do ponto de vista do senhor, do Homem, do deus único, cujo Olho produz, apropria e ordena toda a diferença. Ninguém jamais acusou o deus do monoteísmo de objetividade, apenas de indiferença. O truque de deus é auto-idêntico e nos enganamos ao tomá-lo por criatividade e conhecimento, até por onisciência (Haraway, 2009, p. 27).

Deste modo, o feminismo gordo se propõe a “reinventar o jeito de estar no mundo” (Jimenez, 2023, p. 8), a partir de teorizações e postulações que tenham como ponto base as experiências de mulheres gordas acerca das próprias realidades. Já que as mulheres gordas podem também pertencer a diversas outras categorias¹⁴, o feminismo gordo abre um leque de possíveis interseccionalidades, buscando compreender a realidade das mulheres gordas na sua mais ampla pluralidade.

¹⁴ Mulheres, além de gordas, negras, periféricas, trans, lésbicas, indígenas, prostitutas, sudacas, muçulmanas, asiáticas, dentre outras diversas possíveis categorias de diferenciação.

Ciberativismo gordo no Brasil

O ativismo gordo, reagindo às opressões que se moldavam contra os sujeitos gordos e reivindicando a garantia de direitos, como já citado, surgiu durante a segunda onda feminista nos Estados Unidos, através da criação do *Size Acceptance Movement*, no início da década de 1960, seguido da publicação do *Fat Liberation Manifesto* pelo *Fat Underground* em 1973.

Seguindo essa tendência, na década de 1990, a criação do Instituto *The Body Positive* instituiu uma nova vertente no ativismo gordo: o Movimento *Body Positive* – ou “Movimento Corpo Positivo” (Souza, 2019). O Instituto *The Body Positive* foi criado por Elizabeth Scott e Connie Sobczak, e tinha como objetivo combater “transtornos alimentares, dentre outros problemas envolvendo corpo e mente” (Limeira; Farias, 2021, p. 630). O *Body Positive* cresceu consideravelmente com a evolução da tecnologia e comunicação dos anos 2000, encontrando nas redes sociais uma forma de disseminação, se difundindo de forma global principalmente após a criação da rede social *Instagram* em julho de 2010, pelos engenheiros de *software* Kevin Systrom e Mike Krieger (História do *Instagram*, 2024).

O *Instagram*, rede social com mais de um bilhão de usuários ativos (Limeira; Farias, 2021), se configura como um *locus* de embate discursivo e constante disputa de representação. A plataforma “é uma rede essencialmente visual, onde os usuários são convidados a postar fotos e vídeos, aplicar efeitos a eles e interagir com publicações de outras pessoas, através de comentários, curtidas e compartilhamentos” (Limeira; Farias, 2021, p. 630), e é um meio no qual se reforça o vigente padrão de beleza.

De acordo com Brown e Tiggeman (2016), um estudo realizado através da análise de 600 imagens dessa rede constatou que a maioria delas representavam visualmente os “corpos modelares”, magros e tonificados. Para além disso, é evidenciado por Limeira e Farias (2021, p. 629) que a rede possui um algoritmo que privilegia imagens e publicações nas quais haja exposição do corpo, “como

fotos de pessoas em roupas íntimas, nus estratégicos (que usam outras partes do corpo para se cobrir) ou em trajes de banho”. Essas publicações, segundo as autoras, possuem uma chance 54% maior de serem vistas no *feed* dos internautas, aumentando a exposição de tais corpos aos olhares do público.

É nesta mesma plataforma – que reforça os padrões – que as pessoas dissidentes à norma encontraram formas de “reagir e utilizar o *Instagram* – uma ferramenta tão propensa para oprimir – a seu próprio favor” (Limeira; Farias, 2021, p. 630), estimulando o crescimento do *Body Positive* na rede. O ciberativismo gordo no Brasil, nestes moldes, tem seu advento em meados dos anos 2010, propulsionado pela crescente popularização das redes sociais e do sentimento de pessoas gordas – com maior ênfase nas mulheres – de buscar a legitimação de outras formas de existir.

Movimento Corpo Livre

Em 2015, a jornalista Alexandra Gurgel, mulher gorda, criou na plataforma *YouTube* seu canal chamado “Alexandrismos”. Neste canal, a jornalista começou a publicar vídeos, promovendo discussões e reflexões acerca de tópicos que permeavam a experiência de existir dos sujeitos gordos, como por exemplo “aceitação vs conformismo”, lipoaspiração, *body shaming*, autoavaliação da aparência, dietas, transtornos psicológicos, dentre outros temas (Felix, 2021; Limeira; Farias, 2021). Apesar de tais tópicos serem mais comuns na vivência de pessoas gordas, pessoas não gordas também podem experienciá-los sob o constrangimento da pressão estética e do padrão de beleza.

Com a alta recepção e repercussão dos vídeos, Gurgel, fortemente inspirada pelo *Body Positive*, criou o Movimento Corpo Livre através do *Instagram* (@movimentocorpolivre¹⁵). Esse perfil na rede é gerenciado “por uma equipe comandada por Alexandra,

¹⁵https://www.instagram.com/movimentocorpolivre?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=ZDNlZDc0MzIxNw==>

que conta com a contribuição de vários outros influenciadores, além do auxílio de profissionais da saúde” (Limeira; Farias, 2021, p. 631), e possui mais de 550 mil seguidores.

O movimento atua na rede social através da produção de *posts*, tanto imagens quanto em vídeo, promovendo discursos de autoaceitação e empoderamento, trazendo questionamentos acerca de premissas sociais opressoras¹⁶ e promovendo análises de notícias ou casos específicos que sejam perpassados por essas temáticas. As publicações são feitas tanto no *feed* quanto nos *stories* e nos *reels*, e o perfil ainda conta com um canal de transmissão com mais de 600 membros.

Após a criação do perfil do movimento, “começam a surgir diversos perfis [brasileiros] nas mídias sociais que debatem e fomentam as temáticas de aceitação” (Nunes, 2021, p. 67). A considerável adesão e reprodução das discussões propostas demonstram o alto potencial das redes sociais de serem utilizadas como ferramentas de comunicação em massa pelos movimentos sociais, através do ciberativismo.

Apesar de ser recente, possuindo em torno de uma década de existência, o Movimento Corpo Livre “está se configurando como um importante espaço de debate mediado pelas mídias sociais” (Nunes, 2021, p. 67). É importante mencionar que as reivindicações do movimento ultrapassam apenas a temática da gordura corporal e tamanho do corpo; como o feminismo gordo – que epistemologicamente embasa os movimentos *Body Positive* e *Corpo Livre* – apresenta um forte caráter interseccional, além de decolonial, o movimento também reivindica questões de inclusão e luta contra a opressão às deficiências (físicas e neurodivergências), à negritude (e outras racialidades), à homossexualidade, à transgeneridade, subalternidades e patologizações que vão além do formato e gordura corporais.

¹⁶ Patriarcais, misóginas, gordofóbicas, homofóbicas, transfóbicas, racistas, capacitistas, etaristas etc.

Em questões de estética, o Movimento Corpo Livre configura “uma tendência de transformação social e de mudança no imaginário coletivo do que é a beleza” (Limeira; Farias, 2021, p. 632), tensionando o próprio conceito de belo e buscando desconstruir no imaginário social coletivo, através da atuação das mídias sociais, a repulsa que é dirigida a certas corporalidades precarizadas.

“Tour pelo meu corpo” e redescobertas

Inspirada pela “positividade corporal” que estava em plena emergência nas redes, a youtuber Luíza Junqueira, dona do canal “Tá Querida”, publicou em 31 de outubro de 2017 um vídeo intitulado “TOUR PELO MEU CORPO¹⁷”. Um *tour* “consiste em mostrar um lugar ou objeto de sua atenção em detalhes, comentando os principais pontos e trazendo um pouco mais da história daquele lugar ou objeto” (Satler; Prado, 2021, p. 94).

No vídeo, Junqueira mostra seu corpo em detalhes, apalpando as partes do seu corpo e fazendo símbolos de coração com as mãos. A *influencer* mostra seus peitos, sua barriga, suas cicatrizes, suas estrias, suas dobras, suas costas e suas coxas, e, conforme ela apresenta seu corpo em detalhes ao público. Ela relata como ressignificou as suas características corporais, contando a história do seu corpo (como por exemplo, através das cicatrizes de uma cirurgia de apendicite à qual foi submetida quando era criança) e a forma como ela costumava enxergá-lo – com repulsa e insegurança. Através do vídeo, Junqueira vai redescobrimo o próprio corpo através de tais ressignificações, buscando reinterpretar os próprios detalhes corporais de uma forma positiva.

As palavras da *influencer*, somadas às minúcias do seu corpo, reverberaram positivamente no público, principalmente feminino. Já contando com mais de 3,2 milhões de visualizações, o vídeo “TOUR PELO MEU CORPO” se transformou em uma *tag*, uma

¹⁷ <<https://youtu.be/hDpHE2U4PEk?si=czt22Wee5eOQ5HsU>>

espécie de corrente, na qual outras mulheres começaram a produzir vídeos similares ao de Luíza, mostrando seu corpo minuciosamente, humanizando suas características e discorrendo sobre suas trajetórias de autoidentificação e autoimagem; se redescobrimo, assim como a “querida”.

Considerações finais

Após a compreensão da gordofobia como opressão estrutural aos sujeitos gordos, é possível concluir que esta forma de repressão opera entre os limites do “fazer viver” e “deixar morrer”, colocando os corpos gordos em um *status* de subalternidade, representada pela doença, pela feiura, pela letargia e pela repulsa, colocando o sujeito que tem gordura “em excesso” sob constante exclusão, hostilização e desvalorização, com um foco mais específico nas mulheres gordas.

A gordofobia se apoia epistemologicamente em um método de pensamento cartesiano, que pressupõe uma forma de saber universalizado. Tal pensamento universal, contudo, é alvo de uma vertente de pensamento feminista gorda, fortemente influenciada pela decolonialidade, buscando estabelecer outras narrativas e formas de pensar o corpo, a existência, a vida, a saúde e a beleza.

Através destes questionamentos e enfrentamentos, surgem nos Estados Unidos movimentos sociais que denunciam as violências produzidas contra as pessoas gordas e lutam pela promoção de direitos e fim da opressão. Com o surgimento das redes sociais, o ativismo gordo assume novas roupagens, agora praticado através de telas, interligando os indivíduos através de uma rede invisível. Assim, ativistas buscam, por subterfúgios visuais – sejam fotos ou vídeos – questionar as normas hierárquicas da sociedade, ressignificar saberes e redescobrir a si mesmos(as).

Referências

ALMEIDA, Miguel Vale de. O Corpo na Teoria Antropológica. **Revista de Comunicação e Linguagens**, 33, p. 49-66, 2004.

ANDERSON, Jenn. Whose Voice Counts? A critical examination of discourses surrounding the Body Mass Index. **Fat Studies**, 1(2), 2012.

BARROS, Mirani. **Um Lugar para Ser Gorda**: Afetos, erotismos na sociabilidade entre gordinhas e seus admiradores. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde), 136 f, 2017.

BROWN, Zoe; TIGGEMANN, Marika. Attractive celebrity and peer images on Instagram: effect on women's mood and body image. **Body Image**, 19, p. 37- 43, 2016.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**: Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. Forense Universitária, 6ª ed., 2009.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. **La Hybris del Punto Cero**: Ciencia, raza e ilustración en La Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2003.

COMPARIN, Karen Andréa; SCHNEIDER, Jacó Fernando. O Corpo: Uma visão da antropologia e da fenomenologia. **Revista Faz Ciência**, 6(1), 2004.

COOPER, Charlotte. Fat Studies: Mapping the Field. **Sociology Compass**, 4(12), 1020-1034, 2010.

DON LEVAN, Lori. Fat Bodies in Space: Controlling fatness through anthropometric measurement, corporeal conformity, and visual representation. **Fat Studies**, 3(2), 2014.

ERNSBERGER, Paul. BMI, Body Build, Body Fatness, and Health Risks. **Fat Studies**, 1(1), 2012.

FÉLIX, Cleo Bruziguessi. **Quem tem Medo do Feminismo Gordo:** O feminismo voltado ao empoderamento do corpo gordo e uma análise do movimento “corpo livre” no *Youtube*. Varginha (MG): UNIS, Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo), 37 p., 2021.

FISHMAN, Sara. Life in the Fat Underground. **Radiance:** The Magazine for Large Women, Winter, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** Vontade de saber. Edições Graal Ltda., 13ª ed., 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 13ª ed., 1998a.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 5ª ed., 1998b.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais:** Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013

FRISCH, Rose E. Fatness and Fertility. **Scientific American**, 258(3), 88-95, mar. 1988.

GILMAN, Sander L. **Fat:** A cultural history of obesity. Polity Press, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. O Esporte e a Cultura Fitness como Espaços de Generificação dos Corpos. Olinda (PE): **XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, anais, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, André Luiz dos Santos. Biotecnologia e neoeugenia: Olhares a partir do esporte e da cultura fitness. *In:* COUTO, E. S.; GOELLNER, S. V. **Corpos mutantes:** Ensaio sobre novas (d)eficiências corporais. Porto Alegre: UFRGS, 2, p. 188-210, 2012.

GORDOFOBIA. **Academia Brasileira de Letras**, Nossa Língua, Nova Palavra, [S.l], [s/d]. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/gordofobia>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GROSGOUEL, Ramón. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, 31(1), jan./abr. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas (SP): **Cadernos Pagu**, 5, p. 7-41, 2009.

HISTÓRIA DO INSTAGRAM: Como foi criada a rede social. **Redação InvestNews**, [S.l], 9 jan. 2024. Disponível em: <<https://investnews.com.br/negocios/historia-do-instagram/#:~:text=Primeiro%20perfil%20do%20Instagram,experi%C3%Aancia%20do%20usu%C3%A1rio%20no%20Instagram.>>. Acesso em: 30 set. 2024.

JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez; ARRUDA, Agnes de Sousa. SILVA, Marcelle Jacinto da. Feminismo Gordo: Epistemologias, saúde e mídia. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 1(28), p. 38-64, jan./jun. 2022.

JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez; CRUZ, Kathleen Tereza da; GOMES, Maria Paula Cerqueira. O “Combate” à “Obesidade”: Dispositivos de tortura e castigo em nome da saúde. **Revista Debates Insubmissos**, 6(23), p. 220–239, 2024.

JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez. Feminismo Gordo. **Enciclopédia Mulheres na Filosofia**, 7(4), p. 1-18, 2023.

JIMENEZ, Maria Luisa Jimenez. Gordofobia: Injustiça epistemológica sobre corpos gordos. **Epistemologias do Sul**, 4(1), p. 144-161, 2020.

LIMEIRA, Mariana de Castro. FARIAS, Amália Costa. Ciberativismo Feminista no Brasil: A transformação a aceitação dos

corpos femininos diversos no Instagram. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 7(5), mai. 2021.

LOUREIRO, Gabriela. Gordofobia: Porque esse preconceito é mais grave do que você pensa. São Paulo: **Revista Galileu**, 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/JITtKXy>. Acesso em: 26 set. 2024.

MATTOS, Rafael da Silva. Sou Gordo, Sou Anormal? **Arquivos em Movimento**, 3(2), 2007.

MELO, Maria Thereza Chehab de Carvalho. “Gordocídio”: Uma análise da política sistêmica de morte de pessoas gordas no Brasil. *In*: MOREIRA, V.; MACHADO, J.; GOMES, C. de M.; GOMES, C.; NUNES, C. A. R.; SOARES, L. R. (Orgs.), **Anais de Artigos Completos do VII CIDHCoimbra 2022**, Campinas: Brasília; Jundiaí: Edições Brasil, 2023. Recuperado de: <https://acrobat.aadobe.com/id/urn:aaid:sc:us:de77485e-f5a6-4b0d-94f5-026610c646da>

MONTALBETTI, Cynthia Jazmin Luna. **Cuerpas Gordas de Abya Yala: Colonialidad, racismo y gordofobia**. Foz do Iguaçu: UNILA, Trabalho de Conclusão de Curso, pós-graduação *lato sensu* em ensino de história e América Latina, 30 p., 2022.

NUNES, Cláudio Ricardo Freitas; GOELLNER, Silvana Vilodre. O esporte espetáculo do ringue: O esporte e a potencialização de eficientes corporais. *In*: COUTO, E. S.; GOELLNER, S. V. **Corpos mutantes: Ensaio sobre novas (d)eficiências corporais**. Porto Alegre: UFRGS, 1, p. 57 - 74 2009.

NUNES, Madianne Clemildes de Souza. **Narrativas sobre Aparência e Saúde do Corpo Feminino: A disputa por capitais sociais em perfis do movimento corpo livre e da cultura fitness no Instagram**. São Cristóvão (SE): UFS, Dissertação (Mestrado em Comunicação), 275 p., 2021.

OLIVER, J. Eric. **Fat Politics: The real story behind America's obesity epidemic**. Oxford University Press, 2006.

ROCHA, Tiago Humberto Rodrigues. Neoliberalismo e Teoria dos Discursos: Os usos do corpo na contemporaneidade. **Revista Subjetividades**, 21(1), 2021.

ROTHBLUM, Esther. Fat Studies. In: CAWLEY, J. (ed.). **The Oxford Handbook of the Social Science of Obesity**. Oxford University Press, 2011.

SANTOLIN, Cezar Barbosa. História da Obesidade na Classificação Internacional de Doenças (CID): de 1900 a 2018. UNIPAR, **Arquivos de Ciências da Saúde**, 25(3), 167-172, 2021.

SANTOLIN, Cezar Barbosa. **O Nascimento da Obesidade: Um estudo genealógico do discurso patologizante**. Pelotas: UFPEL, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Dissertação, 182p., 2012.

SATLER, Lara Lima; PRADO, Beatriz de Almeida. Ativismo Online: Recepção de vídeos da tag “tour pelo meu corpo” no youtube. **Ambivalências**, 9(18), p. 74-108, jul.-dez. 2021.

SENADO CONTRA a Gordofobia. **Senado Federal**, *folder*, [S.l], [s/d]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642361/Gordofobia_folder.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, André Luiz dos Santos. Imperativos da Beleza: Corpo feminino, cultura fitness e a nova eugenia. Campinas: **Cadernos Cedex**, 32(87), p. 211-222, mai. ago. 2012.

SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do Corpo: Higiene, ginásticas, esporte. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Figuras de Foucault**. Autêntica, 2ª ed., p. 75-86, 2008.

SOUZA, Carolina Duó. **Body Positive: Estudo de caso nas mídias digitais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estética e Gestão da Moda) - Escola De Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUMINSKA, Marta *et al.* Historical and cultural aspects of obesity: From a symbol of wealth and prosperity to the epidemic of the 21st century. **Obesity Reviews**, 23(6), 2022.

TOMIYAMA, A. Janet *et al.* Misclassification of cardiometabolic health when using body mass index categories in NHANES 2005–2012. **International Journal of Obesity**, 40(5), 2016.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

WANN, Marilyn. Fat studies: An invitation to revolution. *In*: ROTHBLUM, Esther; SOLOVAY, Sondra (orgs.). **The Fat Studies Reader.** New York University Press, 2009.

ZOBOLI, Fabio *et al.* Corpo Feminino, Fitness e a Coluna Partida de Frida Khalo: Diálogo semiótico. Piracicaba: **Impulso**, 24(60), p. 73-86, 2014.

Ativismo digital: uma análise da organização sócio-política de assexuais e arromânticos em comunidade através de rede social

Évelyn Bueno Pereira Santos

Thiago Rodrigues da Rocha

Introdução

Tomando o uso privado da internet enquanto um marco fundamental para a construção de espaços de existência de identidades dissidentes e rearticulação dos movimentos sociais na contemporaneidade (Laet; Maximiano, 2018), nesta presente pesquisa buscamos analisar, dentre os inúmeros movimentos sociais que a partir das possibilidades propostas pela articulação em rede encontraram nas comunidades virtuais espaço para representação identitária, articulação e mobilização política, as formas pela qual a comunidade arromântica assexual rompe com o apagamento identitário e a perda do espaço de existência a partir desse novo espaço de organização em comunidade.

Dessa forma, partimos da análise das formações sócio-políticas de indivíduos que não se enquadram nas formas hegemônicas de vivência sexual e/ou romântica em comunidades virtuais, compondo o que Lévy (1999) denominou enquanto cibercultura ou ciberespaço, na mobilização política e comunitária pela representação identitária, divulgação de informações e formação de comunidades em um espaço que independe da barreira geográfica para ser composto. Para isso, nos atemos à plataforma independente “Aroaceiros: para ‘aros’ e ‘aces’ de todos os tipos”, espaço de sociabilidade entre pessoas auto identificadas dentro do espectro assexual e/ou arromântico. Segundo a plataforma, o objetivo principal é espalhar informações sobre as sexualidades, realizando um canal de trocas de experiências pessoais entre os sujeitos e debater temas de suas vivências. Dentre

os elementos que ali se encontram, podemos destacar o *blog*, onde há a presença de poemas e textos literários, artigos de opinião sobre orientações sexuais dissidentes, resenhas de livros, pesquisas acadêmicas sobre a comunidade aromântica e assexual e também um *podcast* organizado pela equipe idealizadora da plataforma.

A partir de Castells (2003) e da análise da comunidade “Aroaceiros”, analisamos o meio virtual enquanto palco da criação do espaço de existência da comunidade assexual e aromântica através da utilização de símbolos, linguagem e interações particulares deste espaço que o tornam especificamente uma comunidade virtual integrada ao ciberativismo e inserida na ótica da cibercultura. Objetivamos com a presente pesquisa traçar um estudo inicial da forma como a expansão do uso privado da internet se torna fundamental na luta de comunidades identitárias dissidentes, especificamente sujeitos/as assexuais e aromânticas e como elas, então, se organizam social e politicamente não apenas na reivindicação de direitos através do espaço digital, mas também na distribuição de informação e acolhimento entre integrantes da comunidade.

Atração sexual, atração romântica e sexualidade

Em primeiro lugar, faz-se necessário apresentar a compreensão da distinção aqui tomada entre atração romântica, atração sexual e sexualidade, conceitos que fundamentam o entendimento acerca da comunidade assexual e aromântica e as formas como esses sujeitos enxergam sua própria identificação. Partindo da concepção de Jeffrey Weeks (2001) de sexualidade enquanto “série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas” e dos depoimentos da equipe idealizadora do projeto “Aroaceiros: para aros e aces de todos os tipos”, relatos estes publicados na própria plataforma, abrimos espaço aqui para que os próprios indivíduos localizem as formas pelas quais se entendem e se percebem coletivamente.

Para Ravi Pires¹, a distinção entre atração e desejo se localiza na forma específica de se relacionar com as pessoas e de o indivíduo entender suas vontades ou não vontades diante do outro, como explicará sobre a assexualidade dentro do *blog*, a “vontade por si própria de ter relações sexuais ou fazer alguma atividade sexual” (Pires, 2020). Atração sexual, portanto, não é como o desejo, que se torna amplo de tal forma que, não necessita de alguém específico. Entre indivíduos assexuais e arromânticos isso pode acontecer de forma parcial, nula ou condicionada – sujeitos assexuais que se identificam sobre a identidade demissexual, por exemplo, apenas sentem atração sexual na condição de uma relação de intimidade pré-existente, como uma amizade, por exemplo. Da mesma forma, Mojo Pires² (2020) define a atração sexual enquanto o desejo sexual concreto, a vontade por se ter relações sexuais com determinada pessoa.

Assexualidade e Arromanticidade

Consideramos Assexualidade enquanto um espectro, assim sendo um “termo guarda-chuva”, na medida em que abarca diversas identidades sexuais que, a partir da atração sexual não se sentem pertencentes aos padrões hegemônicos de valorização do sexo e relacionamentos amorosos como “prioridade e principal objetivo de vida” (Oliveira, 2014, p. 60) e portanto, vivenciam a sexualidade dentro do espectro de nenhuma, pouca ou condicionada atração sexual (Rocha, *et al.* 2020)

A partir da tese de Doutorado em Educação de Elisabete Oliveira (2014), no qual a autora foca na análise das trajetórias de autoidentificação de indivíduos assexuais a partir das interações sociais no ambiente da educação básica, Oliveira retoma a sexualidade enquanto constructo social e o apagamento e

¹ Parte da equipe “Aroaceiros”

² Escritor, editor, revisor, designer, administrador e criador do projeto “Aroaceiros”.

segregação da identidade assexual, uma vez que a ótica hegemônica reside na “compulsoriedade da atividade sexual nas relações amorosas e a centralidade das relações afetivo-sexuais nas construções sociais de sexualidade e gênero” (Oliveira, 2014, p. 44)

Desse modo, Oliveira (2014) entende o processo de identificação da comunidade assexual – e aqui pensamos também o processo de identificação de qualquer outra sexualidade dissidente – enquanto um processo sócio-historicamente condicionado. No caso específico da assexualidade e da arromanticidade, esse processo sócio-historicamente condicionado se constrói a partir de uma subversão da ótica da sexo-normatividade, na medida em que, dentro de uma sociedade que impõe as relações afetivo-sexuais enquanto “prioridade e principal objetivo de vida” (Oliveira, 2014, p. 60) e patologiza o desinteresse sexual/amoroso, indivíduos que não se enquadram nessa perspectiva de atração afetivo-sexual, são condicionados a uma realidade de exclusão e segregação que os fazem se organizar em coletivos identitários que organizam esses indivíduos em torno de experiências sociais correlatas.

Oliveira (2014) realiza ainda uma importante relação entre o avanço das comunidades virtuais e a consolidação da representação e enunciação discursiva de sujeitos que não se enquadram na perspectiva sexo-normativa.

Antes da popularização da internet, as pessoas assexuais viviam socialmente isoladas, sem dar-se conta de que havia outras pessoas com experiências e dificuldades similares às aquelas enfrentadas por eles e elas, como por exemplo, a pressão de uma sociedade que valoriza o sexo e os relacionamentos amorosos como prioridade e principal objetivo de vida. (Oliveira, 2014, p. 60).

Desse modo, a autora, em sua tese de doutorado, passando pela análise foucaultiana da *scientia sexualis* na medida em que, explicita a forma pela qual Foucault (2014) analisa o espaço que o sexo adquire no espaço acadêmico ocidental, realiza também uma análise

do espaço em que a falta do desejo e/ou atração sexual receberam dentro da sociedade ocidental. Para Foucault (2014), durante a modernidade, sobretudo a partir do século XVIII, o sexo não passa por uma repressão e silenciamento, mas por um processo onde passa a ser tomado enquanto centralidade, “uma explosão discursiva” (Oliveira, 2014, p. 51). É, segundo Foucault, em “A história da sexualidade: a vontade de saber”, a tomada do sexo enquanto objeto de estudo científico esmiuçado em seus elementos fundamentais, “biologia, medicina, epidemiologia, demografia, psicologia – com papel fundamental da psicanálise, no século seguinte – debruçaram-se sobre o sexo, esmiuçando-o a seus elementos fundamentais” (Oliveira, 2014, p. 52). Contudo, a busca esmiuçada pelos fundamentos da sexualidade não almejava a libertação sexual, mas o “controle, a normalização e a disciplina” (Oliveira, 2014, p. 53), na mesma medida em que reiteram a necessidade da atividade sexual enquanto inata a constituição do indivíduo.

Os discursos sobre sexualidade proferidos pelas áreas médica e farmacêutica, e difundidos pelos meios de comunicação, destacam a atividade sexual como elemento essencial para a boa saúde [...]. Esses propagados benefícios da atividade sexual se fundamentam numa concepção essencialista da sexualidade, a qual situa o desejo sexual e a sua satisfação no corpo biológico, desconsiderando outros elementos importantes de sua construção social (Oliveira, 2014, p. 57).

Nesse caminho, Elisabete Oliveira (2014) enxerga na internet o espaço de inauguração de um “novo modo de construção e circulação de informações e conhecimentos [...] novas formas de organização social” (Oliveira, 2014, p. 60) no sentido em que é a partir do uso privado da internet que identidades não pertencentes à categoria socialmente proposta pela sexualidade normativa encontraram espaços de existência na medida em que o ciberespaço garante, principalmente, a dissolução dos entraves geográficos de organização comunitária e reconhecimento identitário entre os indivíduos, na medida em que cria a possibilidade de enunciação

discursiva, ou como exposto por Laet e Maximiano, a facilidade de se tornar figura pública não mais condicionada ao aparecimento televisionado (Laetaet; Maximiano, 2018)

[é a partir da expansão do acesso à rede virtual que] diversos grupos estigmatizados puderam se encontrar, promovendo a troca de experiências e o apoio identitário mútuo. Isso contribuiu para o fortalecimento de movimentos construídos sobre bases identitárias sexuais e de gênero, por exemplo, já ativos no cenário social (Oliveira, 2014, p. 60).

Segundo a AUREA, (*Aromantic-spectrum Union for Recognition, Education, and Advocacy*/União do espectro Arromântico para Reconhecimento, Educação e Defesa) a arromanticidade, tal como a assexualidade, pode ser fluída e diversa como em um espectro, definindo-se como um termo “guarda-chuva” por abarcar uma variedade de sexualidades que, em síntese, é alguém que sente pouca, nenhuma ou condicionada atração romântica. A AUREA é um *site* composto por voluntários, a fim de disseminar o conhecimento sobre a comunidade arromântica e também serem organizados para fazer pesquisas acadêmicas, criar conteúdos através do *site* e outras redes sociais, buscando ser um ponto de contato a todos que buscam o conhecimento sobre arromanticidade, reunindo vocabulários, materiais educacionais e diversos recursos. Diferente do “Aroaceiros”, a AUREA é um *site* internacional, com diversas traduções de seus glossários e conceitos. E com um enfoque maior em destrinchar termos da comunidade arromântica, como o “relacionamento queerplatônico” – descrito como um relacionamento em que há a presença de um compromisso, embora não-romântico, que vai além de uma amizade, na medida em que se diferencia na questão da intimidade e comportamento entre parceiros. Segundo Julie Sondra Decker, em seu livro “The Invisible Orientation: An Introduction to Asexuality”, “Relacionamentos queerplatônicos” são aqueles que consistem em parcerias dedicadas e de longo prazo

entre os parceiros. Os sentimentos entre eles não são românticos, mas ainda assim são muito poderosos e diferentes em força ou tipo do que normalmente é reservado para descrever amigos típicos.” (Deckerecker, tradução nossa, p. 24-25). A autora traz, portanto, a visão de que esses sujeitos, apesar de não terem, terem pouca ou condicionada atração romântica, amam e têm relacionamentos.

Há uma diversidade de identidades e nomenclaturas de ambas as sexualidades aromântica e assexuais, dentre elas, as duas possuem a “área cinza”, que contempla quem sente pouco ou alguma atração sexual e/ou romântica. Elliot (2020) ressalta a pluralidade entre as identidades, distinguindo que nem toda pessoa aromântica é assexual, e vice-versa, e que esses sujeitos também podem se identificar com outras orientações, como a bissexualidade, panssexualidade, etc. De forma tal que, uma pessoa assexual pode ser lésbica, um indivíduo gay pode ser aromântico, como relata Carrigan (2013) e D’Andre; Romagnoli (2018).

Carrigan (2013) realizou uma pesquisa utilizando triangulação de dados em que perguntava sobre o autoentendimento da assexualidade, recebendo respostas profundas e variadas sobre as orientações românticas dos sujeitos. O que se depreende daí é que a definição de que o assexual não experimenta atração sexual não apreende a variedade das experiências vividas pelos sujeitos que se identificam com essa classificação. (D’Andre; Romagnoli, 2018, p. 220).

Cibercultura enquanto comunicação e resistência de dissidências sexuais e afetivas

Em “A internet como espaço público de ação e produção de visibilidades”, Juliana Laet e Késia Maximiano discutem, a partir de um recorte da realidade de consumo e disseminação da internet e outros meios de comunicação em massa no Brasil, a relação entre o avanço do uso privado das redes de comunicação via internet e das novas formas de articulação em rede dos movimentos sociais.

De forma semelhante e abrangendo uma análise histórica do surgimento e impactos da internet nas relações interpessoais, os estudos de Manuel Castells (2003), acerca das culturas presentes na virtualidade, indicam a expansão do acesso privado à internet enquanto essencial para a reformulação das formas de ativismo na contemporaneidade. Se no surgimento da comunicação global midiática, a televisão compunha a parcela expressiva da disseminação de identidades e realidades, é a partir do surgimento do uso particular da internet que grupos socialmente marginalizados encontrarão uma nova forma de expressão de suas realidades e lutas políticas (Laet; Maximiano, 2018)

Se, a partir dos anos 70, a televisão forneceu ao brasileiro a sua auto-imagem, as contestações a esta imagem, que sempre existiram, chegam ao seu ápice com a ampliação do uso da internet no Brasil. Aquela mídia com cara de classe média branca, heterossexual, cristã, vai dividindo o espaço com uma outra mídia em que as esferas públicas começam a aparecer (Laet; Maximiano, 2018, p. 142).

Aqui, a expansão do acesso privado à internet nada mais representa que o poder de controle do discurso. Em “A ordem do discurso”, Foucault analisa como as relações de poder – poder tido aqui enquanto as teias de relações e práticas exercidas entre os indivíduos que possuem enquanto objetivo final a disciplina e controle dos corpos sociais. O poder em Foucault está diretamente relacionado à capacidade social de docilização dos corpos, na capacidade, portanto, de induzir os indivíduos a atuarem de determinada maneira social (Foucault, 1987) – estão presentes nos próprios discursos e na maneira como o corpo social age em torno da fala e cria mecanismos de ordem, exclusão e segregação, o falar não é permitido a todo grupo social e a narrativa é, portanto, “ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (Foucault, 1996, p. 8-9).

Dessa maneira, ao mencionarem o “*Ipanema way of life*”, Laet e Maximiano retomam um traço fundamental da cultura de massa

midiática ao passo em que sintetizam a forma de vida representada nas produções televisivas da Rede Globo, responsáveis por fundamentar um sentido específico de nação brasileira calcada diretamente numa classe média emergente (Kehl, 1986). O espaço de existência – e aqui tomamos enquanto espaço de existência a possibilidade de que formas identitárias dissidentes sejam capazes de existir enquanto discurso público, de forma que as representações políticas não se restrinjam às representações hegemônicas do “*Ipanema way of life*” – antes tomado enquanto representação televisionada, é, a partir do uso privado das redes móveis de comunicação, ampliado à esfera particular. Nesse sentido, a expansão do uso privado das redes móveis de comunicação representa uma reformulação das dinâmicas de controle discursivo e das dinâmicas dos movimentos sociais na contemporaneidade, na medida em que a facilidade da construção da figura pública e da enunciação permitem a indivíduos subalternizados, não apenas se tornarem os próprios enunciadores de seus discursos, mas também a organização política virtual que não se limita a fronteiras geográficas e permite a maior disseminação, articulação e mobilização política desses indivíduos na subversão da cultura *mainstream* (Laet; Maximiano, 2018)

Paralelamente, assim como defendido por Rodrigo Pedroso em seus estudos acerca dos objetivos sócio-políticos implícitos na produção de quadrinhos, produções midiáticas não exercem unicamente o papel de veículos de entretenimento, mas são também, direta ou indiretamente, veículos de valores culturais, políticos e/ou sociais, na medida em que “exercem um importante papel na difusão de determinadas mensagens e nos dizem algo sobre a sociedade e período histórico em que foram elaborados” (Pedroso, 2019). Nesse sentido, é possível perceber uma correlação entre o papel implícito exercido pelas produções televisivas no apagamento ou má representação de identidades dissidentes – o que mais tarde será também foco de movimento sociais contemporâneos na discussão acerca do local em que grupos socialmente marginalizados são destinados em representações midiáticas – e a

rearticulação dos movimentos sociais a partir do que Manuel Castells denomina enquanto “comunidades virtuais” ou

[...] a culminação de um processo histórico de desvinculação entre localidade e sociabilidade na formação da comunidade: novos padrões, seletivos, de relações sociais substituem as formas de interação humana territorialmente limitadas (Castells, 2003, p. 98).

O foco aqui é, portanto, a capacidade de reestruturação das relações interpessoais e sua organização sócio-política a partir da expansão do uso particular da internet na medida em que, em um primeiro momento existe uma necessidade pungente de mudança da realidade social e política à qual os indivíduos estão inseridos e, em um segundo momento, a possibilidade de ruptura das fronteiras territoriais que não se apresentam mais como um limitante às articulações políticas dos indivíduos em coletividade. Nesse sentido, é a característica da não limitação às territorialidades geográficas que faz da internet e das comunidades virtuais fundamental à nova organização dos movimentos sociais na contemporaneidade, assim como afirma Manuel Castells ao entender que a internet se apresenta enquanto “extensão da vida como ela é, em todas as suas dimensões e sob todas as suas modalidades” (Castells, 2003, p. 100). A internet não criou as necessidades dos movimentos sociais pré-existentes, mas fomentou novas possibilidades de articulação e movimentação política entre indivíduos de realidades próximas, mas geograficamente distantes ao assentar “as bases para a formação autônoma de redes como um instrumento de organização, ação coletiva e construção de significado” (Castells, 2003, p. 49).

O ciberespaço aparece, portanto, enquanto palco para organização e luta política na reivindicação por direitos políticos em contraposição ao discurso político hegemônico. De maneira semelhante, Adrian Busch (2019) entende as expressões da comunidade LGBTQIA+ em comunidades digitais, através de uma análise comparativa de três canais na plataforma *Youtube* que

versam sobre a realidade queer, enquanto ferramentas de disseminação alternativa de comunicação e informação. Nesse sentido, a autora retoma uma característica histórica fortemente presente não somente nos movimentos sociais pelos direitos LGBTQIA+, mas em todo movimento que se pretende questionador das estruturas hegemônicas: a utilização de meios alternativos para difusão de ideais subversivos. Se, conforme Foucault (1996) certos discursos não possuem espaço no corpo social, cabe aos movimentos questionadores da norma hegemônica a busca por meios alternativos – e tomamos enquanto meios alternativos de comunicação, a utilização de meios comunicacionais não hegemônicos, como a publicação independente, imprensa alternativa, entre outros como forma de escapar aos métodos sociais discursivos que selecionam e segregam determinadas narrativas como demonstrado por Foucault (1996). No contexto de repressão sexual e censura midiática imposto pela ditadura militar brasileira surge nos anos 1970, por exemplo, organizações homossexuais como o tabloide “Lampião da Esquina”, publicação inserida no contexto de imprensa alternativa em articulação política de denúncia aos crimes estatais cometidos contra indivíduos socialmente marginalizados (Quinalha, 2021) – de enunciação discursiva e, para Bush (2019), na contemporaneidade, é a partir das organizações virtuais que esses movimentos sociais políticos encontrarão novas formas de articulação para a subversão da cultura hegemônica.

Nesse sentido, é a partir da necessidade de maior visibilidade, representação, fuga do processo histórico de apagamento e silenciamento que indivíduos auto identificados enquanto assexuais e/ou arromânticos, buscam no ambiente virtual a organização política enquanto meio para sociabilidade e espaço de existência, na medida em que o ciberespaço se torna agora parte das atuações políticas do movimento social enquanto meio para criação de seus próprios discursos, troca de informações, acolhida, redes de socialização, entre outros movimentos.

Considerações finais

Fica evidente, portanto, a partir do levantamento bibliográfico aqui realizado de maneira inicial a relação entre o avanço do uso particular da internet e o também avanço das formas de identificação e organização comunitária e política de sujeitos não enquadrados na ótica sexo-normativa hegemônica. Dessa forma, ao retomar os estudos foucaultianos acerca do discurso (Foucault, 1996), percebemos a importância dos espaços de sociabilidade virtual enquanto espaços de resistência à ordem discursiva hegemônica e de consolidação da organização política de identidades dissidentes.

Dessa forma, ao expor algumas interpretações sistemáticas do modo pelo qual fronteiras simbólicas que atuam na realidade influenciam diretamente a vida comunitária em rede, retomamos o pensamento de Castells (2003) acerca das realidades virtualizadas, de modo que a virtualidade não está descolada da realidade, mas sua construção se dá a partir dela. Nesse sentido, a organização sócio-política virtualizada da assexualidade e aromanticidade não são frutos exclusivos da internet, mas são a consequência da exclusão e segregação socialmente impostas na realidade.

É a partir da experiência global, que transpassa os limites geográficos e a possibilidade de se fazer público, historicamente condicionada a perspectiva televisionada e que, a partir da rede privada de internet ganha maiores amplitudes (Laet; Maximiano, 2018) que identidades dissidentes terão a possibilidade de maior organização identitária e política. Assim como exposto por Elisabete Oliveira (2014) foi na expansão das redes virtualizadas que grupos sócio-historicamente marginalizados “puderam se encontrar, promovendo a troca de experiências e o apoio identitário mútuo” (Oliveira, 2014, p. 60).

Assim, ao buscar espaços de sociabilidade de sujeitos assexuais e aromânticos, através de *sites* nacionais e internacionais, entendendo suas dinâmicas e processos de autoafirmação, pudemos observar a partir das próprias

experiências desses sujeitos, a forma comunitária de criação de espaço de existência, notamos suas produções em comunidade para espalhar informações sobre as orientações, sobre suas experiências consigo mesmos e em relação aos outros.

Por fim, ao estudarmos uma pequena parcela de uma grande comunidade, seguimos com a tese de que é necessário dar visibilidade e voz a essas narrativas assexuais e aromânticas. Além disso, sendo um campo relativamente novo enquanto orientação reconhecida, urge a necessidade de fomentar mais discussões e estudos sobre esses sujeitos.

Referências

AROACEIROS. **Projeto Aroaceiros: para aros e aces de todos os tipos**, 2020. Disponível em: <https://aroaceiros.wordpress.com/so-bre/>. Acesso em: 03 out. 2024.

AUREA. **Romantic-spectrum Union for Recognition, Education, and Advocacy**, 2019. Disponível em: <https://www.aromanticism.org/pt/inicio>. Acesso em: 03 out. 2024.

BUSCH, Adrian. Heteronormatividade e uso do Youtube como Mídia Alternativa: Levantamento Dos Canais Lgbti+. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. (orgs.) **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos**. Curitiba, PR: IBDSEX, 2020. p. 61-67

CARRIGAN, Mark. (2013). Asexuality and its implications for sexuality studies. **Psychology of Sexualities Review**, n. 1, 4: autumn.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

D'ANDREA, L. S.; ROMAGNOLI, R. C. Deslocando sobre o arco-íris com tonalidades cinza e preto: assexualidades em trânsito.

Revista Ártemis, [S. 1.], v. 25, n. 1, p. 219–239, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.36065. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/36065>. Acesso em: 29 set. 2024.

DECKER, Julie Sondra. **THE INVISIBLE Orientation: An Introduction to Asexuality**. New York: Simon and Schuster, 2014. p. 24-25.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KEHL, M. R. Eu vi um Brasil na TV. *In*: SIMÕES, I. F.; COSTA, A. H. D.; KEHL, M. R. (Org.). **Um país no ar**. história da TV brasileira em três canais. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 167-323.

LAET, J.; MAXIMIANO, K. A internet como espaço público de ação e produção de visibilidade. *In*: SOUZA, L. A. F.; CÔRREA, L. M. (Org.). **Dilemas da sociedade brasileira contemporânea**: as novas configurações da economia, da violência e dos espaços educacionais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 137-152.

LAKATOS, Eva Maria. “Pesquisa bibliográfica”. *In*: **Metodologia do trabalho científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. São Paulo: Atlas, 1992. (p. 43-76)

LIMA, Camila Marcela Nemezio. Assexualidade: Os Desafios para o Reconhecimento e Aceitação Social. **Revista Ibero-Americana de**

Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 110–125, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i3.762. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/762>. Acesso em: 29 set. 2024.

OLIVEIRA, Elisabete Regina Baptista de. **Minha vida de ameiba: os *scripts* sexo-normativos e a construção social das assexualidades na internet e na escola**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2015.tde-11052015-102351>. Acesso em: 29 set. 2024.

PEDROSO, Rodrigo Aparecido Araújo. Quadrinhos como instrumentos de crítica ou propaganda política, uma análise das HQS Reagan's Raiders (1986-1987). **Revista Memorare, Tubarão**, v.6, n.2, p.53-70, jul./dez. 2019. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupo_p/article/view/8541/4730. Acesso em: mar. 2024.

QUINALHA, Renan. Lâmpião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, Campinas, 61, 15 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100610004>. Acesso em: 01 out. 2024.

ROCHA, M. L. B. da; FALCÃO, C. dos A.; BARBOZA, A. M. de M.; BUENO, L. D. Asexuality on tv shows: a socio-historical analysis. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 13001–13013, 2020. DOI: 10.18540/revesv3iss4pp13001-13013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/10421>. Acesso em: 29 set. 2024.

Sobre os autores e autoras

Afonso de Arruda Falcão Sanches Machado

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unifesp (EFLCH).

Aline Ramos Barbosa

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Eduardo Armando Medina Dyna

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Évelyn Bueno Pereira Santos

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Felipe Casteletti Ramiro

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Felipe Ramos Garcia

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Gabriel Satoshi Kawata

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Gabriel Scudeller de Souza

Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Jacarezinho. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Graziele Alves

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Juliana Adono da Silva

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Karolina Paulino Calhella

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Lucas de Souza Sartori

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Luís Antônio Francisco de Souza

Doutor em Sociologia. Professor Doutor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Luis Fernando de Castro Vascon

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Maisa Faria Pereira

Graduanda em Relações Internacionais na UNESP de Marília. Pesquisadora do Laboratório de Realidades Virtualizadas da UNESP e do Observatório de Segurança Pública da UNESP.

Maria Eduarda de Moraes Torres

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Guarulhos.

Maria Inês Godinho

Professora da Universidade de Marília (Unimar). Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Milena Guerrero Bannwart

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Renato de Oliveira Pereira

Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Thiago Rodrigues da Rocha

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Vinicius Pereira de Figueiredo

Graduando em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus de Marília.

Será que é possível discutir sobre juventude, gênero, raça, classe, movimentos sociais, sem considerar o meio virtual? Esse campo se impôs de tal forma que rearticulou os meios de sociabilidade, as organizações sociais e a constituição dos sujeitos. Os trabalhos aqui apresentados partem da perspectiva de que, por mais distante que o indivíduo se coloque das redes, o virtual afeta a “concreticidade” de sua realidade.